

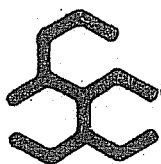


CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

III SEMINÁRIO SOBRE A
ECONOMIA MINEIRA

HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA
NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

BELO HORIZONTE
1986



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

III SEMINÁRIO SOBRE A
ECONOMIA MINEIRA

HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA
NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

BELO HORIZONTE
1986

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL

Diretor: Clélio Campolina Diniz

Coordenador de Pesquisa: Maria Regina Nabuco

Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação

Economia - João Heraldo dos Santos Lima

Demografia - Diana Reiko Tutiya Oya Sawyer

Coordenador da Área de

Economia Regional e Urbana: Afrânio Alves de Andrade

Coordenador da Área de

Demografia Econômica: Diana Reiko Tutiya Oya Sawyer

Coordenador da Área de

Teoria Econômica: Cláudio Gontijo

ORGANIZADORES:

Paulo de Tarso Almeida Paiva

Haydn Coutinho Pimenta

Coordenação Gráfica: Maury Louzada Abreu

CEDEPLAR/FACE/UFGM: Rua Curitiba, 832 - 9º andar

30170 - Belo Horizonte, MG

Tels.: (031) 201-3253

(031) 201-3211 - Ramais 48 - 54

O SERTÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS

Economia Regional: séc. XIX e início de séc. XX

Bernardo Mata-Machado*

- * - Técnico em Pesquisa Histórica do Centro de Estudos Culturais - CEC - da Fundação João Pinheiro (FJP).
-

APRESENTAÇÃO

Dois anos e meio se passaram, desde o último Seminário sobre a Economia Mineira, em novembro de 1983. Tão pouco tempo, tantas e importantes transformações; a restauração da democracia, com a Nova República, a restauração da cidadania, pela adoção e adesão ao Plano Cruzado.

Também mudaram as perspectivas econômicas; o Brasil já mostrava sinais de recuperação ainda em 1984. A Nova República abandonava, progressivamente, o tratamento recessivo para o soer guimento econômico. Em 1985, convocava-se a Constituinte para reorganizar-se a vida política, social e jurídica do país.

Minas não esteve indiferente a tudo isso. Uniu-se. Comandou a restauração política. Praticou a conciliação ativa. Foi decisiva na busca da renovação da nacionalidade. Sacrificou um de seus grandes. Sintetizou, uma vez mais, por anseios e atos, a alma nacional.

Minas põe-se, agora, a refletir e agir na busca da restauração da economia, como na retomada do desenvolvimento em todos os sentidos. Procura integrar-se ao esforço de todo o país. O III Seminário visa esta busca; procura dar, a Minas, luzes não só sobre o futuro de sua economia e suas coisas, mas, ainda, sobre o passado - passado e futuro de constituinte, de ente importante no social e político, de quem desempenha papel marcante na cultura e identidade nacionais.

Nossa profunda gratidão e simpatia a Diamantina e sua gente, em especial, ao Centro de Geologia Eschwege, do Instituto de Geociências da UFMG, na pessoa de seu Diretor, Prof. Pedro Ângelo Almeida Abreu e de sua Secretária Maria Idelma Seabra Maia. Gratos, também, somos aos Profs. Augusto César e João Antunes de Oliveira, respectivamente, Diretor e Ex-Diretor da Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina.

À Central Energética de Minas Gerais - CEMIG, agradecemos o apoio para a publicação destes anais, por seu Diretor Financeiro, Dr. Luís Aníbal de Lima Fernandes, incentivador de primeira hora da organização do Seminário de Diamantina. O mesmo agradecimento, também, cabe ao BDMG, tanto quanto ao seu ex-Presidente Dr. Roberto Brant, outro que se aliou à idéia, desde o primeiro momen

to. Na mesma medida agradecemos ao CNPq, à Fundação João Pinheiro, ao INDI e à SEPLAN-MG que formam o elenco de instituições estaduais e federais que têm colaborado incessantemente, quer com ajuda material, quer, principalmente, com participação na apresentação e discussão de trabalhos.

Cabe, ainda, agradecer à FINEP, cujo apoio às pesquisas do CEDEPLAR tem propiciado, cada vez mais profundamente, a compreensão de Minas e suas coisas. Este Seminário, em grande medida, é reflexo desse esforço.

Por fim, nosso agradecimento a todos os participantes e assistentes; aos professores e funcionários do CEDEPLAR, FACE, Centro Audiovisual, Imprensa da UFMG, cuja atenção, dedicação, e esforço tornaram possível realizar o Seminário. Gratidão especial cabe a Maristela Sette, Miriam Efigênia Matias e Maristela França da Secretaria Geral, a Marli Barbosa da Silva, Nadir Augusta de Melo, Vilma Ponciano Rosa, do Setor Financeiro, Marialice Barroca Cunha da Biblioteca, Hildette Antunes Siqueira e Lúcia Efigênia Santana da Mecanografia, todas do CEDEPLAR que estiveram diretamente ligadas à organização do Seminário e, também, a Andréa de Mattos Gatti, minha Secretária.

Haydn Coutinho Pimenta
Editor

INTRODUÇÃO

Pela terceira vez, nos encontramos em Diamantina para discutirmos os rumos da economia mineira. Continuamos investigando as raízes de nosso desenvolvimento no passado. Desta feita, dedicamos um espaço maior para a economia do trabalho livre e para o período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX. A escravidão é tema de um painel, no qual se procura indicar quais os caminhos para pesquisas futuras.

Quanto à economia recente, procuramos construir novas estratégias para o crescimento na segunda metade da década de oitenta.

Entre 1950 e 1980, a economia mineira cresceu a uma taxa anual média de 7,9%, superior à taxa de crescimento do PIB brasileiro, que foi de 7,1% ao ano. Neste ritmo, o produto estadual dobrou a cada 9 anos aproximadamente, contrastando com o crescimento da população do Estado, que foi de 1,8% ao ano em média, no mesmo período.

Este crescimento significou mudanças muito acentuadas na estrutura produtiva do Estado, conforme demonstram dados divulgados pela SEI-SEPLAN. A agricultura perdeu sua posição relativa ao passar de 38,4% do Produto Interno Bruto, em 1950, para 12,4%, em 1980. Em seu lugar, cresceram a indústria de transformação, que de 19,6% do PIB, em 1950, chegou a 29,9%, em 1980, e a indústria extrativa mineral, que, muito embora tenha uma participação relativa pequena, mais que dobrou sua parcela no PIB, de 1,0%, em 1950, para 2,7%, em 1980.

Dentro da indústria de transformação o crescimento mais significativo foi das indústrias de Minerais não-metálicos, metalúrgica e mecânica que, em 1949, representavam 27,6% do total do valor agregado bruto da indústria de transformação e, em 1975, já atingiam 57,6% desse total.

Estas transformações estão associadas a um processo de intensificação da inserção da economia mineira à economia nacional. Entre 1951 e 1961, a economia mineira era muito pouco sensível às variações da economia brasileira. A elasticidade do PIB mineiro, em relação às variações do PIB nacional, cresceu no período 1962/74, comparativamente ao período anterior (1951/61) e cresceu, ainda mais, no período posterior (1975/83). Também a defasagem de resposta do PIB mineiro à variações do PIB brasileiro, de

cerca de 3 anos, parece ter sido maior no período de auge (1962/74) do que de desaceleração e recessão (1975/1983). Estes dados parecem indicar que a autonomia do Estado, para gerir sua economia, está restringida tanto pela centralização fiscal e administrativa, quanto pela dependência crescente da economia mineira à economia externa ao Estado.

Esta incapacidade do Estado em influir, decisivamente, nos rumos de sua economia, através da utilização dos instrumentos tradicionais de política econômica, é preocupante, quando se observa o quadro social do Estado. O rápido crescimento da economia mineira, no passado recente, foi acompanhado de um processo crescente de concentração da renda. Os rendimentos da população economicamente ativa estão desigualmente distribuídos, conforme indica o coeficiente de Gini, que mede o grau de concentração da renda, e que passou de 0,4932 para 0,5603, de 1960 a 1980. Esta situação não melhorou na década de oitenta. Conforme dados da PNAD, em 1984, 49,8% da população economicamente ativa em Minas Gerais eram constituídos por aqueles que não auferiam rendimento algum e por aqueles que auferiam até 1 salário mínimo. De todos os economicamente ativos, 82,1% não possuíam, em 1984, rendimento superior a 3 salários mínimos, em Minas Gerais.

Estes dados sugerem que o desempenho da economia mineira não tem sido suficiente para reduzir o nível de pobreza e gerar empregos com remuneração superior ao mínimo legal. Este é o grande desafio de Minas Gerais: eliminar a pobreza.

As mudanças recentes na economia brasileira indicam que os fatores que inibiam o seu crescimento no curto prazo estão, em certa medida, sob controle. O desempenho da balança comercial tem sido suficiente para fazer face aos serviços da dívida externa, o componente inercial da inflação foi eliminado e o Governo federal nos garante que também mantém, sob controle, o déficit público. Se feitos estes ajustes, pode-se pensar em um novo ciclo de expansão da economia brasileira. Expansão seguramente diferente da passada. Será um crescimento que, no curto prazo, terá que se compatibilizar com a política de estabilização monetária, com as limitações impostas pelas dívidas externa e interna. Um crescimento que se

fará em outro contexto político, onde deverão prevalecer os resultados das negociações políticas, que é a expressão objetiva da prática democrática. Um crescimento, cujas prioridades serão o combate à fome e ao desemprego e não, apenas, à elevação da renda per capita.

Neste quadro, como devemos pensar o desenvolvimento da economia de Minas Gerais? Este Seminário se propõe a discutir um novo padrão de desenvolvimento para Minas Gerais. Estamos querendo desenhar estratégias alternativas de crescimento que sejam compatíveis com esta nova época da história econômica e política deste país.

Os trabalhos e painéis deste Seminário visam indicar os caminhos para um novo padrão de desenvolvimento para Minas Gerais. Os trabalhos abordam temas como o sistema produtivo (agricultura e indústria), o sistema financeiro, a situação das finanças públicas de Minas Gerais, o impacto das migrações sobre o mercado de trabalho, etc.

Os painéis discutem o papel das instituições no desenho do novo padrão de desenvolvimento e as alternativas de gestão da economia mineira, para atender seus novos objetivos.

Este volume reúne os trabalhos apresentados no III Seminário sobre a Economia Mineira, organizado pelo CEDEPLAR da UFMG. Ao torná-los públicos e discutí-los, a Universidade cumpre, uma vez mais, uma de suas missões que é refletir, com a sociedade, sobre o destino desta.

Paulo Paiva

SUMÁRIO

HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA

	Página
Crédito e Circulação Monetária na Economia da Mineração, por Maria Bárbara Levy	11
A Indústria de Ferro no Brasil e nos Estados Unidos na Primeira Metade do Século XIX, por Carlos Alberto Primo Braga	45
Minas Gerais em 1831: Notas sobre a Estrutura Ocupacio- nal de Alguns Municípios, por Clotilde Andrade Paiva e Maria do Carmo S. Martins	63
O Sertão Noroeste de Minas Gerais, por Bernardo Mata-Ma- chado	93
A Organização do Trabalho Livre na Zona da Mata Mineira: 1870-1920, por Ana Lanna	119
Visões de Minas: O Tema da Mineiridade, por Maria Armin- da do Nascimento Arruda	155

NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

A Exploração Empresarial dos Cerrados, por Áureo Eduardo M. Ribeiro	171
A Rota do Capital Agrícola em Minas Gerais na Década de Oitenta, por Maria Regina Nabuco e Mauro Borges Lemos ..	181
A Agricultura Mineira e a Reforma Monetária, por Valde- mar Servilha	199
A Política Mineral no Brasil: Reflexos sobre o IUM em Mi- nas Gerais, por Flávio Riani e Fabrício Augusto de Oli- veira	213

Notas sobre a Situação das Finanças Públicas em Minas Gerais, por Fabrício Augusto de Oliveira e Flávio Riani ...	239
O Impacto do Crescimento Demográfico no Mercado Regional de Trabalho, por Lêa Melo da Silva, Sílvia Menezes Gama <u>Pi</u> nheiro e Helenice Carvalho Cruz da Silva	259
O Sistema Financeiro de Minas Gerais, por Jacques Schwartzman	281
O Paradoxo Mineiro: Fortalecimento Econômico e Enfraqueci <u>mento</u> Político, por Clélio Campolina Diniz	315

HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA

Crédito e Circulação Monetária na Economia da Mineração

Maria Bárbara Levy

1. Proposição

As pesquisas que deram origem a este artigo estavam inicialmente circunscritas ao estudo do capital usurário. A historiografia sobre o Brasil colonial é extremamente atenta ao papel do capital comercial nas atividades econômicas coloniais pré-capitalistas. Porém, a usura, enquanto forma de acumulação mercantil, através da circulação do dinheiro-mercadoria, ainda não havia sido estudada satisfatoriamente.

Marx propõe a utilização do conceito de capital usurário para analisar a existência de um modo particular de acumulação de capital-dinheiro, que pode ser muito útil para a compreensão do grande circuito comercial que integra a Europa às áreas coloniais. No livro 3 d'O Capital se depreende que o capital mercantil, que se acumula na esfera da circulação de mercadorias, assume duas formas: o capital comercial, que se reproduz sobre a diferença entre o preço de compra e o preço de venda das mercadorias, e o capital usurário que se reproduz através da cobrança de juros na negociação de uma mercadoria particular - o dinheiro. Ambos se caracterizam por não serem investidos diretamente na criação de bens, podendo coexistir como mais distintos modos de produção. Ainda segundo o mesmo autor, o capital usurário já foi um agente de grande importância na acumulação prévia, anterior e necessária ao capitalismo. O comércio colonial propiciou a especialização de funções de mercador e banqueiro, permitindo uma rápida conversão do capital-mercadoria em capital - dinheiro, que passou a circular de maneira autônoma.

* A autora é professora do Departamento de Economia da UFRJ e do Departamento de História da UFF.

Weber⁽¹⁾ e Sombart⁽²⁾ também estudaram a usura e o papel por ela desempenhado na eclosão do espírito do capitalismo. Ambos, contudo, repisaram as velhas restrições éticas e caracterizaram a usura como a operação de empréstimo destinada ao consumo. Mais recentemente, os trabalhos de Suzanne de Brunhoff⁽³⁾ fugiram, ao mesmo tempo, à nebulosidade dos valores éticos e à pantanosa classificação do crédito segundo a aplicação que será dada pelo mutuário ao dinheiro que tomou emprestado. A autora, um dos raros exemplos de marxistas a se dedicarem ao estudo da circulação monetária, mostra que é através da diferença entre o preço do dinheiro no momento do empréstimo e o lucro realizado no momento do reembolso, representado pela taxa de juros, que o capital usurário é acumulado. A circulação monetária, liberando o fluxo das transações em mercadorias, cria forçosamente o comércio de dinheiro. Nestas condições, o dinheiro é a expressão de uma relação geral de intercâmbio entre os agentes econômicos privados e a economia monetária comum a qualquer produção mercantil. Sua grande contribuição, porém, foi definir o papel do Estado como gestor da oferta monetária e sua participação no movimento das contradições encejadas pela circulação das mercadorias. Sem o Estado, não haveria cunhagem de metal em moedas que circulassem em escala de uma região dada, não haveria validade dos signos utilizados como meio de circulação, não haveria formação de uma moeda nacional a ser trocada por moedas estrangeiras⁽⁴⁾.

Antony Cutler,⁽⁵⁾ preocupado em distinguir a usura, forma "antidiluviana do capital", do capital financeiro contemporâneo, a

1) WEBER, Marx. A ética protestante e o espírito do capitalismo. SP, Pioneira, 1967.

2) SOMBART, Werner. L'apogée du capitalisme. Paris, Payot, 1932.

3) BRUNHOFF, Suzanne de. L'offre de monnaie (critique d'un concept). Paris, Maspero, 1971. ... Política monetária. Lisboa, Assírio & Alvin, 1974.

4) BRUNHOFF, Suzanne de. Les rapports d'agent. Paris, Press Universitaire de Grenoble/Maspero, 1979.

5) CUTLER, A; HINDESS, B; HIRST, Paul; HUSSAIN, A. Marx's capital and capitalism today. Volume two. London, Routledge & Kegan Paul, 1978.

vança mais no estudo sobre o tema. Para o autor, o capital usurário é diferente e anterior ao capital financeiro. Enquanto o usurário emprestava seu próprio capital, os bancos investem os recursos captados através dos seus depósitos. Por isso, o capital financeiro é uma fração do capital global que, sob a forma de capital-dinheiro, assegura o financiamento do processo de reprodução do capitalista.

A partir destes novos aportes teóricos foi possível de desenvolver pesquisas sobre as relações de financiamento na montagem da produção açucareira no nordeste, bem como a gestão monetária e exercida pela metrópole, para demonstrar a subordinação dos produtos coloniais ao capital usurário (6).

A problemática torna-se, porém, mais complexa quando é des coberto o ouro em Minas Gerais. Na economia açucareira o colono de tinha a produção e os mercadores, o dinheiro. Quando aportavam as frotas, os colonos adquiriam mercadorias européias com o lucro ob tido na venda do açúcar. Na economia aurífera as posições se in vertem: quem detém o dinheiro, o ouro, é o colono, enquanto os co merciantes trazem as mercadorias (7). Abstratamente, era de se es perar que esta reversão determinasse modificações sensíveis, tais como o bloqueio ao capital usurário e a imposição do colono sobre a qualidade das mercadorias compradas. Isto porém não ocorre e a e conomia da mineração acaba ficando tão subordinada ao capital mer cantil - comercial e usurário - quanto estava a economia açucareira. Para mostrar os caminhos desta reversão de expectativas é indispen sável estudar o crédito e a circulação monetária na economia mi neira.

6) LEVY, Maria Bárbara. História financeira do Brasil colonial. RJ, IBMEC, 1979.

7) PINTO, Virgílio Moya. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português. SP, Companhia Editora Nacional, 1979, p. 227.

2. A Moeda Provincial - 1a. medida de gestão monetária.

A desordem na circulação monetária marcou a segunda meta de do século XVII em Portugal e, no Brasil, provocou violentas crises. No Rio, em Recife e em Salvador as moedas de ouro e os lingotes estavam retidos em poucas mãos, o que tornou mais sôfrega a busca das minas⁽⁸⁾. As medidas de política monetária do Estado Português foram ditadas por força de duas circunstâncias. Primeiro, a tender às enormes despesas acarretadas pela Restauração; segundo, contornar os problemas criados pela concorrência do açúcar produzido nas Antilhas ao do Brasil.

O governo português adotou então a medida extrema de "levantar" em 25% o preço monetário, ou valor de face, da moeda portuguesa. Visava, assim, depreciar o soldo dos militares e outros contratos realizados pelo governo.

Em se tratando de moeda metálica, "levantar a moeda" significa recolhê-la e fundi-la novamente ou simplesmente carimbá-la, com novo valor, mais alto do que o anterior - o que implica desvalorizar o preço relativo do metal nela contido. A expressão "levantar a moeda" denota exatamente o inverso do que acontecia, pois na verdade a moeda era "rebaixada". Os resultados desta operação foram traumáticos para a população colonial. Obrigada a entregar a pouca moeda de que dispunha, com todos os riscos decorrentes, devia esperar que ela lhe fosse devolvida, para então perceber que, em butida nesta operação, havia fraude da Coroa, que, não satisfeita em aumentar o valor de face da moeda, ainda confiscava parcela do metal.

Os efeitos do arrefecimento da economia açucareira no Brasil se fizeram sentir na metrópole, contribuindo também para a de

8) VILAR, Pierre. Oro y moeda en la historia (1450-1920) 2.^a ed, Barcelona, Ariel, 1972, p. 325.

cisão de depreciar a moeda portuguesa, o que evidencia a importância do açúcar no balanço de pagamentos portugueses. A contração do volume de exportações provenientes do Brasil reduzia a oferta de ouro em Portugal, valorizando a cotação deste metal contido na moeda circulante. Este mecanismo, que poderia ter beneficiado os consumidores coloniais através de uma transferência de renda provocada pela depreciação de moeda portuguesa, reverteu-se principalmente em favor dos exportadores metropolitanos, que também fixavam em ouro o preço dos produtos que remetiam para a Colônia⁽⁹⁾.

De toda a parte fervem reclamações sobre a escassez de moeda: no Rio de Janeiro, o açúcar corria como dinheiro; no Maranhão, por não disporem de moeda de troco, os moradores eram obrigados a ficar com mais mercadorias do que necessitavam. Fica fácil entender este movimento de drenagem de moeda com a leitura de uma das cartas do Padre Antonio Vieira, na qual comenta que era mais vantajoso para os mercadores levar dinheiro da terra, por estar livre de taxas, do que gêneros, sobre os quais recaíam direitos e fretes⁽¹⁰⁾.

A restauração da Coroa Portuguesa e a reunificação da Colônia não detiveram processo centralizador e monopolista da administração econômica. Permaneceu o regime de frotas, sistema herdado do período de União Ibérica, agora, porém, desprovido do rígido aparato da burocracia espanhola, demonstrando-se ainda mais ineficiente. A estadia e a partida da frota constituíam os momentos mais importantes da vida comercial da Colônia. Aprontava-se a correspondência, acertava-se a compra de açúcares e outros gêneros, preparavam-se as contas, liquidava-se a maioria dos créditos, concediam-se

9) FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. RJ, Editora Nacional, 1959, p. 18.

10) VIEIRA, Antonio. Cartas. Lisboa, J.M.C. Seabra e T.Q. Antunes, 1854, vol. 2, p. 343.

outros, faziam-se cobranças e ajustes. Comenta Antonil⁽¹¹⁾ que

(...) "se ao tempo da frota não pagarem o que devem, os comerciantes não terão como se aparelhar para a safra vindoura, nem se achará quem queira dar seu dinheiro nas mãos de quem não há de pagar ou tão tarde e com tanta dificuldade que se arrisque a quebrar".

E não eram somente esses os inconvenientes das frotas:

"(...) em pagamento das mercadorias que traziam da Europa, os capitães dos navios arrecadavam todo o dinheiro da terra, exigindo o pagamento daquelas em moeda, quando seria mais razoável que trocassem aqueles gêneros pelos da terra(...)"⁽¹²⁾

Em consequência faltava moeda "para o trato comum da terra" e os comerciantes tinham pretexto para arredondar os preços das mercadorias, tornando o custo de vida inacessível aos mais pobres.

As relações entre a Colônia e a Metrópole estavam suficientemente tensas, e recentes, na memória dos colonos, os prejuízos causados pela última desvalorização da moeda, quando, em 1688, a Coroa resolveu novamente "levantar a moeda", desta vez em 20%. A notícia provocou atritos nos principais centros de povoamento brasileiros. Da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro partiram comunicações das autoridades metropolitanas locais retratando as dificuldades de fazer cumprir as determinações reais de "levantamento da moeda". Em Santos e em São Paulo, os moradores impediram pelo uso da força, o registro e a afixação da lei, forma através da qual se fazia sua publicação naqueles tempos. O Conselho Ultramarino, já tendo enfrentado as reações contrárias da própria burguesia portuguesa, manteve-se firme na resolução e reiterou a ordem de seu fiel cumprimento. Repreendeu oficialmente aos vereadores, alegando justificativas muito claras, mas explicitando nitidamente a exclusividade do poder da Coroa de gerir a moeda:

"(...) não querendo baixar a moeda, e parecendo-lhes às Câmaras que sabem mais daquilo que convém aos Povos do que ao Rei que é senhor deles: enganam-se em tudo, porque se neste Estado corre todo o tanto a oitava, lá a tomam por um preço exorbitante, é certo que quem aceita fica enganado, porque se o quiser tirar da terra, por força

11) ANTONIL, Andre João, pseud. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. 2ª ed, SP, Editora Nacional, 1974, p. 169.

12) AZEVEDO, Thales. Povoamento da cidade de Salvador. Salvador, Tip. Beneditina, 1949, p. 253.

o há de abaixar, e perde nele: mas isto tudo é menos como se atrever esse Povo a levantar, ou baixar a moeda que só toca ao Rei natu ral(...) (13)

A situação não se resolveu, entretanto, com a imposição da autoridade metropolitana, e o "furor do povo amotinado" de fato impediu o "levantamento da moeda". A solução conciliatória encontrada já havia sido sugerida em 1626 pelo Procurador dos Oficiais da Câmara de Salvador. Propusera a ele que fossem acrescentados dois vinténs em cada pataca que circulasse na colônia para que assim

"não se leve deste estado o dinheiro, o que é causa de abater mui to os preços dos frutos da terra" (14).

Seu raciocínio tinha certa coerência: esta medida impediria a saída da moeda de Colônia, porque o metal nela contido, se fosse fun dido, valeria menos na Metrôpole. Uma vez atingido este primeiro objetivo, a evasão de dinheiro seria retida e, conseqüentemente, tor nar-se-ia possível manter uma oferta constante de meios de troca, assim não se prejudicando a relação entre a moeda e as demais mer cadorias. O Procurador via ainda outra vantagem na depreciação da moeda colonial vis-à-vis a metropolitana: esperava que os déficits comerciais poderiam vir a não se repetir porque aos comerciantes não interessaria levar para Portugal um dinheiro cuja diferença en tre o valor intrínseco e extrínseco fosse tão grande. Esperava tam bém com isso fazer cessar a drenagem de moeda da Colônia. Sua últi ma sugestão era de que esta moeda fosse "batida", cunhada no pró pria Colônia, o que representaria uma injeção de ânimo no comércio local (15).

A Lei de 08 de março de 1694 criava uma moeda provincial, que não podia circular fora do Brasil, com uma diferença de apenas

13) SOMBRA, Severino. História monetária do Brasil colonial. Repertório cronológico com introdução, notas e carta monetária. RJ, Laemmert, 1938, p.102.

14) Inventário de Castro e Almeida. Memórias de Acioli, p.86, apud Severino Sombra, op.cit , p. 69.

15) SOMBRA, Severino, op.cit , p. 69.

10% sobre o preço monetário do marco de prata contido na moeda de fundição anterior e cujas despesas de cunhagem eram pagas pelos colonos. Em contrapartida, ficava proibida a circulação no Brasil das moedas de ouro do Reino.

Uma série de atribulações impede uma correta avaliação das expectativas do procurador baiano. De fato, conforme observou Antonil, em consequência da circulação da moeda provincial, o preço do açúcar aumentou, mas com ele subiram os demais gêneros alimentícios. Ocorreram outras dificuldades não previstas, tais como a recusa da população do Rio de Janeiro em enviar o dinheiro em ouro e prata que dispunha para ser convertido em moeda provincial na Casa da Moeda, que então se instalou em Salvador. Em 1698, a metrópole foi obrigada a atender à pretensão dos cariocas e tornou a Casa da Moeda itinerante. Os privilégios outorgados aos moedeiros recém-chegados de Portugal também foram causa de atrito porque constituíam uma afronta aos colonos e acarretavam indisposições permanentes em Salvador, Recife, Taubaté, Parati e Rio de Janeiro - onde quer que se instalasse a Casa da Moeda. Antonil ⁽¹⁶⁾ expressava bem os interesses coloniais para superar o conflito, sugerindo que a Casa da Moeda dispusessem de dinheiro amoedado pronto para trocar pelas moedas de antigo cunho ou pelo ouro trazido pelos mineiros.

A circulação exclusiva de moeda provincial durou apenas cinco anos, o que dificulta ainda mais a avaliação dos efeitos econômicos da medida. Em 1700, já era evidente o potencial de reservas das minas de ouro das Gerais, o que provocou não só a extinção da lei, que, nestas circunstâncias, se tornava prejudicial à metrópole, mas também a ordem para que a Casa da Moeda cunhasse aqui na colônia moedas do Reino.

16) ANTONIL, Andre João, op.cit, p. 214.

3. Mineração: Fome, Inflação e Pobreza.

"O grande paradoxo inicial é o signo da fome que marcou o nasci
mento das minas de ouro" (17)

nos afirma Laura de Mello e Souza em seu excelente trabalho sobre a pobreza mineira no século XVIII. Durante os 60 primeiros anos, a corrida do ouro provocou na metrópole a saída de 600.000 pessoas, em média anual de 8 a 10 mil indivíduos⁽¹⁸⁾. Chegando em levadas, com alimentos insuficientes para percorrer os caminhos inóspitos, o resultado foi a grande fome de 1697/98 e, logo em seguida, outra de proporções semelhantes, em 1700/01. Arthur de Sá, referindo-se aos mineiros em 1698, comunica a Corte que

"chegou a necessidade a tal extremo que se aproveitam dos mais imundos animais, e faltando-lhes estes para poderem alimentar a vida, largaram as minas e fugiram para os matos com seus escravos a sustentarem-se com as frutas agrestes que neles achavam" (19).

Mas nem as notícias da miséria e nem da fome eram capazes de re
ter novas levadas de população, que logo aumentavam o número de de
sesperados (20).

"A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas ter
ras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificilmente se poderá dar conta do número de pessoas que atualmente lá estão (...). Cada ano, vêm nas frota quantidades de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, reconvos e sertões do Brasil, são brancos, pardos e pretos, e muito índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ri
cos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos" (21).

17) MELLO E SOUZA, Laura de. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII, RJ, Edições Graal, 1982, p. 24.

18) GODINHO, Vitorino Magalhães. A estrutura da antiga sociedade portuguesa. Lisboa, 1977, pp.43-44.

19) "Registro Antigo" da coleção Governadores do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional XXVI, 36 vols. apud BASÍLIO de Magalhães. Expansão geográfica do Brasil Colonial. 3a. ed, SP, Editora Nacional, 1978, p. 162.

20) COSTA, Iraci del Nero da. Vila Rica: População (1719-1826), SP, IPE/USP, 1979, p. 25 e segs.

21) ANTONIL, Andre João, op.cit, p. 264.

Na imagem popular de Antonil, os mineiros morriam à míngua, alforjes cheios de ouro, mas

"com uma espiga de milho na mão sem terem outro sustento" (22).

As notícias sobre a carência de alimentos logo se espalharam e os negócios ligados à intermediação das mercadorias capazes de satisfazer a demanda das populações mineiras tornaram-se os mais lucrativos e, evidentemente, os que atraíam a maior parte da população que afluía ao Brasil (23).

O "rush" da mineração provocou uma alta de preços que atingiu, com maior ou menor intensidade, as áreas de circulação monetária, agora acrescidas daquelas que surgiram integradas à zona mineira.

"E estes preços, tão altos e tão correntes nas minas, foram causa de subirem, tanto os preços de todas as coisas, como se experimenta nos portos das cidades e vilas do Brasil, e de ficarem desfornechos muitos engenhos de açúcar das peças escravas necessárias e de padecerem os moradores grande carestia de mantimentos, por se levarem todos aonde vendidos há de dar maior lucro (24).

"O prejuízo para a economia açucareira é evidente. Sobretudo durante o auge da mineração, o preço do escravo cresceu bem mais do que o do açúcar e a partir de um certo momento, o mesmo aconteceu com o gado" (25)

Virgílio Noya Pinto, a partir das preciosas informações proporcionadas por Antonil, avalia a desproporção entre os preços correntes em outros portos do Brasil e a alta verificada nas minas (26).

A irradiação da renda gerada pelo ouro, na primeira metade do século XVII, canalizou-se principalmente para os intermediários comerciais. Para a zona mineira, escoavam produtos do exterior, do Reino ou de outras regiões da Colônia.

A mineração promoveu um incentivo incontestável ao comér-

22) ANTONIL, André João, op.cit, p. 267.

23) ZENELLA, Mafalda. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. SP, USP. Fac. de Filosofia Ciências e Letras, 1951, p.66-68.

24) ANTONIL, André João, op.cit, p. 269.

25) BUESCU, Mircea. 300 Anos de inflação. RJ, APEC, 1973, p.86.

(26) PINTO, Virgílio Noya, op.cit, p. 56.

cio interno e à produção de gado vacum, cavalares e muros. O Rio Grande do Sul foi a região mais favorecida, graças às suas condições ecológicas, por esta demanda crescente das minas. Em São Paulo, houve uma certa expansão da agricultura de subsistência e da pecuária, promovida pela abertura do mercado mineiro. A proibição do comércio direto entre as minas e a Bahia, imposta entre 1702 e 1711⁽²⁷⁾ embora não tenha sido efetiva, beneficiou a região paulista, tendo-se tornado intermediária de sua própria produção e do fornecimento de gado do Sul e, através do porto de Santos, ligando-se ao mercado externo⁽²⁸⁾. Era, porém, o Rio de Janeiro o grande entreposto comercial, conforme pôde ser analisado detidamente através dos negócios do comerciante Francisco Pinheiro⁽²⁹⁾. Toda a economia colonial estava dirigida para as mercadorias de importação. Desde artigos de luxo e de consumo mais refinado - azeite, bacalhau, trigo e manufaturas - até os equipamentos de mineração, tudo vinha da Metrópole ou por meio dela para o porto do Rio de Janeiro, com o objetivo de satisfazer a demanda mineira⁽³⁰⁾.

A fome nunca mais chegou a ter o alcance dos primeiros anos, pois

"a concentração de riquezas e a crescente estratificação social fizeram com que ela voltasse a atuar no seu círculo costumeiro: o da pobreza" (31).

Laura Mello e Souza mostrou como, apesar da imagem de uma sociedade rica e democrática que chegou até nós pelas festas barrocas, tudo indica que as coisas se passaram diferentemente. Já Eduardo Frieiro criticava este equívoco, num artigo intitulado "Vi-

27) ZEMELLA, Mafalda, op.cit, p. 78.

28) Idem, ibidem p. 54-63.

29) LISANTI FILHO, Luiz. Negócios coloniais (uma correspondência comercial do século XVIII) Brasília, Ministério da Fazenda, SP, Visão, 1973.

30) ELLIS, Miriam. Contribuição ao estudo do abastecimento das áreas mineradoras no século XVIII. Revista de História, SP, USP, 1958, nº 36, pp.429-467.

(31) MELLO E SOUZA, Laura de, op. cit, p. 26.

la Rica, Vila Pobre":

"uma das patranhas da nossa história, tal como usualmente se conta nas escolas, é a da pretendida riqueza e até mesmo opulência das Minas Gerais na época da abundância do ouro. Em boa e pura verdade nunca houve a tão propalada riqueza, a não ser na fantasia, amplificadora de escritores inclinados às hipérboles românticas (32).

Apesar de ter gerado efeitos produtivos na economia do sul e desenvolvido a urbanização, o ouro não gerou segmentos produtivos em minas, pois importava-se a maior parte dos meios de subsistência e quase não havia retenção local do excedente produzido. Os investimentos em mão-de-obra escrava, utilizada em grande escala, representavam mais de 50% do total do ouro produzido com a consequente imobilização do capital (33). Conforme rareava o ouro, mais difícil era para os mineradores suportar o ônus dos custos de manutenção da escravaria. Como o acesso às datas de mineração estava condicionado à demonstração de que elas seriam exploradas - evidência que, dada a pequena necessidade de maquinaria, só poderia ser garantida pelo número de escravos disponíveis - o minerador passou a ter nos gastos com a reprodução da força de trabalho um encargo pesado demais (34). As alforrias não teriam sido, portanto, conseguidas pelos escravos, mas sim concedidas pelos senhores, na decadência das atividades de mineração, para conservar parte do antigo capital. Laura Mello e Souza conclui que

"a economia mineira apresentava baixos níveis de renda distribuídos de uma maneira menos desigual do que no caso do açúcar, isto é, um maior número de pessoas dividem a pobreza (35).

Wilson Cano dispõe de uma explicação clara para o fenômeno:

"(...) a economia da mineração, muito embora tenha apresentado um

32) FRIEIRO, Eduardo. "Vila Rica, Vila Pobre" in O diabo na livraria do Cônego - como era Gonzaga? e outros temas moneiros. BH, 1957, p. 164 apud LAURA MELLO E SOUZA, op. cit, p. 27.

33) CANO, Wilson. Economia do ouro em Minas Gerais. (século XVIII) in Contexto nº 3, SP, 1977, pp.91-109.

34) LUNA, Francisco Vidal. Minas Gerais: escravos e senhores. SP, IPE/USP, 1981, p. 39.

35) MELLO E SOUZA, Laura de. op. cit, p. 29-30.

perfil distributivo menos desigual da renda, tal distribuição, na realidade, tem muito mais a ver com uma distribuição de baixos níveis de renda do que de níveis médios ou altas rendas. Como certamente o perou a custos elevados, provavelmente suas margens de lucro eram baixas para os medianamente bem-sucedidos, altas, para os pouco bem-afortunados, isto é, para aqueles de maior sorte no encontro do minério, e infinitas, e até mesmo negativas, para muitos, para os mal-sucedidos (36)

Outro historiador econômico, Iraci Costa, sintetiza:

"À concentração de riqueza na época do fastio seguiu-se, de forma igualmente assimétrica, a distribuição da pobreza ao tempo do recesso econômico (37).

A detalhada pesquisa de Noya Pinto não deixa margem a dúvidas sobre o volume de ouro extraído no Brasil no século XVIII e sobre a elevada participação da produção bruta de Minas Gerais. Cabe a nós demonstrar como, além das distorções econômicas criadas pelo monopólio comercial, a política monetária e o sistema de crédito consumiram a maior parte da riqueza criada.

4. A política Monetária Metropolitana na Época da Mineração.

Política monetária e política fiscal estão intimamente associadas na economia aurífera. O Estado Absolutista Português oscilou entre a cobrança no quinto no momento da fundição do ouro em moedas e em barras, ou a cobrança do imposto por capitação. A circulação monetária, através de ambas as formas de execução, era imediatamente atingida. A mineração nos oferece um exemplo didático excelente para apreciar as relações entre estes dois mecanismos de gestão econômica exercida pelo Estado desde tempos imemoriais - a manipulação da moeda e o confisco.

As primeiras legislações minerais eram mais imaginárias do

36) CANO, Wilson. op. cit, p. 105-106.

37) COSTA, Iraci del Nero da. op. cit, pp.100-101.

que reais e visavam garantir o controle e a participação da metrópole nos tesouros que viessem a ser encontrados⁽³⁸⁾. Nos últimos anos do século XVII, a cobrança do quinto era feita em quatro fundições na região de São Paulo, para atender à pequena produção do ouro de lavagem, das quais apenas uma - a de Taubaté - se localizava próximo às minas recentemente descobertas⁽³⁹⁾. Os mineiros deviam trazer o ouro em pó ou as pepitas a um daqueles estabelecimentos, onde o minério seria fundido em barras, depois de deduzida a quinta parte da Coroa. Como eram muito distantes e a viagem penosa, tornou-se comum os mineradores usarem ouro em pó como moeda, devendo o último portador, teoricamente, ser o responsável pelo pagamento do quinto. Como o ouro que ainda não havia sido fundido constituía uma sonegação, naturalmente, os ourives particulares com frequência o cunhavam mediante alguma retribuição, e, assim, entraram em circulação moedas com valor intrínseco idêntico às da Casa da Moeda de Lisboa, as quais preenchiam as necessidades da circulação mercantil, diferindo apenas das legais por não terem pago o quinto, nem os direitos de senhoriagem, e por serem vazadas em a reia⁽⁴⁰⁾.

Por causa deste malogro, a Coroa resolveu arrochar a cobrança do quinto nas próprias Gerais. A reação dos mineiros foi violenta, mas a eclosão em 1708 da Guerra dos Emboabas forneceu à Metrópole o pretexto e a oportunidade para uma intervenção eficaz⁽⁴¹⁾.

Mas não deu resultado o sistema estabelecido em 1710, de cobrar impostos, impondo uma taxa de 10 oitavas de ouro em pó sobre cada bateia. Na verdade funcionava como uma taxa de capitação so

38) BOXER, Charles Ralph. A idade do ouro no Brasil. (doses de crescimento de uma sociedade colonial), SP, Ed. Nacional, 1973, p. 37.

39) Idem, *ibidem* p. 78.

40) COSTILHES, Alain Jean. O que é numismática. SP, Ed. Brasiliense, 1985, pp- 25-34.

41) BOXER, Charles Ralph - *op.cit*, p. 82.

bre escravos, e os mineiros que encontravam pouco ou nenhum ouro pagavam tanto quanto os que o encontravam em abundância.

Era imprescindível garantir à Coroa uma cota maior de ouro, insatisfeita que estava com a redução de arrecadação, relativamente ao crescimento da população e da produção. Um decreto régio⁽⁴²⁾ apertou o cerco aos mineiros: a) impôs o estabelecimento de casas de fundição em Minas Gerais, para onde deveria ser levado todo o ouro destinado a sair da Capitania, a fim de ser moldado em barras, marcado e deduzido os direitos reais⁽⁴³⁾; b) permitiu a circulação de ouro em pó apenas no comércio interno entre os moradores das minas, à razão de 10 tostões a oitava, e da barra fundida a 14 tostões a oitava. Até mesmo esta circulação limitada e por valor pre determinado, contudo, foi negada no ano seguinte⁽⁴⁴⁾. Esta, como quase todas as outras ordens régias relativas ao ouro, não foi obedecida, e o ouro em pó continuou a correr, alimentando a luta entre a administração metropolitana e os mineiros.

Quando a população tomou conhecimento de que seriam abertas casas de fundição em Vila Rica, Sabará, São João d'El Rei e Vila do Príncipe, começou a fazer demonstrações armadas e a promover distúrbios em vários distritos. Um levante eclodiu em Vila Rica, onde o ouvidor local escapou de ser linchado pelos revoltosos, que lhe invadiram a casa. Estes apresentaram um ultimato à Coroa, exigindo o abandono do projeto das fundições. O Governador da Capitania, o Conde de Assumar, pareceu recuar, escrevendo à Câmara que o mau procedimento de alguns habitantes não poderia levar à punição de todos, e sugeriu que a população oferecesse à Sua Magestade 11 mil oitavas, além de uma contribuição por cabeça de escravo, para a construção das casas de fundição "em reconhecimento da culpa que

42) Lei de 11 de fevereiro de 1719.

43) SALES OLIVEIRA, Álvaro de. Moedas do Brasil, I - moedas, barras de ouro, elementos para o seu estudo. SP, 1944.

44) Carta Régia de 19 de março de 1720.

cometeram⁽⁴⁵⁾.

O movimento prosseguiu sob a liderança de um tropeiro, Felipe dos Santos, muito radical em suas pretensões e que atemorizou os moradores de Vila Rica com seus bandos de escravos armados. A vacilação dos mais conservadores deu oportunidade ao Governador de estabelecer as casas de fundição.

Apenas em 1725, conseguiu a administração metropolitana que fosse aberta a Casa da Moeda e de Fundição de Vila Rica, "usando um misto de persuasão e astúcia"⁽⁴⁶⁾. As fundições de Sabará e de São João d'El Rei só foram estabelecidas em 1734. Os quintos passaram então a ser recolhidos e moldados em barras, depois do pagamento adicional de 5% de senhoriagem e braceagem. A Casa da Moeda de Vila Rica pôde, também, cunhar moedas, cobrando os mesmos direitos⁽⁴⁷⁾.

A existência da Casa de Fundição em Minas tornava o meio circulante muito escasso para as necessidades do Rio de Janeiro, onde a moeda faltava a ponto de as mercadorias não terem saída e o imposto não poder ser cobrado: Os contratadores, arrendatários particulares do fisco, não podiam fazer seus pagamentos à Coroa. Dessa cidade partiram solicitações para que novamente fossem cunhadas moedas provinciais. Alegavam os comerciantes que os homens que negociavam ouro não faziam remessas no decurso do ano e, por isso, o metal só afluía à praça do Rio de Janeiro em cima da chegada da frota

"(...) neste tempo, como é pouco, não têm os cradores como fazerem suas execuções e arrecadarem o que se lhes deve, de tal sorte que os homens de negócios desta terra estiveram vivendo de esperanças até oito dias antes de partir a frota sem saberem o que haviam de remeter"⁽⁴⁸⁾.

45) CARVALHO, Teófilo Feu de. Reminiscências de Vila Rica. Revista do Arquivo Público Mineiro, nº 19 pp. 277-91, maio/1968.

46) BOXER, Charles Ralph - op.cit, p. 215.

47) Idem, ibidem p. 215.

48) SOMBRA, Severino - op.cit, p. 155.

A necessidade premente de moeda para fechar os negócios no momento da saída da frota fazia esvaziar o Fundo dos Ausentes e Defuntos que sempre acudia os comerciante nestas horas.

Embora os mineiros se queixassem do tempo e dinheiro perdidos para trazer de lugares afastados seu ouro em pó à Vila Rica, aumentou a quantidade de ouro arrecadado. O resultado da cobrança, porém, não correspondeu às expectativas da Coroa, incapaz de controlar o contrabando e as fraudes, apesar de todos os esforços neste sentido. A essas razões deve-se acrescentar a pressão dos comerciantes do Rio de Janeiro para que fossem fechadas as casas de fundição de Minas Gerais. Decidiu afinal a Coroa, em 1733, adotar novamente a taxa de capitação. As fundições foram fechadas e a circulação de moeda proibida em Minas Gerais, embora o ouro em pó pudesse circular. Para fechar as comportas de saída de metal, El Rei ordenou que fossem lavradas moedas de prata provinciais na Casa da Moeda do Rio (49). Três foram os motivos dessa ordem contrária ao princípio de apenas lavrar, no Brasil, moedas de ouro. O primeiro foi a alteração do preço da prata, que se elevou de 7\$000 para 7\$500, o marco amoedado; também a relação com o marco de ouro subira de 15\$000 para 15\$500. Esta alta, acrescida do próprio desenvolvimento das transações, estava contribuindo para a escassez de prata na realização dos negócios. O segundo motivo foi evitar a saída de Portugal da pouca prata que ainda lá existia, permitindo a fabricação no Brasil de moedas para o seu uso interior. O terceiro, foi que aumentara o contrabando do ouro que ia de Minas Gerais para Buenos Aires, num comércio ilegal que passava pelas mãos de proprietários rurais, funcionários, padres e dos tropeiros. Ali, era trocado a uma taxa favorável por prata, de onde voltava para as cidades portuárias brasileiras para servir de meio de troca para compra de manufaturas contrabandeadas por comissários, oficiais e

49) Carta Régia de 27 de março de 1744.

marinheiros das frotas (50).

Azeredo Coutinho encontra uma razão política bem mais forte para a fabricação de moeda colonial, apesar de terem-na proibido as Cartas Régias de 31 de janeiro e 07 de março de 1702;

"sendo de conveniência estabelecer o lavor dessa moeda, que com algum jeito daria grandes lucros, lançou-se mão da facilidade que há em iludir os povos com a suspensão da lei ou de tudo quanto tem essa força, até que habituados a tal infração, pensem mesmo, ou que nenhuma lei foi infringida, ou que essa infração foi um benefício"(51).

A taxa de capitação estava-se mostrando altamente impopular⁽⁵²⁾, e D. José I, "iluminado" por seu ministro, o Marquês de Pombal, cedeu aos clamores da população das minas, mandando promover o reexame dos métodos de arrecadação dos quintos, o que o fez

"anular, cassar e abolir a dita capitação"(53).

As fundições foram reabertas no ano seguinte, acopladas a um sistema de garantia de arrecadação mínima de 100 arrobas. Ordenou-se o recolhimento de todas as moedas de ouro em circulação para serem trocadas por novas, de diferente peso e valor. Severino Sombra descobriu na Biblioteca Nacional o "mapa do que se perde, e se utiliza com o fabrico do novo dinheiro provincial", de autoria do Provedor Vaz Pinto, no qual é demonstrado como a escassez de moeda de ouro e prata exigia que a nova cunhagem diminuísse seu valor intrínseco em 10%.

A modificação do sistema monetário colonial, introduzida pelo Alvará de 1750, estabeleceu o seguinte regime: as moedas de ouro não correriam nas regiões das minas, ficando reservadas ao comércio exterior; as barras de ouro, desde que acompanhadas de guias

50) The Colonial Roots of Modern Brazil: Papers of New Berry, Library Comfort, 1969-1972, apud MAXWELL, Kenneth. A devassa da devassa, RJ, Paz e Terra, 1978, p. 27.

51) COUTINHO, Cândido Azeredo. Estudo sobre a moeda de cobre e subsidiária do Brasil. Artigos publicados no Jornal do Commercio. RJ, Typ. Imp. e de J. Villeneuve & C, 1869.

52) BOXER, Charles Ralph - op.cit, pp.217-218.

53) Alvará de 3 de dezembro de 1750.

que legitimassem suas marcas, poderiam sair das minas e circular no intercâmbio interno atacadista; o dinheiro provincial de prata e cobre giraria também internamente e poderia sair para outras capitâneas; e o ouro em pó só poderia ser transacionado no comércio a varejo nas Minas Gerais.

Um estudioso em assuntos monetários⁽⁵⁴⁾, reconhece a contradição do modelo quantitativo entre o aumento dos estoques monetários existentes na região das minas, e de lá estendendo-se pelo Brasil inteiro, sobretudo no Rio e São Paulo, e as contínuas reclamações sobre a falta de dinheiro. Conclui "in media via": a inflação foi tipicamente monetária mas já havia elementos para caracterizá-la como inflação de custos. Esta observação parece correta porque as saídas de ouro reduziam o meio circulante até o ponto em que, no auge da mineração, se ouvem queixas de falta de dinheiro, como numa carta de Luiz Vaia Monteiro ao rei, em 1726:

"são grandes os clamores deste povo e principalmente dos homens de negócio pela falta de moeda".

Há unanimidade em estimar que, ao final do século XVIII, os metais amoedados (que constituíam a base da circulação monetária) giravam em torno de 10 mil contos constituídos por dois terços de moedas de ouro, sendo o terço restante de moedas de prata e moedas divisórias de cobre. Isto é, os dois terços de moeda de ouro incluíam não só as peças portuguesas de 6\$400

"(...) a nossa virgem pura (...) preponderante(...) nos maiores tratos e pagamentos" (55)

mas também as moedas colonais ou províncias de 4\$000 que tinham curso limitado ao Brasil. A moeda de prata provincial de 640 réis⁽⁵⁶⁾

54) BUESCU, Mircea - op. cit, p. 94.

55) CAYRU, José da Silva Lisboa, Visconde de. Estudos do bem comum e economia política, ou ciência das leis naturais e civis de animar e dirigir a geral indústria e promover a riqueza nacional e prosperidade do Estado. RJ, IPEA/INPES, 1975, p. 113.

56) A moeda de prata provincial tinha subdúplas de 320, 160, 80, 40 e 20 réis que correspondiam respectivamente a uma pataca, meia pataca, quatro vinténs, dois e um.

chamada de duas patacas, equivalia, somada à moeda de troco de cobre, a apenas um terço da moeda metálica circulante na Colônia.

A "viradeira", que se seguiu à subida de D. Maria I ao trono, não representou modificações substanciais na circulação monetária do Brasil, que permaneceu a mesma por mais 20 anos. Como cresceram as necessidades da Metrôpole, em 1797, mandou-se fabricar uma moeda de cobre com o antigo valor, mas com a metade do peso, isto é, valendo 10 réis cada oitava deste metal. A Junta da Fazenda - tendo em vista os problemas que resultariam da existência em circulação de dois gêneros de moedas do mesmo metal e da mesma espécie, mas com pesos diferentes, porém girando com valores respectivamente iguais - manifestou-se contra a resolução. Tal moeda, apesar de tudo, entrou em circulação e foi também cunhada no Brasil.

Não se contentando com isto, os conselheiros da Coroa Portuguesa consentiram que se cortassem lâminas com 29 chapinhas, quando só poderiam tirar 26, resultando deste expediente, além do lucro de três discos, a vantagem de necessitar menor peso de cisalha para a fundição; por isso as moedas de cobre fabricadas nessa época são todas chanfradas, exceto, contudo, as cunhadas na Colônia⁽⁵⁷⁾.

A cunhagem de moeda provincial não era bastante para satisfazer às necessidades de uma economia na qual substanciais transformações se operavam, e a população se concentrava nos núcleos urbanos em proporção semelhante à de Portugal, possibilitando o desenvolvimento de um grau maior de diferenciação.

A preocupação com a moeda e o crédito dominaria o final do século XVIII. Esboçaram-se tentativas para organizar uma circulação fiduciária à base de emissões de papel-moeda, semelhante à anteriormente tentada com as ações das Companhias.

⁵⁷⁾ COUTINHO, Cândido Azevedo - op. cit, pp. 17-18.

Em 1792, a generalizada escassez de moeda conduziu a administração local das minas à emissão dos chamados "bilhetes de extração", que corriam como moeda, e o crédito que gozavam levou o Governo português a oficializá-los, passando a serem impressos em Lisboa e remetidos à Colônia.

"Até o ano de 1776 os bilhetes eram pagos com a maior pontualidade quando apresentados à administração, porque adquiriram imenso crédito no giro do comércio". Do crédito e confiança de que gozavam os bilhetes, resultava demorarem-se eles por longo tempo na circulação depois de vencidos e não se apresentarem nas épocas marcadas para seu pagamento" (58).

Entretanto, a diretoria da Real Extração em Lisboa ordenou à Junta do Tijuco que suspendesse a emissão de novos bilhetes em toda a Capitania (59).

Ao encerrar-se o período colonial, o espaço da circulação monetária compreendia dois circuitos mercantis distintos - um condicionado às exigências do comércio internacional e o outro ao comércio interno de produtos de subsistência. Muito embora o comércio externo fosse ativo, a monetização ainda era pouco intensa, apesar do predomínio da moeda de ouro nas transações. A presença da moeda nos principais entroncamentos de circulação - Salvador, Recife, Taubaté, Rio de Janeiro e no Sul - no entanto, tornou-se fundamental para garantir o processo de acumulação de capitais. A partir deste momento, a moeda, até então muito próxima das demais mercadorias, se impôs também como medida e reserva de valor (60).

A metrópole se utilizou do seu poder de gestão da moeda para aumentar sua participação na exploração das minas. Neste jogo de interesses contraditórios, ela enfrentou, não só a insatisfação mineira, mas também se chocou com os grandes comerciantes, numa en

58) SANTOS, Joaquim Felício dos. Memórias do Distrito Diamantina da Comarca do Sêro Frio (Província de Minas Gerais) 3a. ed. RJ, O Cruzeiro, 1956.

59) Carta de 23 de outubro de 1776, apud SEVERINO SOMBRA - op.cit, p. 232.

60) LEVY, Maria Bárbara. Contribuição ao estudo da circulação da moeda na economia colonial. Estudos Econômicos, SP, FIEP/USP - nº 13 (especial) 1983, p. 840.

carniçada luta do poder público contra o poder privado pela apropriação dos frutos do capital mercantil.

A enumeração, em rosário, das alterações na política monetária e fiscal serve apenas para indicar que todas as medidas estavam voltadas para uma só direção: o interesse arrecadador de tirar, a curto prazo, o máximo de rendimentos para a Fazenda Real. O sistema de capitação estava alicerçado na legislação que distribuía datas na proporção dos escravos possuídos, cada minerador concentrava "a maior parte de seus recursos disponíveis - além de sua capacidade de endividamento - na aquisição de mais cativos"⁽⁶¹⁾.

A Coroa não só aumentava assim o potencial produtivo, e o controle fiscal, mas também sua arrecadação, pois haviam inúmeras outras taxações incidindo sobre a escravaria - no tráfico e na travessia do litoral para as minas.

O interesse metropolitano em apropriar-se de parcelas significativas da riqueza extraída emerge ainda mais claramente com o quinto. A luta das populações paulistas, cariocas e mineiras contra o estabelecimento das Casas de Fundição e da Moeda deve ficar lavrada na memória como manifestações inequívocas de resistência contra a gestão monetária metropolitana.

5. As Operações de Crédito e o Capital Usurário.

Desprovido de uma estrutura de produção interna que absorvesse o ouro explorado no Brasil, Portugal caiu, irreversivelmente, numa estreita subordinação à Inglaterra. Através do constante exce

61) LUNA, Francisco Vidal - op.cit, p. 57.

dente de sua balança comercial com Portugal e com o Brasil, a Grã Bretanha drenou o ouro em troca das mercadorias que oferecia, o que foi mais estimulante para sua economia do que se tratasse de uma produção mineira própria. Esta sucção de ouro de fato contri- buiu para a aceleração da Revolução Industrial inglesa, já que a abundância de libras esterlinas então cunhadas ⁽⁶²⁾ rebaixou a taxa de juros e propiciou crédito abundante, tornando atrativos os investimentos diretos na produção, quer fosse em máquinas, quer fosse no emprego de mão-de-obra assalariada.

O período de mineração no Brasil coincidiu com a baixa de preços na Europa, especialmente na Inglaterra (de 1650 a 1740 os preços caíram 12%), de onde provinha a maior parte dos produtos estrangeiros, beneficiados pelo Tratado de Methuen ⁽⁶³⁾.

O metal brasileiro não era o único vínculo entre os britânicos e o complexo colonial português. As casas de comércio britânicas dominavam o tráfico entre esse Reino e o Brasil:

"poucos ou raríssimos foram os negociantes portugueses em estado de negociar com seus próprios fundos; nenhum com fazendas que não fossem estrangeiras. Todo o comércio do Brasil se faz a crédito, e a maior parte dele por caixeiros das próprias casas estrangeiras, e por comissários volantes que levam de Portugal para a América as fazendas, e ali as vendiam e negociavam por conta dos mesmos estrangeiros, recebendo uma simples comissão do seu trabalho" ⁽⁶⁴⁾.

Importa agora reconstituir a cadeia de relações de endividamento que se estabeleceu a partir da região da mineração. Esse sistema empenhava o explorador das minas em face dos comerciantes locais; estes por sua vez, deviam às praças do Rio e Bahia, e os últimos, em elos sucessivos, deviam aos negociantes de Lisboa, os quais também deviam somas importantes à feitoria britânica ⁽⁶⁵⁾.

62) PINTO, Virgílio Noya - op. cit, pp. 298-299.

63) BUESCU, Mircea - op. cit, p. 104.

64) Apontamentos vários sobre a Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Coleção de Transcrições AUIHGB, Rio de Janeiro, apud KENNETH Marx-well - op. cit, p. 26.

65) AZEVEDO, João Lúcio d'. Épocas de Portugal econômico. Lisboa, Liv. Clássica, 1929, p. 353.

Na Colônia, os negócios ligados à intermediação das mercadorias capazes de satisfazer a demanda das regiões mineiras eram os mais lucrativos e, evidentemente, os que atraíam a maior parte da população que afluía ao Brasil (66).

O Rio de Janeiro se desenvolveu, em grande escala, na primeira metade do século XVIII, como um entreposto comercial para as minas. Em 1722, escreve Luiz Alvaes Preto, mercador radicado no Rio de Janeiro:

"(...) estamos nos meses que não se vende coisa alguma por estarem os mineiros todos nas minas até o mês de março que costumavam vir só então é que se vende alguma coisa" (67).

É que os trabalhos de extração do cascalho se realizavam nos meses mais secos do ano (68). Apenas quando chegavam as chuvas, os mineiros voltavam aos núcleos urbanos, e então iniciavam a cadeia de operações mercantis.

Muitos enriqueceram sem jamais terem visitado as minas, apenas enviando para lá víveres, tecidos, armas, ferragens, pólvora e outras mercadorias. A concentração demográfica na área de mineração, aliada à multiplicidade de opções que garantissem um enriquecimento rápido, formou uma população extremamente móvel, quer geograficamente, quer profissionalmente. A principal forma de apropriação da renda gerada pelo ouro, no século XVIII, se deu através da intermediação comercial, pelos atravessadores de mercadorias que partiam das regiões já integradas na economia monetária para o interior.

As práticas de crédito, nesse período de apogeu da exploração das minas, deixaram muito poucos traços a serem analisados. Todavia, sabe-se que as transações comerciais nas Minas Gerais eram geralmente realizadas a crédito. Mafalda Zemella (69) registra que:

66) ZEMELLA, Mafalda - op. cit, p. 78.

67) LISANTE FILHO, Luís - op. cit, Vol. 1, p. 53.

68) LUNA, Francisco Vidal - op. cit, p. 43.

69) ZAMELLA, Mafalda - op. cit, p. 165.

"(...) em uma palavra e sem a menor contradição, o protesto simplesmente de pagar para o futuro vale hoje nesta Capitania [Minas Gerais] como dinheiro e as fazendas nas demais partes do mundo".

O crescente poderio dos mercadores, já observado no Nordeste, não era mais um fenômeno isolado na Colônia. Atraídos pelas excelentes oportunidades mercantis proporcionadas pelo surto da mineração, grandes e pequenos comerciantes do reino tratavam de introduzir ou, mesmo, estabelecer "comissários" na Colônia.

Há alguns anos, tornou-se acessível a correspondência do negociante português Francisco Pinheiro com seus representantes no Brasil (70).

Embora a riqueza de informações contidas nesses documentos resida na transmissão do clima em que se realizavam os negócios (envoltos em compromissos familiares, repreensões paternalistas, amizades ou rupturas intransigentes), pode-se, com precauções, organizar tabularmente o resumo das operações mercantis realizadas por Francisco Pinheiro, através de seus representantes no Rio de Janeiro.

As suas negociações nesta cidade se iniciam em 1710, depois de alguns anos de experiência adquirida no comércio com a Bahia e Pernambuco. Logo o volume de negociações no Rio alcança expressão maior do que com os portos nordestinos. A partir do Rio de Janeiro, Francisco Pinheiro expande seus contatos para Minas Gerais, São Paulo e Colônia do Sacramento, mas apenas por um período muito curto. As grandes dificuldades de cobrança naquelas regiões, torna mais vantajoso deixar esta tarefa a negociantes estabelecidos no Rio de Janeiro que já eram antigos clientes, ou simplesmente enviar um agente de Minas Gerais para São Paulo, fazendo-os retornar, posteriormente, à capital, evidente que, na década de 20 seus negócios florescem coincidindo com o apogeu da mineração, bem como com a transformação do Rio de Janeiro em grande entreposto comercial.

70) LISANTO FILHO, Luiz - op. cit., 5 vol.

Do resumo de suas contas correntes nesta cidade, pode-se obter uma aproximação mais nítida do volume dos negócios realiza dos à crédito. Concebe-se facilmente que a taxa cobrada nessas ope rações deveria ser bastante alta (30% a.a.), pois eram grandes as possibilidades de o credor sumir, embrenhando-se no sertão, sair por outros portos, enfim, esquivar-se do pagamento da dívida de diferentes formas. O custo da cobrança era alto e subia mais ainda quando o aparato burocrático da justiça era acionado nesse processo.

O comércio de escravos foi o mais importante entre 1715-1719. Quando Francisco Pinheiro volta a negociar negros, o faz ape nas residualmente (1725-1729). Sua atividade, por excelência era vender alimentos e bebidas. Da leitura de sua correspondência, de preende-se que o comerciante relutou muito até ser obrigado a con formar-se com as operações a crédito. Antes de 1720 operava sobre tudo à vista. Seus representantes, porém, conseguiram convencê-lo de que tudo podia ser vendido a prazo, com juros tentadores de 30% a.a. consignados em letras promissórias. Na década seguinte, o comerciante impõe condições mais severas para conceder crédito e esta atitude se reflete imediatamente na queda no volume de suas vendas. (Ver tabela). Os negócios de Francisco Pinheiro não podem ser generalizados, mas a leitura e a análise de suas cartas trans mitem bem o clima que envolvia comércio de mercadorias e de di nheiro, na época.

Havia também os comerciantes itinerantes portugueses que compravam mercadorias na Metrôpole e as vendiam, pessoalmente, na América. Constituíam um elemento essencial nas conexões transatlânticas, viajando com a mercadoria em suas acomodações de bordo e, as sim, evitando todas as demais despesas.

Os comerciantes já fixados eram forçados a cobrar seus créditos e a elevar as taxas de juros, mas sempre lhes restava pou co dinheiro para pagar açúcar, fumo, gado e couro que o interior

— Volume Setorial dos Negócios Realizados por Francisco Pinheiro no Rio de Janeiro no Período de 1710-1744

(Mil cruzados)

Setor	Vendas	1710-1714		1715-1719		1720-1724		1725-1729		1730-1734		1735-1739		1740-1744		Total Geral	
			%		%		%		%		%		%		%		%
Alimentos	À Vista	11.354.259	68,6	4.015.189	20,3	9.606.235	18,6	29.782.650	28,9	124.140	3,2	1.794.090	24,3	475.690	40,0	57.152.253	28,1
	A Crédito	—	—	—	—	657.510	1,3	5.217.450	5,1	100.320	2,6	462.187	6,3	—	—	6.437.467	3,2
Bebidas	À Vista	406.990	2,5	2.644.930	13,3	3.689.950	7,1	1.598.390	1,6	—	—	—	—	713.200	60,0	9.053.460	4,4
	A Crédito	—	—	120.000	0,6	—	—	292.765	0,3	—	—	—	—	—	—	412.765	0,2
Tecidos	À Vista	2.022.843	12,2	981.516	5,0	19.827.137	38,4	27.818.650	27,0	2.521.416	65,2	2.329.300	31,6	—	—	55.500.862	27,3
	A Crédito	—	—	—	—	12.940.715	6,6	24.584.693	23,9	356.112	9,2	853.265	11,6	—	—	38.734.785	19,1
Manufaturas	À Vista	2.759.270	16,7	958.152	4,8	3.424.960	6,6	10.986.172	10,7	726.040	18,8	1.704.850	23,1	—	—	20.559.444	10,1
	A Crédito	—	—	—	—	1.473.860	2,9	446.240	0,4	39.600	1,0	232.960	3,1	—	—	2.192.660	1,1
Escravos	À Vista	—	—	11.107.520	56,8	—	—	33.600	—	—	—	—	—	—	—	11.141.120	5,5
	A Crédito	—	—	—	—	—	—	2.151.000	2,1	—	—	—	—	—	—	2.151.000	1,1
Total:		16.543.362	100,0	19.827.307	100,0	51.620.367	100,0	102.911.610	100,0	3.867.628	100,0	7.376.652	100,0	1.188.890	100,0	203.335.816	100,0

Fonte: LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais (uma correspondência comercial do século XVIII)*. Brasília, Ministério da Fazenda; São Paulo, Visão, 1973. v. 1, apud Maria Bárbara Levy. *História Financeira do Brasil*, RJ, IBMEC, 1979, p. 97, tabela 3.

lhes fornecia.

"Os lucros rápidos em ouro e prata ganhos pelos comerciantes itinerantes, os agentes estrangeiros e comerciantes de Lisboa, que não passavam de vendedores comissionados, perturbavam gravemente o comércio colonial regular" (71).

Não há qualquer sombra de dúvida de que a mineração gerou uma série de atividades econômicas,

"(...) com lucro não somente grande mas excessivo" (72).

Várias regiões da Colônia passaram a produzir bens demandados pela região mineira. Este foi não só caso do gado bovino criado nos campos de Piratininga e Paranaguá, no sul, mas também da importante zona criatória que se estabeleceu ao longo do São Francisco, ao norte das minas. Áreas até então fechadas em si mesmas, se abriam pelo comércio uma às outras, a região das minas atuando como integradora nacional (73). Tropas de mulas traziam das Minas Gerais o ouro até os portos do litoral e retornavam com os bens necessários às minas. A cena típica do século XVIII era o tropeiro com 30 ou 40 mulas carregadas, percorrendo rotas fixas e promovendo o mercado interno da colônia (74).

A decadência da exploração do ouro começou a se fazer sentir desde meados do século XVIII e, a partir daí, aparece o cunho do capital usurário. Para os exploradores das minas, os créditos estavam abertos a taxas de 25 a 30% a.a. O delírio da mineração começou a levar à ruína muitas pessoas cujos bens eram executados e arrematados em leilão. O governo da Metrópole, para preservar-se dos prejuízos e tentar socorrer mineradores, promulgou a "Lei da Trintena" (75), pela qual todos os mineradores que possuísem mais de 30

71) MAXWELL, Kenneth R. - op. cit, p. 28.

72) ANTONIL, André João - op. cit, p. 267.

73) IGLÉSIAS, Francisco - "Minas Gerais, pólo de desenvolvimento no século XVIII, in Primeira Semana de Estudos Históricos (O Brasil século XVIII - O século mineiro), Ponte Nova, MG, 1972, pp.86/87 apud Francisco Vidal Luna - op. cit, p. 32.

74) LOCKHART, J. and SCHWARTZ, S. Early Latin America. A history of Colonial Spanish America and Brasil. Cambridge University Press, 1983, p. 831.

75) 19 de fevereiro de 1752.

escravos só podiam ser executados sobre um terço dos lucros das Minas. Naturalmente, esse privilégio, favorecia apenas os minerdos de maior porte, note-se porém que mais da metade das lavras estava concentrada nas mãos de menos de 1/5 dos proprietários de negros. (76). Ao alterar o valor das garantias já oferecidas em operações concluídas, a medida abalou o sistema de crédito e evidenciou o mecanismo do capital usurário. Acreditando que o filão era inesgotável os mineiros sacaram contra o futuro; na ânsia de acumular a mercadoria dinheiro os prestamistas impuseram taxas contra as quais os poderosos apoiados pela coroa, alcançaram se defender.

Os negócios nas Gerais haviam se realizado quase todos a crédito, pois

"(...) todos sabem que o sistema de negócio deste país é muito diferente do que se pratica em qualquer parte, porque de quantos gêneros que nela encontram, nenhum se vende com ouro de contado, mais fia do por anos" (77).

O primeiro sinal de decadência foi a incapacidade dos mineradores de cumprir os compromissos a taxas anteriormente aceitas e contratadas.

Inicialmente os médios proprietários reagiram contra a "Lei de Trintena", já que eram eles os que mais contribuíam no pagamento do quinto e por isso se consideravam

"dignos do mesmo privilégio, ou que nenhum devesse ter"(78)

Na realidade, enquanto a produção se manteve a níveis estáveis ou crescentes, a prática da usura se dissimulava, porque era difícil avaliar a taxa de lucro do produtor e compará-la à taxa de juros dos empréstimos. As relações de endividamento por si mes

76) MELLO E SOUZA, Laura - op. cit, p. 27.

77) "Protestos das Câmaras Municipais de Minas Gerais contra taxa de capitação em 1741-1751. Código Costa Matoso. Biblioteca Municipal de São Paulo. Apud Francisco Vidal Luna - op. cit, p. 57.

78) COELHO, José João Teixeira, Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais in Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico nº 23, out 1844 p. 284 apud. Idem, ibidem p. 57.

mas não são uma representação da dependência de um setor em relação a outro, mas, se o crédito se reveste de práticas usurárias, conduzindo à extorsão e à falência e envolvendo em laços de subordinação crescentes aqueles que a ele recorrem, verifica-se que não se trata de um mero erro de projeção quando às garantias dadas pelos produtores. Os possuidores de merdadorias submetem os mineradores pelos juros que cobram. Quando a extração do ouro cai, o capital usurário mantém sempre a mesma lucratividade anterior, pois tem como instrumento a sustentação da taxa de juros. Assim, caracteriza-se o controle da circulação sobre a produção numa economia pré-capitalista envolta em práticas mercantilistas.

6. Conclusões

Neste artigo estudamos a gestão monetária e o crédito como formas de acumulação do Estado Absolutista e do capital usurário, em movimentos contraditórios mas participando, ambos, da acumulação primitiva.

A primeira tentativa de intervenção da Metrôpole na circulação da moeda buscou criar uma moeda provincial, de circulação restrita à colônia. A medida não pode ser avaliada em toda sua extensão, porque a população carioca permaneceu determinada em não entregar o dinheiro antigo para a conversão no novo, bem como porque a descoberta de ouro nas Gerais tornou esta ingerência prejudicial à Portugal.

A sociedade que germina em torno da mineração é sobretudo pobre. A desmistificação da opulência é fundamental para, no encadeamento de raciocínio, buscar suas causas. De diversos autores têm vindo contribuições importantes para o perfeito entendimento da pobreza nas minas, esclarecendo sobre o equívoco das interpretações

que mitificam um fausto barroco, que nunca existiu. Nossa interpretação vem acrescentar às causas da pobreza, a ação da política monetária e do capital usurário.

Ao historiar as contínuas alterações na legislação sobre a moeda, demonstramos que é muito íntima a associação entre as normas definidas para a circulação monetária e a política fiscal. Na verdade, numa economia que produz o ouro como matéria-prima, quando a Coroa define a finalidade e limita a circulação de cada tipo de moeda, está extorquindo um imposto adicional - praticando um confisco. A gestão monetária não é neutra, como podem sugerir diversas teorias sobre a moeda e isto o prova este capítulo da nossa história.

Há, porém, dois limites que restringem os amplos poderes do Estado. Em primeiro lugar, os clamores da própria população mineira que fazem adiar e abrandar as decisões. Em segundo, o Estado Absolutista enfrenta a resistência do capital mercantil, do qual, contraditoriamente, ele é um dos agentes de acumulação.

Finalmente verificamos como, apesar da inversão da relação mercadoria (açúcar) - dinheiro (comerciantes), que prevalecia na economia nordestina, para a relação dinheiro (ouro) - mercadorias (comerciantes) na mineração, o capital usurário mantém a subordinação da economia colonial.

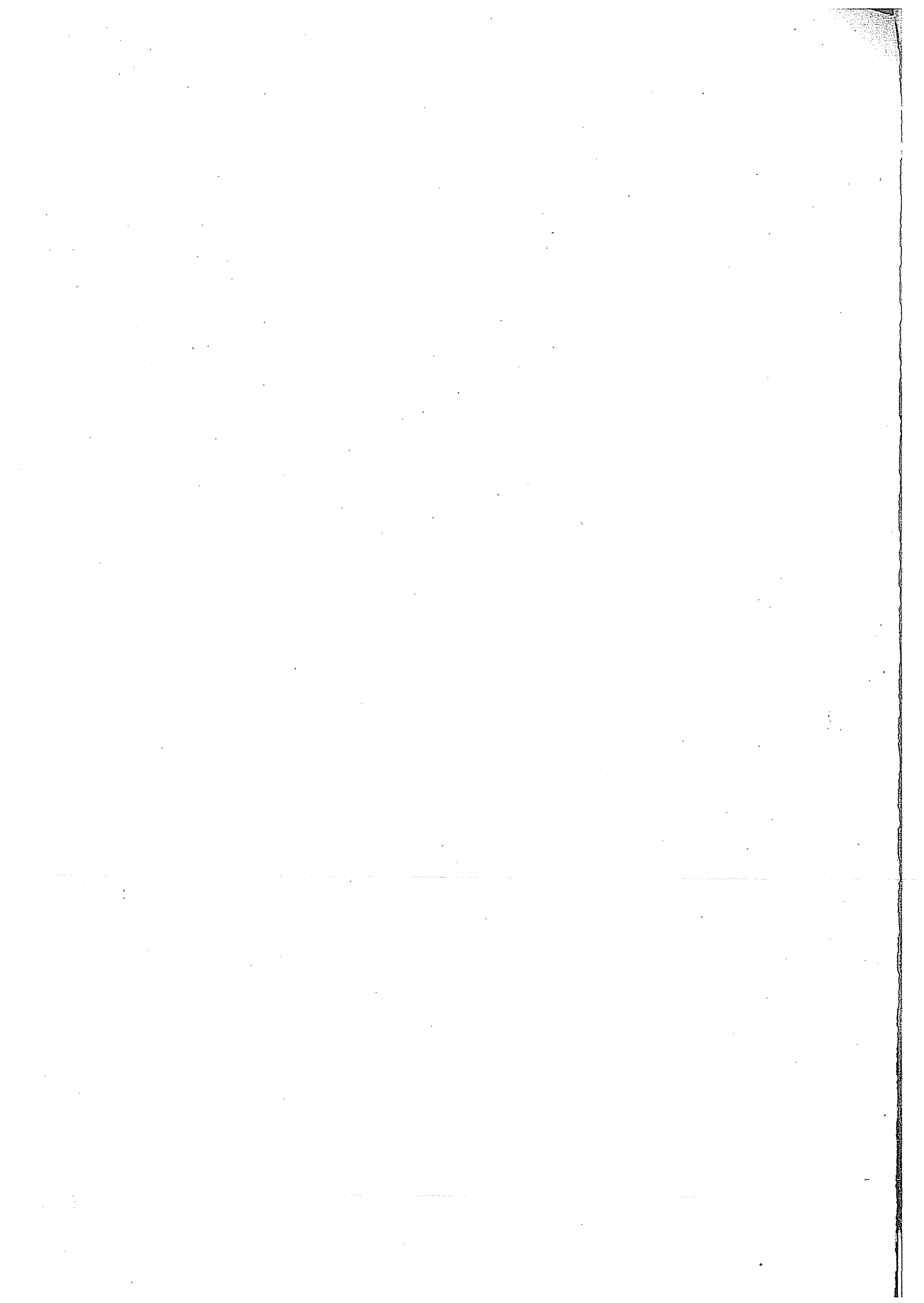
A prática generalizada de negociações a crédito é o resultado das restrições oficiais à circulação interna, ora do ouro em pó, ora do ouro amodado. A falta de troco era uma constante no comércio varejista mineiro e a falta de moeda nos grandes entroncamentos comerciais obrigava também aos atacadistas a apelar para o crédito. Infiltrado por todos os poros da economia que gravitava em torno da mineração, o capital usurário não precisou, como a Coroa, de impor uma derrama, pois manteve a rentabilidade, apesar dos visíveis

sinais de decadência da atividade extrativa. Quando chegam irreversivelmente os dias finais da mineração, o ciclo da drenagem primitiva já havia se consumado.

A INDÚSTRIA DE FERRO NO BRASIL E NOS
ESTADOS UNIDOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Carlos Alberto Primo Braga*

- * - Professor do Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. O autor agradece os comentários do Prof. Thomas S. Ulen da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign e do Prof. Iraci Del Nero da Costa do IPE/FEA/USP, sem responsabilizá-los, no entanto, por eventuais erros remanescentes.
-



A INDÚSTRIA DE FERRO NO BRASIL E NOS
ESTADOS UNIDOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Carlos Alberto Primo Braga (*)

O setor siderúrgico ainda é considerado uma das bases do poder nacional em plena era nuclear. É bem verdade que poucos economistas hoje em dia enfatizam o seu caráter estratégico com a ênfase que L.P. Ayres e S. Kurowsky, por exemplo, utilizaram no passado⁽¹⁾. Mas a maioria dos analistas tende a aceitar a tese de que o desenvolvimento da indústria siderúrgica lançou as bases para o crescimento industrial de várias das nações do Primeiro Mundo⁽²⁾. Analogamente, existem numerosos estudos que destacam o papel de usinas siderúrgicas no processo de industrialização de países em desenvolvimento⁽³⁾. Neste contexto, análises comparativas da história desta indústria no Centro e na Periferia devem fornecer subsídios interessantes à compreensão do processo de industrialização nestas regiões.

Este artigo aborda as atividades siderúrgicas desenvolvidas no Brasil e nos Estados Unidos na primeira metade do século XIX. Os países analisados são os candidatos naturais para este ti

(*) Professor do Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. O autor agradece os comentários do Prof. Thomas S. Ulen da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign e do Prof. Iraci Del Nero da Costa do IPE/ FEA/ USP, sem responsabilizá-los, no entanto, por eventuais erros remanescentes.

(1) Ayres foi o pai da doutrina segundo a qual "as iron goes so goes the market" - veja Broude (1963: 36). O economista polonês S. Kurowski, por sua vez, afirmava que "all vibrations of economic life can be grasped through the special case of metallurgical industry: it summed everything up and paved the way for all that followed". Apud Braudel (1981:373).

(2) Para uma visão crítica desta tese veja Landes (1969:541).

(3) Veja, por exemplo, Johnson (1966), Baer (1969) e Braga (1984).

po de estudo: os Estados Unidos são a economia líder do mundo industrializado e o Brasil possui a maior base industrial do Terceiro Mundo. A produção siderúrgica brasileira superou a do Reino Unido pela primeira vez em 1980. Há quase um século atrás (1890), os EUA haviam passado pela mesma experiência⁽⁴⁾. Este artigo explora algumas das razões por trás do intervalo de noventa anos, que separa estes episódios.

Uma tese popular no que tange à defasagem entre os processos de industrialização nestes dois países é a de que a mesma seria explicada pelas políticas comerciais adotadas pelo Brasil e pelos EUA nos séculos XIX. Roberto C. Simonsen, por exemplo, contrasta o protecionismo norte-americano com o "livre-comércio" adotado pelo Brasil em suas análises do desenvolvimento destas economias⁽⁵⁾. É importante observar que este tipo de análise costuma se basear na hipótese de que ambos os países teriam atingido o século XIX em um estágio semelhante de desenvolvimento⁽⁶⁾. Nas seções que se seguem, esta hipótese é discutida no contexto das experiências siderúrgicas destes dois países. O período de análise se restringe à primeira metade do século XIX com o intuito de minimizar a influência de fatores tecnológicos.

Siderurgia no Brasil e nos EUA: um pouco de história⁽⁷⁾

A produção mundial de gusa no início do século XIX é estimada em cerca de 600.000 t/ano⁽⁸⁾. A produção de aço nesta época

(4) Até 1890, a indústria siderúrgica britânica liderou a produção mundial. De 1890 até 1970, os Estados Unidos foram os principais produtores siderúrgicos mundiais. Na década de 70 a União Soviética superou os EUA. Veja Warren (1973) para detalhes sobre a expansão da indústria siderúrgica americana.

(5) Veja Simonsen (1977: 405-406); Id. (1973:6-9).

(6) Simonsen (1973:6) chega a sugerir que o Brasil ao final do século XVIII apresentava uma economia mais dinâmica do que a norte-americana.

(7) Esta seção se baseia em Braga (1980: capítulo 2), Baer (1969: capítulo 4), Hogan (1971: vol. 1), Warren (1973: capítulo 2).

(8) Parrish (1956: 373).

era ainda diminuta refletindo as limitações tecnológicas dos processos de refino existentes⁽⁹⁾. Foi apenas com a introdução dos conversores Bessemer na segunda metade do século passado que a era moderna da siderurgia teve o seu início. Mas na medida em que o ferro-gusa é o insumo básico para a produção de aço em larga escala, a história da indústria nesta sua fase inicial traz subsídios interessantes para a compreensão do desenvolvimento moderno do setor.

A produção de gusa nos EUA já era significativa por volta de 1800. Com uma produção de 40.000 t/ano, os EUA se encontravam em uma posição similar à da Alemanha no cenário internacional. Ambos os países, no entanto, produziam bem menos do que o Reino Unido, Rússia e França, nações que detinham a liderança da produção siderúrgica mundial naquela época⁽¹⁰⁾. Cinquenta anos mais tarde, o cenário internacional mudara dramaticamente em virtude do crescimento acelerado das indústrias americana e britânica. O Reino Unido expandiu a sua participação na produção mundial de 30% (1800) para 50% (1850). Os EUA também expandiram a sua participação de forma significativa neste período: de 7% para 14%⁽¹¹⁾.

A produção americana, no entanto, continuava a ser bem menor do que a britânica por volta de 1850 - cerca de quatro vezes menor. A diferença de tamanho se traduzia em estilos distintos de organização do setor nestes países. No Reino Unido, a indústria já apresentava suas características modernas, sendo composta por unidades de grande porte que operavam, na maioria dos casos, com carvão mineral. A produção americana, por sua vez, ain

(9) Para maiores detalhes veja Landes (1969: 251-59).

(10) A produção destes países era de ordem de 190.000, 190.000 e 140.000 t/ano, respectivamente. Veja Parrish (1956: 373).

(11) A produção mundial de ferro-gusa em 1850 era estimada em 4.470.000 t. Ibid.

da fluía de fornos relativamente pequenos, que usavam carvão vegetal como combustível. Em outras palavras, a despeito da posição de relevo da indústria americana no cenário mundial, os EUA - bem como os demais países europeus - ainda tinha uma indústria marcada por características pré-modernas (unidades de pequeno porte, carvão vegetal...). As principais razões apresentadas na literatura para explicar o atraso relativo dos EUA incluem: a competição da produção inglesa, os elevados custos da mão-de-obra americana, a falta de carvão mineral e uma infraestrutura de transportes deficiente⁽¹²⁾.

Antes de descrever as atividades siderúrgicas desenvolvidas no Brasil no início do século passado, cabe assinalar algumas diferenças marcantes entre as experiências coloniais do Brasil e dos EUA. Enquanto nos EUA é possível observar casos de incentivo à produção de ferro no período colonial, a administração do Brasil-colônia foi marcada por numerosas restrições às atividades manufatureiras⁽¹³⁾. O melhor exemplo neste contexto é o do Alvará de Extinção das Manufaturas de D. Maria I em 1785⁽¹⁴⁾. A suspensão do alvará, pelo Príncipe-Regente D. João, no que tange a atividades siderúrgicas em 1795 não chegou a alterar significativamente o panorama da "indústria" no Brasil. Por volta de 1800, o setor siderúrgico se restringia a forjas de pequeno porte espalhadas pela região mineira⁽¹⁵⁾.

Foi somente com a chegada da Família Real no Brasil (1808), que a administração portuguesa passou a adotar uma pers-

(12) Veja, por exemplo, Warren (1973: 11).

(13) Para maiores detalhes veja Furtado (1985: 102) e Gill (1971: 4-7).

(14) Os ingleses também chegaram a proibir determinadas atividades siderúrgicas em suas colônias através do Iron Act de 1750 (Gill, 1971: 7). Entretanto, a crescente demanda por implementos agrícolas nos EUA fez com que o decreto fosse abertamente desrespeitado.

(15) Veja Baer (1969: 50).

pectiva mais liberal no que diz respeito à implantação de atividades manufatureiras na colônia. O alvará de 1785 foi revogado (1808) e o governo decidiu intervir diretamente em alguns setores com o objetivo de viabilizar a produção doméstica de produtos considerados estratégicos. Neste contexto, duas fábricas de ferro começaram a ser construídas: a Real Fábrica do Morro Gaspar Soares em Minas Gerais (também conhecida como a Fábrica do Pilar) e a Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema.

Em 1814, na Fábrica do Pilar, o primeiro alto-forno brasileiro começou a operar produzindo 4,5 toneladas de gusa ao longo de três dias. A operação, porém, não foi bem executada e o alto-forno encravou na noite do dia 21 de agosto⁽¹⁶⁾. O alto-forno ficou bastante danificado, tornando-se indispensável a substituição do seu material refratário para que pudesse voltar a operar. As dificuldades enfrentadas pelo administrador da fábrica (Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá) em suas tentativas de recuperar o alto-forno acabaram por determinar o abandono do mesmo. Câmara resolveu então instalar duas pequenas forjas suecas, que produziram cerca de 133 toneladas de ferro de 1815 a 1831⁽¹⁷⁾. Em 1831, após vários anos de prejuízo, o governo decidiu fechar a Fábrica do Pilar.

A outra fábrica, que também contou com financiamento público, começou a ser construída em Ipanema (São Paulo) em 1811. Mas foi somente após o metalurgista alemão Frederico Luiz Guilherme de Varnhagem se tornar o seu administrador (1815), que as

(16) A in experiência da mão-de-obra envolvida com a operação em conjunto com problemas técnicos no projeto do alto-forno - em particular, deficiências no sistema de aeração - provocaram o esfriamento precoce do gusa, fazendo com que a carga metálica "entupisse" o alto-forno. Para maiores detalhes veja Eschwege (1979, v.2: 208-9).

(17) Veja Baer (1969: 51). Cabe observar que Câmara deixou de administrar a fábrica em 1822. Para detalhes adicionais, veja Braga (1980: 21-26).

obras dos dois alto-fornos de Ipanema foram iniciadas. Em 1818, Ipanema iniciou sua produção de ferro-gusa. De 1818 a 1821, a fábrica produziu cerca de 270 toneladas de gusa. Com a saída de Varnhagem (1821), a eficiência das suas operações começou a declinar e a fábrica chegou a ser fechada em 1834. Reaberta dois anos mais tarde, Ipanema continuou operando intermitentemente até 1895⁽¹⁸⁾.

No momento de sua independência, o Brasil contava com as duas fábricas governamentais e cerca de trinta unidades metalúrgicas particulares de pequeno porte⁽¹⁹⁾. A maioria destas forjas utilizavam técnicas bastante primitivas (o cadinho africano) e se concentravam na região de Minas Gerais. A capacidade combinada destas forjas era de cerca de 120 toneladas/ano⁽²⁰⁾. A independência do Brasil não veio a alterar este cenário. Na realidade, a volta de D. João VI para a Europa e a turbulência política do período contribuíram para a partida de alguns dos principais técnicos europeus (Eschwege, Schoenewolf, Varnhagen,...) e para a decadência dos projetos mais ambiciosos.

Por volta de 1850, os únicos altos-fornos em operação no Brasil eram os de Ipanema. O número de forjas havia aumentado, mas a produção de ferro ainda era diminuta - cerca de 1500 toneladas/ano⁽²¹⁾. Em síntese, os dados aqui apresentados evidenciam que Brasil e EUA iniciaram o século XIX com estruturas siderúrgicas bastante distintas. Em 1850, quando a indústria americana começava a perder as suas características pré-modernas, a in

(18) Para maiores detalhes sobre a história de Ipanema, veja Felicíssimo Jr. (1969: 35-119).

(19) Dentre estas últimas, a mais importante era a "Fábrica Patriótica" instalada em Minas Gerais pelo Barão W.L. Von Eschwege em 1812. De 1812 a 1820, a Fábrica Patriótica produziu cerca de 110 toneladas de ferro em barra. Veja Baer (1969: 53).

(20) Ibid.

(21) Baer (1969: 55) estima em 120 o número de forjas em operação em Minas Gerais em 1864.

dústria brasileira ainda se encontrava em sua pré-história.

Os Obstáculos ao Desenvolvimento Siderúrgico

Os pontos comuns nas experiências siderúrgicas do Brasil e dos EUA na primeira metade do século XIX ficam por conta dos obstáculos que restringiam em ambas as nações o desenvolvimento da indústria. Tanto no Brasil quanto nos EUA, as importações tinham um papel importante no atendimento da demanda doméstica. As respostas à competição externa, porém, foram completamente distintas.

Nos EUA, já em 1816 eram adotadas medidas protecionistas (tarifas) com o objetivo de proteger indústrias infantis⁽²²⁾. E muito embora estas tarifas, no que tange à siderurgia, não tenham sido suficientes para barrar a penetração de produtos importados, é importante salientar que a proteção tarifária foi utilizada explicitamente no contexto de uma estratégia de substituição de importações⁽²³⁾. As tarifas se alteraram ao longo dos anos, em sintonia com a evolução do debate político sobre protecionismo, mas o seu efeito líquido sobre a indústria siderúrgica ainda é uma questão em aberto. Existem evidências, no entanto, de que as tarifas não impediram a adoção de novos processos e tecnologias pelo setor - como a gradual substituição de carvão vegetal por carvão mineral (antracito) ilustra - a despeito das previsões pessimistas dos adeptos do livre comércio⁽²⁴⁾.

(22) Veja North e Thomas (1968: 209).

(23) Warren (1973: 12) observa que a despeito das tarifas de 1816, importações atendiam a cerca de 58% do consumo americano de produtos siderúrgicos por volta de 1817.

(24) É difícil avaliar o impacto do protecionismo sobre a taxa de inovação tecnológica do setor nos EUA. Contudo, é razoável supor que a modernização do setor não seria favorecida por uma competição extremada. Veja Warren (1973: 13).

Um outro aspecto digno de nota diz respeito à capacidade de organização demonstrada pelos empresários siderúrgicos americanos. Em 1831, por exemplo, foi elaborado um relatório, no contexto da *General Convention of the Friends of Domestic Industry*, a favor da manutenção de tarifas protecionistas para o setor siderúrgico. Tal relatório utilizava não apenas argumentos baseados nas teses de auto-suficiência de insumos estratégicos e de indústria infante, mas também sugeria que a proteção desempenhava um papel importante para a estabilidade de preços na economia⁽²⁵⁾.

As reações americanas à questão das importações - quer a nível de governo, quer a nível dos empresários do setor - não tem qualquer semelhança com a experiência brasileira. Tal contraste não chega a constituir uma surpresa na medida em que a indigência do setor siderúrgico no Brasil e as próprias preferências ideológicas da classe dominante brasileira (pró-livre comércio) não geravam um ambiente propício ao mesmo tipo de reação⁽²⁶⁾. Além disso, é importante observar a existência de uma restrição externa no caso brasileiro, no que diz respeito à definição da política comercial do país. Os tratados de Comércio e Navegação de 1810 entre Portugal e o Reino Unido foram "herdados" pelo Brasil independente. Os Tratados definiam de forma estrita os limites do possível para a política comercial do país. Neste contexto, nem mesmo a revisão que os mesmos sofreram com a introdução das tarifas Alves Branco (aumentando de 15 para 30% o valor da maioria das tarifas ad valorem para importações) em 1844 chegou a configurar uma ruptura na postura livre-cambista brasileira. Aliás, as tarifas

(25) Veja Broude (1963: 30).

(26) No que tange à questão ideológica veja as observações de Furtado (1985: 101) sobre Alexander Hamilton e o Visconde de Cairu.

Alves Branco foram introduzidas basicamente por motivos financeiros e não como um mecanismo de incentivo ao setor industrial⁽²⁷⁾.

Um outro problema comum enfrentado por produtores no Brasil e nos EUA dizia respeito a dificuldades de transporte. Comparando os custos de transporte terrestre nos EUA com os fretes marítimos para transporte de ferro entre a Suécia e Filadélfia, Daniel Webster observou que para todos os efeitos práticos Estocolmo "could be considered as within 50 miles of Philadelphia" por volta de 1824⁽²⁸⁾. Mesmo após a construção do canal do Lago Eire, fretes domésticos continuaram a ser bem mais caros do que fretes marítimos (relações de 5:1 não eram incomuns). Para aqueles produtores siderúrgicos que não estavam localizados na costa leste dos EUA, o problema de transporte tinha implicações mistas. Muito embora os custos de transportes propiciassem proteção extra contra a competição internacional, eles também limitavam o mercado em que estes produtores eram competitivos. Consequentemente, estes custos por via indireta impunham limitações à escala das usinas americanas. Seria apenas com o gradual desenvolvimento da rede de transportes dos EUA que este problema começou a ser adequadamente equacionado.

No caso brasileiro, os problemas de transporte eram ainda mais dramáticos. O custo de transporte de 1 tonelada de ferro fundido de Ipanema a Santos era de 34\$000, enquanto o frete para o transporte do mesmo tipo de carga entre Liverpool e Santos era de 11\$000⁽²⁹⁾. Além disso, enquanto os EUA por volta de 1830 já haviam construído quase 2.000 km de canais para navegação e inicia

(27) Veja Luz (1961: 18-19).

(28) Apud Warren (1973: 14).

(29) Veja Castro (1972: 151).

vam a implantação do seu sistema ferroviário - que em 1850 já contava com quase 15.000 km de linhas em operação - o Brasil não experimentou qualquer melhoria significativa em seu sistema de transporte na primeira metade do século XIX.

No que tange à questão de disponibilidade de mão-de-obra é possível observar que, em ambos os países, capital humano era um insumo crucial para o sucesso de atividades siderúrgicas. Nos EUA, tal importância se refletia nos salários relativamente elevados que trabalhadores especializados eram capazes de alcançar já no início do século XIX. A este respeito é interessante registrar os comentários feitos por Daniel Webster em 1824 a respeito dos elevados custos de mão-de-obra, que caracterizavam a siderurgia americana:

... If we had more of poverty, more of misery, and something of servitude, if we had an ignorant, idle, starving population, we might set up for ironmakers against the world⁽³⁰⁾.

Ora, no Brasil as condições sociais prevalecentes encontravam-se bem mais próximas daquilo que Webster considerava necessário a uma oferta adequada de mão-de-obra do ponto de vista da indústria siderúrgica. Tais condições, no entanto, certamente não favoreceram o desenvolvimento da siderurgia no país⁽³¹⁾. Na realidade, a inexistência de mercados de trabalho organizados constituiu um dos maiores obstáculos à evolução do setor. A presença de especialistas estrangeiros não gerou externalidades duradouras em termos de educação técnica e dada a ausência de mercados formais, necessidades localizadas por mão-de-obra especializada não estimularam respostas adequadas a nível da oferta. Tais problemas somente

(30) Apud Warren (1973: 13)

(31) A este respeito a descrição do mestre-fundidor Schoenewolf sobre as condições de trabalho na Fábrica do Pilar ilustram os problemas associados à baixa qualificação da mão-de-obra brasileira. Veja Eschwege (1979: 208-12).

começariam a ser resolvidos no final do século XIX com a fundação da Escola de Minas em Ouro Preto (1875) e o gradual desenvolvimento de mercados regionais de trabalho.

Finalmente, é interessante analisar o peso da questão tecnológica em cada um destes países no período em tela. Apenas seis anos se passaram entre o registro da patente do sistema de "sopro quente" (*hot blast*) na Escócia em 1828 e a adoção desta técnica nos EUA⁽³²⁾. Tal fato sugere que críticas a respeito do atraso tecnológico da siderurgia americana na primeira metade do século XIX somente se sustentam se o Reino Unido é tomado como paradigma. Em outras palavras, a velocidade na adoção de inovações tecnológicas pelos produtores americanos já era bastante elevada naquela época⁽³³⁾. O uso da técnica do *hot blast* nos altos-fornos americanos permitiu o início da transição da era do carvão vegetal para a era do carvão mineral (antracito e carvão betuminoso). Cabe observar, contudo, que tal transição somente se tornou viável com o desenvolvimento de um sistema de transportes adequado ligando as usinas às minas de carvão (a localização inicial das usinas nos EUA foi determinada pela disponibilidade de minério de ferro).

Dada a interdependência entre as questões de tecnologia e de transporte não deve constituir uma surpresa o fato de no Brasil a transição do carvão vegetal para o mineral somente ter ocor-

(32) Para um estudo das implicações desta inovação tecnológica veja Hyde (1977: Capítulo 9). Veja também Warren (1973: 14).

(33) Isto fica particularmente evidente a partir de 1840 e é ilustrado pela disputa Kelly-Bessemer a respeito da prioridade na invenção do processo pneumático (Hogan, 1971: 32-33). Na segunda metade do século XIX a siderurgia americana passaria a ter um dinamismo tecnológico superior a de sua congênera britânica. A este respeito veja Berck (1978).

rido no século XX⁽³⁴⁾. De qualquer forma, a inexistência de uma massa crítica de mão-de-obra especializada condenou a siderurgia brasileira a assistir uma dramática ampliação da sua defasagem tecnológica ao longo do século XIX.

Considerações Finais

O cotejo das experiências siderúrgicas do Brasil e dos EUA no período 1800 a 1850 evidencia que as mesmas tiveram pouco em comum. Fatores exógenos ao setor explicam boa parte das diferenças. Em primeiro lugar, estes dois países chegaram ao século XIX com estruturas econômicas bastante distintas. Enquanto a economia americana derivava o seu dinamismo tanto do mercado internacional (particularmente, através da exportação de algodão), quanto do mercado doméstico, a economia brasileira era totalmente extrovertida. O acanhamento do mercado interno e a crise do setor exportador nas primeiras décadas do século XIX tornaram extremamente adversas as condições para experimentos industriais naquela época no Brasil.

A nível do setor siderúrgico, o fato da indústria americana, já em 1800, ter alcançado uma produção de cerca de 40.000 t/ ano de gusa, enquanto a produção brasileira de ferro fundido era insignificante, ilustra as diferenças iniciais que marcavam as estruturas de oferta dos dois países. Tais diferenças não diminuíram com o passar do tempo dado o dinamismo da economia ameri

(34) A distância entre as reservas de minério de ferro das Minas Gerais e as minas de carvão no sul do país era bem superior a que prevalecia nos EUA. Além disso, o carvão mineral brasileiro era de baixa qualidade (com um elevadíssimo teor de cinzas), dificultando a adoção de tecnologias metalúrgicas desenvolvidas na Europa e nos EUA. Veja Braga (1980: Capítulo 2).

cana e a estagnação da economia brasileira no período enfocado. Por volta de 1850, enquanto a produção siderúrgica dos EUA já superava 500.000 t/ ano, o Brasil produzia menos de 2.000 t/ ano. Além disso, um verdadeiro abismo tecnológico separava as duas indústrias.

A tese de que uma política protecionista adequada poderia ter alterado significativamente as condições para o crescimento do setor no Brasil é, no mínimo, ingênua. A estreiteza do mercado local, os problemas de transporte e da falta de mão-de-obra qualificada eram as restrições dominantes no caso brasileiro. Em tal cenário, uma política comercial restritiva teria efeitos, na melhor das hipóteses, tênues no que tange à expansão da oferta doméstica⁽³⁵⁾.

O papel do Estado no Brasil ao viabilizar a implantação das fábricas de Pilar e de Ipanema serviu apenas para ilustrar as limitações de Lei de Say - sobretudo, em um contexto de oferta errática e de má qualidade. Cabe especular, contudo, sobre a trajetória de desenvolvimento do setor caso Pilar - localizada em uma região bem mais propícia do ponto de vista de insumos - ao invés de Ipanema tivesse sido mantida em operação através de investimentos adequados. As externalidades de uma operação siderúrgica bem conduzida com base nos ricos minérios das Gerais seriam certamente bem maiores do que aquelas que a operação da usina da região de Sorocaba propiciou⁽³⁶⁾.

(35) Tais conclusões se coadunam com a análise macro de Furtado (1985: capítulo 18) sobre as experiências de desenvolvimento do Brasil e dos EUA no século XIX.

(36) O minério de Ipanema - a magnetita - era rico em titânio e de difícil processamento. Os altos custos da operação em Ipanema - veja, por exemplo, Felicíssimo Jr. (1969: 129) - refletiam em parte a baixa qualidade do minério local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAER, W., *The Development of the Brazilian Steel Industry*. Nashville, Vanderbilt University Press, 1969.
- BERCK, P., "Hard Driving and Efficiency: Iron Production in 1890", *Journal of Economic History* (Dezembro de 1978): 879-900.
- BRAGA, C.A.P., *Siderurgia no Brasil: História e Análise da Competitividade Internacional do Setor nos Anos 70*. Tese de Mestrado. São Paulo, IPE/ USP, 1980.
- _____, *Steel, Trade and Development: A Comparative Advantage Analysis with Special Reference to the Case of Brazil*. Tese de Doutorado. Urbana - Champaign, Universidade de Illinois, 1984.
- BRAUDEL, F., *The Structures of Everyday Life*. New York, Harper & Row, 1981.
- BROUDE, H.W., *Steel Decisions and the National Economy*. New Haven, Yale University Press, 1963.
- CASTRO, A.B., *Sete Ensaio sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Forense, 1971.
- ESCHWEGE, W.L., *Pluto Brasiliensis*, 2 vols. São Paulo, EDUSP, 1979.
- FELICÍSSIMO Jr., J., *História da Siderurgia de São Paulo, Seus Personagens, Seus Feitos*. São Paulo, Instituto Geográfico e Geológicos, 1969.
- FURTADO, C., *Formação Econômica do Brasil*, 20ª. ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1985.
- GILL, H.B., *The Blacksmith in Eighteenth-Century Williamsburg*. Williamsburg Craft Series. Williamsburg, Colonial Williamsburg Department of Publications, 1971.
- HOGAN, W.T., *Economic History of the Iron and Steel Industry in the United States*, Lexington, Lexington Books, 1971. vol. 1.
- HYDE, C.K., *Technological Change and the British Iron Industry (1700-1870)*. Princeton, Princeton University Press, 1977.
- JOHNSON, W.A., *The Steel and Iron Industry of India*. Cambridge, Harvard University Press, 1966.
- LANDES, D.S., *The Unbound Prometheus*. Cambridge, Harvard University Press, 1969.
- LUZ, N.V., *A Luta pela Industrialização do Brasil (1808 a 1930)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961.
- NORTH, D.C. and THOMAS, R.P. (eds), *The Growth of the American Economy to 1860*. Columbia, University of South Carolina Press, 1968.

PARRISH, J.B., "Iron and Steel in the Balance of World Power".
The Journal of Political Economy, 64 (Outubro de 1956).

SIMONSEN, R., *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*.
São Paulo, Cia Editora Nacional, 1973.

_____, *História do Brasil*, 7a. edição. São Paulo, Cia Edito
ra Nacional, 1977.

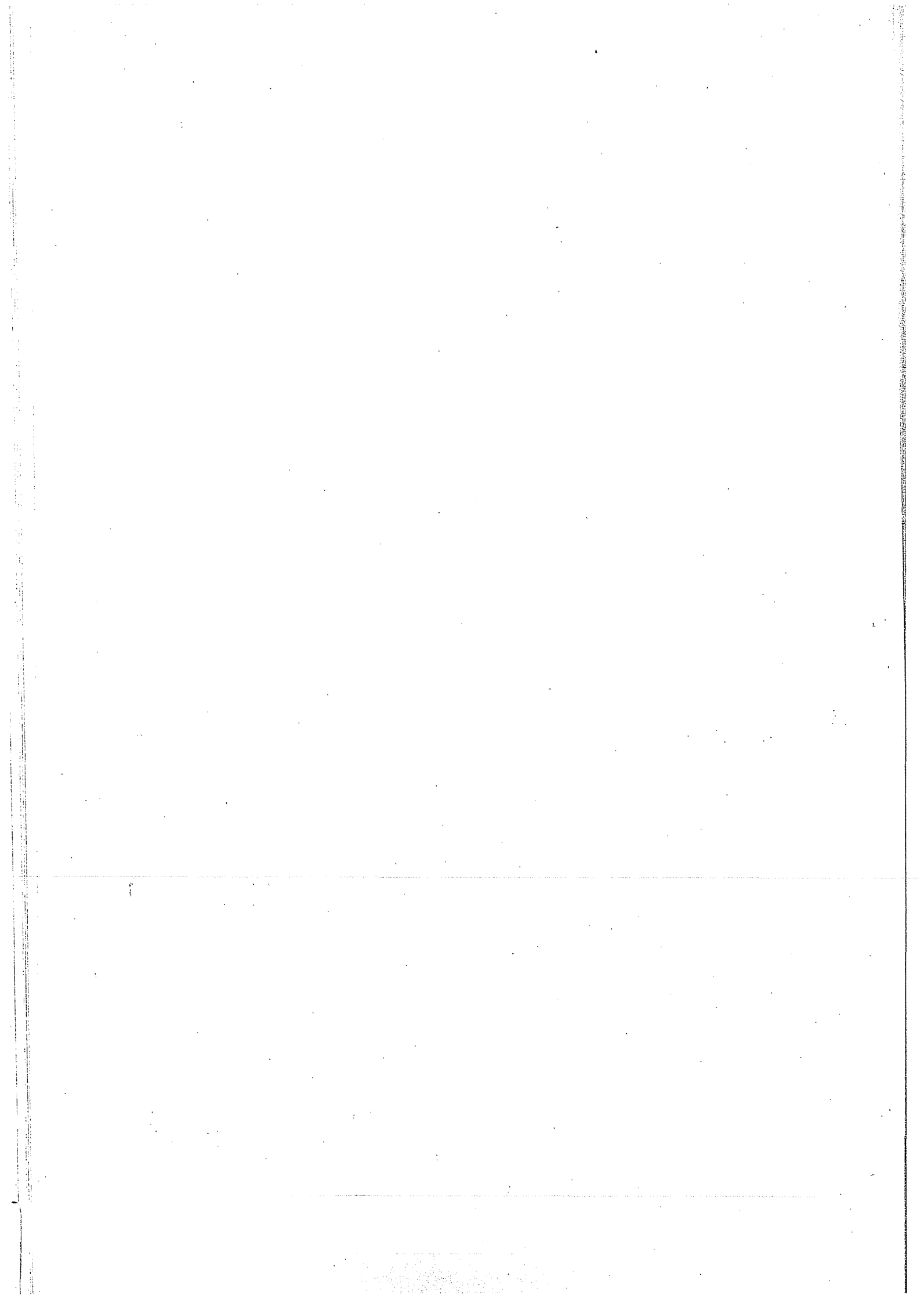
WARREN, K., *The American Steel Industry (1850-1970)*. Oxford, Cla-
rendon Press, 1973.

MINAS GERAIS EM 1831: NOTAS SOBRE A ESTRUTURA
OCUPACIONAL DE ALGUNS MUNICÍPIOS

Clotilde Andrade Paiva*

Maria do Carmo S. Martins*

- * - As autoras pertencem ao corpo permanente do CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG
-



MINAS GERAIS EM 1831: NOTAS SOBRE A ESTRUTURA
OCUPACIONAL DE ALGUNS MUNICÍPIOS

Clotilde Andrade Paiva*

Maria do Carmo S. Martins*

I

As estimativas do crescimento demográfico da população livre, e especialmente da população escrava, de Minas Gerais no período provincial, apontam para taxas de crescimento elevadas considerando-se os padrões da época. Mesmo admitindo-se a precariedade dos métodos e dados usados nestas estimativas (o que colocaria em discussão os níveis dos valores estimados), parece indiscutível que a população da província cresceu no decorrer do século XIX.¹

O que foi a economia provincial nesta época, e quais as formas de organização econômica associadas a este crescimento populacional, são questões ainda não inteiramente resolvidas.

Na verdade, nos últimos anos, o debate em torno destas questões foi reacceso com a publicação dos trabalhos de Martins e a sua tese de que, após o declínio do ouro, Minas Gerais se transformou em um conjunto diversificado de subsistemas econômicos, com produção voltada para o consumo local e muito pouco mercantilizada. Mesmo assim, diz ele, a província continuou a ser um grande importador de escravos, pois em razão da grande disponibilidade de terras formou-se um campesinato independente, que não trabalhava para terceiros, e, o escravo continuava a ser a única forma de obter pretação de serviços.²

Martins argumenta, portanto, que a associação entre escravidão e plantation não se sustenta em Minas Gerais, onde o número de escravos cresceu, via importação, quando prevalecia um tipo de organização econômica não voltada para o mercado externo.

* - As autoras pertencem ao corpo permanente do CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG.

Cano e Luna sugerem outra hipótese para explicar o aumento da população escrava: o crescimento vegetativo. Alegam que o baixo grau de mercantilização da economia poderia ter criado condições de vida mais favoráveis e conseqüentemente conduzido a um crescimento natural positivo da escravaria. Segundo estes autores, como se explicaria a geração do capital necessário para adquirir escravos numa economia com baixo grau de mercantilização? Se o plantel de escravos aumentou, as razões devem ser outras, e uma hipótese possível é que o balanço entre nascimentos e mortes foi positivo.³

Slenes discorda tanto de Martins quanto de Cano e Luna e sustenta que, em Minas, na primeira metade do século XIX, havia um conjunto de atividades econômicas diversificadas (ligadas direta ou indiretamente ao setor exportador), possuidor de um dinamismo que permitia e explicava o grande tráfico de escravos para a província. Slenes argumenta, ainda, que Martins subestima a importância do setor exportador da economia e seus efeitos internos. Tanto a pecuária quanto a manufatura têxtil se desenvolveram muito, no período, e há evidências de que utilizavam mão-de-obra escrava.⁴

A questão demográfica que permeia as diferentes argumentações resumidas anteriormente é extremamente interessante. Estamos diante de uma população que, segundo as evidências disponíveis, cresceu no decorrer do século XIX, mas cujos fatores de crescimento ainda não estão perfeitamente determinados. E mais ainda, há evidências que, na segunda metade do século, o crescimento demográfico foi diferenciado segundo as várias regiões da província, de acordo com as peculiaridades da organização econômica característica de cada região. É bem possível que se possa observar também, nas primeiras décadas do século, o mesmo tipo de diversificação interna no crescimento populacional da província.

É importante compreender o aumento populacional através da análise de seus componentes, ou seja, o crescimento natural resultante do balanço entre nascimentos e mortes e os efeitos diretos e indiretos da migração. São poucos e discutíveis os estudos que existem com estimativas de taxas vitais para a província de Minas Gerais na primeira metade do século XIX.⁵

Especialmente no que diz respeito à população escrava,

as dificuldades em se conhecer a sua dinâmica demográfica são ainda maiores. Muitos estudiosos tendem a aceitar a tese de que a taxa de crescimento da escravaria estava sempre abaixo do nível de reposição, como resultado da combinação de níveis de mortalidade alta e fecundidade baixa. Estudos feitos, com dados de matrícula de escravos por Slenes, para outras regiões do Brasil, na segunda metade do século XIX, mostram níveis altos de mortalidade ao lado de padrões de fecundidade também altos para a época. Segundo o autor se a natalidade era baixa, isto deveria ser explicado pela estrutura etária "desfavorável ao casamento" (devido ao desequilíbrio numérico dos sexos) e não por uma fecundidade baixa das mulheres cativas.⁶

Qual a participação do crescimento natural e do migratório na dinâmica demográfica da província, é uma das questões demográficas relevantes.

Outra questão igualmente importante para as discussões do tipo da apresentada anteriormente, diz respeito à estrutura ocupacional desta população. Em que se ocupava esta população que estava crescendo? Quais as atividades econômicas desempenhadas pelos diferentes grupos desta população? De que forma o contingente escravo se distribuía pelas unidades domiciliares, e quais as tarefas que desempenhava?

O objetivo destas notas é resgatar os dados do censo provincial de 1831, realizado em Minas Gerais, apontando suas enormes possibilidades como uma fonte de informação histórica ainda pouco explorada.⁷

O levantamento completo das informações contidas nas listas domiciliares de população, que constituem este censo, faz parte de uma pesquisa atualmente em andamento no CEDEPLAR.⁸ À medida que o levantamento do conjunto de listas referentes a um município se completa, inicia-se o estudo de sua população segundo vários aspectos. Em geral, temos iniciado o estudo de cada município descrevendo sua estrutura etária por sexo e condição, e a distribuição dos domicílios segundo o número de escravos listados no domicílio.⁹

Neste trabalho vamos apresentar algumas das características da estrutura ocupacional de Ouro Preto, Pitangui, Baependi e Minas Novas. A parte II consta de um breve comentário sobre o censo de 1831, suas potencialidades e limitações como fonte de in

formação histórica. Na parte III apresentamos alguns dos resultados encontrados, a nível de município, comparando-os com as informações contidas nos relatos de alguns viajantes. Na parte IV, a guisa de conclusão, situamos o resultado do censo provincial face alguns aspectos de debate cujas linhas gerais apresentamos anteriormente.

II

Conforme já mencionamos anteriormente, os dados usados neste trabalho são extraídos do censo provincial de 1831, cujas listas foram preenchidas pelos juizes de paz, atendendo solicitação do presidente da província. A nível da província, como um todo, estima-se que estas listas representam 53% dos distritos existentes, e 77% dos que efetivamente enviaram as informações solicitadas.

Estas listas são preenchidas por fogos e apresentam a relação dos habitantes, especificado para cada indivíduo, o nome, a raça, a idade, o estado civil, a condição (com indicação se é escravo) e a ocupação. O sexo é identificado pelo nome, sendo mínimo o número de casos em que esta identificação é impossível.

A informação relativa à condição social indica apenas os escravos ou cativos e os forros. O ofício do presidente da província, que deu origem ao censo, instruiu que se indicasse as condições dos que eram libertos ou cativos. Portanto, a população denominada "livre" inclui, também, os forros e todos aqueles sem condição declarada.¹⁰

A estrutura etária por sexo e condição social de cada um dos municípios objetos destas notas constam do Anexo, e não serão comentadas isoladamente neste trabalho.

Interessa-nos comentar alguns pontos importantes relativos à informação sobre ocupação, constante deste censo, e de que forma ela poderia ser utilizada.

Em geral, a informação que aparece nas listas se reduz a uma ou duas palavras cujo sentido pode ser ambíguo, não nos permitindo localizar, com segurança, aquela pessoa, na estrutura econômica da comunidade a que pertence. A designação de lavrador, por exemplo, pode ser usada tanto para o escravo como para o pe-

queno proprietário ou fazendeiro.

Roceiro também é uma profissão que pode suscitar dúvidas. De acordo com uma "relação secreta dos homens de negócio mais abastados que vivem nestas Minas, organizada em 1746, pelo Provedor da Fazenda Real constam vários nomes (...) cuja profissão era roceiro".¹¹ Nas listas do censo tanto aparecem roceiros com um grande número de escravos e que, portanto, poderiam ser "abastados", como roceiros sem nenhum escravo cuidando da roça com sua família.

Há, além disto, casos de dupla ocupação envolvendo geralmente ramos diferentes de atividade econômica (comércio e agricultura, por exemplo).

As informações do censo de 1831 foram classificadas segundo uma listagem com 242 nomes de ocupações, ou de combinações de ocupações, elaborada a partir do próprio censo.

Observando a frequência de cada um dos 242 itens e tendo em vista uma exploração preliminar dos dados agrupamos, para este estudo, as ocupações em 9 grandes grupos:

1) Fiadeiras e tecedeiras incluindo: fiadeiras, tecedeiras e fiadeiras e tecedeiras.

2) Lavoura e Pecuária incluindo: lavrador, agricultor, boiadeiro, criador de gado, roceiro e criador, peão, hortelão, etc.

3) Serviço doméstico incluindo: serviço doméstico, cozinheira, pagem, lavadeira, engomadeira, roceira-fiadeira-costureira e cozinheira, etc.

4) Diaristas e assalariados incluindo: jornaleiro, alugado, vive de jornal, etc.

5) Artes e ofícios incluindo: carpinteiro, ferreiro, sapateiro, alfaiate, rendeira, costureira, oleiro, telheiro, etc.

6) Comércio incluindo: negociante, venda, estalagem, negócio de fazenda seca, arrieiro, ropeiro, mascate, etc.

7) Mineração incluindo: mineiro, faiscador e empregado de fábrica.

8) Outras

9) Sem declaração de ocupação

No grupo Outras estão incluídas todas as ocupações que não se enquadram nos grupos anteriores, e cuja frequência (número de casos observados) é muito baixa.¹²

Finalmente, o grupo Sem ocupação declarada inclui tanto os casos de pessoas que pela sua idade e/ou condição não teriam ocupação a declarar, como os casos de não-resposta do pessoal efetivamente ocupado. É uma categoria residual onde estão incluídos todos os casos de não informação.

Para avaliar a qualidade (em termos de cobertura), da informação sobre ocupação destes municípios, eliminamos do grupo "sem ocupação declarada" (e também do total) a população abaixo de 10 anos de idade, pressupondo que os elementos deste grupo etário, normalmente, não desempenham atividades econômicas regulares. As tabelas sobre as quais vamos fazer alguns comentários na próxima seção referem-se, portanto, à população acima de 10 anos.

Ao lado das dificuldades de classificação das ocupações temos que considerar, ainda, dois aspectos muito importantes, se pretendemos chegar a qualquer tipo de interpretação a partir destes dados:

- a) conhecer a representatividade do nosso conjunto de listas de população a nível do município estudado;
- b) estimar a incidência de "não informação de ocupação" nestas listas de população.

Embora não conheçamos exatamente a relação dos distritos de paz que compunham cada município, naquela data, há outras formas de se avaliar para que área do município não há listas de população.

No caso de Ouro Preto, não há listas para os distritos de Nossa Senhora do Pilar e Antônio Dias, que formam o núcleo urbano da cidade. As listas do município de Ouro Preto cobrem uma população, possivelmente, mais rural, o que pode viciar os resultados. Em Pitangui, como em Ouro Preto, há apenas distritos "rurais".

Em Baependi há uma concentração das listas de população no Arraial de Aiuruoca (8 distritos). Os dois distritos de paz do município de Baependi cujas listas também foram utilizadas são: São José do Favacho (Baependi) e distrito do Carmo (Pouso Alto).

Em Minas Novas apenas a região ao norte do Rio Jequitinhonha, o chamado Sertão, está representado. Fica evidente que para se ter uma visão da região este conjunto de listas não é suficiente. Nenhuma informação temos sobre Formigas (atual Montes Claros) que era um dos pontos principais da parte oriental do Sertão, verdadeiro entreposto comercial da zona. Nada encontramos sobre as forjas do Bom Fim, segundo Saint Hilaire "o mais belo estabelecimento visto por mim na Província de Minas".¹³

A freguesia de Rio Pardo, que segundo Waldemar Barbosa era um dos arraiais mais importantes da região, em 1831, também não está representada no nosso conjunto de listas.¹⁴

No que diz respeito à incidência de não-informação de ocupação nas listas disponíveis, os resultados terão maior significado, quanto menor for o percentual de pessoas de 10 anos e mais sem ocupação declarada. Há um percentual mínimo esperado que inclui os incapazes para o trabalho.

Não identificamos até o momento nenhuma regularidade sugestiva no fornecimento deste tipo de informação, a não ser que a incidência de não informação é maior para a população escrava (que certamente estava toda envolvida com algum ou vários tipos de ocupação). Costa observou o mesmo fenômeno com relação à população escrava de Vila Rica, em 1804, e observou que em certas áreas só se indicava a ocupação de escravos que exerciam algum ofício.¹⁵

Parece-nos, contudo, que o zelo do juiz de paz que preencheu cada lista foi o elemento crucial, embora aleatório, no fornecimento de listas completas ou não.

III

As Tabelas 1, 2, 3 e 4 apresentam a população de 10 anos e mais, segundo ocupação, sexo e cor, dos municípios de Ouro Preto, Pitangui, Baependi e Minas Novas, respectivamente.

A qualidade da informação, tendo em vista os comentários anteriores, varia muito de um município a outro. Enquanto que, para Ouro Preto (Tabela 1) e Minas Novas (Tabela 4), temos informação de ocupação para a grande maioria da população listada, tanto para livres quanto para escravos, de ambos os sexos, para Pi-

tangui e Baependi a situação é inversa. Apenas uma parcela muito pequena da população informou sua ocupação.

Vejamos a seguir como as informações do censo provincial de 1831, se situam frente ao relato de alguns viajantes, que visitaram Minas no princípio do século XIX.

Com relação à região de Ouro Preto há referência, para o início da década de 1820, apontando para atividades ligadas à agricultura, comércio, mineração e uma pequena atividade industrial.

Mawe comenta a fertilidade do solo onde são produzidas excelentes hortaliças chamando a atenção para o clima apropriado para plantas européias.¹⁶ Spix e Martius falam da atividade dos tropeiros carregados com produtos das imediações: artigos de ferro, chapéus de feltro, louça de barro, queijo, milho, feijão, melada, carne de porco e toucinho.¹⁷

Saint Hilaire cita as fábricas de pólvora e de louça como as únicas existentes na região e aponta o comércio como a principal atividade econômica da cidade.¹⁸

John Luccock admite que "o povo desta região acha-se alguns passos à frente do restante de seus conterrâneos no que tange à indústria. Fiam e tecem lã e algodão, suas manufaturas são, porém, puramente de ordem doméstica".¹⁹

Na Tabela 1 podemos verificar que, embora uma década mais tarde, os habitantes de Ouro Preto ainda se ocupavam com as mesmas atividades observadas pelos viajantes. Os homens livres se dedicavam principalmente à lavoura e pecuária (24,34%), ao comércio (13,24%) e às artes e ofícios (14,86%). Nesta última categoria foram incluídos: carpinteiros, ferreiros, sapateiros, alfaiates e costureiras, pedreiros, chicoteiros, oleiros, penereiros e telheiros.

A população escrava masculina se dedicava principalmente à agricultura (42,42%) e à mineração (11,92%).

As mulheres, tanto livres quanto escravas, estavam ocupadas com a fiação e tecelagem.

Ao que tudo indica, pouquíssimos viajantes estrangeiros passaram por Pitangui. O Barão de Eschwege foi um dos poucos que deixou uma descrição da vila em 1812. "A atual decadência das lavras de Ouro tem feito com que os habitantes de Pitangui se entreguem mais ao comércio, sobretudo ao dos tecidos de algodão que lhes tem dado maior interesse que suas ricas lavras de ouro".²⁰

TABELA 1

POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS, SEGUNDO OCUPAÇÃO, SEXO E CONDIÇÃO - OURO PRETO - 1831

Grupos de Ocupação	Livres						Escravos					
	Homens	%	Mulheres	%	Total	%	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Fiadeiras e Tecedeiras	16	0,53	2023	55,58	2039	30,82	6	0,27	555	45,68	561	16,16
Lavoura e Pecuária	724	24,34	132	3,63	856	12,94	957	42,42	24	1,98	981	28,26
Comércio	394	13,24	20	0,55	414	6,26	66	2,92	-	0	66	1,90
Diaristas e Assalariados	313	10,52	3	0,08	316	4,78	41	1,82	1	0,08	42	1,21
Serviço Doméstico	1	0,03	50	1,37	51	0,77	26	1,15	173	14,24	199	5,73
Artes e Ofícios	442	14,86	365	10,03	807	12,20	136	6,03	54	4,44	190	5,47
Mineração	218	7,33	22	0,60	240	3,63	269	11,92	39	3,21	308	8,88
Outras	373	12,54	104	2,86	477	7,21	67	2,97	17	1,40	84	2,42
Sem Ocupação Declarada	494	16,61	921	25,30	1415	21,39	688	30,50	352	28,97	1040	29,97
	2975	100,00	3640	100,00	6615	100,00	2256	100,00	1215	100,00	3471	100,00

FONTE: Brasil, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População de 1831.

Encontramos outras referências a Pitangui no depoimento de pessoas chamadas a prestar informações para instruir o processo de criação de um Juiz de Fora na Vila. Assim o Tenente Coronel João Ribeiro da Fonseca informa "... que o termo se não podia chamar rico por falta de lavras e saída de mantimentos, mas que os habitantes viviam em fartura, vendiam alguns gados e porcos e eram muito industriosos na fiação e 'teçume' de algodão, que exportavam para o Rio de Janeiro".²¹

No censo provincial de 1831 os dados de ocupação para a população de Pitangui são mais incompletos que os de Ouro Preto. Conforme fica claro pela análise da Tabela 2, Pitangui apresentou para a população escrava um elevadíssimo percentual de não resposta.

A população livre, no entanto, se concentrou na agricultura e pecuária (34,98% do sexo masculino), e na fiação e tecelagem (65,22% do sexo feminino). É interessante notar que, na população escrava feminina, a quase totalidade dos casos com informação de ocupação são de fiadeiras e tecedeiras (20,27%).

Saint Hilaire visitou a região de Baependi e nos diz que "entre São João e Aiuruoca colhem-se principalmente milho e feijão, mas os gêneros não saem da região. A criação de gado e porcos forma a principal ocupação dos agricultores e quase que sua única fonte de renda. Cada qual possui uma tropa de burros e envia ao Rio de Janeiro toucinho e queijos".²²

A 25 de dezembro de 1825 a Câmara da Vila de Baependi, respondendo aos quesitos formulados pelo Conselho do Governo Imperial descreveu minuciosamente a situação geral da mesma vila. Sua população compreendia 29809 indivíduos, assim divididos: 9439 homens livres, 9112 mulheres livres, 6899 escravos e 4359 escravas. Suas terras então produziam milho, feijão, arroz, tâboas, trigo, centeio, cana-de-açúcar e pouco café. Verifica-se notável progresso na criação de gado "grosso e moído" e as pastagens eram numerosas e excelentes. Os camaristas lastimavam que não fosse incrementada a indústria de tecidos, porquanto havia não só apreciável criação de gado lanígero no território da Vila, como ainda pequenas manufaturas de chapéus de lã, baetas e algodão grosso para vestuário dos escravos.

A população de Baependi, representada no conjunto de listas do censo provincial de 1831, apresenta semelhanças com a po-

TABELA 2

POPULAÇÃO DE 10 ANO E MAIS, SEGUNDO OCUPAÇÃO, SEXO E CONDIÇÃO - PITANGUI - 1831

Grupos de Ocupação	Livres						Escravos					
	Homens	%	Mulheres	%	Total	%	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Fiadeiras e Tecedeiras	25	1,27	1333	65,22	1358	33,88	6	0,50	146	20,27	152	7,85
Lavoura e Pecuária	687	34,98	60	2,93	747	18,64	8	0,66	-	0	8	0,41
Comércio	83	4,23	2	0,10	85	2,12	-	0	-	0	-	
Diaristas e Assalariados ...	264	13,44	2	0,10	266	6,64	5	0,41	1	0,14	6	0,31
Serviço Doméstico	-	0	2	0,10	2	0,05	-	0	2	0,28	2	0,10
Artes e Ofícios	164	8,35	37	1,81	201	5,01	7	0,57	2	0,28	9	0,46
Mineração	-	0	-	0	-		-		-	0	-	
Outras	129	6,57	16	0,78	145	3,62	3	0,25	1	0,14	4	0,21
Sem Ocupação Declarada	612	31,16	592	28,96	1204	30,04	1188	97,61	568	78,89	1756	90,66
	1964	100,00	2044	100,00	4008	100,00	1217	100,00	720	100,00	1937	100,00

FONTE: Brasil, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População de 1831.

população descrita anteriormente: a proporção de escravos na população total fica entre 38 e 40%, a razão de sexos da população cativa é de 1,58 em 1825 e 1,44 em 1831.

A análise da estrutura ocupacional refletida nos dados de 1831 fica prejudicada pelo alto percentual de não declaração de ocupação. Apesar disto, podemos notar que há uma predominância de pessoal ligado à lavoura e pecuária, sendo, também, relativamente alto a percentagem de população ligada ao comércio. Me rece destacar que entre as 256 pessoas dedicadas às atividades comerciais, 98 (cerca de 38% do setor) são tropeiros.

A partir do século XIX, Minas Novas torna-se conhecida na Europa e nos Estados Unidos pela excelência de seu algodão. Os viajantes fazem mesmo referências a pequenas fábricas locais que já começavam a manufaturar.

Entretanto, essa grande região produtora de algodão ou não respondeu ao questionário enviado pelo Presidente da Província em 1831, ou suas respostas se perderam com o passar dos anos. As listas de população encontradas no Arquivo Público Mineiro referem-se ao grande distrito de Itacambira e aos pequenos distritos de Olhos D'água, Cabeceira do Rio Verde e Brejo das Almas.²⁴ A área relativa a estes 4 distritos acha-se localizada ao norte do Rio Jequitinhonha e faz parte da imensa região que, pela sua fraca população, se denomina Sertão ou Deserto.

"Os habitantes desse termo de Minas Novas (região de Itacambira) dedicam-se, quase exclusivamente, a criação de gado. As fazendas são raras e miseráveis. Têm, em compensação, currais que, de tempos em tempos, o gado é preso. Estes redutos são tão espaçosos e numerosos que é forçoso concluir que os rebanhos devam ser consideráveis."²⁵

D'Orbigny e Saint Hilaire também se referem à criação de cavalos e à sua exportação para a Bahia e a exportação de couro para o município de Minas Novas. Saint Hilaire ainda menciona a pequena produção de algodão da região de Itacambira, e o cultivo de produtos agrícolas como milho, feijão, batatas, bananas e especialmente mandioca.²⁶

Os dados fornecidos para o município de Minas Novas no censo de 1831 constam da Tabela 4. A representatividade deste conjunto de dados, em termos do município como um todo, é questionável. Além da falta total de informação sobre as outras três re-

TABELA 3

POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS SEGUNDO OCUPAÇÃO, SEXO E CONDIÇÃO - BAEPENDI - 1831

Grupos de Ocupação	Livres						Escravos					
	Homens	%	Mulheres	%	Total	%	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Fiadeiras e Tecedeiras	1	0,02	546	13,76	547	6,83	2	0,06	189	7,95	191	3,07
Lavoura e Pecuária	1779	44,11	209	5,27	1988	24,84	919	23,88	22	0,92	941	15,11
Comércio	215	5,33	21	0,53	236	2,95	20	0,52	-	0	20	0,32
Diaristas e Assalariados ...	196	4,86	9	0,21	205	2,56	6	0,16	-	0	6	0,10
Serviço Doméstico	1	0,02	23	0,58	24	0,30	16	0,42	49	2,06	65	1,04
Artes e Ofícios	268	6,64	328	8,26	596	7,45	54	1,40	64	2,69	118	1,89
Mineração	3	0,07	2	0,05	5	0,06	-	0	-	0	-	0
Outras	229	5,68	79	2,00	308	3,85	26	0,67	7	0,29	33	0,53
Sem Ocupação Declarada	1342	33,27	2752	69,34	4094	51,16	2805	72,89	2048	86,09	853	77,93
	4034	100,00	3969	100,00	8003	100,00	3848	100,00	2379	100,00	6227	100,00

FONTE: Brasil, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População de 1831.

TABELA 4

POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS, SEGUNDO OCUPAÇÃO, SEXO E CONDIÇÃO - MINAS NOVAS - 1831

Grupos de Ocupação	Livres						Escravos					
	Homens	%	Mulheres	%	Total	%	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Fiadeiras e Tecedeiras	-	0	131	23,48	131	11,78	-	0	48	36,36	48	17,08
Lavoura e Pecuária	353	63,72	26	4,66	379	34,08	130	87,25	2	1,52	132	46,98
Comércio	7	1,26	2	0,36	9	0,81	-	0	-	0	-	0
Diaristas e Assalariados ...	8	1,44	1	0,18	9	0,81	-	0	-	0	-	0
Serviço Doméstico	4	0,72	225	40,32	229	20,59	3	2,02	66	50,00	69	24,56
Artes e Ofícios	30	5,42	84	15,05	114	10,25	8	5,37	10	7,58	18	6,40
Mineração	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	-
Outras	58	10,47	8	1,43	66	5,94	4	2,68	1	0,75	5	1,78
Sem Ocupação Declarada	94	16,97	81	14,52	175	15,74	4	2,68	5	3,79	9	3,20
	554	100,00	558	100,00	1112	100,00	149	100,00	132	100,00	281	100,00

FONTE: Brasil, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População de 1831.

giões do município, provavelmente as mais populosas e produtivas, a própria região estudada (o Sertão) está incompleta faltando, por exemplo, informações para Formigas (Montes Claros), e para a freguesia de Rio Pardo que "em 1831 era um dos arraiais mais importantes da região".²⁷

Apesar disto, os dados da Tabela 4 mostram uma concentração da população masculina, livre e escrava, em atividades ligadas à lavoura e pecuária. No caso das mulheres, chama a nossa atenção o grande percentual dedicado ao Serviço Doméstico, 40,32% das mulheres livres, e 50% das escravas. Outro setor que absorvia parcela significativa do trabalho feminino era o de fiação e tecelagem. É possível que parte da produção de algodão do município fosse consumida pela população em seus teares domésticos.

IV

A questão demográfica que, em linhas gerais, foi esboçada na parte I destas notas, pode se beneficiar com os resultados de levantamentos do tipo do censo provincial de 1831.

Embora os dados destas listas nominativas domiciliares, referentes a um só ano, não nos permitam conhecer a dinâmica demográfica da população a não ser por técnicas indiretas aproximadas, ele permite a descrição de aspectos importantes da organização sócio-econômica do grupo.

Estamos, neste momento da pesquisa, levantando algumas das características dos municípios segundo o tamanho de seus domicílios.

É importante lembrar que a identificação do domicílio nas listas de população dependeu, fundamentalmente, de que os juizes de paz e seus auxiliares tenham separado por um traço, e em seguida enumerado, os fogos ou famílias cujas informações estavam registrando. O modelo proposto aos então juizes de paz sugere que as informações sejam fornecidas por família dentro das unidades de habitação. As relações familiares e de parentesco, entretanto, não são explicitadas na grande maioria dos casos e, se algum tipo de "inferência", com base na localização dos nomes nas listas, é possível no caso da população branca e livre, ela é impossível no caso da população escrava. Nos fogos com um número

grande de escravos observa-se a tendência de listar os escravos do sexo masculino, em seguida as escravas e por último as crianças de ambos os sexos.

As Tabelas 5 e 6 mostram as distribuições dos domicílios segundo o número de pessoas livres e escravos listadas no domicílio.

Em Ouro Preto, Pitangui e Baependi predominam os domicílios muito pequenos. Na verdade, em um quarto dos fogos de Ouro Preto e Pitangui vivem até 2 pessoas. Metade dos fogos destes 2 municípios tem até 4 habitantes. Em Minas Novas estes valores são mais baixos: 6,9% dos fogos têm até 2 habitantes, e em apenas 23,2% dos domicílios vivem até 4 pessoas. É possível que a frequência de domicílios pequenos esteja ligada às características mais ou menos urbanas do distrito de paz.

Apenas uma parcela dos domicílios listados registrou a presença de escravos. A Tabela 6 nos mostra que em Ouro Preto e Pitangui o percentual de domicílios sem escravos fica em torno de 33%. Nos outros dois municípios observam-se valores diferentes: em Baependi 40,37% dos domicílios não têm escravos, em Minas Novas só não foram encontrados escravos em 26,65% dos fogos.

Esta informação sobre o tamanho do domicílio deve ser associada com a informação sobre o tipo de ocupação. Vimos que, em linhas gerais, nos municípios estudados predominam para os homens a agricultura e a pecuária, alguma atividade comercial e artes e ofícios. Para as mulheres observa-se a fiação e tecelagem e o serviço doméstico como atividades mais frequentes.

É bem possível que a população feminina exercesse simultaneamente ambas as tarefas. Se é verdade que em todo domicílio se fiava e tecia, esta atividade pode ser integrada ao conjunto de atividades realizadas dentro de casa pelas mulheres e declaradas indistintamente.

Na verdade, neste grupo de fiadeiras e tecedeiras há, em todos os municípios, o absoluto predomínio de fiadeiras, conforme mostram os dados abaixo:

	Fiadeiras	Tecedeiras	Fiadeiras e Tecedeiras	Total
Ouro Preto	2350	177	73	2600
Pitangui	1434	71	3	1508
Baependi	671	66	1	738
Minas Novas	151	19	9	179

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS SEGUNDO O NÚMERO DE PESSOAS LISTADAS,
OURO PRETO, PITANGUI, BAEPENDI E MINAS NOVAS 1831

Número de Pessoas Listadas	Ouro Preto		Pitangui		Baependi		Minas Novas	
	Número de Fogos	%	Número de Fogos	%	Número de Fogos	%	Número de Fogos	%
1	132	7,2	68	5,2	123	4,9	1	0,3
2	329	18,1	225	17,1	327	13,0	21	6,6
3	260	14,3	188	14,3	320	12,7	52	16,3
4	216	11,9	188	14,3	278	11,1	54	16,9
5 - 9	599	32,9	436	33,1	923	36,7	151	47,3
10 - 14	166	9,1	118	8,9	259	10,3	26	8,2
15 - 25	66	3,6	78	5,9	177	7,0	11	3,4
25 +	54	3,0	18	1,4	105	4,2	3	0,9
TOTAL	1822	100,0	1319	100,0	2512	100,0	319	100,0

FONTE: Brasil, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População de 1831.

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS SEGUNDO O NÚMERO DE ESCRAVOS LISTADOS,
OURO PRETO, PITANGUI, BAEPENDI E MINAS NOVAS 1831

Número de Escravos Listados	Ouro Preto		Pitangui		Baependi		Minas Novas	
	Número de Fogos	%	Número de Fogos	%	Número de Fogos	%	Número de Fogos	%
0	1227	67,35	874	66,26	1498	59,63	234	73,35
1	178	9,77	117	8,87	218	8,68	26	8,15
2	89	4,89	63	4,78	151	6,01	16	5,02
3	62	3,40	47	3,56	106	4,22	10	3,13
4	56	3,07	48	3,64	81	3,22	10	3,13
5 - 9	119	6,53	95	7,20	230	9,16	15	4,70
10 - 14	29	1,59	46	3,49	88	3,50	2	0,63
15 - 25	33	1,81	22	1,67	83	3,30	6	1,88
25 +	29	1,59	7	0,53	57	2,27	-	-
TOTAL	1822	100,00	1319	100,00	2512	100,00	319	100,00

FONTE: Brasil, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População de 1831.

A relação fiadeiras/tecedeiras varia muito de um município a outro. Se pudermos estabelecer uma relação padrão entre estas duas ocupações (isto é, cada tecedeira consome o serviço de tantas fiadeiras), esta variação na relação pode ser indicada ra de uma certa troca interna.

É possível realizar o mesmo tipo de análise, dentro de cada um dos grupos de ocupação usados neste trabalho.

Observamos que os 4 municípios analisados até o momento apresentaram uma estrutura ocupacional que privilegiou as chamadas atividades agrícolas e a fiação de tecelagem associada ao serviço doméstico.

Estamos iniciando a investigação do mesmo tipo de regularidade a nível de unidades menores como, por exemplo, os distritos de paz, e verificando se houve um certo grau de especialização ou não, o que afetaria as possibilidades de troca comercial.

O que se propõe é analisar, em seguida a estrutura ocupacional dos domicílios. Interessa-nos investigar se há alguma relação entre os tipos de ocupação e os tamanhos dos domicílios.

Estas são apenas algumas das possibilidades que os dados do censo provincial de 1831 oferecem. À medida que o levantamento se processa, e os dados de cada município se tornam disponíveis, o mesmo tipo de informação é gerada e comparada com os resultados anteriores. A qualidade das listas é heterogênea e é possível que, para alguns municípios, não possamos descer ao nível de desagregação dos dados que seria desejável. Todavia, aos estudiosos da história econômica e demográfica de Minas Gerais este censo pode oferecer informações que são, certamente, muito preciosas.

BIBLIOGRAFIA E NOTAS

- 1 - Para informações sobre as estimativas populacionais e suas fontes, no período, vide: MARCÍLIO, Maria Luiza, 1975. "Evolution historique de la population brésilienne jusqu'en 1872" CICRED, La Population du Brésil, p. 7-24; OLIVEIRA VIANA, Francisco José, 1922. "Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários Realizados no Brasil" In: Brasil, Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil, 1920, vol. I, Introdução, Rio de Janeiro.
- 2 - A tese do autor está elaborada, e documentada, principalmente nos seguintes trabalhos: MARTINS, Roberto Borges, "Growing in Silence: the Slave Economy of Nineteenth Century Minas Gerais, Brazil". Tese de Doutorado, Vanderbilt University 1980; MARTINS, Roberto Borges, A Economia Escravista de Minas Gerais no século XIX, Texto para Discussão nº 10, CEDEPLAR, UFMG, 1980; MARTINS, Roberto Borges, "Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não-Exportadora, Estudos Econômicos, vol. 13, nº 1, janeiro-abril, 1983.
- 3 - CANO, Wilson e LUNA, Francisco V. "Economia Escravista em Minas Gerais" Cadernos IFCH UNICAMP nº 10, outubro 1983.
- 4 - SLENES, Robert W. "Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX", Cadernos IFCH UNICAMP nº 17, junho 1985.
- 5 - MERRICK e GRAHAM, por exemplo questionam a validade das estimativas feitas por KLEIN, para 1915, que indicam uma taxa de natalidade de 37,3 por mil, bastante inferior às estimativas de Mortara para o Brasil e Marcílio para São Paulo. Vide: MERRICK, Thomaz e GRAHAM, Douglas, 1981. População e Desenvolvimento Econômico no Brasil, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- 6 - Slenes estima que, para que a população escrava tivesse uma taxa bruta de natalidade em torno de 33 por mil, com estrutura por sexo e idade tão desfavorável, a taxa de fecundidade geral das escravas deveria estar em torno de 6,2 filhos entre 1872-73. Vide: SLENES, Robert W. 1978 The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888, Stanford University Ph.D. dissertation, University Microfilms, Ann Arbor, Michigan.
- 7 - Alguns estudos que usaram listas nominativas deste tipo são: MARCÍLIO, Maria Luiza. A cidade de São Paulo. Povoamento e População. 1750-1850. Biblioteca Pioneira de Estudos Brasileiros, São Paulo, 1973. COSTA, Iraci. Vila Rica: população (1719-1826), Série Ensaio Econômicos nº 1, IPE-USP, 1979 e Populações Mineiras: Sobre a Estrutura Populacional de Alguns Núcleos Mineiros no Alvorecer do Século XIX, Série Ensaio Econômicos nº 7, IPE-USP, 1981.
- 8 - Trata-se da pesquisa sobre População Livre e Escrava de Minas Gerais no Século XIX (Fase II), realizada com recursos da FINEP. Pesquisadores responsáveis: Clotilde A. Paiva (coordenadora) e Maria do Carmo S. Martins.

- 9 - Os dados relativos a Ouro Preto e Pitangui foram apresentados em trabalho anterior intitulado "Minas Gerais no século XIX: aspectos demográficos de alguns núcleos populacionais", submetido para publicação em livro sobre a Economia e População de Minas Gerais no século XIX editado por Iraci del Nero Costa. (No prelo)
- 10 - Para uma discussão mais detalhada das características deste censo de 1831 vide PAIVA, Clotilde op. cit. na nota 9.
- 11 - Arquivo Ultramarino, cópia do arquivo particular de Augusto de Lima Júnior, citado por Waldemar de Almeida Barbosa, Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais, p. 363.
- 12 - Está sendo estudada a possibilidade de adequar o código usado nesta pesquisa, com a proposta de classificação das ocupações do período escravista no Brasil, elaborada por Nelson Nozoe e Iraci Costa. Vide: NOZOE, Nelson e COSTA, Iraci "Classificação das ocupações, ramos e setores econômicos do período escravista brasileiro, Documento para Discussão, Seminário Permanente de Estudo da Família e da População no Passado Brasileiro, IPE-USP, 1985.
- 13 - SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 300.
- 14 - BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte, Ed. Saterb Ltda, 1971, p. 409.
- 15 - COSTA, Iraci N. Populações Mineiras, Ensaios Econômicos nº 7, IPE-USP, 1981.
- 16 - MAWE, John. Travels in the Interior of Brazil, particularly in the gold and diamond districts of that country. Philadelphia, M. Carey and Boston, Wells and Lilly, 1816, p. 122-131.
- 17 - SPIX, Johann Baptist von, e MARTIUS, Carl. Viagem pelo Brasil: 1817-1820. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo. Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.
- 18 - SAINT-HILAIRE, Viagem, p. 74.
- 19 - LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 337.
- 20 - ESCHWEGE, Wilhelm Luduig von. Pluto Brasiliensis. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, vol. II, tomo I, p. 14.
- 21 - Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, Livros da Secretaria do Governo, Códice 358.

- 22 - SAINT-HILAIRE, Auguste de. Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 51-64.
- 23 - Revista do Arquivo Público Mineiro, II, 1989, p. 245 e seguintes.
- 24 - CUNHA MATOS, Raimundo José. Corografia Histórica da Província de Minas Gerais. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro, 1979.
- 25 - ARBIGNY, Alcide d'. Viagem Pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo. Ed. Universidade de São Paulo, 1976, p. 121.
- 26 - SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem, p. 197.
- 27 - BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário, p. 409.

ANEXO

TABELAS DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR IDADE,
SEXO E CONDIÇÃO - 1831

- Tabela A.1 - Ouro Preto
Tabela A.2 - Pitangui
Tabela A.3 - Baependi
Tabela A.4 - Minas Novas
-

TABELA A.1

POPULAÇÃO POR IDADE, SEXO E CONDIÇÃO: OURO PRETO

Idade	Livres			Escravos			Total		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
4	372	337	709	110	95	205	486	434	920
9	536	500	1036	123	100	223	659	600	1259
19	840	847	1687	533	352	885	1373	1199	2572
- 29	630	869	1499	642	342	984	1272	1211	2483
- 39	466	646	1112	475	243	718	941	889	1830
0 - 49	392	508	900	278	145	423	670	653	1323
50 - 59	305	388	693	182	84	266	487	472	959
60 - 69	203	240	443	97	38	135	300	278	578
70 +	136	140	276	48	11	59	184	151	335
TOTAL	3880*	4475*	8355*	2488**	1410	3898**	6372	5887	12259

FONTE: Brasil, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População de 1831.

* Exclui 5 casos de Não Resposta.

** Exclui 1 caso de Não Resposta.

TABELA A.2

POPULAÇÃO POR IDADE, SEXO E CONDIÇÃO: PITANGUI

Condição Sexo Idade	Livres			Escravos			Total		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
0 - 4	384	368	752	114	121	235	498	489	987
5 - 9	426	428	854	158	138	296	584	566	1150
10 - 19	651	664	1315	323	214	537	974	878	1852
20 - 29	423	510	933	392	223	615	815	733	1548
30 - 39	303	343	646	255	132	387	558	475	1033
40 - 49	264	246	510	121	97	218	385	343	728
50 - 59	167	147	315	58	31	89	225	178	403
60 - 69	103	92	195	46	16	62	149	108	257
70 +	51	40	91	23	7	30	74	47	121
TOTAL	2772	2838	5611*	1490	979	2469	4262	3817	8079

FONTE: Brasil, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População de 1831.

* Excluídos 5 casos de Não-Resposta em sexo e idade.

TABELA A.3

POPULAÇÃO POR IDADE, SEXO E CONDIÇÃO: BAEPENDI, 1831

Condição Sexo Idade	Livres			Escravos			Total		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
0 - 4	912	931	1845	440	497	942	1361	1429	2790
5 - 9	986	906	1892	395	371	766	1381	1277	2658
10 - 19	1325	1282	2607	1220	913	2133	2545	2195	4740
20 - 29	913	1021	1934	1286	821	2107	2199	1842	4041
30 - 39	650	649	1299	739	349	1088	1389	998	2387
40 - 49	502	472	974	333	188	521	835	660	1495
50 - 59	328	278	606	165	66	231	493	344	837
60 - 69	200	156	356	73	38	111	273	194	467
70 +	116	111	227	32	4	36	148	115	263
TOTAL	5932	5806	11738	4688	3247	7935	10624	9054	19678

FONTE: Brasil, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População de 1831.

TABELA A.4

POPULAÇÃO POR IDADE, SEXO E CONDIÇÃO: MINAS NOVAS, 1831

Condição Sexo Idade	Livres			Escravos			Total		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
0 - 4	130	137	267	15	11	26	145	148	293
5 - 9	127	130	257	17	19	36	144	149	293
10 - 19	171	158	329	31	32	63	202	190	392
20 - 29	123	168	291	43	46	89	166	214	380
30 - 39	80	74	154	30	31	61	110	105	215
40 - 49	69	62	131	15	11	26	84	73	157
50 - 59	45	39	84	22	8	30	67	47	114
60 - 69	39	32	71	6	2	8	45	34	79
70 +	27	25	52	2	2	4	29	27	56
TOTAL	811	825	1636	181	162	343	992	987	1979

FONTE: Brasil, Arquivo Público Mineiro, Mapas de População de 1831.

O SERTÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS

Economia Regional: séc. XIX e início de séc. XX

Bernardo Mata-Machado*

- * - Técnico em Pesquisa Histórica do Centro de Estudos Culturais - CEC - da Fundação João Pinheiro (FJP).
-

Economia Regional: séc. XIX e início do séc. XX

Bernardo Mata-Machado*

1 Introdução

Esse texto resume parte da tese de mestrado intitulada "O Sertão Noroeste de Minas Gerais; Síntese histórica (1690-1930)", defendida no Departamento de Ciência Política da UFMG em dezembro de 1985. A tese, por sua vez, resultou de pesquisas feitas em 1977 na Fundação João Pinheiro quando essa instituição, em convênio com a Fundação Rural Mineira (RURALMINAS) e Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC) - financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - realizou o Planoroeste, experiência de planejamento que objetivava o desenvolvimento regional.

Com muita procedência a banca examinadora criticou o título da tese. Noroeste de Minas é antes uma região para planejamento do que uma região mesma, entendido o termo como um conjunto homogêneo de natureza e cultura. Nesse sentido, a região de fato é o vale médio do rio São Francisco que compreende o setor navegável entre Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), dominado, até 1930, pela economia agro-pastoril, organização política baseada na ordem privada e estrutura social estratificada, com predomínio do compadrio.

A tese também não pode ser considerada uma "síntese" histórica, como pretendeu o autor, mas, tão-somente, um conjunto razoavelmente articulado de assuntos relativos à história da região. Para esse Seminário foram selecionadas as partes que se referem à economia regional no século XIX e início do século XX, ficando de fora todo o período colonial e os capítulos que tratam da história social e política. Não se deve estranhar a ausência de uma análise mais detida da pecuária, atividade econômica predominante na região. Como esse assunto havia sido tratado nas seções dedicadas ao período colonial, e pelo fato da pecuária ter sofrido poucas mudanças no correr do tempo, o autor op

* Técnico em Pesquisa Histórica do Centro de Estudos Culturais - CEC - da Fundação João Pinheiro (FJP).

tou pela descrição das atividades econômicas paralelas à criação do gado: extrativismo, agricultura, comércio e industrialização de Pirapora.

Tanto a tese quanto este resumo agora apresentado têm dois objetivos básicos: despertar o interesse por temas pouco abordados na historiografia e criticar os pressupostos que regem o planejamento da região desde o período Imperial.

2 O PANORAMA DA REGIÃO

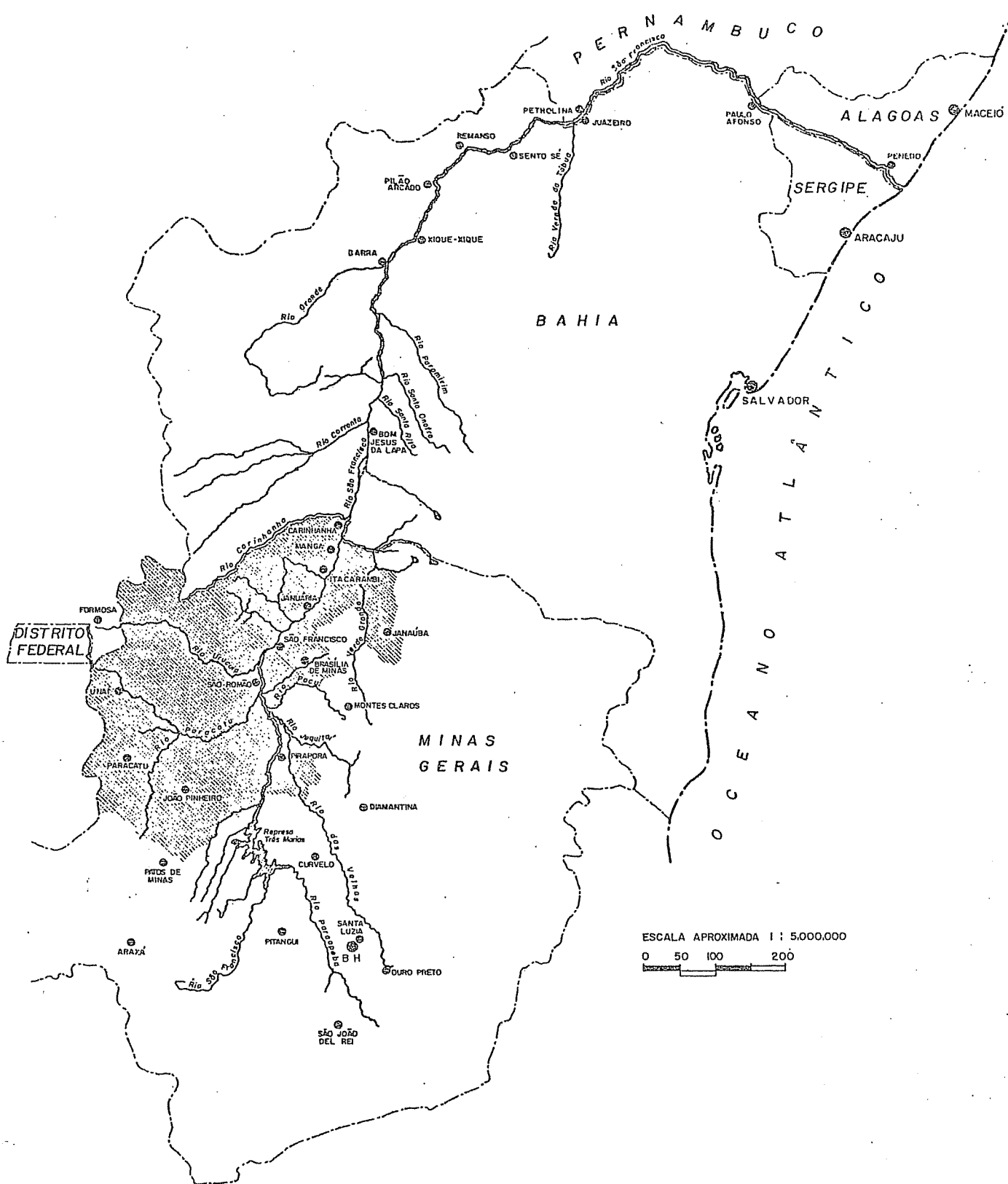
A região noroeste de Minas ocupa uma área de 116.982 km² que corresponde a 19% da área total do Estado. Banhada pelo rio São Francisco e seus afluentes, Paracatu, Urucuia e Carinhã, ela conta com inúmeros braços secundários, além de pequenos córregos e riachos perenes. Das regiões banhadas pelo rio São Francisco, esta é, sem dúvida, a mais favorecida em relação ao volume d'água. Até a construção das grandes barragens, posteriores à década de 40, a vida no grande rio era regulada pelas secas e pelas enchentes. À semelhança do Nilo, no Egito, após as chuvas e o vazamento das águas, uma extensa faixa de terra fertilizada pelo húmus era aproveitada pela população ribeirinha para a chamada "agricultura de vazante".

As terras afastadas dos rios principais, conhecidas como os "Gerais", formam extensos chapadões cobertos por vegetação de cerrado e entremeados por veredas. Apesar do solo pouco fértil os "Gerais" constituem campos naturais de pastagem que apresentam, em alguns pontos, baixadas salobras onde o sal pode ser aproveitado pelo gado. Mais ao norte, de Januária para cima, o cerrado é substituído pela caatinga com vegetação rasteira e solo arenoso.

O termo "sertão", segundo o viajante inglês Richard Burton,¹ é a contração do aumentativo "desertão", muito usado na África e na América do Sul. No Brasil, o termo é utilizado desde os tempos coloniais para designar as regiões semi-áridas do interior do país, escassamente povoadas e dominadas pelo regime pastoril. O sertão brasileiro engloba todo o norte de Minas Gerais e parte dos Estados de Goiás e do Nordeste. O sertão mineiro, tan

¹ BURTON, Richard. Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, USP, 1977. p. 143.

A Região Noroeste no Vale do São Francisco



to a leste quanto a oeste, apresenta características físicas e humanas comuns. Entretanto, a região noroeste se particulariza pela presença do rio São Francisco, que atravessa grande parte do interior brasileiro fazendo a ligação entre os Estados de Minas, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

O sertão noroeste de Minas foi ocupado simultaneamente pelos vaqueiros que seguiram o curso do rio desde a Bahia e Pernambuco, e pelos bandeirantes paulistas que, movendo guerra ao gentio, fundaram povoados e se estabeleceram como grandes criadores.

Na história da região, é possível distinguir uma economia voltada "para fora", via exportação, e outra "para dentro", fundada no aproveitamento local dos recursos naturais. No primeiro caso situa-se a pecuária, a atividade econômica predominante em todo o período estudado. A pecuária, praticada em regime extensivo, forneceu o principal produto de exportação da região, o gado "em pé". Esse comércio teve especial vulto nos primeiros anos da mineração do ouro quando o noroeste, já ocupado por fazendas de gado, tornou-se a principal região abastecedora das minas. Mesmo tendo perdido o predomínio do intercâmbio com a área mineradora, já na segunda metade do século XVIII, a região noroeste, assim como todo o norte de Minas, nunca deixou de exportar gado.

O couro e as peles de animais foram também produtos constantemente enviados para outras regiões e também para o exterior. As peles eram mercadorias caras e destinavam-se à confecção de objetos de luxo. Já o couro de boi era empregado como embalagem e servia para a fabricação de sapatos, quando comercializado em solas. Além desses produtos regularmente exportados, a região forneceu também, durante períodos curtos, o algodão e a borracha, cujo comércio esteve sujeito às variações do mercado internacional. O aproveitamento local do algodão nativo destinava-se à fabricação artesanal de tecidos rústicos. Entretanto, nos momentos em que a produção norte-americana deixou de abastecer a Inglaterra (Guerra da Independência e Guerra da Secessão), o algodão de todo o vale do São Francisco foi exportado via Salvador e Fortaleza. Mais tarde, quando se instalaram as primeiras fábricas têxteis no vale do rio das Velhas a matéria-prima foi adquirida principalmente no sertão brasileiro.

A febre da borracha também atingiu a região entre os

anos de 1890 e 1912. Rico em mangabeira e maniçoba, árvores das quais se extraía o látex, o noroeste se integrou no comércio de exportação da borracha brasileira. Esse produto, destinado à fabricação de pneumáticos para a nascente indústria automobilística, foi logo desbancado pela borracha oriental (Ceilão e Malásia) produzida intensivamente.

Na economia voltada "para dentro" situamos a agricultura, a caça, a pesca e o extrativismo vegetal. Essas atividades, embora tenham sido realizadas em função da subsistência da população, não deixaram de produzir excedentes para comercialização.

As relações econômicas com o litoral foram pequenas se comparadas com as trocas inter-regionais estabelecidas no interior. A via navegável do rio São Francisco facilitou as relações com o estado da Bahia, sendo Juazeiro, ponto terminal da navegação, um centro comercial que estabelecia relações com os estados do Norte e do Nordeste. O relevo suavemente ondulado dos "gerais", possibilitou o contato relativamente fácil com o vizinho estado de Goiás e, através do Rio das Velhas, fez-se a ligação com a região central de Minas.

A organização econômica gerou uma sociedade constituída essencialmente de proprietários, vaqueiros, camaradas e agregados. A princípio duas famílias, a de Garcia Ávila e a de Antônio Guedes de Brito, obtiveram vastas sesmarias respectivamente nas margens esquerda e direita do rio São Francisco. O processo de divisão das grandes propriedades ainda é obscuro, sendo necessária uma minuciosa pesquisa em cartórios para ser esclarecido. Provavelmente muitas famílias de proprietários se originaram de vaqueiros enriquecidos. Recebendo a quarta parte dos bezerros nascidos, os vaqueiros logo se estabeleceram como grandes criadores. Sob a direção do vaqueiro trabalhavam seus filhos e parentes e também assalariados por conta do proprietário, os camaradas. Em terras adjacentes, consideradas de domínio das fazendas, habitavam famílias pobres dedicadas à agricultura de subsistência, os agregados. O escravo negro praticamente não foi empregado, excetuando-se Paracatu, sede de mineração aurífera, e Januária, onde os engenhos de cana empregaram a mão-de-obra africana. No início do século XVIII, quando o ouro foi descoberto no centro de Minas, e na segunda metade do século XIX, ao se desenvolver a lavoura cafeeira, o rio São Francisco foi utilizado como rota de tráfico de escravos negros da zona açucareira nordestina para as

regiões do ouro e do café. O escravo indígena, contudo, foi largamente utilizado nos primeiros anos do povoamento.

As pequenas cidades e vilas funcionavam como elementos de organização do meio rural, locais de um pequeno comércio, dominado pelos proprietários das fazendas, e sedes do poder político. Da Colônia à República, a organização política fundou-se no poder pessoal dos proprietários sustentados por sua parentela, na qual podem ser incluídos os vaqueiros, camaradas e agregados, atrelados aos chefes patriarcais por laços de compadrio. Sob a designação de "potentados", no período colonial e "coronéis", no Império e na Primeira República, os grandes proprietários ditaram a ordem política no sertão. As lutas entre famílias rivais, pela conquista do mando local, foram uma constante em toda história da região.

A violência política, entretanto, não foi privilégio das elites. O fenômeno do banditismo social, contrapartida do coronelismo, surgiu com intensidade na Primeira República, e teve na pessoa de Antônio Antunes de França, o Antônio Dó, seu mais significativo representante no sertão mineiro.

Em linhas gerais, são essas as principais características da região noroeste de Minas. Até 1930, e mesmo depois, a região manteve praticamente os mesmos traços: economia agro-pastoril, sociedade estratificada com predomínio do "compadrio", organização política baseada na ordem privada. Atravessou os séculos isolada das regiões mais desenvolvidas do país e manteve um ritmo de crescimento lento e retardatário.

3 A ECONOMIA REGIONAL: séc. XIX e início do séc. XX

3.1 O Isolamento do Vale do São Francisco

Com a decadência da mineração, rompem-se os vínculos comerciais entre o sertão e as minas, dando início a um longo período de isolamento daquela região que, sob certos aspectos, perdura até nossos dias. O noroeste voltou-se para dentro, mantendo uma economia de subsistência com escassa circulação de moeda e traca vinculação ao mercado interno e externo.

Os sinais desse isolamento se fizeram sentir antes da decadência das minas. A carta régia de 1701, que proibiu o comércio pelo caminho do sertão, pode ser considerada o marco inicial,

porque mesmo não tendo sido respeitada, demonstrou a preocupação de isolar a região; comportamento que a Metrópole manteria durante todo o período colonial. Desta maneira, não só incumbiu os paulistas de confiscarem os comboios que vinham do norte, como estabeleceu "contagens" para a cobrança de impostos sobre as mercadorias que seguiam em direção à zona mineradora.

Esses postos alfandegários foram estabelecidos em torno da área mineradora, de modo que as mercadorias do sertão ficaram sujeitas à taxaço. O fato do limite norte de Minas Gerais já estar fixado, desde 1720, na altura do rio Carinhonha, não impediu que as contagens fossem colocadas no interior da Capitania. Como expôs José Vieira Couto,² ocorreram situações nas quais os contratadores das contagens requereram a mudança dos postos de cobrança mais para interior, na medida em que verificaram existir fazendas opulentas fora do seu domínio.

O mesmo autor referiu-se à difícil situação do comércio de gado do sertão quando outras regiões se especializaram no abastecimento da área mineradora. A Comarca do Rio das Mortes (atual região de Campos das Vertentes) foi a principal concorrente. Mais próxima do mercado consumidor e com uma pecuária organizada intensivamente, essa região logo roubou ao sertão a primazia no comércio de carne e laticínios. Os paulistas, que a princípio não produziam o bastante para suprir a região da mineração, estabeleceram currais nos campos de Paranaguá e Curitiba e abriram caminho para os centros de criação de muare ao sul da Colonia.

Outra importante fonte de recursos do sertão noroeste, a intermediação do comércio de mercadorias européias e de escravos, vindos de Salvador pelo rio São Francisco, foi profundamente afetada pela abertura do "caminho novo" que transformou o Rio de Janeiro no principal porto das minas, como era do interesse da Metrópole.

Se a todos esses fatores - a proibição do comércio, a distância do mercado consumidor, o estabelecimento de contagens

² COUTO, José Vieira. Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 10 (1-2): 55-166, jan/jun. 1904. p. 117-8.

no interior da capitania e a concorrência de outras regiões - somar-se a cobrança do imposto da capitação, a repressão exercida pela Coroa e o confisco dos bens dos líderes da Conjuração do São Francisco (1736), compreende-se porque não foi possível ao sertão acumular riqueza suficiente para fazer frente à decadência da mineração.

Em contraponto à situação de isolamento, deve-se colocar alguns fatos observados. A comercialização de gado e peles de animais continuou a ser realizada com a Bahia e, em menor escala, para o Rio de Janeiro. Estabeleceu-se um comércio inter-regional, nada desprezível, entre as localidades do médio São Francisco e entre estas e as províncias de Goiás e do Nordeste. O isolamento, portanto, não foi absoluto. Contando com os seus próprios recursos, a população desenvolveu um estilo de vida autônomo, fundado na agricultura para subsistência, na utilização das riquezas naturais e na comercialização dos excedentes. Essa economia será objeto de análise nos itens seguintes.

3.2 Recursos de Origem Vegetal, Animal e Mineral

A utilização dos recursos naturais foi a alternativa da população sertaneja para obter os produtos necessários à subsistência. Dentre os recursos de origem vegetal, merecem destaque os frutos silvestres, as ervas medicinais, as madeiras de lei e as palmeiras, em especial o buriti, abundante naquela época nas veredas do sertão.

A madeira e a fibra do buriti eram utilizadas para vários fins: balsas ou jangadas, portas, catres, cercas, pontes, cobertas de parede e teto das casas, paiol, caixas, cadeiras, mesas, redes, balaios, tipiti (prensa de espremer a massa de mandioca), pentes de teares, etc. Dessa palmeira eram também produzidos doces, vinho, vinagre e azeite. O doce de buriti, conhecido como saieta, era um artigo "despachado até a costa", como atestaram o viajantes Spix e Martius.³ A importância dessa palmeira era tal que famílias de São Romão costumavam dar em dote às filhas um certo número de buritis.

³ SPIX, J. B. von & MARTIUS, C. F. P. von. Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938. t.5, p. 184.

Outras espécies de plantas úteis, como a carnaúba, a macaúba e o pau-pobre eram largamente utilizadas. Da carnaúba fabricava-se a cera, da polpa da fruta da macaúba extraía-se um óleo utilizado para iluminação e fabrico de sabão, e da amendôa, o óleo extraído era usado na alimentação. O pau-pobre era aproveitado também na manufatura de sabão e possuía virtudes purgativas.

As ervas e plantas medicinais eram inúmeras e largamente utilizadas. Algumas dessas plantas, especialmente a ipecacuanha, eram comercializadas com o Rio de Janeiro. Joham Emanuel Pohl⁴, passando pela fronteira Rio-Minas, anotou a presença desta erva medicinal entre os produtos que pagavam taxas no registro de Matias Barbosa, para serem enviadas à Corte.

Entre as madeiras de lei, destacam-se o cedro, a aroeira, o jacarandá, o vinhático, o bálsamo e o tamboril. De acordo com Richard Burton⁵, que viajou pela região em 1865, as matas ricas nestas espécies se encontravam na foz do rio Pardo e enveredavam para o norte.

A madeira foi muito utilizada localmente na fabricação de canoas e barcas. Uma observação de Burton⁶, quando passou pela foz do rio Carinhanha, sugere que os troncos também eram exportados para a Bahia. Provavelmente, as madeiras eram conduzidas até os estaleiros localizados na costa baiana e serviam para construção de navios. Com o aparecimento dos primeiros vapores, a partir de 1870, muita árvore desta natureza foi abatida para servir como combustível. Noraldino Lima,⁷ que viajou em 1925 pelo rio São Francisco, surpreendeu-se com a quantidade de madeira de alta qualidade que era queimada nos vapores. Este autor anotou também que o cedro e a aroeira eram enviados para Belo Horizonte, Rio de Janeiro e "até para Havre", segundo informação que recebera.

A caça foi intensamente praticada na região. Além de alimento, os animais selvagens forneciam suas peles, que serviam

⁴ POHL, Joham Emanuel. Viagem no Interior do Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia/USP, 1976.

⁵ BURTON, Richard. op. cit. p. 223.

⁶ Idem, Ibidem, p. 223.

⁷ LIMA, Noraldino. No Valle das Maravilhas. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1925. p. 82.

para a confecção das vestimentas dos vaqueiros e eram um produto de exportação de excelente aceitação no mercado.

A confecção de roupas com base nas peles de veados tinha em Januária o centro produtor e distribuidor. Essas vestimentas eram de uso local mas as peles de onça, lontra, anta, raposa, ariranha, sucuriú, e outros animais, utilizadas na fabricação de bolsas, malas, roupas e calçados, eram exportadas para o Rio de Janeiro, via Santa Luzia, e para Salvador, via Juazeiro. Essas peles eram altamente valorizadas, pois os artigos delas confeccionados serviam às faixas privilegiadas da população. As plumas da ema, usadas na fabricação de objetos ornamentais tinham grande aceitação na Europa.

A pesca, assim como a caça, foi amplamente praticada e, dada a alta piscosidade dos rios, essa atividade foi a base da alimentação dos habitantes locais.

Entre as diversas espécies que habitam os rios da região estão as traíras, piranhas, corvinas, piaus, bagres, piabas, mandins e matrinchãs; o surubim e o dourado, por seu sabor, merecem destaque especial. Após a vazante das águas do rio São Francisco, formavam-se várias lagoas adjacentes onde os alevinos cresciam para, na próxima cheia, tomarem o caminho do rio. Em torno desses lagos instalavam-se, na época das pescarias, verdadeiras povoações, e devido à abundância, somente uma parte era consumida pelos pescadores; o restante era posto a secar no sol e vendido localmente.

A cachoeira de Pirapora (onde o peixe salta) era um local particularmente privilegiado para a pesca. Quando por lá passou, Richard Burton⁸ notou enormes redes, grandes peixes, cortados e pendurados em armações de madeira, secando ao sol. Segundo o viajante os moradores não exportavam sua produção, limitando-se a vendê-la aos tropeiros que por ali passavam.

Alguma exportação de peixe deu-se somente a partir de 1920 quando o surubim seco, conhecido como surubilhau (bacalhau do São Francisco) começou a ser vendido para a Bahia, via Juazeiro.

Infelizmente, a construção das grandes barragens, aliada ao controle das enchentes no rio, vem diminuindo consideravelmente.

⁸ BURTON, Richard. op. cit. p. 169.

mente a pesca no grande rio. Com a regularização da vazão, as grandes cheias não ocorrem mais e as inúmeras lagoas marginais, que funcionavam como criadouros naturais, perderam o contato com o rio e secaram.

Entre os recursos de origem animal, devem ser mencionados ainda o mel e a cera das abelhas. St. Hilaire⁹ arrolou as diversas espécies encontradas no sertão e Spix e Martius¹⁰ afirmaram que muitos sertanejos vivam exclusivamente da produção da cera e do mel.

A região noroeste, à exceção de Paracatu (sede de mineração aurífera no séc. XVIII), é na sua quase totalidade, pobre em recursos minerais. Referências à exploração do ouro e do diamante nas regiões de Pirapora, São Romão e São José das Pedras dos Angicos (São Francisco), encontram-se na obra de Richard Burton.¹¹ No entanto, a extração do diamante não chegou a ser uma atividade intensiva nem proporcionou a formação de vilas, sendo praticada por um número reduzido de garimpeiros.

Destaca-se na região a presença do salitre que ocorria nas grutas de pedra calcárea nas proximidades de Formigas (Montes Claros), Contendas (Brasília de Minas), Coração de Jesus, Porto do Salgado (Januária) e Manga. Este mineral, matéria-prima para a fabricação de pólvora, foi explorado clandestinamente até o início do século XIX, quando da instalação da fábrica da Lagoa de Freitas, no Rio de Janeiro, e da fábrica de Vila Rica. Até então, conforme Eschewege¹², toda pólvora era fornecida pelos armazéns de Portugal, sendo adquirida em depósitos. Em contraponto ao monopólio real, existia a exploração do salitre e o fabrico clandestino da pólvora, realizado pelos caçadores do sertão para o seu uso próprio e comercialização. Esta pólvora era vendida pela metade do preço estipulado pela Coroa.

Ao que parece, a extração e comercialização do salitre para as fábricas de pólvora não durou muito tempo. St. Hilaire¹³

⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1975, p.332.

¹⁰ SPIX, J. B. von & MARTIUS, C. F. P. von. op. cit. p. 185.

¹¹ BURTON, Richard. op. cit. p. 170, 202, 206.

¹² ESCHeweGE, Wilhelm Ludwig von. Pluto Brasiliensis. São Paulo, Nacional, 1944, p. 312.

¹³ SAINT-HILAIRE. op. cit. p. 311.

atribuiu o fato ao esgotamento das jazidas, consequência dos métodos predatórios de extração.

3.3 A Agricultura

O cultivo da terra no sertão mineiro foi uma atividade voltada predominantemente para a subsistência, fato que, no entanto, não impediu a intensa comercialização da produção excedente.

As plantações eram feitas em três terrenos distintos. Na época das cheias, o sertanejo se instalava no cerrado e, derrubando a mata, ali fazia a sua roça; na estiagem, ele se mudava para as regiões ribeirinhas, onde a vazante das águas deixava terrenos semi-alagados e ilhas (áreas extremamente férteis) e cultivava a sua plantação até que as chuvas reiniciassem, obrigando-o a retornar aos gerais. Além da agricultura da vazante e do cerrado, o sertanejo plantava também nos brejos, verdadeiros oásis que ocorrem esparsamente na região.

O lavrador da vazante, conhecido como barranqueiro, ou era agregado de algum grande proprietário ou arrendava terras pertencentes às municipalidades. Dedicado à agricultura e à pesca e mais vinculado ao meio urbano, o barranqueiro é um tipo menos apegado à terra que o agricultor do cerrado, o geralista, que acumulava as atividades de plantador e vaqueiro ou era apenas um lavrador agregado à grande propriedade.

O milho e o feijão são produtos comuns às três áreas agrícolas. Na vazante destaca-se a produção de melões, melancias e abóboras. No cerrado predomina a mandioca, base da alimentação do sertanejo, o algodão, matéria-prima da indústria doméstica de tecidos, e a mamona, de onde se extrai óleo combustível. Nos brejos, a produção é mais diversificada, aparecendo o arroz, a cana-de-açúcar, o tabaco e as uva.

No noroeste, Januária foi o município agricultor por excelência. Beneficiado pela existência de terras calcáreas, tornou-se o centro produtor e distribuidor de alimentos para todo o vale médio do rio São Francisco.

A rapadura e a cachaça de Januária, produzidas a partir da cana-de-açúcar, tornaram-se famosas em todo o Vale; a primeira, misturada com farinha de mandioca e água, produz a jacuba, prato tradicional dos habitantes pobres da região; a segunda, de

alta qualidade, é consumida largamente e apreciada em todo o país - "Januária" ficou sendo mesmo sinônimo de boa cachaça. Os produtos desta cidade foram objeto de importante comércio.

Na Bahia, entre os povoados de Remanso e Pilão Arcado, as duas margens do São Francisco apresentavam terrenos impregnados de sal. Em contrapartida, a caatinga e as secas tornavam dificultosa a produção agrícola. Os homens dessa região carregavam barcas de sal e subiam o rio até Januária, São Romão e Guaicuí onde trocavam sua mercadoria por produtos agrícolas. O sal, próprio para alimentação do gado, era então distribuído para todo o norte de Minas e também para Goiás. Em 1853 Halfeld¹⁴ calculou que as salinas do São Francisco produziam anualmente cerca de 40.000 a 50.000 alqueires de sal. Januária, uma espécie de oásis do sertão, era o município que mais fornecia alimentos para os mercadores baianos.

O algodão, nativo na região e de boa qualidade, crescia mesmo sem cuidados, adaptando-se facilmente ao solo e ao clima. A área de maior produção concentrava-se na zona limítrofe entre o cerrado e a caatinga, especialmente nos municípios de Januária, Manga e Carinhanha. Além do aproveitamento doméstico, fiado e tecido grosseiramente em teares, o algodão foi também produto de exportação. No século XVIII, durante a Guerra da Independência dos Estados Unidos, ele foi exportado em ramas para a Inglaterra, via Salvador, até a regularização do comércio entre os dois países. O mesmo ocorreu quando, na América, a Guerra de Secessão dividiu os Estados do norte e do sul afetando o fornecimento do algodão para a Inglaterra.

A partir de 1872, com a fundação da primeira indústria têxtil de características fabris, em Taboleiro Grande (Paraopeba), o Vale do São Francisco passou a liderar o fornecimento de algodão e transformou-se no mercado consumidor dos tecidos fabricados pela "Cedro e Cachoeira". Entre 1872 e 1899, vinte indústrias têxteis foram instaladas em Minas Gerais, sendo que as mais importantes se localizaram na bacia do rio das Velhas, mais exatamente nos municípios de Santa Luzia, Curvelo e Sete Lagoas. A

¹⁴ HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. Atlas e Relatório Concernente a Exploração do Rio São Francisco desde a Cachoeira de Pirapora ao Oceano Atlântico. Rio de Janeiro, Litografia Imperial de Eduardo Rensburg, 1860, p. 27.

sobrevivência dessas indústrias só foi possível devido à abundância da matéria-prima sanfranciscana e à existência de um mercado consumidor raramente alcançado pelos tecidos ingleses.

O vapor "Saldanha Marinho", o primeiro a sulcar as águas do São Francisco, fazia chegar até Juazeiro os tecidos da Companhia e retornava carregado de algodão. Em 1894, buscando facilitar a comercialização, a Cedro e Cachoeira¹⁵ montou vários depósitos de algodão e tecidos no norte de Minas, entre eles o de Pirapora, responsável pelo crescimento econômico daquela antiga aldeia de pescadores. O algodão e o mercado consumidor do vale médio do São Francisco garantiram a sobrevivência da Cedro e Cachoeira que só assim pode fazer frente à concorrência dos produtos têxteis ingleses.

3.4 O Comércio

Embora isolado comercialmente do litoral, excetuando-se as vendas de gado e peles, o sertão noroeste de Minas não deixou, em momento algum, de realizar intercâmbio com o interior do país. A maior parte deste comércio era feito na base de trocas, pois era quase nula a circulação de moeda.

Viajantes estrangeiros como James Wells¹⁶ experimentaram na prática a escassez monetária. Quando necessitavam de mantimentos eram obrigados a desembolsar a quantidade exata de dinheiro ou receber o troco em espécie. Burton¹⁷ e Gardner¹⁸ observaram, o primeiro em Guaicuí e o segundo em São Romão, que os habitantes obtinham muito mais artigos por troca que por dinheiro. Mesmo a Cedro e Cachoeira se utilizou do escambo. Frequentemente trocava o algodão por tecidos e em momentos de extrema falta de numerário chegou a autorizar o recebimento de dívidas em gado, no depósito de Pirapora.

¹⁵ MASCARENHAS, Geraldo Magalhães. Centenário da Fábrica do Cedro; Histórico (1872-1972). Belo Horizonte, Cedro e Cachoeira, 1972. p. 149.

¹⁶ WELLS, James W. Exploring and Travelling Three Thousand Miles through Brazil: From Rio de Janeiro to Maranhao. London, Sampson Low, Marston, Searle e Rivington, 1887, p. 296-7.

¹⁷ BURTON, Richard. op. cit. p. 160-1.

¹⁸ GARDNER, George. Viagem ao Interior do Brasil; principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1975, p. 190.

O comércio inter-regional utilizava várias rotas, mas nenhuma excedeu em volume à da via navegável do São Francisco, entre Guaicuí e Juazeiro. De Januária e São Romão, existiam caminhos para Formosa (Goiás), via Paracatu; estes dois povoados ligavam-se por terra a Diamantina, via Brasília de Minas, Coração de Jesus e Montes Claros; Guaicuí comunicava-se com Pitangui, Curvelo, Sabará e Santa Luzia por via terrestre e fluvial; Santa Luzia era o primeiro entreposto das mercadorias que seguiam para o Rio de Janeiro, em especial, as peles de animais selvagens. A cidade de Paracatu, além de comercializar com os povoados das margens do São Francisco, comunicava-se com São João del Rei através da estrada real; São João, por sua vez, funcionava como o segundo maior entreposto dos negócios com a Corte. Todas essas rotas, à exceção de Paracatu - São João, eram mantidas pelo comércio que se realizava pelo rio São Francisco entre Minas Gerais e Bahia.

O intercâmbio por via fluvial era feito pelas barcas e canoas e, mais tarde, pelos vapores; por via terrestre pelas tropas.

As barcas apareceram no São Francisco depois da independência do Brasil, por volta de 1825. Até então o comércio fluvial era feito através de canoas e ajoujos. Como os tropeiros, os barqueiros eram autônomos ou estavam a serviço de um fazendeiro, proprietário de barca. Detalhe interessante, e que demonstra o hábito das trocas em espécie, é o fato destas barcas calcularem sua capacidade de transporte pelo peso das rapaduras.

Geraldo Rocha¹⁹, fundamentado em Accioly de Cerqueira e Silva, escreveu que, em 1847, trafegavam pelo rio 54 barcas. Francisco Manoel Álvares de Araújo²⁰, encarregado, em 1870, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de explorar o rio das Velhas e o São Francisco no vapor "Saldanha Marinho", cal

¹⁹ ROCHA, Geraldo. O Rio São Francisco; Factor precípua da existência do Brasil. Rio de Janeiro, Nacional. 1940. p. 6.

²⁰ ARAÚJO, Francisco Manoel Álvares de. Relatório da viagem de exploração dos rios das Velhas e São Francisco. Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Ethnográfico do Brasil. Rio de Janeiro, Garnier, 39 (1): 77-155; 211-275, 1876.

culou em 250 a 300, o número dessas barcas. Esses dados sugerem um aumento significativo do comércio pela via fluvial.

As barcas eram verdadeiras casas comerciais ambulantes. Subiam o rio carregadas de broacas de sal e, em menor escala, levavam tecidos importados e querosene. Regressavam trazendo rapaduras, cachaça, couro e peles de animais.

Por volta de 1940 havia se reduzido a 50 o número de barcas que trafegavam no rio. A concorrência dos navios a vapor foi a causa determinante dessa diminuição mas Geraldo Rocha²¹ atribuiu às exigências legais que passaram a vigorar após 1930.

Forçados a se matricularem no porto de Juazeiro e a realizarem uma viagem redonda no máximo em três meses, os remeiros ficaram impedidos de permanecer em um porto retalhando a sua carga e aguardando as sobras das pequenas lavouras. Acrescente-se a isso a perseguição movida pelos coletores que postavam-se nas curvas do rio e autuavam os barqueiros quando as mercadorias não estavam seladas.

Wilson Lins²², entretanto, destacou a continuidade do papel comercial das barcas nos pequenos lugarejos onde os vapores não aportavam.

Durante o período imperial, as transações comerciais da região noroeste de Minas se faziam, predominantemente, com a Bahia. Importava-se o sal, ferragens e produtos de fabricação europeia. Exportava-se o algodão, gado vacum e calavar, couros, peles, cereais, rapadura e aguardente.

O valor das importações era maior que o das exportações devido ao alto preço das mercadorias de origem europeia. A desvantagem da província de Minas Gerais no saldo comercial manteve-se durante todo o período imperial.

Francisco Manoel Álvares de Araújo, em 1870, deu o valor das importações e exportações dos municípios ribeirinhos:

²¹ ROCHA, Geraldo. op. cit. p. 57.

²² LINS, Wilson. O Médio São Francisco; uma sociedade de Pastores e Guerreiros. 2a ed., Salvador, Livraria Progresso, 1960. p. 123.

MUNICÍPIO	VALOR DAS EXPORTAÇÕES	VALOR DAS IMPORTAÇÕES
Guaicuí	124:500\$000	48:000\$000
São Romão	86:400\$000	63:000\$000
São Francisco	62:750\$000	51:000\$000
Januária	144:500\$000	265:000\$000
Carinhanha	68:500\$000	80:000\$000
TOTAL	386:650\$000	507:000\$000

Fonte: ARAÚJO, Francisco Manoel Álvares de. Relatório de viagem de exploração dos rios das Velhas e São Francisco. Revista Trimestral do Instituto Histórico-Geográfico e Ethnográfico do Brasil. Rio de Janeiro, Garnier, 39 (1):77-155; 211-275, 1876.

Através desta tabela vê-se que os municípios de Guaicuí, São Romão e São Francisco apresentavam um saldo positivo nas exportações enquanto os de Januária e Carinhanha, apresentavam um saldo negativo. Na conta final persistia o déficit comercial.

Deve-se levar em consideração que Guaicuí e São Romão, além de travarem relações comerciais com as localidades ao longo do rio São Francisco, faziam também intercâmbio com Paracatu, Diamantina, Pitangui e com o Rio de Janeiro, através de Curvelo e Santa Luzia. Por isso, essas localidades concentravam as mercadorias dos outros municípios ribeirinhos.

Embora também apresentasse um saldo negativo na sua balança, Januária registrava no volume de comércio, os mais altos índices de exportação e importação. Todos os municípios exportavam gado vacum, cavalar e couros. Guaicuí e São Romão exportavam também diamante e meios de sola. Januária, uma expressiva quantidade de gêneros alimentícios, sendo o único município no qual esses produtos ultrapassam o valor da exportação do gado vacum. Carinhanha tinha no algodão em rama um produto específico de comercialização. Todos os municípios importavam as mesmas mercadorias: fazendas secas, molhados, ferragens e sal.

3.5 O Ciclo da Borracha

Assim como na Amazônia, onde a exploração da seringueira provocou um surto migratório sem precedentes, no vale do São

Francisco, entre Januária e Remanso, a extração do látex da mangabeira e da maniçoba inscreveu uma história em tudo semelhante: pequena duração do ciclo econômico, extração predatória e exploração da mão-de-obra nordestina.

A primeira referência à exploração da mangabeira no sertão mineiro com o objetivo de comercializar a borracha, encontra-se na obra de James Wells, "Três mil milhas através do Brasil". Em nota de pé de página²³, o autor indicou o ano de 1885 como marco inicial da exportação do produto através da Bahia. A partir dessa época, com a introdução do pneumático e ampla difusão do automóvel, o Brasil passou a ser um dos principais exportadores mundiais de borracha.

O Anuário de Minas Gerais, de 1918, organizado por Nelson de Senna, traz informações valiosas sobre o ciclo da borracha em Minas. O autor²⁴ publicou entrevistas com comerciantes de Januária, extraídas do jornal "A Luz", que fornecem dados sobre a produção e a comercialização do látex. Theodomiro Pimenta, negociante, informou que Januária exportou, entre 1902 e 1907, cerca de 300.000 quilos de borracha sendo que apenas 8% deste total tinha sido produzida no município. Januária comercializava a produção de Goiás e dos municípios mineiros de Paracatu, Rio Pardo, Montes Claros, Tremedal, Brasília de Minas e São Francisco.

O ápice da produção e exportação se deu entre os anos de 1909 e 1912 sendo que neste último, a exportação brasileira - 42.000 toneladas - foi a maior registrada e jamais superada. Em 1911, Januária exportou 8.000 toneladas para o Rio de Janeiro e 4.000 toneladas para a Bahia, ou seja, 12.000 toneladas, sendo a maior parte procedente do Estado de Goiás. Se os dados fornecidos pelo comerciante estão corretos, Januária chegou a comercializar cerca de 1/4 da produção brasileira.

Até 1909, o comércio era feito com a Bahia, via Juazeiro; a partir de 1911 passou a ser feito predominantemente com o Rio de Janeiro, via Pirapora.

A demanda do produto nesses anos estimulou os fazendeiros locais a plantarem a maniçoba, pois até então só a planta na

²³ WELLS, James. op. cit. p. 254.

²⁴ SENNA, Nelson de. Anuário de Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1918, p. 806-13.

tiva era explorada. Entretanto, os plantadores e comerciantes ve-
riam suas iniciativas frustradas por causa da concorrência da pro-
dução oriental (Ceilão e Malásia) que, organizada metodicamente,
superou a borracha brasileira em quantidade e qualidade. Apesar
de vários decretos governamentais objetivando a defesa e a valo-
rização do produto, os resultados foram nulos. As medidas ofici-
ais redundaram, no máximo, em órgãos e agências especializadas que
nada realizaram de prático.

Maria Lígia Coelho Prado e Maria Helena Rolim Capelato²⁵
sugerem que é preciso buscar, além das causas externas, as ra-
zões internas da queda da borracha brasileira. De acordo com as
autoras, o café, nesse período, atraía todas as atenções. Os esta-
dos cafeeiros, politicamente mais fortes, faziam com que os "favo-
res da União para eles convergissem, deixando de lado as necessi-
dades dos distantes e inexpressivos estados do norte".

A produção da borracha de maniçoba e da mangabeira no
vale do São Francisco provocou o êxodo nordestino para área. Como
relata Moraes Rêgo²⁶, esses imigrantes sofreram as mesmas penú-
rias que seus irmãos na Amazônia. Trabalhando individualmente, con-
traíam dívidas com os patrões que lhes forneciam ferramentas e
alimentação. Os altos preços dos gêneros impediam qualquer lucro
na venda da borracha e os empregados ficavam obrigados a traba-
lhar para saldar dívidas injustas. "Aos que tentavam a evasão co-
minavam a morte", escreveu o autor.

Trabalhadores explorados, comerciantes desiludidos e
plantadores frustrados foi o saldo da fugaz febre da borracha. Mi-
nas Gerais, embora em escala menor, também participou deste ci-
clo.

Esse curto período de exploração correspondeu no tempo
ao declínio da cidade de Januária, antes o grande empório comer-
cial do sertão noroeste de Minas. O comerciante Theodomiro Pimen-
ta, ao ser inquirido das causas desse declínio, respondeu que Ja-
nuária havia sofrido um corte de 60% no movimento geral de seu
comércio, entre 1890 e 1910. Atribuía esse corte ao prolongamen-

²⁵ PRADO, M. L. C. & CAPELATO, M. H. R. A Borracha na Economia
Brasileira da Primeira República. In: FAUSTO, B. Histó-
ria Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL,
1977. t. 3, v. 1, p. 305.

²⁶ RÊGO, Luís Flores de Moraes. O Vale do São Francisco; Ensaio
de monografia geográfica. São Paulo, Renascença, 1945, p.
193-4.

to da Estrada de Ferro Central do Brasil até o porto de Pirapora.

A partir de 1911, Pirapora, através do desenvolvimento do comércio e da indústria, tomou definitivamente o lugar de Januária como cidade pólo da região noroeste de Minas.

3.6 O Crescimento de Pirapora

Por volta de 1875, James Wells passou por Pirapora e vislumbrou um pequeno conjunto de 36 casinhas cobertas de palha de buriti e em ruínas. Teve do lugar uma impressão pior do que a do seu conterrâneo, o inglês Richard Burton que ali estivera dez anos antes. Julgou o povoado mais decadente que antes, pois não viu, como seu antecessor, nem diamantes, nem tropas, nem peixes secando ao sol. Naquela época, Guaicuí funcionava como entrepos to comercial das mercadorias que vinham do norte em direção ao centro de Minas e ao porto do Rio de Janeiro. Também as mercadorias provenientes da Corte eram ali comercializadas. Wells notou, na pequena cidade, duas lojas comerciais onde se encontravam te cidos estampados de Manchester, vinhos portugueses, cerveja in glesa, gim holandês, fósforos suecos, além de produtos locais co mo carne seca, feijão, farinha, etc.

Em 1894, a Companhia "Cedro e Cachoeira" decidiu instalar um depóstio de algodão e tecidos naquela região e optou pelo pequeno povoado de Pirapora, apesar de ser Guaicuí o centro co mercial.

Barra do Guaicuí era um lugar afamado por sua insalubri dade. Entre os meses de janeiro e junho, que correspondiam às cheias e à vazante do rio, os habitantes eram atacados pela malária que dizimava todos anos parte da população. Por outro lado, as condições do terreno faziam de Pirapora o lugar mais adequado pa receber a ponta dos trilhos da Central que então se achava em Sa bará.

A instalação do depósito da "Cedro e Cachoeira" em Pira pora deu início ao crescimento desse vilarejo que, mais tarde, co mo previram os diretores da Companhia, seria o local escolhido co mo ponto terminal da "Central do Brasil" na junção como o rio São Francisco. Quando a estrada de ferro chegou, a localidade já era uma cidade próspera, com ruas traçadas a régua e compasso, a e xemplo de Belo Horizonte, de acordo com uma planta encomendada pe

la "Cedro e Cachoeira" e que previa uma população de 10.000 habitantes.

Nelson de Senna²⁷ publicou no Anuário de 1918 um artigo do "Minas Gerais", escrito por A. Ramos César, datado de outubro de 1910, que se refere a Pirapora.

O autor relata o crescimento populacional da cidade, resultado da chegada diária de famílias imigrantes. Não se encontravam mais casas vagas e inúmeros prédios estavam em construção na margem direita do São Francisco.

Em 1911, quando foi inaugurada a estação férrea, Pirapora passou a centralizar o comércio de todo o sertão noroeste de Minas e logo transformou-se no maior centro industrial da região. Em 1912 foi criada pela empresa de navegação baiana, a linha de Januária a Pirapora e foi elevada para quatro o número de viagens entre Juazeiro e a nova cidade. Em 1918, rompendo um monopólio exercido desde 1888 pela empresa baiana, formou-se a Companhia Indústria e Viação de Pirapora que, além da navegação, atuava em outros ramos de negócios. Por ocasião da visita de Mello Viana, Presidente do Estado de Minas Gerais, ao sertão do São Francisco (1925), a Companhia já atuava em várias frentes. Segundo informações de Victor da Silveira²⁸, ela possuía dois descaroadores e prensa de fardos de algodão com ligação férrea até a estação da Central; uma fábrica de óleos vegetais de algodão, côco de babaçu e mamona com aproveitamento do bagaço da semente do algodão na fabricação de farinha para o gado leiteiro; uma fábrica de sabão, com equipamentos franceses, para aproveitamento dos óleos vegetais; dupla instalação elétrica, térmica e hidráulica, que fornecia energia para a fábrica e toda a cidade; e serviço de abastecimento d'água, com carneiros hidráulicos importados do E.U.A, que serviam também, à população urbana.

A ligação ferroviária com Belo Horizonte e Rio de Janeiro, além de transformar Pirapora em centro comercial e industrial, alterou os tradicionais vínculos da região noroeste de Minas com a Bahia. As mercadorias provenientes do Rio e da capital mineira

²⁷ SENNA, Nelson de. op. cit. p. 1152.

²⁸ SILVEIRA, Víctor. Minas Gerais em 1925. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

passaram a entrar com maior velocidade e quantidade, utilizando a estrada de ferro e a navegação a vapor.

A mudança na direção do comércio é um dos fatos mais expressivos da história econômica da região. A partir de então pode-se até mesmo falar em "noroeste de Minas Gerais" porque a região passou a ser polarizada por Belo Horizonte e Rio e não mais por Juazeiro e Salvador.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da história do vale do São Francisco sugere interessantes reflexões sobre o modo pelo que se deve planejar a região. Euclides da Cunha²⁹, na magistral obra "Os Sertões", afirmou que a sociedade sertaneja, gerada no vale do São Francisco, "era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade". Ali se reuniram as correntes de povoamento que partiram do norte e do sul do país, da costa para o interior. Antes dele, João Ribeiro³⁰ escreveu que "o grande caminho da civilização brasileira é o rio São Francisco", por ter sido o teatro das atividades mineradora e pecuária, os dois grandes fatores de povoamento do Brasil.

Sintomaticamente, todas as vezes que, na história do Brasil, a questão do São Francisco veio à baila, o país vivia momentos de busca de unidade, integridade e identidade nacional.

Nas décadas de 1850 a 1890, quando firmou-se a estrutura do Estado Brasileiro independente, o Império promoveu viagens e expedições científicas ao vale a fim de estudar sua ligação com o litoral através da combinação dos transportes ferroviário e fluvial. As viagens de Halfeld (1852-54), Liais (1865), Krauss (1868), Álvares de Araújo (1870) e Milnor Roberts (1879) tiveram essa preocupação.

Nos períodos pós-guerras mundiais, o mesmo fenômeno se repetiu. O afloramento da consciência nacionalista conduziu os governos e as elites intelectuais do país a pensar a questão do São Francisco, todos clamando pela necessidade de desenvolver os potenciais do vale através de sua modernização e integração com o litoral.

²⁹ CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo, Abril Cultural, 1982, p.81.

³⁰ RIBEIRO, João. História do Brasil. 13^a ed, Rio de Janeiro, São José, 1954, p.137.

Na Segunda Guerra, a questão adquiriu maiores dimensões porque o vale do São Francisco e o Nordeste passaram a desempenhar uma importante função estratégica na defesa das Américas. Estando a costa brasileira vigiada por submarinos alemães e sendo necessária a locação de tropas no Nordeste para a defesa do Atlântico, a via navegável do São Francisco foi o recurso utilizado pelo Exército para transportar armas e soldados para o norte. Daí em diante medidas de planejamento governamental foram constantes no vale.

Desde o Império a política econômica dos governos tem tido uma única meta: integrar o vale do São Francisco às economias desenvolvidas do país, para unificar o mercado interno e garantir a integridade nacional. Esse conceito "integracionista" supõe que a nação brasileira está locada nas regiões desenvolvidas e que essa mesma nação se verá fortalecida quanto for o vale do São Francisco integrado a ela.

Ora, se Euclides da Cunha e João Ribeiro têm razão, se o sertão brasileiro é, realmente, o cerne da nossa nacionalidade, as medidas, planos e projetos deveriam então ter um enfoque inverso, ou seja, buscar a integração das regiões desenvolvidas ao vale do São Francisco.

Se investigamos a história do vale, especialmente da seção média entre Pirapora e Juazeiro, verificamos que a região viveu praticamente dos seus próprios recursos, de 1750 a 1947. Os habitantes se alimentavam da carne bovina, da mandioca e dos cereais que plantavam, da rapadura que produziam e do óleo que extraíam das plantas; dos frutos, animais e mel silvestres; do peixo abundante nos rios e lagoas. Do barro construiam suas casas cobertas de palha de buriti; do couro de animais e do algodão por eles cultivado confeccionavam suas roupas; de couro eram também os móveis e utensílios. Do salitre fabricavam a pólvora com a qual caçavam e se defendiam; se faziam transportar em cavalos que criavam ou em canoas, ajoujos, balsas e barcas que fabricavam com as melhores madeiras de lei.

O setor médio inferior da bacia, de solo semi-árido pouco propício ao plantio, produzia o sal da terra que era trocado, no porto de Januária, por produtos agrícolas das terras mais férteis dos vales dos rios Urucuia, Paracatu e das Velhas.

Exportavam, para outras regiões do país e para o exterior, gado, peles, algodão em rama, ervas medicinais e o látex

extraído da maniçoba e da mangabeira. Importavam ferragens e produtos supérfluos.

Não se quer dizer com isso que o vale não teve ou não tenha distorções, ou que deveríamos regredir a uma sociedade primitiva. Problemas como o latifúndio, as secas, o saneamento, a educação, a navegação fluvial e as comunicações em geral devem ser resolvidos. A modernização da agricultura, a utilização científica dos recursos naturais, a instalação de agro-indústrias, a irrigação das terras, a dinamização das administrações municipais são também urgentes. Os governos, os órgãos de planejamento devem, entretanto, inverter o enfoque que até então tiveram.

Uma análise histórica do planejamento da bacia do São Francisco, a partir da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), e especialmente nos últimos vinte anos, mostrará que a política econômica tem beneficiado mais ao governo e às empresas privadas, nacionais e estrangeiras, do que à população mesma do lugar. O capital de empresas do centro-sul e de grupos multinacionais explora a mão-de-obra barata do sertanejo e o expulsa de suas terras. Na região só foram beneficiadas as elites locais e, mesmo essas, perderam muito do campo de manobra política que tinham no passado.

Aos pobres restou o êxodo, a vida miserável nas favelas e periferias dos grandes e médios centros urbanos, a condição de "bóias-frias", a irreversível mutilação dos hábitos e crenças.

Apesar disso, e por causa disso, os problemas das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Salvador podem, hoje, ser considerados mais graves do que aqueles vividos pela população sanfranciscana. A urbanização desorientada, a poluição ambiental, a violência e a pobreza urbanas, a carestia, os problemas de transporte, abastecimento, educação e saúde atingem milhões de habitantes das grandes cidades.

Ao contrário de ver no vale do São Francisco uma região problemática, seria mais produtivo analisar aquilo de positivo que lá deve ser mantido e aquilo que precisa ser introduzido para beneficiar os habitantes do lugar. Em vez de ditar "soluções" para o vale, produzidas nos frios laboratórios da tecnocracia, é preciso ouvir a população. Acostumados a sobreviver em condições rudes, os habitantes do vale devem saber melhor aquilo que necessitam.

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO LIVRE NA ZONA DA
MATA MINEIRA: 1870-1920*

Ana Lanna

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO LIVRE NA ZONA DA
MATA MINEIRA: 1870-1920 *

Ana Lanna

Na formação do mercado de trabalho na Zona da Mata destacamos três tipos de relações de trabalho: a meação, que encontra no parceiro, enquanto trabalhador fixo das fazendas, a sua expressão mais marcante; o trabalho assalariado temporário, que tem nas migrações sazonais internas o seu canal de suprimento de mão-de-obra; e, por fim, os colonos, proprietários de pequenos lotes reunidos em núcleos de colonização, na sua maioria oficiais.

Como veremos, as relações de trabalho assim estruturadas, organizando a população existente como mão-de-obra disponível para a cultura cafeeira, contribuíram para que a região da Mata mineira fizesse, sem grandes choques, a transição para o trabalho livre em condições bastante distintas daquelas encontradas, e analisadas pela bibliografia, em São Paulo.

Antes de nos determos na análise das formas que, integradas, constituíram o mercado de trabalho livre na Zona da Mata, vale ressaltar a questão dos limites impostos pela documentação à percepção do negro, ex-escravo, como elemento deste processo de transição.

A documentação pesquisada, em sua maioria oficial ou oficiosa, possibilitou-nos mapear a forma pela qual se deu a transição para a região cafeeicultora da Mata mineira.

Entretanto, as referências ao escravo, como mão-de-obra, após a abolição são esparsas e apenas fornecem indícios de seu aproveitamento na produção cafeeira. De certa forma, para as autoridades apagar a "mancha negra da nossa história" significa simplesmente esquecer o problema social representado pelo ex-escravo.

A partir de 1888 os trabalhadores são nacionais ou estrangeiros. Isto reflete tanto a preocupação com o branqueamento da Nação como a própria forma como foi feita a abolição. Michael

* - Este artigo foi escrito originalmente como capítulo da dissertação de Mestrado "A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira: 1870-1920" apresentada no Departamento de História da UNICAMP em dezembro de 1985.

Hall, ao analisar a relação dos cafeicultores do Oeste Paulista com o governo central, sugere que a forma como se deu a abolição atendia aos interesses deste grupo. A imigração já supria as necessidades da lavoura paulista e as fugas e crimes de escravos agitavam e perturbavam a ordem produtiva e social. Abandona-se tanto a idéia de um trabalho compulsório por tempo determinado como pagamento pela liberdade, quanto à indenização para os proprietários. Isto porque, "em grande parte quase todos em São Paulo já tinham libertado seus escravos ao tempo da Lei Áurea e conseqüentemente não era provável que recebessem indenização se alguma fosse votada"¹.

O Estado brasileiro não revela nenhuma preocupação social já que estas questões resumem-se a "casos de polícia". Explica-se portanto a quase total ausência de informações específicas sobre esta parcela da população que, durante séculos, foi a maior fonte de riqueza neste país.

A realização de pesquisas utilizando documentação cartorial, policial em particular, certamente possibilitará a ampliação do conhecimento dos caminhos percorridos por estes homens.

Anteriormente a maio de 1888 o maior volume de informações sobre escravos advém das listagens de matrículas, manumissões e populações por município, elaboradas no cumprimento da Lei de 1871. Não localizamos nas fontes referências a fugas, crimes e rebeliões. Mas o temor a estes eventos está presente seja pela necessidade explícita de controle dos escravos, seja pelas referências às revoltas paulistas ou ainda pelas discussões sobre o uso do liberto nas atividades produtivas. A não submissão do liberto e sua resistência a permanecer nas fazendas, onde ainda ontem era escravo, aparece nos documentos como recusa ao trabalho em nome da liberdade — Como dizia um jornal da época: "Compreendemos que o liberto do Brasil mostre tendência natural para os povoados, e procure carregar móveis na cabeça a empunhar a enxada que a escravidão entorpeceu tanto"².

¹ - HALL, Michael. The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914. Tese de Phd na Universidade de Columbia, 1969, p. 114-115, mimeografado.

² - A Actualidade. Ouro Preto, 20 de julho de 1878 nº 49, ano I.

Entretanto, esta resistência do liberto a permanecer trabalhador agrícola parece possível apenas até 88. As cidades mineiras não comportariam 300.000 "carregadores de móveis na cabeça". A agricultura é a maior indústria nacional. A par disto a abolição, "lei redentora", não trouxe consigo nenhum esquema alternativo para a sobrevivência dos ex-escravos e aparentemente não estava preocupada com isto.

Se nos jornais e livros de memórias existem referências ao abandono das plantações pelos libertos³, tais ocorrências não foram suficientemente marcantes para promover a desestruturação da atividade produtiva mineira. A abolição acontece em maio e a colheita do café inicia-se e realiza-se logo depois. Como afirma o então Presidente da Província: "a solução radical de um problema tão urgente não trouxe alteração alguma à ordem pública; e se durante os primeiros tempos o trabalho recebe alguma perturbação, não é esta tão grave que deva interferir no geral contentamento e inspirar-vos excessivo receio de temerosa crise (...) o serviço de vossos estabelecimentos agrícolas se vai restabelecendo sobre bases mais largas, sólidas e não há de faltar o útil contingente que podem e hão de fornecer aqueles mesmos, escravos ontem, sentem-se de hoje para todo o tempo — homens livres na pátria livre"⁴.

Da parte dos escravos houve sem dúvida uma euforia com a liberdade conseguida; mas rapidamente se revelaram as duras condições de sobrevivência a que estavam submetidos.

No que se refere às migrações sazonais dos trabalhadores do Norte do estado para a região do café, fato destacado pelas fontes já nos anos 80, não conseguimos nenhum indício sobre sua origem escrava.

³ - A principal causa do atraso da lavoura é apontada como sendo a falta de braços ocorrida depois da lei de 88 que simplesmente converteu o escravo em cidadão livre "antes acostumado ao trabalho debaixo do mando e severa disciplina do senhor, destituído completamente de educação, tendo nutrido como única aspiração, no duro decorrer de toda a sua existência, a liberdade, hoje abusa naturalmente desta e limita-se a produzir apenas tanto quanto seja estritamente suficiente para sua subsistência" Jornal O Serro de 13 de novembro de 1892.

A Câmara Municipal de Cataguases menciona "badernas" e batuques promovidas na praça da cidade pelos libertos em 88.

⁴ - Relatório do Presidente da Província de 1888. Ouro Preto, 1888, p. 51.

Tendo em vista as limitações impostas pelo tipo de documentação pesquisada foi-nos possível caracterizar o trabalhador; basicamente em função de sua nacionalidade. Fica patente que o trabalho livre organiza-se na região cafeeicultora aproveitando a mão-de-obra internamente disponível. Ou seja: o trabalhador nacional, categoria ampla que a nosso ver inclui o ex-escravo, será a força de trabalho fundamental na constituição do mercado de trabalho.

As Políticas de Imigração

As discussões sobre a política de imigração para Minas Gerais são bastante reveladoras das condições e características da constituição do mercado de trabalho livre. Nelas estão embutidas a problemática do uso do trabalhador nacional, as necessidades mais prementes dos agricultores e toda a diversidade econômica e política de Minas Gerais.

No que se refere à introdução de imigrantes, a questão da organização do trabalho livre, tendeu mais para uma política de colonização do que de imigração de trabalhadores para "empregar-se livremente nas lavouras particulares"⁵.

Data de 1848 a primeira tentativa de colonização com o uso do imigrante estrangeiro. Já foi destacado no trabalho de Norma G. Monteiro que "Não obstante a preocupação do governo provincial, a política de povoamento em Minas, através de colônias, foi excessivamente modesta"⁶.

A política imigrantista em Minas Gerais durante o século XIX é marcada por revezes. Em 1879, tendo em vista as precárias condições financeiras do país. O Governo Central suspende qualquer sistema de imigração oficial subvencionado. A criação de associações imigrantistas particulares é apenas incipiente e só na década de 80 é "que se tenta encaminhar alguns imigrantes para as fazendas de café"⁷.

⁵ - Idem. p. 59 a 61.

⁶ - MONTEIRO, Norma de Góes. Imigração e colonização em Minas 1889-1930. Belo Horizonte, 1973, p. 11.

⁷ - Idem. p. 15.

A entrada de imigrantes é bastante reduzida para todo o período. De 1884 a 1901 entram em Minas Gerais 52.582 imigrantes sendo que 75,6% nos anos de 1896 e 1897⁸.

Até as vésperas da abolição muito pouco se tinha feito no sentido de introduzir trabalhadores estrangeiros ou mesmo de realizar experiências com trabalho livre nas fazendas. Apesar disso, o final da escravidão era tido como inevitável dado o processo de desescravização instaurado com a Lei de 1871. O gradualismo deste projeto faz com que as preocupações centrem-se na obtenção de capitais e no incremento dos lucros com a lavoura cafeeira.

As referências à necessidade de desenvolvimento de uma política de imigração, compreendida como colonização para povoar e desenvolver o território provincial, centram-se até os anos 80 na necessidade premente de incrementar um sistema de transportes capaz de integrar os colonos e permitir o desenvolvimento de suas propriedades.

Nos Anais da Assembléia Legislativa, no ano de 1887, ainda discute-se o que se deve fazer face ao iminente fim da escravidão. Debate-se sobre o aproveitamento do trabalhador nacional, visto como ocioso e nômade, discute-se a questão imigrantista como da maior relevância para a questão premente de braços para a lavoura.

Prevalece nos debates parlamentares a necessidade de se introduzir colonos para povoar, moralizar e aperfeiçoar as rudimentares técnicas da lavoura. Na sessão de 12 de agosto de 1887, durante a discussão de um projeto sobre imigração, pode-se perceber claramente a incipiência das tentativas imigratórias para Minas Gerais. Assim compreende-se a preocupação do deputado: "Tratando-se de substituir o trabalho escravo pelo livre, nenhuma medida de maior importância se impõe ao nosso estudo, reclamando toda a atenção do que aquela de que se ocupa hoje esta Assembléia. O desfecho se encaminha rápido e seríamos imprevidentes, se

⁸ - Idem. Anexo A p. 169. Esta concentração na entrada de imigrantes para os anos de 1896 e 1897 pode ser explicada, a nosso ver, tanto pela demanda de braços especializados exercida por Belo Horizonte na sua fase de construção quanto pela alocação na Europa de um representante do Estado de Minas Gerais responsável pelo incremento da propaganda e atração direta de imigrantes. BARRETO, Abílio. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva (história média). Belo Horizonte, 1936, p. 395-397.

não procurássemos remediar ou tornar menos sensível o desequilíbrio e abalo que produzirá (...)

Para prevenir males, de que nos arreceíamos, com a transformação cumpre volver nossas vistas para a colonização ou introdução de imigrantes, tendo neste intuito dois caminhos a seguir: — primeiro, estudar os meios de atrair para a província a imigração; — segundo, atender na conveniente colocação de colonos"⁹.

Da parte dos agricultores percebe-se uma resistência à introdução de imigrantes. Nenhuma medida concreta é tomada. Nem mesmo as casas de morada que deviam ser construídas para abrigar os colonos são edificadas. Não são encaminhados ao governo os pedidos de imigrantes. Nas respostas ao questionário elaborado pela Secretaria de Agricultura em 1893 fica patente o desinteresse por este tipo de trabalhador, pois poucos fazendeiros requisitaram imigrantes para suas fazendas¹⁰.

O Clube de Agricultores de Além Paraíba, freguesia D'Angustura, promove uma reunião em dezembro de 1887 para iniciar as discussões sobre uma política conjunta para a questão do trabalho, face a iminência da abolição. As propostas visando a atração de imigrantes baseiam-se na experiência paulista, rejeitada porque a remuneração dos colonos é considerada muito alta e as relações contratuais, insatisfatórias. Apenas uma fazenda da Zona da Mata, tratada como pioneira na introdução de imigrantes, é tomada como exemplo e referência sobre o uso deste tipo de trabalhador.

Concretamente, a política imigrantista em Minas Gerais resultou em uma tímida política de colonização — assentamento de estrangeiros na condição de pequenos proprietários — ou de alocação de mão de obra qualificada basicamente para as cidades e centros fabris.

A política de colonização via assentamento de imigrantes em núcleos oficiais é reconhecidamente mais onerosa, mas

⁹ - Anais da Assembléia Legislativa de 12 de agosto de 1887. p. 177-178.

¹⁰ - Num total de 108 respostas 85 afirmam que não há abundância de trabalhadores mas apenas 48 afirmam ter praticado algum meio de obtê-los, sendo que só um cita especificamente a presença de estrangeiros. Mais significativo ainda é o fato de 88 terem obtido resultados negativos no intento de atração de mão de obra cf. MONTEIRO, Norma de Góes. op. cit., p.53.

também é vista como a única capaz de criar um fluxo de imigração regular e espontâneo e fixar definitivamente o estrangeiro que tomaria a nova terra como sua verdadeira pátria. A esta perspectiva da política imigrantista está associada a idéia da competência técnica, ou seja, a possibilidade de com esses colonos desenvolverem-se e ampliarem-se o uso de máquinas e técnicas agrícolas. Trata-se de com o mesmo número de trabalhadores obter-se um maior rendimento das atividades agrícolas¹¹.

A compreensão da política de atração de imigrantes se dá em dois níveis. O primeiro trata a relação da província mineira com o governo central. O outro analisa a repercussão interna desta política.

No primeiro nível a persistência em implementar projetos imigrantistas parece-nos ser explicada pela centralização econômica e política durante o Império e pela crescente influência dos cafeicultores do Oeste Paulista na política nacional. O Governo Imperial tentou implementar ao longo do século XIX uma política de desenvolvimento da imigração voltada para a colonização e povoamento do território brasileiro. Mas em 1885, quando da aprovação da Lei dos Sexagenários, estabelece-se uma cláusula segundo a qual parte do dinheiro arrecadado para o Fundo de Emancipação deveria ser obrigatoriamente destinado a fortalecer a imigração. Este item é parte do acordo realizado com as elites cafeeiras paulistas que utilizarão este recurso nacional para subvencionar a atração de braços para a lavoura em São Paulo. A partir deste momento, que marca a ascensão dos paulistas na administração central, várias medidas voltadas para a constituição de uma política de imigração subsidiada serão implementadas nacionalmente privilegiando São Paulo e sendo contestadas pelas demais províncias¹².

Minas Gerais vê no imigrante, basicamente europeu, o elemento colonizador capaz de qualificar e dignificar o trabalho manual. Isto se reflete na insistente elaboração de políticas colonizadoras que tinham por objetivo a constituição de uma classe de pequenos proprietários urbanos e rurais.

¹¹ - "O problema consiste em aumentar o serviço, diminuindo o pessoal". THIRÉ, Arthur. "Assumptos Agrícolas" in: Revista Industrial de Minas Gerais. Ano I, Ouro Preto, 15 de agosto de 1894, p. 284.

¹² - HALL, Michael. op. cit., p. 103 a 115.

Entretanto, os cafeicultores mineiros fortemente representados no governo provincial apresentam relutâncias à introdução destes trabalhadores. Estas podem ser detectadas seja pelo pequeno número de estrangeiros introduzidos na província, seja pelo privilegiamento de uma política de colonização e mais ainda pela introdução do tema do trabalhador nacional neste debate parlamentar.

Os lavradores reclamam por braços, dos claros que a escravidão vai deixando em fazendas e regiões de Minas, da falta de mão-de-obra que dificulta a continuidade da produção, da vagabundagem e ócio dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, reconhecem no imigrante uma mão-de-obra qualificada que, se corretamente introduzida, poderia trazer grandes benefícios para o país. Mas os homens públicos não se cansam de registrar um certo acanhamento dos fazendeiros em requisitar trabalhadores estrangeiros e mesmo de criarem condições para que possam ser colocados em suas fazendas¹³. Pode-se inferir sobre esta postura a respeito da imigração que a questão da solução de braços para a lavoura, na região da Mata mineira, passa por outros caminhos que não o estabelecimento de um fluxo imigratório. A questão central é a do crédito e de melhores condições de transporte. A reivindicação de braços para a lavoura não implica, no geral, uma associação ao imigrante, mas a possibilidade de controle da força de trabalho existente, na qual se incluem os ex-escravos.

É neste quadro que devemos entender o desinteresse dos agricultores na introdução de estrangeiros como trabalhadores para suas lavouras. Parece-nos que são duas as principais razões da "desconfiança" em relação à introdução de imigrantes que implicaram nas sucessivas falências dos projetos tardiamente estabelecidos.

Em primeiro lugar, destaca-se a impossibilidade de concorrer com São Paulo na atração de estrangeiros. Nos Relatórios da Inspetoria de Terras e Colonização é facilmente detectável a evasão para São Paulo dos poucos imigrantes introduzidos em Minas:

¹³ - "Os lavradores mineiros parecem ter-se mostrado um pouco hesitantes, retraídos, tímidos, acanhados relativamente a esta questão da imigração(..) Contrastando com o clamor geral de falta de braços, o pequeno número de pedidos formulados pelos fazendeiros tem, naturalmente, causado certa impressão na Repartição de Terras e Colonização". THIRÉ, Arthur. op.cit. p. 286.

de 771 imigrantes introduzidos em janeiro de 1896, "16 ficaram nas Ilhas das Flores e Grande e 340 instigados por assessores de São Paulo para ali foram"¹⁴. Nos regulamentos sobre introdução de trabalhadores europeus pode-se caracterizar uma série de medidas que tentam garantir a permanência de imigrantes contratados em Minas. Assim, por exemplo, de acordo com essas determinações, os pedidos sô seriam encaminhados aos contratantes do transporte na medida em que apresentados por proprietários que se comprometessem a ter condições de receber este trabalhador, cria-se uma hospedaria em Juiz de Fora e toda uma série de providências burocráticas que tentam obrigar as partes a cumprirem seus compromissos¹⁵.

A formulação de contratos para a introdução de imigrantes e a preocupação com a criação de hospedarias são tentativas de evitar que o trabalhador estabeleça livremente contratos de trabalho pois sendo ele colocado no Rio de Janeiro a espera de agricultores mineiros, o resultado seria trazer-se "porção somente que não achasse outra colocação por quaisquer circunstâncias. O que evidentemente não convinha". Ou por outro lado o sistema de lei que prevalece "ê fornecer aos lavradores o colono gratuito até ser-lhes entregue nas respectivas estações ou na hospedaria de Juiz de Fora"¹⁶. Com isto o lavrador teria o imigrante sem que fosse necessário endividar-se e o governo provincial mais garantias de não dispendere recursos monetários na introdução de trabalhadores que não permaneceriam em Minas.

Além disto, um dos impecilhos ao desenvolvimento da imigração consiste no receio dos produtores em se empenharem na introdução destes trabalhadores. Isto se deve tanto ao desconhecimento da capacitação desta força de trabalho (conhecimento do trabalho agrícola, opções políticas, "índole") quanto à necessidade de adaptações às relações de trabalho livre. Os trabalhadores chineses são eventualmente vistos como solução imigrantista

14 - "Mapa geral do movimento de imigrantes do Estado de Minas Gerais relativo ao ano de 1896" in: Relatório da Inspetoria de Terras e Colonização de 1897.

15 - THIRÉ, Arthur. op. cit., p. 285-286.

16 - Relatório do Presidente da Província de 1888. op. cit., p. 63.

dada sua docilidade e semelhança no trato com o negro¹⁷.

Em segundo lugar, é necessário examinar a possibilidade de formação do mercado de trabalho livre com a mão de obra internamente disponível. Para avaliar a viabilidade deste caminho deve-se considerar a população existente na província de Minas Gerais, a maior de todo o Brasil, e a inexistência de fronteira agrícola em expansão.

O povoamento de Minas Gerais vem com o desenvolvimento da mineração que traz consigo a interiorização da colonização, o desenvolvimento urbano e o surgimento de caminhos e comércio na província. O desenvolvimento da Zona da Mata é realizado tardiamente, dado as proibições portuguesas de ocupação desta região com o intento de dificultar o contrabando do ouro. O povoamento desta região data do início do século XIX.

O desenvolvimento do café ocorre simultaneamente ao surto expansionista do Vale do Paraíba. Já em 1890 não existia fronteira a ser expandida pelo desenvolvimento do café na Zona da Mata. A Serra da Mantiqueira era o limite à possibilidade de expansão da cafeicultura, pois separava a região de terras propícias à lavoura das áreas mineratórias. Desta forma a região cafeicultora da Mata mineira não tinha as possibilidades de crescimento presentes no Oeste Paulista, onde a existência de "terras roxas" permitiu uma expansão permanente da fronteira.

A par da questão da existência ou não de terras a serem incorporadas na produção cafeeira, as técnicas fundamentais de cultivo, beneficiamento e comercialização do produto não se alteram com a abolição e nem são muito distintas entre as regiões cafeicultoras¹⁸. Isto significa dizer que a demanda por trabalhadores é, para a Zona da Mata, previamente dada e conhecida. Não existe, como em São Paulo, a necessidade de derrubada de matas e formação de novos cafezais que impliquem numa produção crescente com um incremento de demanda por força de trabalho. O suprimento de mão-de-obra não é, para Minas Gerais, fator de es-

¹⁷ - O Serro. Serro, 13 de novembro de 1892.

Sobre a introdução de italianos ver BLASENHEIM, Peter L. A regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil; 1870-1906. Stanford, 1982, p. 176.

¹⁸ - GONÇALVES, Francisco de Paula Lázaro. Relatório apresentado à Associação Promotora da Imigração em Minas. Juiz de Fora, 1888 e PRATES, Carlos. A lavoura e a indústria da Zona da Mata. Belo Horizonte, 1906.

trangulamento da produção, não existe a questão da fronteira, nem, por conseguinte, a sede por mais e mais trabalhadores. Na Zona da Mata a eventual plantação de novos cafezais é realizada no interior das fazendas, ocupando gradativamente as terras ali disponíveis. Os elevados custos monetários da formação de novos cafezais desestimula sua expansão fazendo da cafeicultura matense uma atividade "autofágica"¹⁹.

O desenvolvimento da economia cafeeira mineira é constante e suas necessidades conhecidas. No Relatório do Dr. Carlos Prates percebe-se uma não alteração das condições e necessidades da atividade produtiva. Os informantes são claros ao dizer que não ocorreram modificações nos sistemas de plantio e custeio das lavouras. Se compararmos os dados existentes para 1893 e 1906 não existem grandes variações nem salariais, nem nas atividades de manutenção dos cafezais²⁰.

As discussões sobre a política de imigração e colonização encontradas nos documentos tratam de estabelecer se a prioridade é povoar o território ou trazer braços para a lavoura. Nas discussões realizadas na Assembléia Mineira e existem tensões claramente expressas sobre qual dos pontos deve prevalecer²¹.

Para o que nos interessa mais de perto, ou seja, a ineficiência da imigração como solução para a questão política de braços para a lavoura, é fundamental destacar a questão do aproveitamento do trabalhador nacional livre ou liberto como um tema recorrente neste debate²².

19 - LIMA, João Heraldo. Café e Indústria em Minas Gerais 1870-1920. Petrópolis, 1891. p. 39-43.

20 - Dados na sinopse do questionário de 1893 e em PRATES, Carlos. op. cit., tabela nº 2.

21 - "Nenhuma das questões que ora agitam o espírito público em nosso país se me afigura mais grave do que a imigração, ou por bem dizer, a do povoamento do nosso território" (grifo nosso) in Anais da Assembléia Legislativa de 24 de agosto de 1887. p. 257. "Resta-me senhor presidente, por parte da comissão, da qual tenho a honra de ser membro, dar a razão porque ela tratou de preferência de favorecer a imigração para as fazendas particulares para depois atender ao que se pode propriamente denominar de colonização..." (grifo nosso) in: Anais da Assembleia Legislativa de 28 de julho de 1887. p. 123.

22 - "A seu turno, o trabalhador livre, seja ou não ex-escravo, é em geral de muito pouca ou nenhuma sujeição, exigindo elevado salário e ótimo tratamento em completo antagonismo com o que antes se dava..." O Serro. Serro, 28 de junho de 1879.

".. que não tenhamos abundância de braços no país; temos-los de sobra, mas infelizmente, domina neles o espírito da vadiagem e a míngua de leis e meios que conciliem nossos concidadãos ao trabalho e os faça afeiçoados ao solo nada podemos conseguir (...). Havemos de procurar no estrangeiro este elemento de riqueza do trabalho que, infelizmente, nós não podemos encontrar no país pelas razões que espuz"²³.

"Para organizar porém o trabalho livre, de modo a evitar que a extinção do elemento servil não ocasione uma grande catástrofe econômica é mister atrair braços. Os braços nos devem vir não só do estrangeiro, como do próprio país; precisamos não só de imigração, como de colonização nacional"²⁴.

A preocupação com elaboração de leis eficazes de locação de serviços por parte dos cafeicultores mineiros vem no sentido de criação de instrumentos capazes de coagir ao trabalho aqueles que seriam aproveitados nas lides agrícolas com o fim da escravidão²⁵.

Em todas as discussões sobre o estabelecimento de um fluxo regular de imigrantes para Minas Gerais existem vozes, nem sempre isoladas ou minoritárias, que atentam para a necessidade de se utilizar o braço nacional: "Entendo ser um dever desta Assembléia decretar medidas tendentes a chamar os nossos conterrâneos para a vida laboriosa e estável, tirando-os da vida mais ou menos nômade que levam"²⁶. Se o problema com o trabalhador nacional é o ócio e a vadiagem, com o estrangeiro os temores centram-se na sua índole, nas suas tradições políticas, na atração exercida por São Paulo que dificulta sua fixação.

²³ - Anais da Assembléia Legislativa de 12 de agosto de 1887. p. 188.

²⁴ - A Província de Minas. Ouro Preto, 28 de junho de 1879.

²⁵ - "A Câmara Municipal da cidade de Juiz de Fora julga que, depois da lei de 13 de maio do corrente ano, tornou-se imprescindível e urgente uma lei de locação de serviços, quer domésticos, quer agrícolas, afim de tornar claros os deveres e obrigações não só dos locadores como dos locatários, evitando-se dúvidas futuras, cujo desenlace possa dar-se nos tribunais do país". Representação da Câmara Municipal de Juiz de Fora nos Anais da Câmara dos Deputados de 11 de julho de 1888. Ver também a representação da Câmara Municipal de Barbacena nos Anais da Câmara dos Deputados de 10 de junho de 1887. p. 74.

²⁶ - Anaes da Assembléia Legislativa de 24 de agosto de 1887. p. 258.

Apesar das polêmicas em torno da utilização do trabalhador nacional, ele é visto como uma solução para a organização do mercado de trabalho livre. Como já dissemos, a ausência de fronteira agrícola em expansão, o que significa um conhecimento prévio do número de trabalhadores necessários para as lides agrícolas, e o significativo contingente populacional mineiro são elementos centrais nas tentativas e uso desta mão-de-obra.

Os grandes impecilhos para a regular utilização deste trabalhador seja como colono, parceiro ou assalariado são atribuídos à tradição escravocrata do país, que denegriu o trabalho manual e agrícola²⁷ e a vida ociosa e de difícil sujeição²⁸ a que estão habituados. Para os homens de então são estes os males que cabem ser corrigidos para que esta mão de obra possa ser aproveitada em benefício da grande lavoura. Tendo como justificativa este discurso moralizador serão tomadas uma série de medidas de compulsão e regularização do trabalho.

Antes de nos determos na caracterização propriamente dita da organização do mercado de trabalho livre na Zona da Mata mineira vale destacar alguns elementos, já apontados, que nos parecem essenciais para a compreensão deste momento histórico que estamos analisando.

I - Quando se elabora a política de imigração debatem-se fundamentalmente as suas características: colonização ou braços para a lavoura. Na prática, apesar de tímida, o que se viu foi um predomínio da política de colonização. Para além desta discussão está em jogo o aproveitamento do trabalhador nacional. Daí a importância fundamental dada à necessidade de regularizar o trabalho, de reprimir o ócio e a vagabundagem. Parece-nos que as formas constitutivas do mercado de trabalho pautam-se por esta questão básica que irá delimitar as possibilidades concretas da instauração de tal ou qual relação de trabalho.

II - A compreensão do universo agrícola como um elemento do todo social que deve ser integrado à noção do progresso determina a importância dada ao desenvolvimento da técnica e da maquinaria, da instrução agrícola e, mais uma vez, à qualificação da mão de obra para bem servir o capital.

27 - A Actualidade. Ouro Preto, 28 de junho de 1879.

28 - Relatório do Presidente de Província de 1873. Ouro Preto, 1873, p. 19 e O Serro. Serro, 13 de novembro de 1892.

A parceria, basicamente na forma de meação, foi adotada na quase totalidade dos municípios da Zona da Mata após a abolição. Se as condições de cultivo e beneficiamento do café não sofreram grandes alterações em 88, as relações de trabalho mudaram radicalmente com a abolição.

A presença quase absoluta das relações escravistas até 88 inviabilizaram o estabelecimento da parceria ou de quaisquer outras relações de trabalho livre de forma dominante. O desconhecimento das formas da transição em Minas Gerais e as limitações do nosso trabalho não nos permitem precisar com clareza a existência de trabalho produtivo livre e escravo simultâneo nas fazendas para o período de 1870 a 1888.

A documentação indica que a escravidão permanece como relação de trabalho dominante até 88. Isto pode ser percebido, pelas discussões parlamentares sobre a imigração e a necessidade de se pensarem formas alternativas de trabalho; pela não evidência de uso de trabalhadores livres nas fazendas; pela fragilidade do movimento abolicionista; pela débil e tardia organização dos fazendeiros em sociedades promotoras da imigração ou ainda pela ausência de referências à desorganização do trabalho nos anos finais da escravidão.

Em 1888, Francisco de Paula Lázaro Gonçalves, cafeicultor de Juiz de Fora e membro da Associação Promotora da Imigração, visita vários municípios cafeicultores do Oeste Paulista a fim de obter subsídios para a elaboração de uma política imigrantista para a Mata mineira. Este cafeicultor indica que os escravos são na Zona da Mata mão-de-obra dominante e que é urgente a elaboração de alternativas preventivas contra uma possível desorganização do trabalho escravo dado o fim iminente da escravidão.

A tese de Norma de Gões Monteiro mostra claramente a ineficiência das políticas imigrantistas para este período que resultam num pequeno número de imigrantes introduzidos em Minas Gerais. O relatório do Dr. Carlos Prates, em 1906, mostra que a presença de colonos estrangeiros é reduzida em toda a Zona da Mata²⁹. A existência de uma grande população escrava nos municí-

²⁹ - LANNA, Ana. A transformação do trabalho. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1985, mimeografado. Anexo I, p. 147-149.

pios cafeicultores e em toda a província³⁰ e a inexistência de um fluxo imigratório conforme demonstrado, indicam que as relações de trabalho livre se estruturaram utilizando os trabalhadores existentes internamente. Esta mão-de-obra é indicada na documentação, como trabalhador nacional, sem discriminação quanto a sua origem escrava ou livre.

Entretanto, outros dois elementos permitem-nos aventar a origem escrava deste trabalhador fixo. De um lado, inexistem indícios de recusas sistemáticas dos negros aos trabalhos agrícolas. O que existe são reclamações a respeito da mobilidade desta população, que em geral se recusa a permanecer nas fazendas onde tinha sido escravizada. Isto implica numa mobilidade desta população que se refletia nas reivindicações dos cafeicultores por leis de repressão à ociosidade. De outro lado, é elevada a incidência de trabalhadores negros nas fazendas de Cataguazes após 88. Pudemos constatar este fato através de uma prospecção realizada nos processos-crime deste município para os anos de 1891 a 1899³¹.

Estes indícios coadunam-se com a nossa perspectiva de que a transição encaminhada em Minas Gerais centra-se nas propostas elaboradas em 1871.

A descrição das diversas relações de trabalho encontradas na região da Mata são minuciosamente relatadas por Carlos Prates em seu relatório de 1906 e coincidem com as repostas municipais ao questionário de 1893.

A relação de trabalho fixo predominante nas fazendas da Mata mineira é a parceria sob a forma de meação, estando também presentes a empreitada e o contrato. Estas formas implicam a realização de tarefas previamente definidas e remuneradas ao fim de sua execução. Estão em geral associadas à formação de cafezais ou presentes em fazendas com grandes percentagens de cafezais novos. São relações bastante semelhantes às aquelas encontradas de forma dominante no Oeste Paulista.

³⁰ - GONÇALVES, Francisco P.L. op. cit., p. 12-13 e nota 41 capítulo I.

³¹ - Para a região do Sul de Minas existe um trabalho de CARVALHO, Antonio de. Uma fazenda mineira, monografia estudo de uma fazenda modelo. Belém, 1899. que afirma que até 1894 o trabalho era feito por ex-escravos e trabalhadores do município, p. 45.

Na Zona da Mata, o trabalhador fixo, designado pelos fazendeiros por "colonos", morava na fazenda e cuidava das plantações. Na maioria dos casos, podia plantar cereais entre as fileiras de café ou em terrenos previamente demarcados, em geral já abandonados pela grande lavoura. O parceiro devia fazer o cultivo e a colheita do cafezal sob sua responsabilidade. O produto podia ser entregue ao proprietário da fazenda "na mesa do carro" (café em grãos retirado do pé sem beneficiamento) ou beneficiado. Nestes casos, o parceiro tinha um dispêndio monetário que variava de 250 a 400 réis por arroba beneficiada. O lucro da comercialização, realizada pelo fazendeiro, era dividido, em geral, em partes iguais. Todo o produto da cultura de cereais pertencia ao "colono". A cultura de cereais, a qualidade da terra e as casas de moradia eram os atrativos com os quais os fazendeiros acenavam para os trabalhadores.

O grande problema da parceria, segundo os proprietários da lavoura, é o maior interesse que o "colono" tem em desenvolver a cultura de cereais em detrimento dos cafezais. Por exemplo, plantava-se milho intercalar mesmo quando isto dificultava o desenvolvimento do cafezal, seja pela diminuição da insolação, seja pela idade avançada dos cafeeiros, seja pelo cansaço da terra ou ainda pela carga mal feita³². Este procedimento diminuía ainda mais as taxas de lucro já comprometidas pela queda do preço do produto e pela baixa produtividade dos cafezais. Entretanto, a cultura de cereais era uma forma de garantir a permanência do parceiro. Sem que esta reivindicação fosse atendida, ficava mais difícil ainda ao fazendeiro fixar o trabalhador em sua propriedade.

A parceria, como relação de trabalho que fixava o trabalhador na propriedade, tinha outro atrativo para os fazendeiros: a redução dos gastos monetários. É sabido que um dos maiores problemas da cafeicultura mineira era a carência de capitais. Esta relação permitia a continuidade da produção cafeeira na Zona da Mata ainda que de forma "autofágica"³³. A formação de novos cafezais nas fazendas era comprometida tanto pela crise dos

³² - As várias dificuldades de compulsão ao trabalho existentes no sistema de parceria são descritos no artigo de STOLCKE, V. e HALL, M. op. cit., p. 82-94.

³³ - LIMA, João Herald. op. cit., p. 43.

preços internacionais do produto, como pela baixa produtividade. Mas um outro fator também se impunha como limitante desta expansão da produção: os elevados gastos monetários implícitos na formação de cafezais.

Para o trabalhador, a parceria apresentava-se como uma relação de trabalho mais recompensadora, tendo em vista a possibilidade de cultivo de cereais. O maior interesse do parceiro por esta atividade em relação aos ganhos monetários oriundos da comercialização do café pode ser explicada pelo tempo que demorava o retorno da atividade cafeeira. O lucro líquido era dividido após a venda do produto; era necessário pagar o beneficiamento; o controle do preço de mercado era pequeno ou nulo; o fazendeiro responsável pela comercialização de todo o produto, poderia ludibriá-lo. Além disso, a garantia de sobrevivência dada pela cultura de cereais e a possibilidade de comercializar os excedentes dessas atividades constituíam outros fatores favoráveis à parceria. Muitas vezes o próprio proprietário da fazenda comprava o produto obtido na lavoura de cereais do "colono".

Com o boom cafeeiro dos anos 70 e com a ausência de fronteira em expansão, ocupam-se gradativamente todas as terras no interior das fazendas com a cultura cafeeira. Abandonam-se as demais atividades produtivas (como a pecuária e a indústria de laticínios), e o café assume ares de monocultura de exportação. Os efeitos imediatos são sensíveis: o aumento do custo de vida e a necessidade de importar produtos básicos tradicionalmente produzidos na região³⁴. Este processo aumenta a importância da produção de cereais realizada pelos parceiros como uma forma de minimizar a carestia dos gêneros alimentícios.

A dificuldade em se organizar um mercado regular e minimamente qualificado de mão-de-obra é fator fundamental na explicação da constituição da parceria como relação de trabalho fixo dominante.

A difusão do trabalho assalariado encontrava muitas dificuldades. Num sentido estritamente econômico, o pagamento de salários implicava um maior lucro para os proprietários. João Heraldo Lima, analisando os diferentes custos de produção cafeeira, demonstra que isto ocorria tendo em vista os baixos salários

³⁴ - BLASENHEIM, P.L. op. cit., p. 47-48.

e a redução do número de carpas a duas por ano³⁵.

Mas o salário não era mecanismo capaz de fixar a mão-de-obra e nem instrumento efetivo de obtenção de força de trabalho. Isto porque, de um lado, os valores pagos eram bastante inferiores aos oferecidos no mercado paulista que funcionava como pólo de atração para estes trabalhadores. De outro lado, a incipiente organização do mercado de trabalho, a não regularidade do trabalhador, ou seja, a não interiorização dos padrões capitalistas de exploração do trabalho e a dificuldade de repressão e controle desta mão de obra exclusivamente através de incentivos econômicos, inviabilizavam a adoção generalizada da relação de trabalho assalariada. Além destes fatores, a pequena base monetária da economia mineira, que tinha na obtenção de dinheiro e crédito um de seus mais punjentes problemas, e as condições de produção do café (pequena produtividade, grande quantidade de cafeais velhos) faziam da parceria a relação de trabalho mais adequada para esta realidade. Para além da questão propriamente econômica existia a urgência da efetivação do controle sobre o trabalhador. Sem que fosse dado este primeiro passo, toda a exploração cafeeira com base no trabalho livre ficaria inviabilizada.

É neste sentido que podemos entender no discurso dos proprietários a necessidade de controle e repressão aos trabalhadores, taxados de ociosos e vagabundos. A questão não é uma ausência quantitativa de braços para a lavoura. É antes de tudo uma questão política de transformação destes trabalhadores em mão-de-obra adequada para a exploração da terra. "Por toda a parte a lavoura se queixa da falta de braços e alta dos salários (...). O principal inconveniente de que se queixa a lavoura é a pouca estabilidade do trabalhador nacional, de sorte que o lavrador não tem bases seguras para alargar ou restringir suas plantações, pela incerteza de conservar o trabalhador"³⁶.

Outras relações de trabalho tais como a formação de núcleos coloniais particulares, através da divisão das propriedades, foram tentadas sem grande repercussão. Duvida-se da pertinência da criação de uma legião de pequenos proprietários como sendo a melhor solução para a lavoura.

³⁵ - LIMA, João Herald. op. cit., p. 29-35.

³⁶ - Mensagem do Presidente do Estado de 1893. p. 22.

O colonato, relação de trabalho livre dominante no Oeste Paulista, poderia ter funcionado como alternativa para o sistema de meação. Brasília Sallum mostra que, no Oeste Paulista, o colonato além de garantir a fixação do trabalhador e a regularidade de seus serviços era mais barato para o proprietário, que tinha menores gastos monetários, e era mais lucrativo para o colono.

Entretanto, se atentarmos para as características deste regime de trabalho³⁷ perceberemos que condições essenciais de seu sucesso estão ausentes na região cafeeira mineira: fronteira em expansão, alta produtividade dos cafezais e do solo aumentando as possibilidades de altos ganhos com o café e cultura de subsistência, e salários competitivos. Por exemplo, em 1899 o preço da carpa em São Paulo oscilava entre 50 e 120\$000. Minas Gerais pagava, em 1905, de 20 a 30\$000³⁸. Como afirmava Francisco P.L. Gonçalves em 1888, o colonato só é compatível instaurado em cafezais com menos de 18 anos. Para os mais velhos só a parceria se apresenta como relação aceitável. Isto tendo em mente a produtividade dos cafezais³⁹. Em algumas fazendas da Zona da Mata estabelecem-se relações de trabalho semelhantes à do colonato paulista. Mas nunca assumiram o papel de relação de trabalho predominante na região da Mata mineira.

O que queremos aqui demonstrar é que o pagamento de salários era, do ponto de vista econômico, mais lucrativo para os fazendeiros da Zona da Mata dado seu reduzido valor. Mas este

37 - Subsunção formal do trabalho ao capital produtivo cafeeiro; subsunção esta que associa ao assalariamento o arrendamento não capitalista da terra. SALLUM, Brasília. Capitalismo e cafeeicultura no Oeste Paulista, 1889-1930. São Paulo, 1982, p. 229-258.

38 - Warren Dean dá um valor de 2\$500 no ano de 1894 para trabalho diário de 10 a 12 horas na fazenda Santa Gertrudes. As respostas ao Relatório da Secretaria da Agricultura de 1893 indicam um salário médio para Minas Gerais de 1\$600. Para o ano de 1907 o Brasil: suas riquezas naturais e suas indústrias do Centro Industrial do Brasil apresenta dados comparativos para a Zona de São Paulo e a do Rio de Janeiro (que inclui neste estudo Minas Gerais). cf. DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. trad. Rio de Janeiro, 1977, p. 163; Relatório da Secretaria de Agricultura de 1893. p. 9-19 e Centro Industrial do Brasil. O Brasil suas riquezas naturais e suas indústrias. vol. II. Rio de Janeiro, 1908, p. 91-92.

39 - GONÇALVES, Francisco P.L. op. cit., p. 42-43.

era, ao mesmo tempo, o grande empecilho à sua generalização. O pagamento dos baixos salários vigentes na Mata impossibilitavam a criação de uma oferta regular de mão-de-obra. Os trabalhadores prefeririam imigrar para a região cafeeicultora paulista onde os salários eram bem mais elevados.

A parceria, basicamente o sistema de meação, aparece então como relação de trabalho capaz de fixar no interior da fazenda a mão de obra minimamente necessária para a realização da produção. Na época da colheita, como veremos no próximo item, o trabalhador migrante complementarã o trabalho realizado pelo parceiro.

O Trabalhador Temporário e Assalariado: o Migrante Sazonal

"Sem dúvida é preciso encher o vazio que todos os dias vai deixando o desaparecimento dos braços escravos; mas eu penso que não é a colonização estrangeira o único meio de suprir a lavoura de trabalhadores livres e fazê-la prosperar. Vós não ignorais que dois males afligem a nossa lavoura — a rotina e a emigração de nossa população laboriosa para os sertões desta província e para os de Goiás e Mato Grosso.

A imigração é uma consequência necessária da destruição abusiva das matas, pois que "as terras se cansam, se esterilizam por falta de meios para renovar-lhes as forças"⁴⁰.

Este documento manifesta com clareza a preocupação existente desde os anos 70 com as migrações, vistas como fator fundamental para a diminuição da oferta de braços para a lavoura mineira. As Minas Gerais sempre foram conhecidas pelo seu expressivo contingente populacional. Desconhece-se qualquer desequilíbrio de porte a fundamentar a suposição de expressiva também não ser a população em condições físicas de atender aos reclamos dos proprietários contemplados na fala do Presidente da Província. Apesar de numerosas epidemias em todo este período, antes, durante e após os anos 70, Minas mantém sua importância demográfica

⁴⁰ - Relatório do Vice-Presidente da Província de 1870. p. 10-11.

no cenário nacional em termos relativos e absolutos⁴¹.

Há que se buscar em outros elementos a explicação para esta carência. Minas, como as demais regiões do país, atravessava a última fase de um longo período histórico em que a produção apoiava-se no trabalho escravo. O Império ocupava-se em formular legislação competente para resolver o mesmo problema: como realizar a transição para o trabalho livre no projeto de uma abolição lenta, gradual e segura?

Apesar do número de habitantes ser uma variável a se considerar, o que está em jogo, no caso concreto, é um projeto político econômico de transformar esta grande e instável população em trabalhadores livres, vendedores de força de trabalho. Neste sentido, o Relatório aponta a solução do progresso econômico apoiado em transformações técnicas do processo produtivo.

"Daí a dispersão da população que contraria a divulgação das ciências e das artes, a dificuldade da boa administração da justiça, a falta de espírito público, o que importa um sem número de inconvenientes, que seria longo referir.

Esta mobilidade da população é fato antiquíssimo, mal observado e muito menos atendido. A rotina seguida até hoje, além de exaurir as forças do solo sem reparação possível, repele toda a tentativa de melhoramento, o emprego de instrumentos aratórios e torna inúteis e ociosas todas as descobertas da ciência que a ela de certo não tem aplicação.

Parece-me pois acertado, sem desdenhar a imigração estrangeira, procuremos por um paradeiro à emigração de nossa população laboriosa para os sertões e colonizar, por assim dizer, os nacionais e o único meio é iniciar a prática da cultura dos campos pelo arado"⁴².

41 -

População do Brasil por regiões

	Ano de 1874	Ano de 1908
Minas Gerais	1.953.753	3.960.000
Rio de Janeiro	456.850	968.000
Bahia	1.120.846	2.287.000
Brasil	9.761.449	19.657.000

Cf. CONRAD, Robert. op. cit., p. 345 e JACOB, Rodolfo. Minas Gerais no XXº século. Rio de Janeiro, 1911, quadro 96.

42 -

Relatório do Vice-Presidente da Província de 1870. op. cit., p. 9.

Mas este homem livre e pobre não se fixa em sua terra como assim o desejava o então Presidente da Província. A modernização agrícola não aconteceu, as novas técnicas e o arado não são implementados nas diversas regiões mineiras e por decorrência continuam as dificuldades para fixar o trabalhador.

O café vinha ganhando crescente importância no conjunto da economia de Minas Gerais e a partir dos anos 70, marcadamente na primeira metade dos anos 80, assume importância decisiva na vida mineira. É neste momento responsável pela quase totalidade da receita provincial. Apesar de bastante circunscrito na geografia da província, o café representa o grande setor mercantil. Atrai, em quantidades cada vez maiores, o homem livre. As expectativas de remunerações mais elevadas e a certeza da oferta de emprego fazem com que este contingente populacional migre para a Zona da Mata. Não mais se abandonam as terras cansadas da província para os distantes sertões do país.

A partir dos anos 80, a migração de trabalhadores para a região do café aparece com crescente destaque na documentação. Nos jornais do Norte do estado, região fornecedora da maior parte dos migrantes, as reclamações são intensas e veementes contra este deslocamento que impediria o desenvolvimento da economia e afrouxaria os laços da moral.

"Essa emigração de nossos braços de serviço em direção aos municípios do Sul, reduzindo os nossos lavradores a um quase desespero, continua ainda e cada vez mais acrescida.

Não se passa semana sem que vejamos levarmos numerosíssimas deixando-nos, em auxílio aos que contam com outros recursos que não nós..."⁴³.

Este deslocamento assume agora o caráter de sazonalidade. Os trabalhadores dirigem-se para as regiões cafeeiras, nem sempre mineiras, nos momentos da colheita (3 a 4 meses ao ano)⁴⁴. Este é o momento de pico de uso da mão-de-obra, a oferta de trabalho é muito grande. Finda a colheita retornam esses homens a seus locais de origem. O cultivo do cafezal será realizado ao longo do ano pelo trabalhador fixo. As tensões e dificuldades geradas por este deslocamento sazonal são muitas.

⁴³ - O Serro. Serro, 7 de maio de 1893, p. 1.

⁴⁴ - As respostas manuscritas ao questionário de 1893 destacam esses deslocamentos como um dos problemas da lavoura.

Para as regiões que oferecem este contingente de força de trabalho, isto significa a impossibilidade de contar com uma mão-de-obra estável. Um exemplo é a companhia colonizadora encarregada de desenvolver um projeto de colonização no Serro, cidade do Norte do estado, que desiste em razão da fluidez da população⁴⁵. Os fazendeiros destas regiões tinham dificuldade em obrigar os trabalhadores a aceitar as condições de trabalho porque eles possuíam reserva financeira, renovável ano a ano, que lhes dava as condições mínimas de subsistência. Retornando aos seus locais originários esses trabalhadores passam o resto do ano cuidando de suas pequenas roças ou fazendo expedientes urbanos e rurais. Os salários recebidos pela colheita do café complementam a renda destes trabalhadores garantindo sua sobrevivência mas não se efetivando em possibilidade de realização de poupança.

"... à procura de melhores salários, os auxiliares únicos de nossa lavoura, dirigindo-se para a Mata onde se ocupam da safra do café não atendem a que estes dias gastos na viagem de ida e vinda, bastante numerosos, juntos aos de descanso, constituem perda considerável e, descontando-se esta do pequeno salário obtido, bem pequena seria a diferença relativamente ao que poderiam conseguir aqui onde não falta trabalho nem ocupação lucrativa constante e remunerada.

A razão maior do salário pois, não a podem invocar"⁴⁶.

Para os lavradores da região cafeeira este fluxo regular de milhares de trabalhadores para os momentos de maior necessidade de mão-de-obra é solução para a realização da produção. O deslocamento desta população ultrapassa os limites de Minas Gerais dirigindo-se para São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro. No município de Itajubá, a ida de imigrantes para o Oeste Paulista é compensada pela atração exercida sobre os trabalhadores dos municípios vizinhos. Trabalhadores de Minas Novas dirigem-se para o Espírito Santo⁴⁷.

⁴⁵ - O Jornal. Edição comemorativa de 1927.

⁴⁶ - O Serro. Serro, 7 de maio de 1893, p. 1.

⁴⁷ - "não se aumentou a cultura de gêneros alimentícios e cerca de três anos seus preços tem-se aumentado, o que parece ser ocasionado pela emigração de operários para a lavoura da mata do rio, para outros municípios e distritos". Respostas ao questionário de 1893 do distrito de S. Sebastião do Rio Preto, município de Conceição.

Os cafeicultores tem papel ativo neste movimento populacional. Este movimento, que envolve milhares de trabalhadores não é espontâneo. Os aliciadores arregimentam ano a ano esta mão-de-obra necessária para a realização da colheita.

A necessidade de trabalhadores temporários se impõe porque o parceiro garante o cultivo do cafezal, mas não a colheita, que demanda mais braços. Também não é possível a instauração da relação assalariada para a realização de todas as tarefas distribuídas ao longo do ano, seja pela impossibilidade de controlar e regularizar o suprimento de trabalhadores, seja pela fraca disponibilidade monetária dos fazendeiros. A migração sazonal é a possibilidade existente de realização da colheita e da produção em geral. Ela desonera o proprietário de manter no interior da fazenda todo o pessoal necessário às atividades de produção. Outra vantagem deste sistema é o fato dos trabalhadores migrantes não terem outro interesse que não a colheita de grãos ou a tarefa específica que lhes é atribuída. O mesmo não acontece com os "colonos", que vêm na cultura de cereais possibilidades de maiores ganhos.

Para as regiões da província, nas discussões sobre este movimento sazonal voltam as reclamações sobre "o ócio e a vadiagem" dos trabalhadores nacionais. A questão mais geral da repressão aos trabalhadores, sempre vinculada à necessidade comum de regularizar o trabalho e impor um ritmo à atividade produtiva, passa aqui também pelo objetivo de impedir a evasão destes trabalhadores para além das regiões colonizadas, como aparece no citado Relatório do Presidente da Província de 1870.

Os jornais do Norte do estado destacam o papel "desestruturador da moral e da família" que estes deslocamentos originam.

"Mas por motivos sociais muito mais elevados devemos nos esforçar para que cesse tal deslocação."

A família sem o chefe não se sente tranqüila e confortada no lar, fica condenada geralmente pelo emigrante a faltas, privações, a tropeçar na desonra e entregar-se sem remate à prostituição, falemos claro.

Para os âmbitos refletidos a base da moral é a honestidade na sociedade doméstica; e uma causa eficiente de males tantos e de tão funestas conseqüências deve ainda à custa dos mais ingentes sacrifícios merecer especial atenção (...).

A solução para tal mal seria lançar os aliciadores imposto capaz de dissuadi-los da danosa especulação.

Como complemento ou antes como medida de igual alcance, incumbe às autoridades reprimir por todos os meios a ociosidade e a vagabundagem: força é confessar que, aproveitados, esses milhares de indivíduos, presa do vício e onerosos à sociedade, seriam de não pequeno valimento na situação impossível"⁴⁸.

Para os cafeicultores o que está em jogo é a qualidade e a regularidade do trabalho. Cabe reprimir para cessar com as violências, badernas e crimes nos quais se envolvem os trabalhadores, sejam eles parceiros ou migrantes⁴⁹. Quanto mais instável é o fluxo e o serviço prestado pela mão-de-obra, menores as taxas de lucro, a produtividade dos cafezais. Daí a importância dada pelos proprietários à elaboração de leis de "repressão à vadiagem" e à obtenção de mais capitais que, permitindo o desenvolvimento intensivo da lavoura, diminuiriam a dependência de grandes levadas de trabalhadores.

Para as regiões não cafeeiras o sangramento de trabalhadores dificulta seu desenvolvimento econômico, mas não se pode menosprezar o fluxo de moeda por ele gerado, que reforça a integração destas regiões à economia de mercado. A atração exercida pela economia cafeeira da Zona da Mata, frágil se comparada à paulista, mostra que, apesar da diversidade econômica e das tensões geradas pelo "privilegiamento" dado pelo governo à região do café, as atividades mercantis são elemento fundamental para explicar o movimento da população de Minas.

⁴⁸ - O Serro. Serro, 7 de maio de 1893, p. 1.

⁴⁹ - A presença de parceiros e jornaleiros é constante nos processos-crimes por nós prospectados. Talvez a análise destes documentos possibilite uma avaliação mais precisa do controle sobre a mão-de-obra exercido no interior das fazendas.

Os Núcleos de Colonização

Apesar da aparente falência da política imigrantista mineira, a constituição dos núcleos de colonização também contri**bu**iu na organização do mercado de trabalho. Em 1912, de acordo com as informações da Diretoria Geral de Estatística, a população colonial dos diversos estados brasileiros tinha evoluído da seguinte maneira⁵⁰:

POPULAÇÃO

Ano	Estado	Brasileiros	Estrangeiros	Total
1908	Minas Gerais	1113	2713	3826
	Paraná	351	4072	4423
	Rio de Janeiro	-	66	66
	Santa Catarina	-	55	55
	São Paulo	1924	2456	4380
1912	Minas Gerais	1393	4662	6055
	Paraná	2052	14850	16902
	Rio de Janeiro	434	392	826
	Santa Catarina	203	1552	1755
	São Paulo	3505	8688	12193

A formação e desenvolvimento dos núcleos coloniais pode ser detalhadamente acompanhada, a partir de 1896, através dos relatórios da Inspetoria de Terras e Colonização. Não existem relatórios para todos os anos, mas eles permitem uma análise muito precisa do desenvolvimento desta forma de colonização e povoamento do território mineiro. As informações que mais de perto nos interessam aparecem nos quadros estatísticos sobre a população de cada núcleo segundo a nacionalidade, sexo, idade, estado civil, instrução, religião e profissão. Os relatórios informam também sobre a natureza do título de ocupação e o valor dos lotes, as espécies produzidas, a quantidade de terras aproveitadas, as fábricas e oficinas existentes, com seus respectivos valores.

⁵⁰ - Núcleos coloniais e naturalizações. Diretoria Geral de Estatística. p. 176-182.

Até 1908, não existiam núcleos coloniais oficiais na Zona da Mata. Nos relatórios de Presidente de Província, a partir de 1873, há referências sobre tentativas de colonização diretamente associadas ao povoamento do solo. Neste momento são três os núcleos coloniais existentes: a colônia militar de Urucu, o núcleo de Mucury, em Minas Novas (no norte do Estado), e o núcleo D. Pedro II, a cargo da Companhia União e Indústria "sobre o qual nenhuma notícia vos posso ministrar por falta de dados"⁵¹. Em 1878 os núcleos de Urucu e Mucury são emancipados.

A principal causa apontada para o fracasso destes núcleos é a dificuldade de transportes e isolamento dos mercados consumidores, que dificultava o intercâmbio de mercadorias. Estes são elementos que sem dúvida contribuíram para o insucesso destas tentativas de colonização. Mas pensava-se a imigração para suprir as necessidades da grande lavoura. Isto é também um dos elementos explicativos da inadequação e fragilidade na implementação de políticas colonizadoras.

A partir de 1897 criam-se novos núcleos de colonização oficial por todo o Estado. São eles inicialmente concentrados ao redor da nova capital, fornecendo trabalhadores para a sua construção e produzindo gêneros alimentares para serem aí consumidos. Até 1908, emancipa-se o último destes núcleos. Eles incorporaram-se a Belo Horizonte como bairros de população pobre com ocupação nos pequenos negócios do comércio.

São fundados núcleos esparsos nas demais regiões de Minas Gerais: Sabará, São João Del Rey, Itabamcury, Theóphilo Ottoni, Lambari. O mais bem sucedido de todos os núcleos é o de Rodrigo Silva localizado em Barbacena, região limítrofe à Zona da Mata. Este núcleo caracteriza-se por uma ampla variedade de gêneros produzidos e por tentativas de desenvolvimento da indústria de seda e vinho.

As discussões em torno da criação dos núcleos é acirrada e controvertida. O mais forte argumento a justificar a implementação de uma política de colonização desta natureza é ela ser vista como uma forma onerosa, mas a única eficiente, de estabelecimento de um fluxo de imigração regular e espontânea para Minas Gerais.

⁵¹ - Relatório do Presidente de Província de 1873. p. 19.

Blasenheim afirma, com base em informações para o ano de 1901, que seis dos sete núcleos coloniais existentes encontravam-se na região do Campo (centro de Minas) e que a Zona da Mata foi derrotada na elaboração da política de colonização recebendo em troca leis favoráveis à introdução de imigrantes⁵². Entretanto, dentro dos limites da frágil colonização mineira, a partir de 1908, a Zona da Mata concentrou a quase totalidade dos núcleos coloniais oficiais existentes. De acordo com os relatórios da Inspetoria de Terras e Colonização desde o final do século XIX os cafeicultores são constantemente instigados a interessarem-se por este tipo de política de colonização.

Examinemos com mais detalhe os núcleos coloniais, em sua esmagadora maioria oficiais, criados na Zona da Mata. Acreditamos que estes núcleos fizeram parte das soluções locais para a crise do café acirrada a partir de 1907⁵³.

Temos notícias de apenas três núcleos fundados por iniciativa particular nesta região. O de Ferreira Alves, em São João Nepomuceno, fundado pela associação particular "Centro Municipal de Imigração de São João de Nepomuceno"; e as colônias de Juiz de Fora, "Chacara" e "Liberdade", esta última fundada pelo Banco Colonizador Agrícola.

Os núcleos da Zona da Mata, 12 num total de 27 existentes em Minas Gerais ao longo do período de 1870-1920, localizavam-se próximos às ferrovias e tinham por objetivo explícito a produção de gêneros alimentares. A localização, juntamente com a qualidade da terra, é considerada fundamental para o sucesso destes núcleos. Estes localizavam-se, na quase totalidade dos casos, às margens das ferrovias. Existem referências ao fato de colonos trabalharem na manutenção dos ramais ferroviários.

O que marca, a nosso ver, a constituição de um núcleo colonial é a possibilidade de comercialização da produção. Vale destacar que apesar de insistentes tentativas do governo estadual

⁵² - BLASENHEIM, P. *op. cit.*, p. 187-190.

⁵³ - As crises do café na Mata mineira não diferem daquelas vividas pela cafeicultura a nível nacional e analisadas na periodização proposta por Delfim Neto 1857/68; 1869/85; 1886/1906. A partir de 1907, que marca a intervenção estatal na política cafeeira, a Zona da Mata vai perdendo gradativamente sua importância como região produtora de café. Implementava-se neste momento a pecuária e a indústria de laticínios como alternativa à crise da cafeicultura.

para estimular a construção de núcleos na Zona da Mata, os fazendeiros só tomam atitudes visando a concretização desta política após a crise do café, por volta de 1907.

Em fins do século XIX, a cultura do café se revigora na Zona da Mata, tendo em vista a alta dos preços alcançada no mercado internacional. Com isto abandonam-se muitas lavouras de cereais e as atividades pecuárias. A diversificação das atividades produtivas cede lugar ao monopólio da cultura do café. Com a impossibilidade de expansão da fronteira dada pelos limites naturais já explicitados, ocupam-se gradativamente todas as terras no interior das fazendas. São destruídas as matas, e mesmo terras anteriormente plantadas são reaproveitadas ainda que isto implique em queda da produtividade. Em consequência, são abandonadas as outras atividades econômicas que conviviam com a expansão da cafeicultura até então, exceção feita à cultura de cereais desenvolvida pelos parceiros. Desta forma Minas Gerais passa a importar produtos básicos de alimentação que tradicionalmente exportava ou produzia em quantidade suficiente para atender às suas necessidades.

Na primeira década do século XX, "a prolongada crise do café e sua decrescente produção no sul da Mata estimularam a pecuária e a indústria de gêneros alimentares, particularmente na Mata"⁵⁴. Dentro desta perspectiva de retorno à policultura e incentivo à diversidade de atividades econômicas é que são fundados os núcleos coloniais da Zona da Mata.

Os atrativos e incentivos concedidos pelo estado aos fazendeiros são vários. "Poder-se-ia adiantar sob hipoteca parte de suas terras, a importância necessária para a colonização desta mesma parte" mas só para medição e demarcação de terrenos, já que a introdução de imigrantes se faz às expensas do estado⁵⁵. "A vantagem que o Estado detém com estas providências é a fixação dos imigrantes que com tanto sacrifício introduz em seu território, e aos fazendeiros é que poderiam dar conveniente destino a parte de suas terras que por falta de recursos não se pode utilizar além de ficarem com o trabalhador à porta, o que não constitui menor vantagem"⁵⁶.

⁵⁴ - BLASENHEIM, P. op. cit., p. 190.

⁵⁵ - Relatório da Inspetoria de Terras e Colonização de 1903. p. 381.

⁵⁶ - Relatório da Inspetoria de Terras e Colonização de 1902. p. 426.

No momento da constituição dos núcleos, as terras já estão em grande parte exauridas pelo cultivo predatório do café, os cafezais estão com produtividade decrescente, as fazendas estão em muitos e muitos casos hipotecadas.

Na formação dos núcleos, assim como na elaboração da política imigrantista, o esquema empresarial montado garante grandes lucros para as sociedades de imigração, independentemente do sucesso dos projetos contratados. Este esquema empresarial, associado à péssima imagem que se tinha do Brasil na Europa, dificultou o desenvolvimento e sucesso dos projetos de colonização. "A causa do malogro da imigração está unicamente no sistema do Estado se tornar empresário da colonização, e para conseguí-la lançar mão de contratos com particulares, que, tratando apenas de seus interesses pessoais, não fazem no estrangeiro senão enganar os imigrantes que desejam prometendo vantagens que o Estado não pode proporcionar-lhes, fazendo-os alimentar esperanças irrealizáveis, e ainda assim importando-nos a escória da população européia"⁵⁷.

Os fazendeiros aceitam neste momento de crise, a idéia de repartir e vender parte de suas propriedades. Fundam-se os núcleos coloniais da Zona da Mata. A produção de cereais desenvolve-se sem que sejam abandonados os cafezais existentes nos lotes coloniais. Os núcleos, parecem-nos, seriam uma das soluções encampadas pelos cafeicultores face à prolongada crise advinda da exaustão das terras. Cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense, já durante o Congresso Agrícola de 1878, propunham a constituição de núcleos coloniais nos mesmos moldes destes implantados na Zona da Mata a partir de 1907⁵⁸.

A constituição dos núcleos visava a atender fundamentalmente a necessidade de atrair e fixar o elemento estrangeiro. Era explícito nos regulamentos a proibição da população nacional ultrapassar 10% do total da população colonial⁵⁹. Entretanto, a percentagem de nacionais é sempre superior a este valor, consti-

⁵⁷ - Província de Minas. Ouro Preto, 11 de dezembro de 1880.

⁵⁸ - Atas do Congresso Agrícola. Rio de Janeiro, 1878, discurso proferido por Manoel Ribeiro do Val, Paraíba do Sul, p. 161-162.

⁵⁹ - Decreto de 8 de junho de 1907 que reorganiza a Diretoria de Agricultura e estabelece sobre colonização.

tuindo em alguns casos parcela significativa da população colonial. Os núcleos são pensados como de colonização estrangeira para o desenvolvimento da produção de alimentos e de outras indústrias agrícolas. Mas o seu desenvolvimento mostra terem eles funcionado também como forma de assentamento da população nacional e como prováveis fornecedores de mão-de-obra assalariada para as fazendas.

Um dos motivos de tão marcada presença dos nacionais nestes núcleos é a forma pela qual eles são constituídos. Quando os fazendeiros vendem suas terras, os meeiros, que têm nestas partes seus contratos, são incorporados aos núcleos. Nos Relatórios da Inspetoria de Terras e Colonização eles são denominados de "população não tipicamente colonial" ou "agregados".

Carlos Prates, ao visitar o núcleo de Ferreira Alves, mostra que o café é aí produzido apenas por parte dos colonos (em princípio antigos trabalhadores da fazenda loteada) que ainda obtêm bons lucros com sua comercialização apesar de velhos e pouco produtivos. Estes são os únicos colonos dos núcleos a possuírem mais de um lote na colônia⁶⁰.

Para finalizar, compreendemos que os núcleos coloniais funcionaram de maneiras diferentes dependendo do local e época de sua constituição. Na Zona da Mata, foram criados no momento de crise do café, permitindo tanto a fixação do trabalhador próximo às fazendas quanto o desenvolvimento de cultura de cereais e a continuidade da exploração de cafeeiros velhos em regiões de cadentes. Aqueles construídos ao redor de Belo Horizonte foram fundados "no intuito de abastecer de verdura e produtos de pequena lavoura aos habitantes da nova capital e, ao mesmo tempo, fixar grande número de operários que trabalham em sua construção"⁶¹.

*

* *

Estas não eram as três únicas relações de trabalho existentes na região que estamos aqui analisando. O agregado, na-

⁶⁰ - PRATES, Carlos. op. cit., p. 98.

⁶¹ - Relatório da Inspetoria de Terras e Colonização de 1910. p. 77.

cional livre residente nas fazendas, era um elemento importante e ativo na vida política e social deste período.

Estes homens livres relacionavam-se com os lavradores através de laços pessoais. Eram dependentes do proprietário que cedia a eles terra para ocuparem no interior das fazendas. As atividades desempenhadas por este grupo não foram por nós precisadas. Entretanto eles tinham um papel importante na estrutura política vigente. Eram eleitores potenciais (o chamado voto de cabresto) que através de seu voto davam legitimidade ao poder local destes fazendeiros. A presença dos agregados como fonte de poder decisório nas eleições é ricamente descrita por Ferreira de Rezende no livro Minhas Recordações⁶².

"Temos porém o trabalho livre organizado? O aproveitamento em benefício da lavoura, de milhares de indivíduos ociosos, dos quais muitos vivem em nossos estabelecimentos rurais como simples agregados, só prestáveis em ocasião de forças eleitorais, não pouco afastados de todo contato com a população agrícola, e entregues unicamente à aquisição de produtos espontâneos da natureza como a pesca e a caça, seus alimentos únicos; o aproveitamento de tais braços, pergunto, é por ventura medida de que já cogitassem devidamente nossos legisladores? (...)

Estes (os agregados) todos sabemos por qualquer serviço exigem grandes salários adiantados, e se a muita instância chegam a começar o serviço ajustado por preço exorbitante não poucas vezes e precisamente quando o lavrador mais necessita deles, despedem-se sob qualquer pretexto, ou iludem-nos solicitando-lhe permissão para uma pequena viagem de que devem regressar. Além disso convém observar que a gente a que nos referimos, quando por exceção se presta a servir em estabelecimentos rurais, muito dificilmente se sujeita a lavrar a terra, mister agrícola que julga desprezível, isto é, aviltado pelo braço escravo" (grifo nosso)⁶³.

Além destes trabalhadores é relativamente comum nas fazendas a presença de estrangeiros como mão-de-obra qualificada. Ofélia de Rezende, atual proprietária de uma das grandes fazendas

62 - REZENDE, Ferreira de. Minhas Recordações. Rio de Janeiro, 1944.

63 - CARNEIRO, Moraes. "Mar de Hespanha 1880" in: A Província de Minas. Ouro Preto, 27 de novembro de 1880, p. 2-3.

de café deste período, lembra da presença comum de instrutores franceses que educaram várias gerações da família. Além destes mestres existiam também colonos italianos que ensinavam técnicas de trabalho agrícola. Estrangeiros são também encontrados nas cidades exercendo ofícios urbanos qualificados⁶⁴.

Mas foi principalmente com o parceiro e o trabalhador temporário, vindo de outras regiões para a colheita, que se organizou o mercado de trabalho livre na Zona da Mata e o café se desenvolveu dentro dos limites do capital de que dispunha o cafeicultor mineiro.

⁶⁴ - O Pharol. Juiz de Fora, 21 e 22 de fevereiro de 1896.

VISÕES DE MINAS: O TEMA DA MINEIRIDADE

Maria Arminda do Nascimento Arruda*

- * - Professora da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.
-

Os momentos de transição política no Brasil trazem sempre à baila o fenômeno da conciliação ⁽¹⁾. Travestida em roupas várias, tal concepção, como sôí acontecer, consiste em tecer um novo pacto político-social, no qual as elites mineiras sempre foram parceiras poderosas. Nessas ocasiões surge, com frequência, o reconhecimento de que a sub-cultura mineira, que se convencionou denominar por mineiridade ⁽²⁾, conteria os princípios fundamentais do "entendimento nacional". Reconhece-se nos mineiros qualidades essenciais de bom-senso, de moderação e de equilíbrio, virtudes estas consideradas fundamentais à confecção do acordo. Recentemente, a imprensa brasileira dedicou um espaço considerável a esses atributos, personalizados na figura de Tancredo Neves, tido como peça fundamental e insubstituível no processo de mudança do regime. Não foi casual que a sua morte tenha criado tanto temor, tanta incerteza e tanto impasse. Se deixarmos de lado

(1) "A conciliação foi uma arte finória da minoria dominante e visou sempre ao compromisso de interesses divergentes dos seus próprios grupos. Nesta arte distinguiram-se a liderança mineira, que sempre participou do comando nacional desde a Independência, a minoria fluminense, com seus grandes interesses da terra e do café, e a baiana". RODRIGUES, José Honório. Conciliação e Reforma no Brasil. 2^a edição. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1982, p. 121.

(2) Estamos de acordo com as críticas às formulações que se fundam em traços sócio-culturais, inerentes a um determinado caráter, definidos a-historicamente. Cabe considerar, no entanto, que as construções ideológicas trabalham sobre fenômenos presentes na realidade e se reduzem "... o a una concepción tergiversada de esta historia o a una abstracción total de ella. La propia ideología es tan sólo uno de los aspectos de esta historia". MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. La ideología alemana. Tradução espanhola. 4^a edição. Buenos Aires, Pueblos Unidos, 1973, p. 676.

Por isso, a compreensão dessas construções e os móveis que levam à sua utilização, parece-nos essencial. Sobre as críticas ao caráter nacional ver: LEITE, Dante Moreira. O Caráter Nacional Brasileiro. 3^a edição. São Paulo, Editora Pioneira, 1976. MOTA, Carlos Guilhermé. Ideologia da Cultura Brasileira. São Paulo, Editora Ática, 1977.

o problema da excessiva personalização, traço fundante da cultura política brasileira e expressão de instituições políticas frágeis, cabe perguntar-se sobre a necessidade de apelar-se ao "caráter regional", ao "espírito particular dos mineiros", tidos e reconhecidos como a própria encarnação da temperança. É nesse cenário que essa comunicação se aloja.

O regionalismo enquanto tema de pesquisa foi parcamente contemplado na literatura acadêmica brasileira, aparecendo pontualmente na historiografia⁽³⁾. Talvez as condições peculiares em que se processou o movimento da independência, a necessidade de preservação da unidade territorial, o privilegiamento do conjunto em detrimento das diferenças⁽⁴⁾ e o período de construção do Estado Nacional que adentra o século XX⁽⁵⁾ estejam na base dessa lacuna. De qualquer forma a concepção globalizante da sociedade brasileira imprimiu sua marca nas diferentes interpretações do

(3) Sobre a temática regional: WIRTH, John. O fiel da balança. Minas Gerais na formação brasileira(1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; LEVINE, Robert. Pernambuco na Federação Brasileira(1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; LOVE, Joseph. A locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira(1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983; SILVEIRA, Rosa Maria Godoi. O regionalismo nordestino. Existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo, Editora Moderna, 1984; MELO, Evaldo Cabral de. O Norte Agrário e o Império (1871-1889). Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1984; KEINERT, Rubem César. Regionalismo e anti-regionalismo no Paraná. São Paulo, Exemplar Mimeografado, 1978.

(4) Para uma análise das diversas formas de ruptura da condição colonial ver: NOVAIS, Fernando A. "Passagens para o Novo Mundo". Novos Estudos Cebrap, nº 9, São Paulo, pp. 2-8.

Sobre a manutenção da integridade territorial no processo da independência ver CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem. A elite política imperial. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980.

(5) Parece-nos que o problema da consolidação do Estado não está desconectado da questão da inexistência de uma Revolução Burguesa no Brasil e, como decorrência, da própria dificuldade da burguesia em impor a sua hegemonia. Nesses termos, se concordarmos com Florestan Fernandes para quem a Revolução Burguesa no Brasil diz respeito ao processo pelo qual as classes sociais se constituem, ou com Fernando Henrique Cardoso que a pensa num sentido limitado, consistindo na integração da burguesia ao capitalismo internacional pós 1964, a discussão sobre o Estado deve, hoje, adquirir outras nuances. FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

país. No entanto, nos últimos anos, a preocupação com o estudo das particularidades acabou por resgatar do limbo os temas ditos menores. Provavelmente porque as linhas mestras de interpretação da realidade brasileira já estejam fixadas e, por isso, caiba agora olhar com maior acuidade para os fenômenos mais singulares⁽⁶⁾, ou mesmo, tal movimento pode significar um descontentamento com os grandes ângulos de visão até aqui oferecidos. É curioso perceber que as preocupações com as chamadas particularidades emergem nos momentos em que a homogeneização capitalista ganglionar e integra o conjunto do país⁽⁷⁾. Nestes termos, os estudos como este podem significar uma busca de possíveis resistências, um reconhecimento das permanências. Ganha realce, nesse passo, a determinação social do conhecimento.

A temática da mineiridade adquire significado com o fim do Império e, mais particularmente, com o advento da República⁽⁸⁾. É a partir de então, que se percebe como uma subcultura regional transforma-se em objeto de reflexão consciente e torna-se parte integrante das práticas sociais dos agentes, especificamente das elites políticas mineiras. A questão da identidade regional serviu

(6) Cf. ARRUDA, José Jobson de A. "A prática econômica setecentista no seu dimensionamento regional". Revista Brasileira de História, nº 10, no prelo.

(7) O problema da homogeneização cultural capitalista permeia a obra da Escola de Frankfurt, manifesta na tendência à socialização total. Especialmente: MARCUSE, Herbert. Ideologia da Sociedade Industrial. Tradução portuguesa. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969. ADORNO, T.W. & HORKHEIMER, M. "Cultura e Administração". In Sociologica. 2ª edição. Tradução espanhola. Madrid, Editorial Taurus, 1971. ADORNO, T.W. & HORKHEIMER, M. Dialectica del Iluminismo. Tradução espanhola. Buenos Aires, Editorial Sur, 1971.

(8) "A estrutura republicana implantada em 1891 modificou profundamente o formato institucional do Império. O federalismo então adotado remetia a uma descentralização radical. Os Estados começaram a existir efetivamente e a definir suas identidades. As elites estaduais nesse passo, buscaram consolidar-se através da afirmação das peculiaridades regionais". DULCI, Otávio Soares. "As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia". Ciências Sociais Hoje, São Paulo, Editora Cortez, 1984, p. 17.

para dar coesão à bancada legislativa mineira durante a República Velha, além de oferecer parâmetros para a preservação da autonomia estadual ⁽⁹⁾. Já os viajantes ⁽¹⁰⁾ haviam realçado os matices, as gradações, as cores que compõem as particularidades dos mineiros. Sobre Minas Gerais, Auguste de Saint-Hilaire afirma : "do ponto de vista da unidade brasileira, sua importância é primordial. Atraindo do sul, do norte, de São Paulo e da Bahia, assim como de Portugal toda uma população estável e urbanizada, que se fixava no próprio centro do povoamento, a descoberta do ouro contrabalançou as forças de dispersão: de certo modo, deu ao Brasil colonial seu centro de gravidade" ⁽¹¹⁾.

Dentre as inúmeras caracterizações elaboradas pelos viajantes sobre as especificidades das Gerais, o trecho, ora selecionado, chama a atenção para um aspecto recorrente da mineiridade: o caráter de epicentro e de equilíbrio que lhe seria inerente. A concepção de equilíbrio, tão cara à cena política brasileira, encontra na mineiridade um forte polo de justificação. Equilíbrio e ordem marcam a história brasileira desde a Independência.

(9) A relação entre a identidade regional e a atuação da bancada mineira aparece em WIRTH, John. Obra citada, especialmente cap. IV. Para uma análise da atuação da elite política mineira no período da República Velha ver MARTINS FILHO, Amílcar Viana. A economia política do café com leite (1900-1930). Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981.

(10) SAINT-HILAIRE, Auguste. Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822). Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1974; SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem às nascentes do Rio São Francisco. Belo Horizonte / São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1975; SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1974; D'ORBIGNY, Alcide. Viagem pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1976. BURTON, Richard. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1976. MAWE, John. Viagens ao interior do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1978. LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1951. BURTON, Richard. Viagens de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico. Tradução portuguesa. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1977.

(11) SAINT-HILAIRE. Viagem pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Obra citada, p. 55.

Em seu nome muitos acordos de cúpulas foram legitimados, por sua causa desculpa-se o constante alijamento das classes populares da esfera do poder.

Na verdade, o ouro criou na região das Minas um panorama social diversificado. A economia da mineração propiciou a constituição de um mercado e de um embrião de capital mercantil internos (12). Com um processo de urbanização desconhecido ao restante da colônia, as minas gestaram um padrão de sociabilidade específico, no qual a efervescência cultural é um subproduto (13). O quadro da estratificação social mineiro é muito menos rígido, atestado pelo número significativo de homens livres (14), pela presença de homens letrados e de profissionais liberais, pela emergência de sentimentos emancipacionistas inspirados no ideário da ilustração (15). Em suma, a realidade da zona mineradora não é a plantation, mas a cidade.

Porém, a tendência ao esgotamento dos veios auríferos empurra a sociedade mineira rumo à ruralização. Apesar disso, os traços de originalidade da região permaneceram. Se o século XIX mineiro não possui o esplendor do ouro, também não reproduziu as relações sociais que se constituíam em São Paulo e que permane-

(12) A criação de um mercado interno na região das Minas aparece em FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 5ª edição. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1963, Terceira parte.

(13) Para uma análise da cultura no período ver MELLO E SOUZA, Antônio Cândido. Formação da literatura brasileira. 5ª edição. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1975, vol. I; MACHADO, Lourival Gomes. Barroco mineiro. São Paulo, Editora Perspectiva, 1978.

(14) Para um dimensionamento dos homens livres no período do ouro ver MELLO E SOUZA, Laura de. Os desclassificados do ouro. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1982.

(15) Sobre este assunto ver MAXWELL, Kenneth. A devassa da devassa. A Inconfidência mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; MOTA, Carlos Guilherme. A idéia de Revolução no Brasil, 1789-1801. Petrópolis, Vozes, 1979.

ram no nordeste decadente. A ruralização da economia e da sociedade mineiras encontra na fazenda de produção escravista mista a sua realidade. Dessa forma, recria-se em Minas Gerais uma especificidade de outro tipo: um quadro escravista original voltado para a produção destinada ao mercado interno. Uma produção mercantil escravista de subsistência ⁽¹⁶⁾. Não obstante, certos traços urbanos ainda estejam presentes na vida da fazenda. Em 1817 John Luccock observou que "as terras das imediações eram cultivadas de forma que agradavam mesmo a um agricultor inglês e a zona lhe pareceu não só mais rica e agradável que as comumente encontradas, como também os habitantes se mostravam em mais alto grau sociáveis. De outra feita, aconteceu de falharem numa fazenda, onde a noite lhes foi servida a ceia — coisa suntuosa — com talheres de prata, finda a qual surgiram escravos com água quente e fria para que pudessem fazer as suas abluções confortavelmente. Nas proximidades de São João del-Rei foi melhor ainda... Ao jantar, viam-se à mesa inúmeras provisões sólidas e até artigos de luxo, tudo muito para louvar, não só pelo seu valor intrínseco, como por se levar em conta a dificuldade de os obter em tão distante paragem. Além de muita prata e louça inglesa, havia rosca da cidade, cerveja inglesa engarrafada e bom vinho do Porto servido em cangirões de cristal lapidado" ⁽¹⁷⁾.

Nessa passagem, evidencia-se o estilo de vida dos fazendeiros descendentes dos mineradores: um particular amálgama entre rusticidade e sofisticação; uma interpenetração do mundo rural e

(16) MARTINS, Roberto & MARTINS, Amílcar. "Slavery in a nonexport economy". Hispanic American Historical Review, 63:537-568, 1983: MARTINS, Roberto & MARTINS, Amílcar. "Slavery in a nonexport economy: a reply". Hispanic American Historical Review, 64:135-146, 1984.

(17) FRIEIRO, Eduardo. Feijão, angu e couve. 2ª edição. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1982, p. 93.

do mundo urbano. Contrariamente aos cafeicultores paulistas que desenvolveram um estilo de vida crescentemente urbano, o universo último da elite mineira foi sempre a fazenda ou o pequeno município ⁽¹⁸⁾. A cidade natal é o ponto de referência necessário. Os políticos mineiros cultivam com capricho as suas bases eleitorais interioranas. Segundo John Wirth a elite política mineira caracteriza-se por uma extrema singularidade ⁽¹⁹⁾. Nesses termos, o mito da mineiridade emerge ⁽²⁰⁾. Fundado numa realidade singular que o nutre, alimenta, reversivamente, esse próprio real. Serve como força catalizadora das diversas frações que compõem o todo. Fornece às elites políticas coesão no plano nacional, necessária a uma região que carece de um fluxo constante de verbas federais para a implementação de seus projetos. Se essa estratégia de sobrevivência frutificou, a tentativa de resolução dos impasses econômicos parece ser um fenômeno dos últimos anos. No entretanto, a prostração imperante cinzelou os seres sociais.

Minas Gerais converteu-se em celeiro de políticos ao viver a sua própria densidade histórica, composta não da morte, mas de um sono letárgico. Tal fenômeno, na nossa opinião, está na

(18) Diversamente de São Paulo a produção cafeeira não criou em Minas uma articulação econômica capaz de impulsionar um desenvolvimento industrial e, nessa medida, criar espaços urbanos que não fossem um prolongamento da zona rural. Para uma análise da lavoura do café e as suas relações com a indústria ver LIMA, João Heraldo. Café e Indústria em Minas Gerais (1870 - 1920). Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

(19) John Wirth chama-nos a atenção para as diferenças entre a elite política mineira, quando comparada à pernambucana e à paulista. Nessa camada social praticamente não havia estrangeiros; também não tinha o hábito de manter contatos com o exterior, como as outras duas. Obra citada, pp. 204 a 207.

(20) "... a função do mito é transformar uma intenção histórica em natureza, uma contingência em eternidade... O que o mundo fornece ao mito é um real histórico, definido, por mais longe que se recue no tempo... e o que o mito restitui é uma imagem natural desse real... Nele, as coisas perdem a lembrança da sua produção...". BARTHES, Roland. Mitologias. Tradução portuguesa. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, pp. 162-163.

base desse processo. A própria expressão literária tem raízes fundadas nessa realidade. Em Drumond ou em Guimarães Rosa emerge a delicadeza do tosco e, por meio dessa especial combinação, as suas obras ganham universalidade. O desvairio de O Grande Mentecapto revela a máxima acentuação de um dos lados. A desrazão por exprimir emoções não sublimadas, remete ao caráter incontido e rude, contrapondo, desse modo, o eros à civilização.

As visões sobre a mineiridade manifestam os traços fundamentais dessa sociabilidade enfatizando, predominantemente, a contenção (21). Revelar o porquê de tal construção parece-nos fundamental. Para além disso, cabe investigar os motivos subjacentes à apropriação desse discurso, no âmbito da política brasileira. Nesse passo, a análise extravasaria a matriz social geradora de tais noções e buscaria compreender a sua força catalizadora. Explicitando: que contextos históricos transformaram a mineiridade

(21) Os traços da mineiridade encontram-se presentes em obras de natureza diversa. As mais características são as seguintes:

- Alceu Amoroso Lima. Voz de Minas. Ensaio de Sociologia Regional Brasileira. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- Carlos Drummond de Andrade(org.). Brasil, Terra e Alma: Minas Gerais. Rio de Janeiro, Editora do Autor, 1967.
- Fernando Correa Dias. A imagem de Minas. Sociologia regional. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1971.
- Guilhermino Cesar(org.). Minas Gerais. Terra e Povo. Porto Alegre, Editora Globo, 1970.
- João Camillo de Oliveira Torres. O Homem e a Montanha. Belo Horizonte, Livraria Cultura Brasileira, 1944.
- Miran de Barros Latif. As Minas Gerais. Rio de Janeiro, Livr. Agir, 1960.
- Nelson Coelho de Sena. A Terra Mineira. Cronographia do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.
- Oliveira Viana. Pequenos estudos de psicologia social. São Paulo, Editora Nacional, 1921 (Coleção Brasileira).
- Sylvio da Vasconcelos. Mineiridade. Ensaio de caracterização. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1969.
- Wellington Brandão. Caminhos de Minas. Cousas e vultos. Belo Horizonte, Livraria Oscar Nicolau Editora, 1958.

num princípio norteador de certas práticas político-ideológicas? O que há de específico nesse discurso capaz de torná-lo apropriável? De que maneira se dá essa incorporação? Noutro patamar de considerações, poder-se-ia conjecturar das possibilidades da temática de conciliação — fulcro político da mineiridade —, não ser, na verdade, uma expressão mais geral da própria formação social e política brasileira que encontra ria em Minas suas formas mais candentes de manifestação?

Nesse passo, sobrelevam-se os problemas teóricos. Ficam patentes as duas orientações básicas: de um lado, buscar as conexões entre a produção de um certo tipo de discurso e o contexto específico no qual foi gerado; de outro lado, entender os motivos que o tornam assimilável. Dessa forma, a análise não ficaria restrita ao que se convencionou denominar por abordagens regionais, ainda que sem um estudo aprofundado do particular não seja possível se dar conta dos princípios produtores de certas idéias. Consideramos que "a formação regional não se explica por si mesma, ou seja sem uma referência à formação social de que faça parte, necessária para explicar condições de reprodução da formação" (22).

Além disso, os estudos voltados para a compreensão de fenômenos culturais envolvem aspectos teóricos de difícil equacionamento. O campo simbólico (23) se não é fechado em si mesmo, também não se constitui num mero sub-produto das rela-

(22) KEINERT, Rubem César. Obra citada, p. 22.

(23) Sobre a noção de campo simbólico ver BORDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. Organização e introdução de Sérgio Miceli. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

ções materiais. Vale dizer, se não se trata de reduzi-lo simplesmente à sua individualidade, impedidora de qualquer generalização, também não se pode referi-lo, mecanicamente, às leis gerais de movimento da sociedade. Assim, evitamos "enxergar as relações de classe como o confronto entre entidades coletivas movidas por um destino inescapável" (24). Ao contrário, a percepção das relações sociais e, como decorrência, das práticas dos ajustes responsáveis por determinadas concepções, parecem-nos fundamental. Em outras palavras, as análises de ideologia devem fugir de esquemas simplificadores que ora vêem os sujeitos como impressões maquiavélicas da classe dominante, ora como simples desdobramentos de relações de produção. No primeiro caso, a ideologia transforma-se numa dimensão consciente onde certos agentes tudo podem e outros nada sabem; no segundo caso, todos os atores são reduzidos a parceiros impotentes de um jogo, cujas regras não se domina.

Pensamos ser o quadro de sociabilidade específico constituído em Minas Gerais, o motor do mito da mineiridade. A ruralização, enquanto filha da própria decadência dos veios auríferos, poderia significar um processo de retomada, de expansão dos novos setores. Tal não aconteceu. Minas Gerais, a partir do século XIX, perde significado gradativo e constante, frente ao crescimento de São Paulo. Se não vive, propriamente, uma situação de estagnação, convive com uma economia modorrenta e sem condições de absorver os seres sociais num

(24) MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo, DIFEL, 1979, p. 196.

padrão societário dinâmico. Assim, dada uma certa fragilidade da camada dominante, as conexões entre ela e os políticos são bastante mediatizadas. O político mineiro típico é o profissional liberal e não o fazendeiro (25). Este pode "possuir" os seus representantes, no entanto, não tem força suficiente para se afastar dos seus afazeres e cuidar diretamente dos seus interesses. Essa singularidade mineira fabrica um político de corte "profissional" (26). Uma figura que mantém uma certa independência diante da camada dominante e cuja expressão passa, necessariamente, pelo Estado nacional ainda quando, nas suas diligências, visa ao regional. Daí ser inescapável uma perspectiva do conjunto do país. Nos momentos de crise e de transição, tais políticos tornam-se peças essenciais a uma sociedade na qual a conciliação conservadora é a contrapartida da inexistência da cidadania.

Dessa forma, para nossa perspectiva, a "mineiridade" não se restringe apenas a "um bom exemplo da ideologia da classe dominante" (27). É certo o seu papel unificador de interesses díspares, ainda que não totalmente conflitantes, porém, os mecanismos produtores dessas idéias pareceu ultra

(25) A esse respeito ver: WIRTH, John. Obra citada, capítulo V.

(26) Utilizamos-nos dessa categoria no sentido Weberiano, isto é, a partir da noção de "vocação" política. WEBER, Max. "A política como vocação". In Ensaio de Sociologia, H. H. GERTH e C. Wright MILLS (org.). Tradução portuguesa. 2ª edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971.

(27) DULCI, Otávio Soares. "As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia". Obra citada, p. 13.

passaro espaço exclusivo, no interior do qual a classe dominante se move. Resgatar essa dimensão é, portanto, imprescindível. Tal tarefa não se empreende, contudo, sem um amplo conhecimento das condições históricas que pré-figuram e modelam os agentes sociais. Recuperar as diversas situações de classe e a tela relacional onde os sujeitos se alojam, se defrontam e se definem, significa dar conta do universo simbólico enquanto o lugar das práticas sociais. Em suma, trata-se de recuperar o caráter da prática ideológica.

NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

A EXPLORAÇÃO EMPRESARIAL DOS CERRADOS

Áureo Eduardo M. Ribeiro

Áureo Eduardo M. Ribeiro

1 O Projeto

O Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba - PADAP - foi um projeto articulado pelo governo estadual mineiro e a Cooperativa Agrícola de Cotia - CAC - em 1973/74 para quatro municípios do noroeste mineiro (Campos Altos, Ibiã, São Gotardo e Rio Paranaíba). Este programa assentou em uma área previamente desapropriada 90 colonos vindos do sul do país e selecionados pela CAC, em áreas médias de 250 hectares¹.

Com a infra-estrutura (viária, eletrificação, etc.) fornecida pelo Estado, armazenamento e comercialização bancados pela Cooperativa e crédito rural oferecido pelo Polocentro, os colonos deslancharam a produção agrícola da região em curto espaço de tempo. Cresceram em número (em 1984 eram 180 o total de cooperados no PADAP), em capitalização e em tamanho de propriedades. Por estas e algumas outras razões o PADAP foi eleito o programa-modelo de exploração da região dos cerrados. Seu esquema de esforço concentrado em infra-estrutura, assistência técnica, cooperativismo, crédito rural subsidiado e colonos selecionados em número restrito, serviu de base para diversos outros projetos².

Na elaboração deste programa (e de outros), é desenvolvido um pressuposto, articulado em três momentos distintos, que exclui a participação de outros colonos que não aqueles selecionados. Consta, primeiro, da negação da existência de uma potencial

(*) O presente texto é um extrato do Iº Capítulo da Dissertação de Mestrado intitulada "Os Fazendeiros da Cultura", elaborada em 84/85 para o Curso de Mestrado em História do IFICH-UNICAMP, sob orientação da professora D^{ca} Ribeiro Fenelon.

1 - Sobre o PADAP consultar: SEAGRI-MG. "PADAP: Documento Básico". BH, 1973, mimeo; SAN MARTIN, P. e PELEGRINI, B.: "Cerrados: uma ocupação japonesa no campo". R.J., CODECRI, 1984 e FRANÇA, M. "O Cerrado e a evolução recente da agricultura capitalista - a experiência de Minas Gerais". BH, 1985, Dissertação de Mestrado apresentada ao CEDEPLAR-UFMG, mimeo.

2 - Inspirados no PADAP foram criados os PRODECERS, o PADSA e o PADVALE.

clientela local; segundo, da criação de um modelo básico de exploração e, por último, da exigência de um agricultor-modelo, construído pela própria síntese da argumentação.

2 Os Pressupostos

A partir do PADAP nasce a exploração efetivamente moderna dos cerrados. Além de aspectos de caráter econômico e locacional, merecem ser discutidos alguns elementos que compõem o perfil ideológico do projeto, que ao mesmo tempo precedem e subsidiam a expansão empresarial na região.

Em primeiro lugar, existe a idéia de que essa área era desocupada. Isto talvez não seja muito claro em todos os estudos oficiais, onde os dados demográficos e outros quantitativos não podem ser completamente escamoteados. Eles costumam no entanto enfatizar os aspectos das baixas produtividades e retornos dos empreendimentos de tipo "tradicional" no cerrado.

Mas, quando se trata de exposições técnicas, discursos políticos ou de avaliações para objetivos diversos, o cerrado é tido como o grande "vazio" nacional. Isto pode ser notado em diversos trabalhos, em discursos, artigos e relatórios³, mas, vamos citar aqui o registro mais nobre, retirado do documento da JICA, de 1979, sobre o cerrado:

"Há na região centro-oeste do Brasil uma extensa área inexplorada, com cerca de 1.300.000 km² de superfície (aproximadamente 3,5 vezes maior que todo o território japonês), estendendo-se pelos Estados de Goiás e Minas Gerais."⁴

Desse ponto de vista, que não é exclusivo dos técnicos da JICA, o cerrado aparece como área "vazia" de população, de capital, de exploração e produção. Por essa razão se explica o fato de se falar geralmente em "ocupação" dos cerrados, na "nova terra" que representa o cerrado. Assumindo tal perspectiva, qualquer "ocupação" que se faça é melhor que a vigente, ou seja, melhor que o "nada" existente.

3 - Ver por exemplo os diversos relatórios da Ruralminas, entre 1973 e 1979, os relatórios da CAMPO, de 1981 e 1982, e uma enormidade de artigos do "Diretório Rural" (1976), do "Informe Agropecuário" e inúmeros outros que seria ocioso listar.

4 - JICA - JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY. "Estudo de desenvolvimento regional de três Estados: Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás, República Federativa do Brasil". 1979, Relatório Final, mimeo.

É por essa razão também que as avaliações do desempenho dos programas do cerrado enfatizam não um crescimento da produtividade, mas o nascimento de uma nova produtividade; não o crescimento do emprego (quando há), mas a geração do emprego. Por esse mecanismo, os resultados pouco lisonjeiros sobre a população há muito estabelecida na região desaparecem, ou deixam de ser comentados. De qualquer forma, partindo daquele suposto "vazio", a população local só pode ser beneficiária dos projetos, pois há uma troca do "nada" pela "ocupação". Mas esse é um caso limite na literatura técnica sobre o cerrado.

Em geral - e colocada desta forma, a concepção é absolutamente hegemônica - o cerrado é tido como o grande vazio de capital. Isto é exposto com muita clareza pelo ex-ministro Paulinelli:

"O cerrado era a 'terra de fazer longe'⁵. A não ser uma pecuária extrativa muito incipiente ele não tinha outra atividade. Se você procurou analisar bem o cerrado, pode olhar que isso ainda existe hoje. A população era muito rarefeita no cerrado e vivia quase sempre em torno dos cursos d'água, levando uma vida muito precária, típica da agricultura de subsistência só. Plantava uma mandiocazinha, perto da nascente um arroz, e vivia da exploração do gado, muito irracionalmente. Então era um vazio, era uma expectativa. Bom, a proximidade dos grandes centros consumidores, a infra-estrutura já existente, e principalmente a confiança de que o Brasil já dispunha de uma tecnologia para isso, nos levou a fazer projetos de ocupação do cerrado."⁶

Exposta dessa forma, fica mais clara a noção de vazio de capital. O caráter de subsistência será contraposto em quase todas as formulações ao caráter empresarial moderno. Mas, o capital não estava completamente ausente daquele meio, apenas aparecia em outras esferas, principalmente na comercialização⁷. Na realidade, trata-se não de propor o "enchimento" de um "vazio", mas a substituição de uma forma de capital - tida por ineficiente e atrasada - por outra mais eficaz.

O segundo aspecto notável, no discurso da expansão do cerrado, é que a região deve ser explorada com capitalização acen

5 - Expressão atribuída aos mineiros do interior, em particular do Oeste, querendo dizer com isso que as planuras do cerrado só serviam para fazer longas jornadas, aumentar as distâncias.

6 - Alysson Paulinelli, em entrevista ao autor, em outubro de 1984.

7 - O capital, mesmo estando ausente do processo direto de produção, pode parasitá-lo através da intermediação, venda de insumos, etc. Ver GRAZIANO DA SILVA, J.F. et alli. "Tecnologia e Campesinato: O caso brasileiro". Revista da Economia Política. S.P. 3(4), out/dez 1983.

tuada da atividade produtiva. Da forma como o assunto é exposto, parece ser esta a única forma possível de explorar a agricultura na região.

Desde o estudo coordenado pelo IPEA⁸, a pesquisa do cerrado sai do plano da pesquisa botânica e pedológica para ingressar no rol das considerações econômicas. Naquele estudo foi feita uma observação sobre classes de solos e aptidões de manejo, e nota-se que sob manejo "primitivo" o potencial dos solos de cerrado era extremamente baixo. Ao contrário, sob manejo "desenvolvido", a capacidade de produção melhorava significativamente. E conclui:

"A observação dos vários manejos propostos indica que, de modo geral, a melhoria no sistema de manejo faz com que áreas de classe inferior sejam classificadas com melhor aptidão agrícola, de onde se conclui que, somente com nível mais elevado de tecnologia grandes extensões de terra poderiam ser incorporadas ao processo produtivo.

A este respeito parece não existirem mais dúvidas de que para exploração agropecuária nas áreas de cerrado não se pode mais valer de métodos tradicionais." (IPEA, 1973)

A partir de considerações como essa foi surgindo uma orientação política para a "ocupação" da região. A pesquisa agropecuária para os cerrados privilegia (talvez mais que as outras pesquisas para regiões específicas) apenas os aspectos produtivos e os bens dinâmicos - média e grande propriedade, alto investimento, alta tecnologia química, mecânica e biológica. O ponto de partida é: sendo as terras de cerrado menos férteis, apenas com um grande uso de insumos e máquinas será possível agregar produtividade suficiente para torná-las competitivas com as demais regiões agrícolas, privilegiadas pela fertilidade natural. A diferença da renda gerada pela terra mais fértil seria compensada, no cerrado, por um grande aumento da produtividade e da escala de operações, suficientes para diluir os custos diferenciais de produção.

Esse dado técnico, aparentemente inquestionável⁹, passa

8 - IPEA/INPEŞ. "Aproveitamento Atual e Potencial dos Cerrados. Estudos para o Planejamento. R.J., 1(2), 1973.

9 - Existem alguns experimentos (não-oficiais) que procuram resgatar a fertilidade através da captura dos nutrientes lixiviados, e não "fabricar" a fertilidade pela agregação de insumos químicos. São tentativas de adequar planta e solo sem ruptura do ecossistema do cerrado: as raízes profundas de algumas espécies e variedades trazem à superfície os nutrientes "roubados", que passam a ficar disponíveis. Este método, no entanto, não traz retornos econômicos tão rápidos quanto o pacote da EMBRAPA/EMBRATER / Agroin-

a ser desenvolvido e fundamentar todas as propostas de "ocupação racional" do cerrado. O trabalho de Ribeiro¹⁰, uma tentativa de e quacionar do ponto de vista econômico as potencialidades da região, afirma em certa altura:

"A questão da competitividade do cerrado com outras áreas pode ser respondida com um sim, desde que algumas condições sejam preenchidas. A exploração racional das áreas de cerrado envolve a utilização de mecanização e insumos modernos, tais como: sementes fiscalizadas, fertilizantes, fungicidas e herbicidas. Tal procedimento é bastante desejável, visto que o uso de mecanização aumenta a produtividade do homem e o uso de insumos modernos aumenta a produtividade da terra." (Ribeiro, 1980)

Por essas razões, a "exploração" da região será sempre considerada um empreendimento intensivo em capital. Daí cristalizar-se na área do cerrado, em sua forma mais plena, a proposta de modernizar a agricultura; é a construção de uma nova agricultura. E a depender da forma como é orientada a pesquisa agrícola, é a única forma rentável de realizar essa exploração.

De fato, colocados os dados como foram dispostos desde o início da década de 70, a agricultura, na maioria das terras de cerrado (excetuadas as "culturas" e os cerradões) surge, desde o princípio, ligada à indústria de fertilizantes e adubos, de máquinas, sementes e defensivos. Exclui fases intermediárias de acumulação de capital e exige, por deficiências historicamente constatadas de capitalização do setor agrícola forte participação do crédito rural.

Por último, para levar à frente o projeto dessa "nova agricultura", é preciso um também "novo agricultor", melhor se vindo de fora da região, despido dos sequestros do manejo "tradicional", conhecedor dos mecanismos de tecnologia e crédito. Na formação do PADAP a ênfase foi dada ao agricultor do sul e sudeste do Brasil, tido por colono experiente e habilitado para tocar um projeto daquelas dimensões. Segundo diz um dos formuladores do Programa¹¹:

"Nós procuramos buscar o indivíduo que tivesse um determinado nível tecnológico e até, eu te diria, gerencial. Porque você fazer um PADAP sem essas qualidades não daria certo, isso eu tenho certeza."

Assim, a educação formal e qualidades de gerenciamento

10 - RIBEIRO, J.L. "Os Cerrados e a Produção Agrícola". Informe Agropecuário. BH, 6(61):63-8, jan 1980.

11 - Alysson Paulinelli, idem.

do colono passaram a ser pré-condições para seu aproveitamento na agricultura. O ressaltado desse aspecto não é privilégio do caso PA DAP, nem de seus formuladores, mas compõe o amplo espectro ideológico do projeto modernizador do cerrado, expresso por exemplo em Ribeiro (op-cit) que relaciona diretamente os resultados dos projetos ao grau de educação formal dos colonos, e Silva¹² que chega a definir com muita precisão os predicados e até as fontes desse novo agricultor:

"Há no momento em disponibilidade elemento capaz de realizar o plantio de trigo mecanizado na região dos cerrados e há fortes estímulos governamentais e financeiros para que esse potencial seja utilizado. Essa disponibilidade é constituída de numerosos produtores de soja e trigo mecanizado nos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná (...). São pessoas qualificadas e capazes de executarem muitas tarefas de uma lavoura mecanizada com suas próprias mãos, estão habituados ao uso do crédito, familiarizados com a cultura de soja e trigo, além do milho e são capazes de aceitar se adaptarem às condições de uma nova região com facilidade." (Silva, 1977, pg. 385)

Segundo esta forma de ver as coisas, quem serve para o cerrado é o gaúcho, o paranaense, o nissei, o japonês e o empresário rural de formação urbana, pois apenas eles estão aptos para gerenciar o pacote agrícola do cerrado. Forma-se um círculo vicioso, onde o ponto de partida é a capitalização do agricultor, que obrigatoriamente realizará alto investimento, com uma taxa razoável de riscos, que só podem ser superados através de um hábil gerenciamento, que só é possível de ser feito por agricultores capitalizados e assim por diante¹³. Assim os cerrados encarnam, do ponto de vista técnico e oficial, uma demanda de exploração moderna.

Não pode ser negada a eficácia desse modelo. A tecnologia desenvolvida para exploração empresarial do cerrado não é divisível de forma a permitir, com margens de lucros satisfatórios, o uso de pequenas glebas de terra. Há um pacote compacto e definido que exige para sua aplicação um nível consideravelmente alto de investimento (dado o grau médio de aplicação de capital e a taxa de retorno que os agricultores costumam obter), que de forma

12 - SILVA, A.R. "Trigo no Cerrado". In Ferri, M.G., coord. "IV Simpósio sobre o cerrado: bases para utilização agropecuária". B.H., Itatiaia; S.P., EDUSP, 1977, p. 381-86.

13 - Obviamente nem todos os agricultores capitalizados são hábeis gerentes; alguns são "tradicionais", mas estes estão excluídos. Também alguns bons gerentes não eram capitalizados, mas para esses o crédito rural deu um jeito.

alguma está isento de riscos, como de resto todo o setor agrícola. Desta forma, sujeito às eventualidades de clima e preço (pelo menos) o agricultor moderno deve ser atento e criterioso, se quiser sobreviver:

"O cerrado exige uma predisposição de mudança. Essa predisposição é fazer-se uma agricultura de troca e não de extração. O cerrado, se você não der, ele não te devolve. Isso infelizmente esse nosso agricultor de subsistência, aqui de Minas, não faz, ele só extrai (...). O cerrado não perdoa não. Meio termo não dá para o cerrado, o sujeito se machuca."14

Surgiu na região dos cerrados, a partir do PADAP, uma agricultura que contraria, por seus métodos, o sistema "tradicional" de manejo da agropecuária. Esta baseia-se na fertilidade natural, por pouca que seja, e o agricultor, explora os recursos que a Natureza e a propriedade privada da terra põem à sua disposição. A nova agricultura dos cerrados converte o produtor num agente de transformação da terra, onde ele fabrica a fertilidade e regula, a partir dos instrumentos que a pesquisa agropecuária coloca no mercado, produção e produtividade.

Por todas essas razões expostas, são justificadas as propostas de ação moderna, e apenas nesse sentido vem sendo concebida a possibilidade de "exploração" do cerrado. A aplicação do pacote agrícola, atualmente pré-requisito essencial para a produção, vincula a produção desde o nascedouro à indústria e ao crédito. A propriedade no cerrado, conforme diz o presidente da CAMPO, "já nasce moderna", realizando de forma plena os objetivos que durante anos foram perseguidos pelos técnicos, governos e agroindústria.

3 Algumas Considerações sobre o Modelo PAD

Os Programas de Assentamento Dirigido vêm sendo vistos por grande parte dos técnicos do setor agrícola e da burocracia estatal como a salvação - original - da lavoura mineira. Por certo os aspectos produtivos de tais empreendimentos não podem ser desprezados. Mas, é ilusório supor que apenas por este caminho possa ser construída uma política eficiente para a agricultura.

Em primeiro lugar deve ser considerado que existe nas áreas do cerrado (seja do noroeste, do norte ou do Jequitinhonha) uma agricultura estabelecida há décadas, de feição e recursos cul

14 - Alysson Paulinelli, idem.

turais próprios. Baseia-se na propriedade familiar, na produção diversificada e no uso de métodos simples de exploração agrícola. São conhecidos no jargão técnico-oficial como "produtores tradicionais".

A expansão dos modelos PAD traz como resultado inicial a desqualificação desta forma de organizar a produção (em face dos descompassos tecnológicos e produtivos). Estes agricultores tendem a tornar-se trabalhadores diaristas volantes, empregados nos picos de safra, expropriados do saber agrícola e por fim da propriedade da terra.

Em segundo lugar, a opção por culturas especializadas no modelo PAD (soja, trigo, milho, por exemplo), definida em grande parte por um padrão tecnológico estreito, amplia a margem de risco da atividade. Um agricultor especializado está muito mais sujeito às flutuações de mercado que um produtor de pauta diversificada.

Em terceiro lugar, não há qualquer evidência que aponte a possibilidade de insucesso do emprego de tecnologias intermediárias em lavouras diversificadas. Pelo contrário, a inovação introduzida com tração animal, novas sementes e manejos de custo razoável, encontram larga receptividade em agricultores de baixa capitalização.

Em resumo, o modelo PAD tende a ampliar a expropriação no campo, gerar focos de conflito e miséria junto com o fornecimento de benefícios concentrados com uso de capital público. A reversão deste modelo exige repensar lado a lado as questões agrícola e agrária, a questão tecnológica, creditícia e de assistência técnica rural.

A ROTA DO CAPITAL AGRÍCOLA EM MINAS GERAIS NA
DÉCADA DE OITENTA

Maria Regina Nabuco*

Mauro Borges Lemos*

* - Do Departamento de Ciências Econômicas e do CEDEPLAR/UFMG.

A ROTA DO CAPITAL AGRÍCOLA EM MINAS GERAIS NA
DÉCADA DE OITENTA

Maria Regina Nabuco*

Mauro Borges Lemos*

1 - O PERFIL ATUAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA MINEIRA

A tendência mais geral da agricultura mineira nos primeiros anos da década de oitenta reiterou o movimento da segunda metade da década anterior, isto é, registrou o avanço das culturas de mercado externo em detrimento das culturas de mercado interno.¹ Enquanto a área colhida dos três principais produtos de exportação no Estado cresce 20%, os alimentos básicos de mercado interno decrescem em torno de 12,0%. Com isso, ocorre uma redistribuição na área agrícola do estado que, nestes cinco anos se manteve constante, por volta de 4 milhões e trezentos mil hectares, sendo que a estimativa para a safra 85/86 já aponta para uma participação de mais de 30% na área total, para as culturas de exportação.

TABELA 1

EVOLUÇÃO DAS CULTURAS DE MERCADO INTERNO¹ E EXTERNO² NO
PERÍODO 1981/86 (área colhida em ha)

Safra	Mercado Interno		Mercado Externo		Total	
	ha	%	ha	%	ha	%
1981	3.240.676	78,1	908.322	21,9	4.148.998	100
1982	3.095.357	73,5	1.113.976	26,5	4.209.333	100
1983	2.627.331	72,8	979.763	27,2	3.607.094	100
1984	2.847.673	69,0	1.280.454	31,0	4.128.127	100
1985	2.795.522	67,6	1.339.044	32,4	4.134.566	100
1986 ³	2.866.191	68,2	1.338.709	31,8	4.204.900	100

FONTE: GCEA/MG - SEI/SEPLAN, fevereiro de 1986.

1 - Arroz, Batatinha, feijão, mandioca e milho.

2 - Cana de açúcar, soja e café.

3 - Estimativa de fevereiro de 1986.

* - Do Departamento de Ciências Econômicas e do CEDEPLAR/UFMG.

¹ - Mercado interno: arroz, batatinha, feijão, mandioca e milho; mercado externo: café, cana e soja.

Ao mesmo tempo, a agricultura mineira dos anos oitenta aponta também para outra tendência, que já vinha se verificando desde a aceleração do processo de modernização, na segunda metade da década de setenta: a crescente participação da produção estadual na produção brasileira de grãos.¹

TABELA 2

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO MINEIRA DE GRÃOS¹ NA PRODUÇÃO BRASILEIRA - PERÍODO 1981/86

Ano	Produção Brasileira (A)	Produção Mineira (B)	B/A
1981	48.884.000	4.265.178	8,7
1982	50.402.000	4.509.388	8,9
1983	44.890.128	3.221.067	7,2
1984	50.301.795	4.009.969	8,0
1985	54.791.800	4.999.443	9,1
1986 ²	44.308.000	5.311.372	12,0

FONTE: GCEA/MG - SEI/SEPLAN, fevereiro de 1986.

1 - Arroz, feijão, milho, soja e trigo.

2 - Estimativa de fevereiro de 1986.

A maior participação de Minas na produção nacional de cereais faz parte de um processo de recuperação da agricultura mineira no cenário nacional, cuja origem remonta à retomada da produção cafeeira ocorrida na década passada.

Esta superação da longa e tortuosa crise vivida pela agricultura mineira na década de sessenta, marcada pela dispersão espacial da produção, retração da área plantada e decréscimo do valor real do produto agrícola, vai se dar em duas etapas temporalmente distintas.

¹ - Grãos: soja, arroz, feijão, milho e trigo. O salto de participação da produção mineira de grãos na produção nacional, entre as safras 84/85 e 85/86 (estimada), que foi de ordem de 9,1% para 12,0%, deveu-se à estiagem do segundo semestre de 1985, que atingiu duramente a Região Sul.

A primeira etapa teve como centro motor da recuperação a cultura cafeeira, veículo principal da penetração do capital na agricultura mineira no início dos anos setenta. Com o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC), acionado a partir de 1969/70, Minas Gerais foi o Estado que mais se beneficiou da chamada "nova cafeicultura" brasileira (dotada de melhor tecnologia e deslocada das áreas mais sujeitas às geadas), superando o Paraná como maior produtor nacional, já no final dos anos setenta. Por esta época, as condições para o "take off" tinham sido já gestadas para o setor agrícola, quando a economia mineira embalada pelo "milagre", experimentou um acelerado processo de industrialização, dominado, em especial, pelo capital monopolista forâneo.

Assim, tanto a política do governo federal direcionada para o café, como a política estadual de investimentos, favoreciam a capitalização do setor: infra-estrutura básica de apoio (como transporte e sistema de seleção e armazenamento), crédito para investimento, custeio e comercialização, assistência técnica, etc. O café vai liderar a arrancada da agricultura estadual da estagnação, saltando a taxa anual média de crescimento do PIB agrícola, de 1,6% ao ano no quinquênio 1962/67, para 5,9% no seguinte (1967/73), e para 6,6% no período 1973/80.

A segunda rota de superação da crise agrícola mineira é a expansão da agricultura capitalista no cerrado, gestada a partir do plano pioneiro de colonização do PADAP (Plano de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba)¹ criado em 1973, sucedida de planos estaduais, tais como, o Plano Noroeste, PCI (Programa de Colonização Integrada) e federais (POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados e PRODECER - Programa de Desenvolvimento do Cerrado). Apesar do fracasso da maioria desses planos quanto às metas previstas, e das distorções na distribuição do crédito farto e abundante a um número reduzido de beneficiados, foram criadas, mesmo assim, as condições tecnológicas e infra-estruturais para a evolução do processo de desenvolvimento da exploração agrícola intensiva no cerrado.

¹ - A respeito do PADAP e dos planos federais para o cerrado, ver FRANÇA, Múcio. O Cerrado e a Evolução Recente de Agricultura Capitalista: a Experiência de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1984. Tese de Mestrado, CEDEPLAR.

A concepção da gestão empresarial da exploração agrícola subjacente a estes programas "casa" com as novas funções para a agricultura brasileira formuladas pela tecnocracia oficial, no bojo do ufanismo do "milagre": a idéia da agricultura voltada para fora, apoiada na infra-estrutura específica dos corredores de exportação.

O primeiro quinquênio dos anos oitenta vai se constituir no momento de consolidação da ocupação do cerrado mineiro, onde o processo de maturação dos investimentos no final da década anterior cria as condições para a utilização da capacidade de produção recém instalada. É a soja que vai corporificar a penetração do capital nesta segunda fase de sua expansão no estado (segunda metade da década de setenta), conjugando suas vantagens técnico-biológicas de fácil adaptação às terras ácidas do cerrado, com a boa aceitação do produto no mercado externo. Como nos mostra a Tabela 3, a expansão da soja nos últimos cinco anos foi de 215,9% em termos de área colhida, permitindo o crescimento de 20% da área colhida agregada das culturas de exportação. Neste período a produção dos demais cereais é estável ou negativa.

A Tabela 4, a seguir, mostra como no período intermediário entre as safras 1980/81 e 1984/85, as regiões de planejamento, características do cerrado mineiro - Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (IV), Alto São Francisco (V) e Noroeste (VI) - avançam sua posição relativa na produção de algumas culturas selecionadas, com relação à produção de outras regiões e do total do Estado.

TABELA 3

VARIAÇÃO DA SAFRA MINEIRA DE GRÃOS NO AGREGADO SEGUNDO AS PRINCIPAIS CULTURAS - 1981/86

Culturas	1984/81	1985/81	1986/81 ¹
Arroz	- 14,1	0,0	+ 36,1
Feijão	- 26,3	- 38,9	+ 24,9
Milho	- 11,8	+ 3,8	+ 12,8
Soja	+ 98,4	+215,9	+190,0
Trigo	(...)	- 53,1	(...)

FONTE: GCEA/MG. - SEI/SEPLAN, fevereiro de 1986.

1 - Estimativa fevereiro de 1986.

TABELA 4

PRODUÇÃO DE CULTURAS SELECIONADAS EM MINAS GERAIS, SEGUNDO REGIÕES DE PLANEJAMENTO - SAFRAS 1980/81 E 1984/85 (Em %)

Regiões	Arroz		Batata		Mandioca		Milho		Feijão		Cana		Soja	
	1980/81	1984/85	1980/81	1984/85	1980/81	1984/85	1980/81	1984/85	1980/81	1984/85	1980/81	1984/85	1980/81	1984/85
I	3,2	3,0	5,3	9,4	7,7	5,8	8,7	8,9	7,6	10,6	3,0	2,2	0,5	0,1
II	22,9	16,6	0,9	0,5	1,1	1,4	13,8	11,6	13,3	13,3	21,6	16,8	0,0	0,0
III	21,6	19,9	89,1	86,4	6,3	11,5	26,2	26,2	21,9	21,1	32,1	26,2	10,5	0,3
IV	18,4	16,8	3,5	2,8	3,8	6,3	14,1	16,5	4,0	5,1	7,0	30,6	60,7	62,9
V	8,3	10,6	1,1	0,7	13,3	7,1	11,8	13,0	8,4	11,2	10,3	6,3	25,3	16,2
VI	10,3	17,8	0,0	0,1	37,2	35,0	9,4	11,5	12,0	15,9	15,4	10,4	3,0	20,2
VII	1,6	1,8	0,0	0,1	24,8	23,6	2,3	2,7	12,8	8,9	5,5	3,2	0,0	0,3
VIII	13,7	13,5	0,1	0,1	6,8	9,3	13,7	9,6	20,0	13,9	5,1	4,3	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: GCEA - SEI/SEPLAN, Fevereiro de 1986.

No caso do arroz, por exemplo, as três regiões foram responsáveis por 45,2% da produção mineira em 1984/85, superando sua contribuição na safra 1980/81, de 37,0%. Como contraponto desta expansão, as duas regiões maiores produtoras no início desta década, Zona da Mata (II) e Sul de Minas (III), perdem posição relativa no período, de 44,5% para 36,5%.

No caso da soja, já referida, onde a região do Triângulo (IV) comanda a produção mineira (quase 2/3 da produção total), é surpreendente notar que a produção do cerrado também se expande, no início desta década, via incorporação da região do Noroeste de Minas (VI), responsável, na safra 1984/85, pela expressiva participação de 20,2% de produção colhida em Minas Gerais.

Também surpreendente é a expansão da cana de açúcar no cerrado mineiro. Novamente aqui, regiões produtoras convencionais perdem posição relativa para o cerrado: o Sul de Minas (III) e a Mata (II) passam de uma posição de 53,7% da produção, para apenas 43,0%, no período 1981/85. Em contrapartida, o Triângulo e Alto Paranaíba (IV) atingem a expressiva posição de 30,6% da produção total em 1985, contrastando com uma produção insignificante no início da década (7,0%).

Dos alimentos considerados essenciais à alimentação brasileira - além do arroz já mencionado, o feijão, a batata e a mandioca - só a última parece ser importante em terras do cerrado. A explicação para este fato reside na cultura de mandioca que convive com o cultivo comercial do algodão, especialmente em regiões próximas a Montes Claros (Região Noroeste (VI), com cerca de 1/3 da produção de mandioca no Estado). Quanto às culturas restantes - batata e feijão - continuam tendo sua base produtiva nas Zonas da Mata e do Sul de Minas (II e III), mantendo sua participação no período em torno de 90,0%, e 35,0%, respectivamente. No caso específico do milho, as regiões convencionais (II, III, e VIII) declinam a sua participação também em favor do cerrado (passa este a produzir mais de 40% da produção mineira). Aqui a transição parece menos abrupta, possivelmente pela queda de preços no período.

Não tão visível quanto a expansão da soja e da cana de açúcar, mas também seguindo a rota do cerrado, podemos citar uma lista de outros produtos que se adaptaram às zonas geográficas do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Paracatu, Alto e Médio São Fran

cisco, etc. São eles, desde o café (que penetra também mais recentemente a região do Jequitinhonha), passando pelo algodão, trigo, sorgo, amendoim, até frutas como o abacaxi e a laranja.

No caso das frutas, por exemplo, em 1985, o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba, regiões típicas de cerrado, participaram com 93,7% da produção mineira de abacaxi e 24,0% da produção de laranja. Estes dois produtos foram os únicos que apresentaram no período uma expansão de área colhida apreciável (62,0% o abacaxi e 16,1% a laranja), entre os hortifrutigrangeiros. Os demais produtos, ligados à alimentação convencional da população, como a batatinha e o alho, tiveram suas áreas colhidas declinantes (Tabela 5).

TABELA 5

ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO OBTIDA DE ALGUNS HORTIFRUTIGRANGEIROS EM MINAS GERAIS
SAFRAS 1980/81 A 1984/85

	1980/81		1981/82		1982/83		1983/84		1984/85	
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Produção (t)
Abacaxi (1000 frutos).	7411	110954	7937	125235	9739	167229	10436	182463	12009	229294
Alho	3680	15760	5002	21939	4348	19284	3046	11939	2700	10788
Banana (1000 cachos) .	32574	35751	33131	34504	33889	35318	34369	36332	34263	35365
Batatinha (1a. Safra).	19867	304946	19579	322797	16969	285988	18355	319302	17308	295197
Batatinha (2a. Safra).	13951	187242	12496	219939	10518	176084	8689	146593	7333	125395
Batatinha (3a. Safra).	-	-	-	-	-	-	6084	130465	5941	118980
Cebola	1572	9519	1195	7437	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
Laranja (1000 frutos).	27356	2113839	28993	2005955	30427	1964688	31133	2048782	31758	1947380
Tomate	3949	131737	4397	159457	4135	151384	4377	169785	4156	157846
Uva	523	2378	607	2609	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
Total	110883	-	113337	-	110025	-	116489	-	115468	-

FONTE: GCEA/HG - SEI/SEPLAN

Nesse sentido, pode-se dizer que na produção mineira hortifrutigrangeira só se destacam neste início de década aqueles produtos que se adaptaram ao cerrado, ligando-se à exportação do produto "in natura" (caso do abacaxi) para o exterior e outros estados, assim como servindo de matéria-prima para a industrialização local. Tal é a importância da produção do abacaxi no cerrado que, no período que estamos considerando, sua produção cresceu 106,6%, sendo que sua produtividade em 1984/85 foi superior em 45% a produtividade da média das três safras anteriores. Minas, no entanto, apresenta uma área colhida de hortifrutigrangei

ros estacionária neste princípio de década, o que nos leva a crer, sabendo que muitos dos produtos mostraram rendimentos médios decrescentes, que o abastecimento de sua população fica cada vez mais dependente de outros centros, como São Paulo e Paraná.

Foi também a expansão da agricultura no cerrado no início da década de oitenta que sustentou a crescente participação de Minas na produção nacional de grãos. A Tabela 3 nos indica que até a safra 85, os grãos voltados para o mercado interno viveram um período de retração da área cultivada, combinada, ou com decréscimo ou com a estagnação da produção.

A variação negativa de - 38,9% na produção de feijão deve-se à queda de produtividade de 513 para 383 kg/ha, com a aceleração da desintegração das regiões decadentes (Sul de Minas e a Mata são os maiores produtores), onde a persistência dos métodos rudimentares de produção intensificou os rendimentos decrescentes das terras envelhecidas (Tabela 6).

TABELA 6

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE (kg/ha) DAS
CULTURAS TRADICIONAIS EM MINAS GERAIS - 1981/86

Culturas	1981	1982	1983	1984	1985	1986 ¹
Arroz	1.088	1.297	1.968	1.082	1.577	1.630
Feijão	513	451	447	429	383	-
Milho	1.729	1.845	1.888	1.666	2.001	2.098
Mandioca	14.908	13.436	13.365	11.998	12.929	12.777

FONTE: GCEA/MG - SEI/SEPLAN, fevereiro de 1986.

1 - Estimativa fevereiro de 1986.

O milho, ao contrário, aumenta os níveis de produtividade em 15,7% (1729 para 2001 (kg/ha), o que permite a manutenção do nível de produção, mesmo com a redução da área plantada. O que vai explicar este fenômeno é o deslocamento parcial da produção das áreas 'decadentes' para as novas "terras fabricadas" do cerrado, estando, portanto, embutida nesta mudança espacial, a ruptura gradativa da cultura com as formas tradicionais e familiares, que secularmente a tornaram símbolo da pequena produção. Agora o milho inicia sua era como cultura capitalista no Estado.

2 - A NOVA ROTA DA IRRIGAÇÃO - TENDÊNCIAS

De acordo com o que vimos, esta primeira metade da década mostra a reiteração do movimento mais geral, já observado, da expansão capitalista da agricultura mineira no cerrado. Esta seria a última novidade em termos de tendência na agricultura mineira, não fôra a observação de alguns dados sobre a expansão do sistema de irrigação no Estado (Tabela 7).

O arroz representou no Estado a precoce incorporação do cerrado pelo capital, que se viabilizou pelas vantagens comparativas de localização do Triângulo Mineiro, por situar-se num ponto estratégico como centro de abastecimento de centros urbanos industriais emergentes nos anos cinqüenta.¹

TABELA 7

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL E DA PRODUTIVIDADE DOS SISTEMAS DE CULTIVO NA PRODUÇÃO DE ARROZ EM MINAS GERAIS
1983/86

Ano	Arroz de Sequeiro % kg/ha		Arroz de Varzea Úmida % kg/ha		Arroz Irrigado % kg/ha	
1983 ¹	66,2	1.236	-	-	33,8	2.324
1984 ¹	57,8	795	-	-	42,2	2.140
1985	48,0	1.201	33,1	1.870	18,9	3.305
1986 ²	46,3	1.217	33,7	1.922	20,0	3.470

FONTE: GCEA/MG. Fevereiro de 1986.

1. - Várzea úmida agregada com irrigado.

2. - Estimativa de fevereiro de 1986.

O novo dessa cultura em Minas é sua expansão recente pelo sistema de várzea úmida e irrigado, através do sistema de irrigação por inundação, tradicionalmente aplicado com exclusividade no sul do país até os anos setenta,² foi desde fins da década passada sendo introduzido nos vales úmidos de regiões topograficamente propícias a este sistema (em especial na Zona da Mata e Sul de Minas).

¹ - ver a respeito, NABUCO, M. Regina. Capital, Labour and the State in Regard to Brazilian Agriculture: the case of the Triângulo Mineiro. Universidade de Manchester Tese de Doutorado, 1982.

² - LEMOS, Maurício B. Um Estudo comparativo das Formas de Organização da Produção de Arroz no Brasil - 1950/70, Campinas, 1977, Tese de Mestrado UNICAMP.

A introdução da irrigação, quer por várzeas úmidas, quer por irrigação (inundação) se fez basicamente através de dois programas estaduais - O PRODEMATA (Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata) e o PROVARZEAS (Programa de Aproveitamento de Várzeas).

O PRODEMATA, criado em meados da década passada, era fruto da idéia reinante então, de que o crescimento da produção agrícola mineira só poderia se dar através de programas integrados, isto é, de estímulos ao produtor rural que incluíssem apoios setoriais, como educação, saúde, técnica e extensão agrícolas, etc. A Zona da Mata foi a região escolhida para levar o programa adiante, pois sabidamente se tratava de uma área de pequenos produtores e em período de relativa estagnação produtiva. Como programa integrado, o PRODEMATA estimulava o cultivo de vários produtos, mas a existência na região de uma quantidade considerável de várzeas naturais apontou rapidamente para a proeminência do arroz.

O trabalho conjunto da EMATER com outros órgãos executores do programa, como a Ruralminas, propiciou o desenvolvimento de uma tecnologia apropriada, extremamente valiosa para a drenagem, nivelção e tratamento das várzeas, chegando este órgão a desenvolver e criar projetos de novos maquinários, mais acessíveis aos investimentos locais. Daí nasceu o PROVARZEAS, em meados da década de setenta, módulo para o futuro PROVARZEAS NACIONAL poucos anos depois. O PROVARZEAS, ao contrário do PRODEMATA (que já se extinguiu), não é regional, nem integrado. Como o PRODEMATA, porém, estimula o plantio de culturas (arroz, feijão, milho, ervilha, etc.) em regiões onde existem nascentes, água corrente ou várzeas naturais, sem a existência de grandes declives do terreno. Mesmo sendo este sistema aplicado em condições tecnológicas inferiores às do Sul do país,¹ com menor utilização de máquinas e uso quase exclusivo de força manual, o nível de produtividade é de 60% acima da obtida para o arroz de sequeiro, no caso do arroz de várzeas naturais, e 175%, no caso de várzea por inundação (Tabela 7).

¹ - A adequação envolve a abertura manual de drenos e/ou canais, a confecção de taipas e o nivelamento dos tabuleiros.

Como sempre acontece em Minas Gerais, os programas públicos que testam soluções técnicas e "dão certo" do ponto de vista da produtividade e rentabilidade, atraem o capital de maior porte e vitalizam ou revitalizam as regiões - objeto dos programas. Assim foi, entre outros inúmeros exemplos que poderiam ser lembrados, o caso da sub-região do Alto Paranaíba, onde se localizou o PADAP, a princípio um programa de assentamento de médios e pequenos proprietários (100 ha/propriedade) mas propiciando, com os bons resultados de seu funcionamento, um modelo para a expansão capitalista no cerrado, produzindo basicamente para a exportação.

É a elevada rentabilidade da irrigação (várzea úmida e por inundação) que explica seu avanço, passando de uma participação irrisória na produção rizícola mineira no final da década de setenta (em torno de 10%) para uma participação estimada em 53,7% da produção total para a safra 85/86.

A irrigação de arroz representa, neste sentido, uma mudança tecnológica expressiva na agricultura estadual na década de oitenta, ampliando rapidamente sua produção no total estadual e a participação na oferta nacional (de 7,5% da produção brasileira em 1982 para 10,1% em 1986).

3 - A PERSPECTIVA FRACASSADA DE REVITALIZAÇÃO DAS ÁREAS ANTIGAS

Os planos oficiais de utilização produtiva das várzeas por um momento suscitaram a expectativa de revitalização das antigas áreas agrícolas do Estado, que remontam o ciclo do café antes de 1930. Poderia assim indicar uma nova rota para o movimento do capital na agricultura mineira, reincorporando produtivamente estas áreas ao capital.

Além das vantagens comparativas naturais para a expansão de um sistema de irrigação a baixo custo, somar-se-iam as vantagens locais para a atração do capital, como a existência de uma bem desenvolvida rede para o escoamento e comercialização dos produtos, maquinários e insumos agrícolas, serviços urbanos modernos, além de uma posição privilegiada com relação aos mercados consumidores.

A razão básica para a reiteração da expansão capitalista no cerrado representou assim uma opção política, uma visão da modernização agrícola calcada na grande produção, mesmo que sejam ele

vados os custos financeiros e sociais que tal opção acarrete.

Efetivamente, os programas governamentais de fomento à pequena produção e reincorporação das regiões agrícolas decadentes fracassaram. A não ser a revitalização do arroz através do sistema de utilização de várzeas, os demais produtos alimentares que compõem a policultura dessas regiões, não apenas perdem posição em produção e área para as regiões de cerrado (ver Tabela 4), como reduzem ou mantêm estagnados seus baixos índices de produtividade.

Observe-se na Tabela 8, a seguir, que a produtividade na Zona da Mata e no Rio Doce fica bem abaixo das regiões dinâmicas, como o Sul de Minas e as regiões de cerrado (Triângulo, Noroeste e Alto São Francisco). Culturas como o feijão, que se concentram na pequena produção familiar das regiões decadentes ou das regiões dinâmicas, apresentam uma evolução negativa da produtividade, indicando um quadro de desintegração das formas primitivas de organização da produção de alimentos no Estado.

A manutenção da tendência aos rendimentos decrescentes nas regiões antigas, com exceção do arroz, é o melhor indicador do fracasso dos planos oficiais de fomento à pequena produção, que certamente permanece descapitalizada. Isto é, os planos não objetivaram a modificação do padrão tecnológico da pequena produção, visando à sua modernização. Por certo, o baixo volume de recursos destinados a estes programas (se comparados aos do cerrado) não pressupunha um novo padrão tecnológico para a produção, representando, na verdade, investimentos marginais e a baixo custo para o Estado.

O fracasso da revitalização das áreas antigas não modificou, porém, a performance da agricultura estadual na primeira metade dessa década, na medida em que seu dinamismo passava por fora dessas áreas. A não incorporação destas áreas, no entanto, evidencia os riscos que o modelo de expansão capitalista no cerrado tem trazido, isto é, uma produção a custos elevados, tendo em vista principalmente os altos preços dos insumos corretivos da acidez do solo e os custos de sua conservação (a cada três ou quatro anos).

Além destes, outros fatores sugeriram a perda de fôlego do dinamismo do cerrado, quando desapareceram os maiores estímulos ao seu prosseguimento, como o crédito abundante a juros negativos, os recursos para o prosseguimento da rápida ampliação da

TABELA 8
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE (kg/ha) NAS CULTURAS SELECIONADAS EM MINAS GERAIS SEGUNDO AS
MAIORES REGIÕES PRODUTORAS - MÉDIA DAS SAFRAS¹ NO PERÍODO 1981/86

Regiões	Arroz			Milho			Feijão			Cana			Soja		
	81/82	85/86	%	81/82	85/86	%	81/82	85/86	%	81/82	85/86	%	81/82	85/86	%
I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
II	2.105	2.354	11,8	1.878	1.925	2,5	432	326	- 24,5	45.281	54.305	19,9	-	-	-
III	1.375	1.575	14,5	1.385	2.256	62,9	493	444	- 9,9	64.648	68.967	6,7	-	-	-
IV	821	1.211	47,5	2.003	2.355	17,6	-	-	-	52.898	72.440	36,9	1.737	1.878	8,1
V	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.696	2.322	36,9
VI	825	1.625	97,0	1.416	2.095	47,9	419	397	- 5,2	50.371	49.201	- 2,3	1.237	1.934	56,6
VII	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIII	-	-	-	-	-	-	556	404	- 27,3	-	-	-	-	-	-

FONTE: GCEA/MG - SEI/SEPLAN, fevereiro de 1986.

1 - Média das safras: 80/81 e 81/82; 84/85 e 85/86.

infra-estrutura viária (cujos dias de glória foram os últimos anos da década de setenta). Tanto isto é verdade que os programas regionais e setoriais que beneficiaram o cerrado já estão desativados, com o esfriamento dos gastos federais na Nova República para com o cerrado, ampliando-se os custos financeiros da produção, na medida em que os juros reais pagos pelos produtores cresceram significativamente com o fim das linhas especiais de crédito.¹ A outra componente inflacionária dos custos foi o encarecimento das terras de cerrado, pois sua ocupação produtiva e o conseqüente aumento da renda capitalizada modificaram o patamar dos preços.

Acreditamos que, até agora, a ocupação capitalista do cerrado foi parcialmente consolidada, tendendo a reduzir seu dinamismo enquanto não for reequacionada a questão do financiamento para os investimentos, ponto nevrálgico deste modelo de agricultura. Ou seja, a grande dependência financeira para a expansão dessa agricultura subordina seu dinamismo aos estímulos do Estado, como por exemplo, a reativação do Prodecer II (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados II), por ora em compasso de espera.

No momento em que é lançada a nova "safra" dos programas governamentais até o ano 2000, centrados na difusão da irrigação, tudo indica que a opção política de estímulo à grande produção capitalista no cerrado se mantém, o que certamente agravará o desequilíbrio da produção agrícola e da renda regionais em Minas. O programa agrícola em maior evidência atualmente é o Plano Mineiro de Irrigação e Drenagem (PMID) cuja meta é irrigar 427.000 ha, de 1986 a 1990, sendo 178.500 ha na área mineira do Nordeste.² Entre 1990 e 2000, a meta é irrigar mais 1.020.000 ha, totalizando, no início do próximo século, 1.447.000 ha irrigados em Minas Gerais.³

É fácil perceber pelas metas regionais do PMID que o cerrado será o maior beneficiário dos financiamentos à irrigação.

¹ - Ver, a respeito dos altos custos de produção no cerrado relativamente a outras áreas, LEMOS, Mauro B. Evolução das formas de organização da produção de milho no Brasil - 1960/80. Tese de Mestrado, CEDEPLAR, 1986.

² - Estes ha a serem irrigados já estão inseridos no Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), programa federal, lançado este ano pelo governo Sarney.

³ - Dados extraídos de: Síntese - Plano Mineiro de Irrigação e Drenagem - PMID - Ministério do Interior, Secretaria da Agricultura/Minas Gerais e SEPLAN/MG, jan. 1986.

Descontada a irrigação da área mineira do Nordeste (PROINE), 98.500 ha serão irrigados de 1986 a 2000, utilizando-se das bacias de rios pertencentes em especial às regiões de cerrado (Tabela 9).¹

TABELA 9

PMID - METAS DE IRRIGAÇÃO PARA MINAS GERAIS, EXCLUINDO A ÁREA MINEIRA DO NORDESTE, POR MACRORREGIÃO DE PLANEJAMENTO (Em ha e %)

Regiões de Planejamento	Projetos Públicos*		Projetos Privados		Total**	
	ha	%	ha	%	ha	%
Noroeste(VI)	11.000	51,2	16.300	21,2	27.300	27,7
Triângulo (IV)	2.000	9,3	20.100	26,1	22.100	22,4
Sul Minas (III)	5.000	23,2	9.000	11,6	14.000	14,2
Mata (II)	0	0,0	3.000	3,9	3.000	3,0
Doce (VIII)	2.500	11,6	9.000	11,7	11.500	11,7
Jequitinhonha (VII)	1.000	4,7	5.000	6,5	6.000	6,1
Alto São Francisco (V)	0	0,0	12.600	16,4	12.600	12,7
Metalúrgica (I)	0	0,0	2.000	2,6	2.000	2,0
Total	21.500	100,0	77.000	100,0	98.500	100,0

FONTE: Síntese do PMID. Belo Horizonte, jan./86.

* Dizem respeito a investimentos diretos do governo para projetos de assentamento e desenvolvimento agrícola.

** Excluídos projetos avulsos de micro bacias, cujas informações não foram discriminadas por regiões.

Se se efetivarem as metas de irrigação do PMID, apoiado por vultuosos recursos externos e pelo aval do governo federal, que criou um ministério específico para a expansão deste sistema no Brasil, contando ainda com a intermediação e apoio do Ministério do Interior no repasse destes recursos, Minas dará mais um salto na produção agrícola, reiterando os movimentos de modernização já verificados com o café e as culturas de sequeiro no cerrado.

¹ - As bacias são: Rio Preto, Rio Urucuia, Rio Paracatu, Rio Paranaíba, Rio Grande, Lago Furnas, Rio Sapucaí, Rio Paranaíba do Sul, Rio Doce, Rio Mucuri, Rio Jequitinhonha, Alto São Francisco, Alto Rio das Velhas, Lago Três Marias.

Com a próxima expansão da irrigação em Minas, presenciaremos um terceiro ciclo da modernização que, na transição para o esgotamento do cultivo de sequeiro, aproveita-se de experiências de programas de curto alcance, em termos de área e número de beneficiários atendidos.

Desta forma, mais uma vez o grande capital, quer sob a forma de cooperativas forâneas, quer sob a forma de conglomerados agroindustriais, aproveita-se de projetos pilotos desenvolvidos por órgãos, como a Secretaria da Agricultura e a EMATER, secundados por outros do Sistema Operacional de Política Agrícola do estado, e os utiliza para cultivos em escala empresarial.

Além da eliminação do risco da fase de testes e adaptações tecnológicas, a empresa capitalista também garante taxas mais altas de rentabilidade financeira, através do apoio do estado, a nível federal e estadual, sob forma de crédito ao investimento e assistência técnica (estudos básicos de aerofotogrametria/cartografia, pedologia, pesquisas de águas subterrâneas, hidrologia, modelo de simulações e monitoramento, elaboração de projetos, etc.).

Com o programa de irrigação, a via 'modernizante' de ampliação da produção agrícola parece vencer a opção reformista, da redistribuição de terras agricultáveis, como forma de fazer justiça social e gerar mais alimentos para a população. É inegável que o salto produtivo da irrigação terá o efeito de servir de resposta às críticas da baixa produtividade e da ociosidade das terras agrícolas de Minas Gerais, reduzindo a importância e a urgência da implantação dos planos regionais de reforma agrária.

Resta lembrar que uma coisa não exclui a outra e que, caso se adie a redistribuição de terras, corremos o risco de repetir-se também aqui, a velha experiência, nacional e mineira, de prover de recursos a agricultura capitalista sem o adequado retorno em alimentos e em emprego para a população.

A AGRICULTURA MINEIRA E A REFORMA MONETÁRIA

Valdemar Servilha*

* Prof. do Depto. de Ciências Econômicas e do CEDEPLAR/UFMG.

A sociedade brasileira vive hoje momentos de grande participação e ao mesmo tempo de uma expectativa ainda maior quanto aos resultados da reforma monetária do dia 27 de fevereiro último.

O Decreto-Lei nº 2.284 substituiu o cruzeiro pelo cruzado, extinguiu a correção monetária, congelou os preços por prazo indeterminado e obteve um grande apoio popular. A população a se julgar pelas pesquisas de opinião pública, parece acreditar que o demônio da inflação e da remarcação de preços foi efetivamente exorcizado pela reforma de fevereiro. Uma grande parcela da sociedade acredita (ou mais que isso quer continuar acreditando) que se caminha para uma situação de inflação praticamente nula (zero).

Sem sombra de dúvida, em momento algum no passado recente observamos tamanho apoio popular a qualquer outra medida de política econômica do Estado brasileiro. No entanto, para que este namoro entre a sociedade e o governo não se transforme em mero caso de verão, e sim em algo mais duradouro, a reforma monetária de fevereiro deve ser encarada apenas como um começo. Se o Estado, como deseja, pretende sepultar a velha economia dos últimos vinte anos e fazer nascer em seu lugar a economia da Nova República, ainda há muito a fazer. Há ainda portas e muros para serem arrombados.

Muitas são as coisas que estão por serem refeitas e reconstruídas na economia brasileira. Entre elas por exemplo: empreender uma nova negociação externa envolvendo tanto o perfil da dívida quanto os spreads da dívida a vencer de 1988 em diante; reconstruir o atual Sistema Financeiro da Habitação falido ainda que sem atestado de óbito; refazer o sistema financeiro como um todo, passando inclusive por uma reforma bancária, para que se possa chegar aos níveis de taxas de juros necessários ao sepultamento do esquema financeiro especulativo; e reconstruir a política agrícola.

Se a reforma de fevereiro, pelas suas próprias características necessitou ser implementada de surpresa através de decreto-lei, o mesmo não se pode dizer dos demais passos da reforma econômica que complementam o decreto. Estes, muito pelo contrário, necessitam da participação da sociedade.

E é dentro deste espírito de discussão da possível mo dificação da política agrícola e de seus reflexos sobre a agricultura mineira que estamos escrevendo este artigo, esperando que quando formos discuti-lo as alterações na política agrícola já tenham acontecido. Talvez, as modificações tomem direções bas tante diferentes das que imaginamos, mas é o risco que temos que correr ao nos dispormos a fazer especulações.

Até agora a maior parte das discussões sobre o ajusta mento dos preços no atacado e na produção aos preços tabelados no varejo, tem se concentrado no ajustamento do setor industrial, com as discussões sobre os descontos a serem dados nas tabelas para as vendas a prazo. Coincidentemente, as discussões tem se cen trado nos setores que foram os mais dinâmicos nos tempos passados. Há no entanto setores que, além de terem que se ajustar a es ses preços congelados, têm uma tarefa ainda mais difícil porque, independente dessa reforma, já necessitavam de reformas anteriores, pois já padeciam de déficits esperados e como tal neCESSI - tam, portanto, de grandes planos para que sejam dinamizados a cur to, médio e longo prazos. Entre esses setores, o mais importante deles talvez seja o setor agrícola.

Alguns membros do governo e mesmo alguns economistas têm vindo a público para afirmar que o movimento altista nos pre ços de alguns produtos agrícolas não comprometerá a meta de inflação zero. O primeiro argumento, nesse sentido, é de que, alguns pro dutos terão seus preços aumentados e outros cairão. O exemplo da do é o da queda nos preços do arroz, do feijão e do milho.

O segundo argumento tem sido o da situação da balança de pagamentos em 1986. Não há no momento escassez de divisas, uma vez que o país tem cerca de US\$ 9 bilhões de reservas; a situa - ção das exportações brasileiras é estável no momento; as impor - tações tendem a apresentar uma ligeira queda em razão dos meno - res gastos com petróleo cujos preços internacionais estão hoje bem menores; os juros no mercado financeiro internacional estão em baixa e o Brasil conseguiu reduzir os sprea ds dos financia - mentos vencíveis em 1986 e 1987. Há portanto uma relativa folga cambial que permitirá eliminar a escassez de alimentos através de importações.

O terceiro argumento é o de que os preços agrícolas estariam num momento de pico em razão dos aumentos havi dos prin cipalmente em janeiro como decorrência da estiagem verificada na região Centro-sul do país.

Os três argumentos contêm uma boa dose de razão e ser vem em grande medida para reduzir as possibilidades de impactos agrícolas sobre os preços. Concordamos com Fernando Homem de Melo, quando ele nos diz que "de modo geral, o quadro revisto para preços agrícolas a curto prazo favorece a execução da reforma econômica brasileira. Os efeitos desfavoráveis do choque agrícola claramente foram ultrapassados e o panorama internacional de preços agrícolas é de tranquilidade. Enfatizamos, entretanto, o crucial aspecto de uma necessária flexibilidade e agilidade na administração do artigo 35 do Decreto-Lei 2.284, isto é, parcial descongelamento de preços justificado pela estabilidade da nova moeda e por fenômenos conjunturais. Em especial, pela diminuição da produção física em 1986, procurar conciliar a manutenção da renda agrícola com uma relativa estabilidade de preços".¹

A afirmação anterior contém duas observações que merecem ser enfatizadas. A primeira é a de que o não comprometimento da meta de inflação zero só pode ser pensado no curto prazo. Isto porque, por exemplo, não se pode pensar numa permanente utilização de recursos cambiais para compensar as reduções na oferta e os movimentos altistas nos preços agrícolas. A segunda observação se refere a flexibilidade e agilidade na administração e acompanhamento dos preços. Tal flexibilidade é extremamente necessária, para todos os produtos agrícolas, mais particularmente para dois grupos: os dos produtos exportáveis, que diante de movimientos nos preços internacionais podem ter reflexos imediatos, seja na renda dos agricultores, no caso de baixa, seja nos preços internos no caso de alta; e para os hortifrutigranjeiros, onde os tabelamentos são bastantes complexos porque tendem a levar constantemente a rápidos ajustes na produção inclusive com possíveis reduções drásticas na oferta. Para estes últimos a questão é complexa, pois não há possibilidades nem de manutenção de estoques, nem de importações reguladoras. Em princípio, o governo vem tendo essa flexibilidade, como se pode observar pelo seu comportamento em relação aos hortifrutigranjeiros.

Em suma, a situação atual não aponta na direção de significativos movimentos altistas dos preços agrícolas que venham

¹ - Homem de Melo, Fernando. "O Ajustamento do Setor Agrícola à Reforma Monetária" in Gazeta Mercantil, de 22, 24 e 25 de março de 1986, p. 4.

a comprometer no curto prazo a atual política de estabilização.

A questão que se coloca para a agricultura, no entanto, não se refere ao curto prazo e sim ao médio e longo prazos, ou seja, como garantir a redução de maneira permanente da pressão agrícola sobre os preços e a eliminação do mecanismo de compensação, via importação de gêneros alimentícios. Para isso, a expansão da agricultura nos próximos anos terá que ser superior à verificada nestes anos anteriores de recessão. Isto por dois motivos, no mínimo: em primeiro lugar, pela fase expansionista da economia iniciada em 1985; em segundo lugar, se se quer enfrentar realmente a pobreza e a fome, pois enfrentá-las significa trazer a inflação a níveis supotáveis, significa melhoria na distribuição de renda, e significa também crescimento agrícola.

Um dos grandes desafios do momento em termos de política agrícola será o de se pensar uma estratégia de financiamento adequado a essa expansão, estratégia que não chegue a pressionar os preços e ao mesmo tempo garantir uma remuneração adequada aos produtores rurais. Discutiremos a seguir as alternativas possíveis para esse financiamento com a utilização de recursos próprios e de terceiros.

Os recursos próprios dos produtores rurais são em última instância determinados pelas condições de rentabilidade presente e passada. À primeira vista, a rentabilidade agrícola parece ser adequada em razão da elevação dos preços propiciada pelo choque agrícola recente. Uma análise mais acurada do mecanismo de preços relativos nos últimos anos nos mostra, no entanto, que a situação não é tão tranqüila assim. Analisando essa questão mais detalhadamente, veremos que o movimento altista dos preços agrícolas não teve origem na estiagem do final de 1985 e início de 1986. A estiagem simplesmente acelerou o movimento de ascensão dos preços que já se verificava desde a metade do ano passado. Tal movimento foi de recuperação dos preços, propiciada pela retomada do crescimento econômico.

Durante a fase recessiva da economia brasileira que se prolongou de 1974 a 1984 a rentabilidade agrícola foi declinante. Nesse período, os preços relativos dos produtos se apresentaram em queda. Mesmo a ligeira recomposição de 1978 a 1980 e a expansão de 1983, motivada pelas enchentes no Centro-sul, foram suficientes para fazer os preços relativos voltarem aos patamares anteriores. Essa tendência à queda dos preços relativos es

tã diretamente relacionada à recessão e é a que se esperaria teoricamente em função do comportamento dos preços em mercados oligopólicos (industriais) e competitivos (agrícolas).

Nos períodos recessivos a redução no ritmo de crescimento da demanda tende a restringir as elevações de preços dos setores competitivos como o agrícola. Em contrapartida, nos setores oligopólicos a redução na demanda leva a um aumento na capacidade que se traduz na elevação dos custos médios. Dado seu poder de determinação dos preços no mercado, isso resulta no crescimento dos preços relativos a seu favor. O movimento de crescimento dos preços relativos a favor da indústria foi, no caso brasileiro, pressionado ainda mais pela existência de três fenômenos adicionais. Primeiro, pelo aumento nos preços das matérias-primas importadas, pois os preços industriais passavam a ser elevados, na tentativa de recompor os seus lucros que eram deteriorados com a transferência de recursos para o exterior. Em alguns momentos, as máximas valorizações ainda que recompusessem a renda do setor agrícola exportador, levavam também a uma deterioração nas relações de troca entre o setor agrícola de mercado interno e o setor industrial. Em segundo lugar, em alguns momentos, as elevações de salário, decorrentes das pressões dos trabalhadores, eram repassadas aos preços industriais devido à inexistência de uma política de controle de preços. E em terceiro lugar, os preços industriais foram pressionados para cima pelas taxas exorbitantes de juros, vigentes na economia brasileira, que decorriam do movimento especulativo financeiro.

Daí, os choques na oferta decorrentes de condições climáticas adversas como as de 1978, 1979 e 1983 proporcionavam apenas uma recuperação dos preços relativos a favor da agricultura. O nefasto nisso tudo é que a agricultura brasileira, pelo comportamento da estrutura de mercado, não conseguia reter os ganhos de preços relativos acontecidos nesses momentos. É que a elevação dos preços relativos para a agricultura é imediatamente contrarrestada pelo setor industrial que repassa esse aumento para os preços, revertendo a relação de trocas. O mecanismo de indexação existente na economia levava, portanto, a uma recomposição dos preços relativos a favor da indústria, deixando como consequência a elevação do patamar inflacionário, uma vez que a melhor expectativa para a inflação imediatamente futura é a imediatamente passada. Esse fenômeno pode ser, por exemplo, claramente observado no final dos anos setenta e início dos oitenta.

Enquanto que as quebras das safras de 1978 e 1979 redundaram numa melhora de 24,5% nos preços recebidos pelos agricultores de Minas Gerais em relação aos preços pagos entre 1977 e 1980, somente no ano de 1981, a mesma relação de troca se deteriorou em 27,6%. Em suma em 1981 o índice de relação de trocas para a agricultura mineira era 10% inferior ao do ano de 1977.

Do exposto anteriormente pode-se apreender que a estrutura dos mercados agrícolas e industriais levou a uma tendência ascendente na relação entre os custos de produção e os preços para a agricultura brasileira nesses anos de recessão. Como para a maioria das culturas não se observou no período uma melhoria de produtividade que compensasse o aumento dos custos em relação aos preços, a tendência deve ter sido a de queda da rentabilidade com a conseqüente redução da capacidade de inversão da agricultura através de recursos próprios.

Resta analisarmos o comportamento dos recursos de terceiros. Durante os anos setenta, estes recursos de terceiros (o crédito rural subsidiado) atuaram como um mecanismo de expansão agrícola, compensando a queda da rentabilidade agrícola colocada anteriormente. Nos anos oitenta, no entanto, a política de crédito sofre uma profunda modificação com o objetivo de retirar os subsídios agrícolas, contidos nas taxas de juros fixas em período de aceleração inflacionária. A modificação da política de crédito se sustentava em duas medidas fundamentais. Em primeiro lugar, na queda do valor real do crédito rural, que foi conseguida em grande parte pela redução da parcela do valor básico de custeio (VBC) que era financiada a juros subsidiados. Em segundo lugar, no aumento da taxa de juros do crédito agrícola.

O que se pode concluir dessa rápida abordagem sobre a política de crédito rural é que durante os anos setenta ela atuou como um mecanismo de compensação das perdas que a agricultura sofria com o movimento dos preços relativos. Nos anos oitenta ela deixa de ter essa função e, muito pelo contrário, passa a atuar como um mecanismo a mais de transferência de renda para fora do setor agrícola. Os custos da produção agrícola passaram a se elevar não apenas pela atuação da deterioração das suas relações de troca, mas também pelo crescimento dos custos financeiros decorrentes da mudança da política creditícia. Ou seja, a política creditícia acentuou ainda mais a tendência de declínio da rentabilidade agrícola. Estão aí, inclusive, no movimento dos preços relativos e na política de financiamento, as explicações para o de

sempenho da agricultura brasileira que não apresentou aumento na área colhida nos anos oitenta.

Do exposto anteriormente, observa-se que as reservas líquidas acumuladas pela lucratividade da agricultura nos anos oitenta não foram satisfatórias, o que reduz muito o potencial de financiamento próprio para a expansão atual e futura próxima. Tal fato nos indica, portanto, que as decisões de plantio continuarão a depender ainda de um montante significativo de crédito de curto prazo (custeio e comercialização). A questão que se coloca no momento é saber como fixar a taxa de juros, uma vez que não existe a possibilidade de indexação como a existente até o início do ano. Como a taxa terá de ser definida em termos nominais e fixa, torna-se difícil a manutenção generalizada para a agricultura da taxa de 3% ao ano.

Provavelmente, ela não deverá ser mantida nesse nível, mas ao mesmo tempo ela não deverá comprometer a capacidade de pagamento do setor agrícola. Não cabe à política de crédito ser usada como mecanismo de garantia de rentabilidade do setor agrícola, mas sim como uma política que garanta a liquidez necessária às decisões de plantio em uma agricultura com níveis ainda baixos de capacidade de financiamento próprio. Nesse sentido, a política de crédito tem que garantir a existência dos recursos necessários ao plantio. Quanto às taxas de juros, elas deveriam ser diferenciadas em função do porte do agricultor. Para os pequenos, que têm menor produtividade, não deveriam exceder ao patamar de 3 a 5% ao ano, mas para os grandes deveriam ser fixadas em algo como 10%. Isso evitaria a existência de baixíssima rentabilidade aos bancos e ao mesmo tempo eliminaria o enorme diferencial que se teria entre as taxas de juros agrícolas e as aplicações financeiras.

Do contrário, a atratividade e o acesso dos empresários rurais a mercados financeiros com maior rentabilidade acabarão por funcionar como um canal de evasão de fundos e de liquidez agrícola para o setor financeiro. Mesmo que o controle e fiscalização não possibilitem o desvio dos recursos tomados junto ao crédito agrícola para aplicações financeiras, nada impede que o empresário rural tome recursos do crédito rural para financiar a atividade agrícola e ao mesmo tempo encaminhe suas reservas líquidas acumuladas para essas aplicações. O produto último desse processo acaba, mesmo que por caminhos diferentes, levando a uma drenagem dos recursos potenciais para o financiamento.

to agrícola. No caso dos pequenos produtores a diferenciação da taxa não levaria à evasão, pois estes produtores na sua quase totalidade não têm acesso a outros mercados que não o agrícola.

Como estamos entendendo a política de crédito rural não como garantia de rentabilidade e sim como garantia de liquidez, deve-se manter os mecanismos compulsórios de aplicação de parcelas dos depósitos à vista nos bancos comerciais em financiamentos rurais. Isso implica na consideração desse mecanismo quando da elaboração da reforma bancária que achamos ser necessária. Nesse sentido, tem-se que rever decisões como as tomadas no mês de março quando, na tentativa de compensar o sistema bancário pelas perdas decorrentes do decreto nº 2.284, se permitiu aos bancos que congelassem essas aplicações compulsórias pelos volumes dos depósitos à vista existentes em 27 de fevereiro último. Se tal medida não for tomada, o financiamento agrícola a níveis adequados levaria a uma crescente estatização do crédito, o que não seria desejável. Além da manutenção desses mecanismos compulsórios, a distribuição dos financiamentos segundo o tamanho do estabelecimento deve também ser regulamentada adequadamente. Ao contrário, o financiamento aos pequenos agricultores a taxas subsidiadas acabaria sobrando para o Banco do Brasil que tem agora que operar como qualquer banco comercial.

A especulação que fizemos sobre um possível funcionamento da política de crédito rural se restringiu à política de funcionamento do crédito de curto prazo. Mais importante que esta, no entanto, é a política de financiamento de médio prazo que afeta a capacidade futura de crescimento da agricultura, via investimentos. Tal importância é bastante significativa, pois nos anos oitenta assistimos não apenas à queda das condições de rentabilidade com a redução da capacidade de reinversão da agricultura, como também à queda substancial no volume real de crédito para investimentos. Com isso a queda no nível dos investimentos agrícolas nos últimos anos foi dramática, e sendo mantida deverá comprometer a modernização e capitalização que sustentariam o crescimento futuro. Tais investimentos são inclusive fundamentais para a melhoria da produtividade, que é necessária para que não tenhamos que conviver com pressões dos preços agrícolas, como aquelas do segundo semestre de 1985 já discutidas anteriormente.

No caso do crédito para investimento, as taxas de juros teriam que ser mais baixas que as do crédito de curto prazo,

mas elas teriam que ser em termos reais, talvez mesmo sujeitas a variações futuras com base na evolução dos preços recebidos pelos agricultores, ponderada pelas variações nos preços pagos. Mas o problema mais sério nesse caso dos investimentos está na fonte de recursos, com a utilização de algum esquema de captação, que inclua os bancos privados, fontes externas e recursos do Tesouro. Essa questão é mais complexa, pois um programa de investimentos agrícolas teria que contemplar também os recursos do programa de irrigação já pensado pelo governo. Talvez fosse o caso de retomar um debate, havido nos anos sessenta, sobre a criação de um banco de desenvolvimento agrícola que centralizasse essas fontes de recursos e, ao mesmo tempo, outras, como por exemplo, os recursos dos impostos sobre a propriedade rural. Aliás, esse imposto deveria ser mais progressivo seja quanto ao tamanho da propriedade, seja quanto a sua utilização produtiva ou não. O banco de desenvolvimento, se criado, poderia centralizar também os recursos para a implementação da reforma agrária.

Apesar de termos discutido a questão do crédito agrícola, o que fica claro em nossa análise é que ela não deve ser entendida como o principal mecanismo de rentabilidade agrícola. Diante disso, há a necessidade de uma verdadeira política de estabilização de renda, que deverá passar por uma política de estoques reguladores que realmente cumpra esse papel. Tal política não deve ser atrelada, como no passado, quase que exclusivamente aos compromissos do Estado com a garantia de preços mínimos. Deve ser, pelo contrário, uma política que possa oferecer garantias de preços estáveis ao produtor e ao mesmo tempo que atenda aos interesses da política de abastecimento. Para tal, os estoques reguladores oficiais deverão ser substancialmente superiores aos atuais, garantindo a demanda integral por um período de dois meses por exemplo. A existência desse estoque levaria a uma menor variação dos preços entre os períodos de safra e entressafra, fato que beneficiaria tanto aos consumidores quanto produtores, ao mesmo tempo em que conteria um grande desestímulo ao comportamento especulativo na intermediação agrícola.

Além das modificações que já abordamos, gostaríamos de chamar a atenção para outra, que será da maior importância na obtenção futura de melhorias na produtividade agrícola. A política de pesquisas agrícolas no Brasil deveria ser revitalizada bem mais que atualmente. Isso é perfeitamente possível, dado que as condições orçamentárias do Estado tendem a melhorar ainda mais

como decorrência da monetarização que a reforma já propiciou e com a perspectiva de uma possível queda na taxa de juros que reduzirá em muito os custos financeiros embutidos no orçamento federal. Tal fato possibilita um orçamento mais voltado tanto para investimentos em pesquisas agrícola, quanto para os vitais investimentos sociais.

Até agora, realizamos especulações sobre uma possível política agrícola nacional a ser implementada como decorrência das mudanças advindas do Decreto-Lei nº 2.284. O que foi discutido até aqui pode ser resumido com a colocação de que a reforma de fevereiro representa um novo alento à agricultura, uma vez que neutralizou parte dos mecanismos que levavam como já abordamos a uma progressiva transferência de recursos da agricultura para fora da mesma. A reforma representa, no entanto, apenas a possibilidade potencial de uma expansão agrícola sustentada. O que procuramos enfatizar foi que a transformação desse potencial em realidade implica em uma série de mudanças adicionais: numa queda na taxa de juros geral na economia que reduza a possibilidade de se carrear recursos acumulados no setor agrícola para fora das atividades produtivas e que promova o descongelamento dos recursos outrora aplicados no segmento financeiro para a exploração agrícola; numa nova política de financiamento, que garanta a liquidez necessária às decisões de plantio no curto prazo e os novos investimentos, necessários à expansão da área cultivada e à melhoria na produtividade; e numa política de estabilização de renda que garanta uma remuneração adequada ao produtor e uma estabilização no abastecimento.

Diante de possíveis mudanças na política agrícola nacional, resta-nos, como indica o título do trabalho, esboçar quais seriam os seus reflexos sobre a agricultura mineira.

Ainda que não seja objeto de nosso trabalho abordar a questão das modificações na estrutura produtiva agrícola em Minas Gerais, pois esta será objeto do trabalho a ser apresentado neste seminário por Maria Regina Nabuco e por Mauro Borges Lemos, gostaríamos de enfatizar uma característica observada no período recente em nosso estado. A estrutura produtiva da agricultura no estado se alterou razoavelmente nos últimos anos, com a composição percentual das diversas culturas na área total colhida, modificando-se a favor daqueles produtos que apresentaram ou melhores preços ou maior produtividade, ou ainda ambos.

Nesse sentido, a agricultura mineira, em razão do comportamento passado, está numa situação ligeiramente diferente da média da agricultura nacional. Enquanto que, para o conjunto do país, as melhorias na produtividade não têm sido significativas, o mesmo não acontece com Minas Gerais, que apresenta nos últimos anos substantivas elevações na produtividade de culturas como a soja, o milho, o café, a cana-de-açúcar, o arroz, o alho, a batata e o tomate, por exemplo. Inclusive, a queda na relação de trocas em Minas é menor no final dos anos setenta e início dos anos oitenta que a verificada em São Paulo e Paraná. O que se pode depreender dessas informações é que o declínio na rentabilidade da agricultura no estado deve ter sido menor do que a verificada para o país como um todo. Daí, pode-se também inferir que a redução da capacidade de inversão, através de recursos próprios foi menos significativa para Minas Gerais.

Quanto aos recursos de terceiros, Minas é beneficiada em termos de crédito ao nível nacional, o que é uma indicação de que as transformações ocorridas no estado se deram em ritmos superiores às verificadas para o conjunto do país.

Além desses mecanismos já citados, que devem ter propiciado uma diferenciação na rentabilidade a favor da agricultura mineira, o número de projetos de irrigação existentes e planejados propicia a possibilidade de uma expansão na produtividade no estado, superior à que se pode esperar para o restante do país.

Dessa maneira, apesar da agricultura mineira depender como as demais da nova política agrícola a ser traçada pelo governo federal, ela nos parece apresentar algumas vantagens com relação ao financiamento da expansão produtiva, o que tende a aumentar o seu potencial de aproveitamento das oportunidades que venham a ser efetivamente criadas.

Os dois senões negativos nessa história ficam por conta, de um lado, da pequena produção com base no trabalho familiar, que apesar de ter conseguido conviver com essa agricultura mais moderna, vem sendo estrangulada e vem perdendo terreno, cada vez mais, na produção agrícola do estado, fenômeno que, dependendo da política agrícola nacional, poderia ser ainda mais acentuado. Inclusive a elevação nos preços da terra que deverá acompanhar as modificações na agricultura será mais um elemento de desagregação da pequena produção. Esse fato coloca em discussão, novamente, algo que me parece estar sendo deixado de lado no momento, que é a necessidade da reforma agrária, a qual deve ser rediscutida

a partir de seus matizes políticos e sociais e não da sua importância para expansão agrícola. De outro lado, o segundo senão fica por conta, no momento, da pecuária leiteira, bastante significativa em Minas e que mais do que qualquer segmento da agropecuária teve suas condições de rentabilidade prejudicadas com a política de estabilização atual. Para esse setor, medidas devem ser tomadas para compensar a sua descapitalização iminente. Tais medidas poderiam ser tomadas a nosso ver, seja via política fiscal, seja via política de financiamento com a diferenciação dos juros para esse setor, à semelhança do que propusemos para o pequeno agricultor. Do contrário a queda desse setor será substancial, o que será um sério problema em Minas, seja pelo seu peso no valor da produção agropecuária no estado, seja pelo número de pequenos produtores envolvidos nessa atividade.

A POLÍTICA MINERAL NO BRASIL:
REFLEXOS SOBRE O IUM EM MINAS GERAIS*

Flávio Riani*

Fabrício Augusto de Oliveira**

* Este trabalho baseou-se no estudo desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, Centro de Economia Aplicada (CEA), em 1985 sobre o Imposto Único sobre Minerais (IUM) resultante de Convênio firmado com a Secretaria de Planejamento de Minas Gerais para a avaliação de alguns aspectos concernentes à política fiscal/tributária do País e do Estado.

** Respectivamente, Coordenador da Área de Economia do Setor Público da Fundação João Pinheiro e Professor do Instituto de Economia da UNICAMP.

O estudo do Imposto Único sobre Minerais (IUM) justifica-se pela sua pouca expressividade enquanto gerador de receita tributária face aos níveis da produção mineral. De fato, a carga tributária incidente sobre o setor mineral, apesar de apresentar um considerável potencial de arrecadação, inscreve-se no conjunto das que menos têm contribuído para atender as necessidades de recursos dos cofres públicos. No ano de 1983, por exemplo, a relação IUM arrecadado/valor líquido da Produção Mineral (exclusive os produtos energéticos à exceção do carvão mineral) atingiu apenas o percentual de 4,65%, revelando um acentuado declínio quando comparada aos anos de 1978/79 quando se situou próxima a 7%. Em termos de sua contribuição para as receitas tributárias estaduais que, são os que mais dela se apropriam, ela é, também, totalmente inexpressiva, tendo atingido 1,13% em 1979 para nos anos seguintes declinar para percentuais abaixo de 1%.

É tão antiga a preocupação dos representantes das esferas subnacionais (Estados e Municípios) com o desempenho insatisfatório do IUM, enquanto fonte de receita, como o são as propostas por eles apresentadas com o objetivo de aumentar sua produtividade. Estas têm, em geral, se orientado por duas linhas basilares: uma, refere-se à transformação do IUM no Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM), o que representaria inegáveis ganhos estaduais não somente do ponto de vista da arrecadação, como também de sua administração e controle. A outra, diz respeito a modificações na sua sistemática de incidência com o objetivo de aumentar a sua carga tributária. Neste contexto, propõe-se a eliminação da distinção para o estabelecimento das alíquotas entre mercado interno e mercado externo, aprimorando o sistema de elaboração e correção dos produtos pautados etc.

Assim, com base nesta segunda linha de preocupações, este artigo se propõe a avaliar o grau de produtividade do IUM e examinar os principais pontos de estrangulamento da sistemática desse imposto que tem contribuído para sua inexpressiva representatividade enquanto fonte de arrecadação tributária. É também objeto de análise a importância do IUM na estrutura de arrecadação tributária do Estado de Minas Gerais e as prováveis consequências que ela sofrerá com a implementação do projeto "Carajás".

2 LEGISLAÇÃO BÁSICA EM VIGOR

A legislação básica sobre o IUM estabelece sua incidência sobre a extração, a circulação, a exportação, a distribuição, o tratamento e/ou consumo de minerais do País, determinando seu gravame em apenas umas dessas etapas e excluindo a hipótese de incidência de quaisquer outros tributos, exceto o Imposto sobre a Renda e as taxas federais.¹ Esse campo de incidência é restrito, entretanto, à fase anterior à industrialização da substância mineral, cuja ocorrência permite, então, a imposição de novos tributos.

O fato gerador do IUM é a saída da substância mineral ou fóssil das áreas da salina, da jazida, da mina ou de outros depósitos minerais de onde provém ou de áreas limítrofes ou vizinha onde se situem as suas instalações de tratamento. É excluída do valor tributável a parcela adicionada referente ao beneficiamento nos casos em que a substância mineral for consumida dentro da área de extração.

Esse procedimento legal abrange todas as categorias minerais e constitui um ponto sujeito a várias críticas para modificá-lo, pois abre brechas para que as empresas reduzam, através de subterfúgios e coligações aparentes, o valor do produto, diminuindo então o potencial do imposto. Entretanto não é esse o procedimento adotado para alguns minerais, como é o caso, entre outros, do minério de ferro e do manganês, cuja base de cálculo para a incidência do imposto é determinada pelo estabelecimento de um preço de pauta.

As alíquotas do IUM em vigor são diferenciadas por substâncias e pelo destino da produção. O Decreto-Lei nº 1 172 de 02 de junho de 1971 estabelece as seguintes alíquotas, como mostra o quadro 1.

Além do estabelecimento das alíquotas a legislação do IUM estipula, também, as parcelas desse imposto destinadas à

¹Decreto-Lei nº 1038 de 21 de outubro de 1969

União, aos Estados e aos Municípios. O Decreto-Lei nº 1038² determina que a receita do IUM obedeça à seguinte relação:

- 10% (dez por cento) à União, valor destinado ao Fundo Nacional de Mineração, criado em 1964;
- 70% (setenta por cento) aos Estados, Distrito Federal e Territórios;
- 20% (vinte por cento) para os municípios produtores.

Quadro 1

Alíquotas do IUM sobre as Substâncias Minerais

SUBSTÂNCIAS	Alíquotas %	
	MERCADO INTERNO	MERCADO EXTERNO
- Metais nobres, pedras preciosas e semipreciosas lapidáveis e carbonados	1,0	1,0
- Minério de ferro e manganês	15,0	7,5
- Demais substâncias minerais	15,0	4

Fonte: Brasil. Leis, decretos, etc. Decreto-Lei nº 1172 de junho de 1971. Lex:Coletânea de legislação federal e marginália, São Paulo.

²

Decreto-Lei nº 1038 de 21 de outubro de 1969.

3 A PRODUTIVIDADE DO IMPOSTO E SUA REPRESENTATIVIDADE NA ESTRUTURA DA RECEITA

O Imposto Único sobre Minerais (IUM) incide sobre a extração, a circulação, a exportação, o tratamento, a distribuição e o consumo de substâncias minerais ou fósseis originários do País. Sua incidência é restrita à fase anterior à industrialização, e ocorrerá somente uma vez sobre uma das operações mencionadas. Com isso, não entram na base de cálculo eventuais beneficiamentos que venham a ocorrer com qualquer um dos minerais sujeitos à tributação.

Além das diferenciações das alíquotas vale mencionar que dos 123 minerais sujeitos ao IUM, apenas o calcário, a água mineral e água potável de mesa, a gipsita, o sal marinho, cassiterita, pirocloro, ferro, manganês, a argila utilizada na fabricação da cerâmica vermelha e o carvão mineral têm o valor tributável pautado fixado pelo Ministério da Fazenda, ouvido o Ministério das Minas e Energia. Este é um ponto relevante devido à dificuldade de se obter informações fidedignas sobre os preços de vendas praticados no mercado que seriam sujeitos à tributação. Essa situação dificulta, sobremaneira, a fiscalização e o preço de pauta surge como alternativa para se minimizar tais problemas. Por outro lado, como será analisado mais à frente, a determinação desse preço tem sido feita de forma precária o que tem provocado perdas significativas na arrecadação do IUM.

Embora o campo de incidência do IUM seja bastante extenso, o que se observa, na prática, é que a produtividade desse imposto é relativamente pequena quando comparada com a arrecadação dos demais tributos e com a própria receita tributária. O que se pretende nesta parte é fazer uma avaliação sobre o desempenho do IUM como fonte de arrecadação tributária, procurando compará-lo com a produção mineral do País e com as receitas tributárias dos Estados, além de mostrar o comportamento regional da sua geração e da sua distribuição entre as regiões brasileiras.

3.1 Produção mineral e a arrecadação do IUM

A produção mineral brasileira é composta dos minerais não-metálicos, dos metálicos, das gemas e diamantes e dos produtos energéticos. A participação relativa desses produtos tem variado significativamente; enquanto em 1978 os produtos energéticos correspondiam a, aproximadamente, 30% da produção mineral, em 1983 sua participação relativa aumentou para 56%. Esta variação não afeta a arrecadação do IUM, uma vez que, em termos de produtos energéticos, ele incide apenas sobre o carvão mineral. As relações entre o valor da produção mineral e a arrecadação do IUM é mostrada pelo quadro 2.

QUADRO 2
VALOR DA PRODUÇÃO MINERAL E A ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS (IUM)
1978 - 83
(Cr\$ milhões)

ANO	VALOR BRUTO	VALOR LÍQUIDO (2) (A)	I.U.M ARRECADAÇÃO (B)	RELAÇÃO (B) / (A)
1978	1 907 920	1 385 150	92 502	6,68
1979	2 116 531	1 460 406	101 512	6,95
1980	2 974 920	1 853 375	106 829	5,76
1981	2 842 497	1 495 153	90 132	6,03
1982	3 228 408	1 685 229	94 548	5,61
1983	4 197 705	1 930 944	89 698	4,65

Fonte: ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO. Brasília, DNPM, v.9, 1980; n.13, 1984

(1) Inclui os produtos energéticos

(2) Excluídos os produtos energéticos exceto o carvão mineral.

Dois fatores chamam atenção no quadro 2. Primeiro, é evidente a perda relativa dos produtos sujeitos ao IUM (valor líquido); segundo, a relação IUM arrecadado e produto mineral (relação (B)/(A)) com uma tendência decrescente no período anali

sado. Essas relações tornam-se mais evidentes quando se analisa as taxas de crescimento dos valores da produção mineral e do IUM arrecadado (quadro 3). Os índices obtidos para o período de 1978-83 mostram, com clareza, a tendência crescente do valor da produção mineral e o decréscimo ocorrido nos valores líquidos. Chama a atenção ainda o fato de que, embora os valores líquidos tenham apresentado uma taxa de crescimento de quase 35% entre 1978 e 1983, o IUM não acompanhou este ritmo, e mais significativo ainda é que, em termos reais, houve uma diminuição na sua arrecadação.

QUADRO 3
TAXAS DE CRESCIMENTO DOS VALORES DA PRODUÇÃO MINERAL
E DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS (IUM) ARRECADADO
1978 - 83

ANO	VALOR BRUTO (1)	VALOR LÍQUIDO (2)	I.U.M ARRECADADO
79/78	1,11	1,05	1,09
80/79	1,41	1,27	1,05
81/80	0,96	0,81	0,84
82/81	1,14	1,13	1,05
83/82	1,30	1,15	0,95
83/79	2,20	1,39	0,97

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Economia Aplicada (CEA)

(1) Inclui os produtos energéticos

(2) Exclui os produtos energéticos, exceto carvão mineral.

3.2 O IUM como fonte de arrecadação tributária

Embora o IUM tenha um campo de incidência muito vasto,³ ele não representa, no geral, uma fonte significativa de receita para os Estados. O quadro 4 mostra que, até 1977, houve um acréscimo relativo substancial nesse imposto, mas, mesmo assim, apesar desse aumento, sua representatividade, em termos da receita tribu

³ 123 numerais no total

tária, ainda foi insignificante. Após 1977 observa-se uma tendência decrescente na participação desse imposto (exceto em 1979), que volta a ter um peso relativo na receita tributária inferior a 1%.

A baixa produtividade de IUM fica mais evidente ainda quando se observa, por exemplo, que o Estado de Minas, sendo o responsável por 43,6% da arrecadação do IUM no Brasil em 1983, tem nesse imposto apenas 5% da sua receita tributária.⁴

QUADRO 4
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS
(IUM) TRANSFERIDO NA RECEITA TRIBUTÁRIA DOS ESTADOS
1970 - 82

ANO	RECEITAS TRIBUTÁRIAS (A)	I.U.M TRANSFERIDO (B)	(B) / (A)
1970	14 996 461	29 121	0,19
1971	17 702 576	66 585	0,38
1972	23 251 036	149 705	0,64
1973	31 368 690	213 182	0,68
1974	43 546 753	331 957	0,76
1975	57 871 743	567 251	0,98
1976	82 188 174	923 541	1,12
1977	125 390 508	1 410 960	1,12
1978	192 017 511	1 989 674	1,04
1979	298 065 799	3 367 917	1,13
1981	1 217 093 434	10 463 927	0,86
1982	2 566 389 000	23 474 452	0,91

Fontes: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE, v.32, 1971; v.34, 1973; v. 36, 1975; v.39, 1978; v.41, 1980; v.44, 1983. Transferências de tributos federais às unidades federativas. Revista de Finanças Públicas, Rio de Janeiro, 41 (345):6-28, jan/mar, 1981. Informação: p.23.

⁴ Veja também RIANI F. & WEITERSCHAN, H.M. O papel das transferências governamentais na receita pública do Estado de Minas Gerais, Minas Gerais, Secretaria de Estado da Fazenda & Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte. Economia mineira e financiamento do setor público; aspectos recentes da política tributária. Belo Horizonte, 1985. p.81-107

Os fatores que afetam a arrecadação do IUM e determinam sua baixa produtividade podem ser agrupados em dois blocos principais. No primeiro, incluem-se aqueles que influenciam a geração do imposto, contribuindo para que o montante arrecadado seja inferior ao seu verdadeiro potencial e faça com que este imposto se torne pouco expressivo na estrutura das receitas fiscais. Neste caso podem ser apontadas a diferenciação de alíquotas para as substâncias minerais, a política que igualmente as diferencia conforme sua destinação, se para o mercado interno ou externo, e, ainda, a política de isenção do imposto para minerais tidos como relevantes dentro de uma determinada estratégia econômica.

No segundo grupo, incluem-se os fatores vinculados às características do produto e, muito provavelmente, aos critérios estabelecidos para a determinação de sua base de cálculo. Esses critérios são amparados em preceitos legais e constituídos sob hipóteses polêmicas, o que pode estar contribuindo para reduzir o potencial do imposto.

Um possível terceiro motivo que explicaria a baixa produtividade deste imposto refere-se à estrutura de fiscalização existente para o IUM, sabidamente ineficiente, conforme confirmado em várias entrevistas com técnicos da área. Todavia, dada a complexidade e especificidade do assunto, não se pretende aqui abordá-lo.

Dentro do primeiro bloco de fatores que contribuem negativamente para a produtividade do IUM a diferenciação das alíquotas entre o mercado externo e o interno aparece como elemento principal.

As alíquotas do IUM conheceram, após a sua criação, várias alterações até a ocorrência de seu disciplinamento em 1969, quando foram estabelecidas alíquotas diferenciadas para os minerais reunidos em quatro grupos de acordo com suas características. Nesse ano, o gravame mínimo estabelecido foi de 1% para os metais nobres, pedras preciosas etc., elevando-se a 7% para os minérios de ferro e manganês e a 17% para as águas minerais. Para as demais substâncias minerais fixava-se a alíquota ao nível de

4%. Essa modificação implicaria, quando confrontada com a alíquota anteriormente vigente de 10% para todos os minerais, um apreciável vazamento de receita do IUM e, conseqüentemente, uma redução na produtividade do imposto. A isto se somava, a partir de 1970, a concessão de isenção do IUM sobre o fosfato e o calcário para a agricultura.

As mudanças realizadas nas alíquotas em 1971 para entrar em vigor a partir do ano seguinte até a sua consolidação em 1974 teriam dois méritos: a) a elevação da alíquota do IUM incidentes no minério comercializado no mercado doméstico, a exceção dos metais nobres, pedras preciosas, etc., que permaneceram sendo gravados com a alíquota de 1%, e das águas minerais, cuja alíquota foi reduzida de 17% para 15%; b) a uniformização do IUM para todas as substâncias minerais ao nível de 15%, à exceção de metais nobres, pedras preciosas etc. As isenções anteriormente concedidas seriam mantidas.

Apesar das alterações realizadas, duas questões merecem ser destacadas. A primeira refere-se à importância assumida pelo grupo de metais nobres e pedras preciosas - entre esses mais especificamente o ouro - no valor da Produção Mineral Brasileira (PMB), que, gravado com uma alíquota desprezível de 1%, torna expressiva a perda de receita fiscal.⁵

A justificativa das autoridades econômicas para que a alíquota do IUM seja mantida ao nível de 1% é a de que sua elevação poderia incentivar fortemente a sonegação, e, com isso, sequer os registros sobre a produção no País poderiam ser feitos. Isto pode ser explicado pelo fato de cerca de 80% da produção do ouro originar-se da atividade de garimpagem, para a qual os controles existentes e a fiscalização são reconhecidamente precários, e apenas 20%, de empresas mineradoras legalizadas onde a sonegação se torna mais difícil. Dessa forma, a imposição de uma alíquota de 1% sobre o valor do ouro em estado bruto atua apenas - o que não lhe tira a importância - como forma de permitir que os registros sejam realizados e pouca importância tenha o IUM/ouro como fonte

⁵ Estimativa sobre estas perdas mostram que no caso do ouro com o aumento das alíquotas até 5% elevaria a participação relativa desse mineral de menos de 1% para aproximadamente 28,1%. No caso do fosfato, com imposição de alíquotas de 15%, sua participação no total do IUM atingiria aproximadamente 15%. Detalhes sobre essas estimativas veja Fundação João Pinheiro, CEA, Imposto Único sobre Minerais (IUM), Belo Horizonte, 1985.

de receita tributária.

Até o ano de 1969, a alíquota do IUM sobre o grupo de minerais ao qual pertence o ouro era de 10%, e, somente a partir daí, seria ela reduzida para 1%. Ao que parece teria sido o alto grau de evasão nestes anos que teria tornado recomendável a sua redução para um nível apenas simbólico. Todavia, se se justificava tão acentuada diminuição à época, há de se convir que, atualmente, a estrutura de fiscalização e o controle exercido pelo governo junto ao próprio garimpo permitem que a alíquota seja elevada sem grandes riscos de evasão. Mesmo porque, e isto merece uma campanha de esclarecimento junto aos garimpeiros, de que os ônus da tributação são do adquirente e não de quem o vende.

A segunda diz respeito à isenção do IUM concedida ao fosfato, cuja importância no valor da PMB, implica também em perda significativa da receita.⁶

O fosfato por ser isento do IUM, e por ter importante participação no valor da produção mineral, pode ser apontado como um dos minerais que mais provocam perdas de receita do IUM. Na verdade, não é somente o fosfato que é contemplado com a isenção do IUM. De igual modo, o calcário para agricultura e a brita utilizada em obras públicas também se beneficiam deste subsídio. Inegavelmente, porém, o fosfato, por ser mais representativo, tem maior o seu impacto sobre a arrecadação do IUM.

Dentro do segundo bloco de fatores determinantes da baixa de produtividade do IUM, a questão da determinação dos preços de pauta se apresenta como o mais importante.

O estabelecimento de preços de pauta, que correspondem à base de cálculo do IUM, para alguns minerais, tem como objetivo: a) uniformizar a nível nacional o preço do produto e facilitar a atividade fiscalizadora; b) reduzir o vazamento de receitas tributárias que ocorre com a exploração, por parte dos produtores, de artifícios que o Regulamento do Imposto Único sobre Minerais (RIUM) permite que sejam adotados. Como exemplo, pode-se a-

⁶ Ibid. op. cit.

pontar a sobrestimação dos custos de transportes dos minerais i-
sentos da incidência IUM em face dos seus custos de produção.

Na sua concepção original, a filosofia do preço de pauta apresenta, assim, inúmeras vantagens, e isto explicaria a sua gradativa extensão para vários produtos minerais. De fato, após o estabelecimento da primeira pauta em 1970 para o sal marinho, no ano seguinte seriam elaboradas as pautas para os minérios de ferro e manganês e também as águas minerais. Todavia, apesar de suas indiscutíveis vantagens, somente na década de 1980 novos produtos minerais seriam pautados, como o calcário para cimento e o pi ricloro (1980), o estanho (1981), a gipsita (1983). Para o ano de 1986 está prevista a implantação do preço de pauta para a brita, e seus estudos já estão concluídos. Estima-se, com isso, que este minério salte da quinta posição, que atualmente ocupa, em termos de geração de IUM, para a terceira ou mesmo a segunda. Para outros minérios como a bauxita, os estudos para o estabelecimento do preço de pauta já foram iniciados e a previsão é de que o mesmo seja implantado ainda em 1986. O quartzo, por outro lado, hoje tido como mineral estratégico, teve sua pautagem solicitada pelo próprio Governo Federal, devendo entrar em vigor em 1986. Para outros produtos - mármore, diatomita e vermiculita - estão previstos estudos para o estabelecimento do preço de pauta que deverão ter início em 1986. O preço de pauta para a areia, entretanto, embora em estágio avançado, teve postergada a sua implantação por que, em virtude de aprovação do Estatuto da Microempresa, que contempla este universo com a isenção de impostos, deixou de ter sentido. O que se observa, assim, é que, em razão das vantagens apresentadas, predomina uma tendência para que sejam pautados todos os minerais, à exceção daqueles que, por suas características, não apresentam condições para tanto, como é o caso do cromo, do cobre, do amianto e do caulim, entre outros.

Se o preço de pauta apresenta vantagens indiscutíveis do ponto de vista tanto da administração e fiscalização do IUM como de sua geração de recursos tributários, devendo-se, portanto, incentivar a sua difusão, merecem acurado exame, por outro lado, os critérios estabelecidos para a sua determinação e sua correção, e também sua administração pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM). Isto porque parece residir aí uma das cau-

sas que contribuem para a baixa produtividade do IUM. Assim, questões como a subavaliação de produção de minerais, a periodicidade de correção das pautas e a inexistência de índices utilizados para tanto, entre outros problemas, têm contribuído para o vazamento de receitas tributárias e tornado baixa a produtividade do imposto.

São distintos os critérios utilizados para a determinação e correção dos preços de pauta dos produtos minerais. Sua base de determinação são, entretanto, os custos de produção, e sua orientação, os preços de mercado. Estes são obtidos com a realização de uma pesquisa a nível nacional com as informações sendo coletadas e fornecidas pelos órgãos distritais do DNPM para o estabelecimento de um preço médio que representará a pauta. São estes mesmos distritos que fornecem dados para a sua atualização realizada numa periodicidade muito variável. Se essas informações não forem corretas e nem regulares, é inevitável o desvio do preço de pauta de mercado. Esta, porém, parece ser a situação na maioria dos casos.⁷

⁷ Este fato foi constatado no trabalho da Fundação João Pinheiro anteriormente citado.

Embora em 1983 o valor da produção mineral de Minas Gerais tenha sido de 30% do valor da produção total de minerais no País e mesmo tendo este Estado absorvido 43% do total do IUM gerado no Brasil, ainda assim este imposto tem uma importância relativamente pequena na estrutura da arrecadação estadual.

As informações contidas no quadro 5 não deixam dúvidas sobre a inexpressiva contribuição do IUM para a receita estadual. De fato, entre 1971 e 1984, sua participação no total da receita oscilou entre 1,7% e 5,2%, tendo atingido uma média nesse período de apenas 3,7%. Chama atenção, porém, o aumento relativo observado durante 83/84 cujo percentual variou de 4% para 5,2%.

Esta modesta participação desse imposto é consequência de vários aspectos já abordados anteriormente. Talvez o principal de todos esteja relacionado com as reduções das alíquotas para o minério de ferro. Alia-se a isto, a fórmula de determinação do preço de pauta, que, como se viu, contribui também para a baixa arrecadação dos impostos únicos provenientes desse mineral. Este é um ponto importante a mencionar haja vista que Minas Gerais predomina até aqui na produção total desse minério. Como o valor da produção exportada é elevado, qualquer vazamento de receita nesta atividade acaba tendo uma grande importância relativa na arrecadação do Estado.

QUADRO 5
PARTICIPAÇÃO DA COTA-PARTE DO IUM NO TOTAL DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS DO ESTADO¹ E TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS²
MINAS GERAIS
1971 - 1984 (Valores correntes em CR\$ 1 000)

ANOS	RECEITAS TRIBUTÁRIAS+ TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	IUM COTA - PARTE DO ESTADO	PARTICIPAÇÃO %
1971	1 633 922	27 310	1,7
1975	6 275 801	233 652	3,7
1976	9 740 795	432 605	4,4
1977	15 809 321	637 183	4,0
1978	24 030 662	904 194	3,8
1979	37 852 292	1 385 942	3,7
1980	73 966 581	2 835 161	3,8
1981	143 661 863	4 572 674	3,2
1982	295 446 136	10 918 658	3,7
1983	610 055 958	24 473 298	4,0
1984	2 151 000 539	111 138 890	5,2
MÉDIA			3,7

Fonte: Balanços Gerais (Minas Gerais), Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Fazenda, Inspetoria Geral de Finanças

(1) ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) e taxas.

(2) Transferências correntes e de Capital (participações em tributos e contribuições federais).

5.1 Arrecadação por substâncias e o efeito das isenções na receita do imposto

Historicamente o minério de ferro se destaca como o principal gerador do IUM no estado de Minas Gerais. Nos últimos anos a participação desse mineral na arrecadação do IUM tem girado numa média de 80%, sendo que em 1984 ele foi responsável por 83,76% da receita total desse imposto. Em termos de participação relativa outros minerais na ordem de importância são o calcário, o manganês e o alumínio porém com percentuais de participação bem menos expressivos do que o minério de ferro.⁸

Como foi mencionado anteriormente em 1984, o IUM proveniente do minério de ferro correspondeu a 83,7% do total arrecadado em Minas Gerais, obtido com uma produção comercial de aproximadamente 110 milhões de toneladas.

Em princípio a receita do IUM só não foi superior devido à diferenciação das alíquotas para o mercado interno e o externo. Esse é um fator relevante, haja vista que aproximadamente 80% da produção do minério de ferro no Estado destina-se ao mercado externo. Esse mercado tem uma carga tributária do IUM reduzida em 50%. Com isso, a perda de receitas estaduais torna-se bastante significativa. O quadro 6 procura avaliar o quanto poderia ser acrescido na arrecadação total do IUM se houvesse algumas alterações nas alíquotas impostas ao mercado externo.

QUADRO 6

ESTIMATIVA DE ALTERAÇÕES NA ARRECADAÇÃO DO IUM COM MUDANÇAS NAS ALÍQUOTAS PARA O

MARCA DO EXTERNO

FERRO

1984

Cr\$ milhões

IUM ARRECADADO (A)	ALÍQUOTAS	ALTERAÇÕES NA ARRECADAÇÃO (B)	ACRÉSCIMO Cr\$ (B) - (A)	ACRÉSCIMO % (B) / (A)
156 311	10	190 699	34 388	22
156 311	15	260 518	104 207	66

Fonte: Convênio DNPM/SEME-MG

⁸Em 1984 as participações relativas desses minerais foram: calcário 3,89%, manganês 2,37% e alumínio 1,70%. Veja Fundação João Pinheiro op. cit.

No quadro anterior foram feitas duas estimativas de alterações na alíquota do IUM para o mercado externo, majorando-a de 7,5% para 10% e para 15% respectivamente. Para calcular os efeitos dessas alterações, tomou-se por base o valor do IUM arrecadado em 1984, extraiu-se a parcela oriunda do mercado externo sobre a qual aplicaram-se as alíquotas. Conforme mostra o quadro, com a alíquota do IUM de 10% para o mercado externo haveria um acréscimo de 22% na arrecadação total do minério de ferro. Este aumento seria de 66% se fosse aplicado uma alíquota de 15%. Isto, claro, se mantidas as mesmas relações existentes entre as parcelas da produção destinada ao mercado interno e externo. Tomando-se por base a relação existente, tem-se que 20% da produção de minério de ferro destina-se ao mercado interno e o restante compõe a parcela exportada. Disso extrai-se que:

$IUM_{MG} = 0,2 \times 0,15\% + 0,8 \times 0,075\%$, ou seja, do total do IUM arrecadado em Minas Gerais (x), 20% é proveniente do mercado interno a uma alíquota de 15% e 80% do mercado externo a uma alíquota de 7,5%. Da equação acima tem-se que:

$$IUM_{MG} = 0,03x + 0,06x$$

$$IUM_{MG} = 0,09x$$

Assim para cada 1% de aumento na alíquota para o mercado externo tem-se que:

$$IUM'_{MG} = 0,03x + 0,8 \times 0,085\%$$

$$IUM'_{MG} = 0,03x + 0,068x$$

$$IUM'_{MG} = 0,098x$$

Com isso o aumento na arrecadação do IUM no Estado como consequência do acréscimo de 1% na alíquota para o mercado externo é dado por:

$$\frac{IUM'_{MG}}{IUM_{MG}} = \frac{0,098}{0,09} = 1,088 \text{ ou seja, } 8,8\%$$

Foi também mencionado nesse trabalho que a alíquota do IUM para o ouro é de apenas 1%. Com esse percentual, o Estado teve

uma arrecadação de IUM/ouro de Cr\$ 1 165 milhões, participando com apenas 0,62% do total do IUM no Estado. Essa arrecadação foi obtida com uma produção de ouro de 4 584 239 quilos com um valor total de produção de Cr\$ 149 359 milhões. Comparando o valor da produção com o IUM/ouro arrecadado chega-se a uma carga tributária efetiva de 0,77%.

QUADRO 7

ESTIMATIVA DE ALTERAÇÕES NA ARRECADAÇÃO DO IUM COM MUDANÇAS NAS ALÍQUOTAS OURO 1984

IUM ARRECADADO	ALÍQUOTAS	ALTERAÇÕES NA ARRECADAÇÃO (B)	Cr\$ milhões	
			ACRÉSCIMO Cr\$ (B) - (A)	ACRÉSCIMO % (B) / (A)
1 165	2	2 330	1 165	100
1 165	3	3 495	2 330	200
1 165	4	4 660	3 495	300
1 165	5	5 825	4 660	400

Fonte: Convênio DNPM/SEME-MG

As alterações que poderiam ocorrer com as mudanças nas alíquotas do IUM para o ouro são mostradas no quadro 7.

Nesse quadro procurou-se estimar quanto seria acrescido na arrecadação do IUM/ouro em Minas Gerais caso fossem aplicadas algumas das alíquotas sugeridas num intervalo de 2% e 5%. Tomando-se por base esses percentuais e o montante do IUM/ouro arrecadado em 1984, obteve-se os resultados listados no referido quadro. Como não poderia deixar de ser os acréscimos na arrecadação do IUM/ouro seria de 100% para cada 1% de acréscimo na alíquota.

Já foi mencionado neste trabalho alguns aspectos relacionados com a isenção do IUM para o fosfato. Este trabalho posicionou-se favoravelmente à retirada da isenção do IUM para esse produto. Assim, nessa parte procurar-se-á avaliar quais seriam os montantes de IUM/fosfato arrecadado em Minas Gerais, caso

fossem aplicadas as alíquotas de 5%, 10% ou 15%. Para esse cálculo, tomou-se por base o valor da produção total do fosfato em 1984 e aplicou-se um redutor de 30% correspondente às despesas com fretes. Em seguida aplicaram-se as alíquotas do IUM para determinar o potencial desse imposto proveniente do fosfato, cujos valores estão listados no quadro 8.

QUADRO 8
ESTIMATIVA DE ALTERAÇÕES NA ARRECADAÇÃO DO IUM
COM A IMPOSIÇÃO DESSE IMPOSTO
FOSFATO
1984

			Cr\$ milhões
VALOR DA PRODUÇÃO	VALOR TRIBUTÁVEL	ALÍQUOTAS	IUM GERADO
268 167	187 717	5	9 386
268 167	187 717	10	18 772
268 167	187 717	15	28 157

Fonte: Convênio DNPM/SEME-MG

5.2 Impactos globais das alterações propostas na arrecadação total do IUM

Essa parte tem por objetivo avaliar quais seriam os impactos na arrecadação total do IUM em Minas Gerais como consequência de combinações das mudanças das alíquotas aqui sugeridas em relação ao minério de ferro, o ouro e o fosfato.

Para efeito de análise foram consideradas apenas três combinações relacionadas no quadro 9.

A primeira alternativa considera a elevação da alíquota do ouro de 1% para 2% e estabelece uma alíquota mínima de 5% para o fosfato, permanecendo inalterada a situação do minério de ferro. Isso provocaria um acréscimo na arrecadação total do IUM da ordem de 6%.

Na segunda alternativa foi considerada uma elevação de 2,5% do IUM para o minério de ferro exportado, uma alíquota de 3%

para o ouro e uma de 10% para o fosfato. Com essa combinação nota-se que haveria um acréscimo em torno de 30% na arrecadação total do IUM em Minas Gerais.

Finalmente a terceira hipótese considera uma alíquota máxima de 15% para o minério de ferro e o fosfato, com uma carga tributária de 5% para o ouro. Estas alterações implicariam num acréscimo de aproximadamente 73% na arrecadação total do IUM no Estado.

Pelos valores apresentados e pela análises desenvolvidas nesta seção observa-se que os impactos na arrecadação total serão maiores quando as mudanças nas alíquotas ocorrem com o minério de ferro e o fosfato. Isto se deve especialmente à participação desses dois produtos em termos da produção total e do volume de arrecadação do IUM. Especialmente no caso do minério de ferro foi visto que o acréscimo de 1% na alíquota para o mercado externo provoca um aumento de aproximadamente 8% do IUM arrecadado no Estado.

QUADRO 9
IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES NAS ALÍQUOTAS SOBRE A ARRECADAÇÃO TOTAL DO IUM
MINAS GERAIS
1984

IUM ARRECADADO (A)	ESTIMATIVAS DE ACRÉSCIMÓS								TOTAL DO IUM (C)	ACRÉSCIMO % (C) / (A)
	MINÉRIO DE FERRO		OURO		FOSFATO		TOTAL			
	ALÍQUOTA	Cr\$	ALÍQUOTA	Cr\$	ALÍQUOTA	Cr\$				
186 610	7,5	-	2	1 165	5	9 386	10 551	197 161	6	
186 610	10	34 388	3	2 230	10	18 772	53 390	242 000	30	
186 610	15	104 207	5	4 660	15	28 157	137 024	323 634	74	

Fonte: Quadro 6, 7 e 8

5.3 Produção de Carajás e o IUM em Minas Gerais

De acordo com o cronograma de Carajás, prevê-se uma produção inicial de minério de ferro em torno de 15 milhões de toneladas para 1986. Segundo ainda este cronograma, em 1987 a produção atingirá 25 milhões de toneladas, alcançando uma produção máxima de 35 milhões em 86. Assumindo que a produção de Minas Gerais mantenha-se nos níveis apresentados em 1984 e considerando que a pro

dução de Carajás será totalmente destinada ao mercado externo substituindo-se gradativamente as exportações realizadas por Minas Gerais, pode-se, então, estimar, a grosso modo, qual será o impacto na arrecadação do IUM em Minas Gerais com a implantação da Carajás. Isso é feito com a ajuda do quadro 10, onde se destacam a produção e o IUM gerados em Minas Gerais em 1984.

QUADRO 10
ESTIMATIVA DE PERDA DE IUM EM MINAS GERAIS DEVIDO AO
PROJETO CARAJÁS

ANOS	PRODUÇÃO EXPORTAÇÃO (milhões tonel.)	IUM GERADO (milhões Cr\$)	ÍNDICE DE CRESCI- MENTO. (Preços de 1984)
1984	90	104	100
1986	75	87	84
1987	65	75	72
1988	55	64	61

Extraíndo-se a exportação de Carajás do total exportado por Minas Gerais, observa-se que quando Carajás atingir seu limite máximo de produção, desde que mantidos os atuais níveis de produção e de exportação, Minas Gerais terá uma queda do IUM de aproximadamente 39%.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

É inquestionável o baixo nível de arrecadação do IUM face ao potencial existente no País. Foi visto que a relação IUM/valor da produção atingiu em 1983 um índice inferior a 5%, e mais grave ainda é a tendência declinante dessa relação entre 1979 e 1983. Dentre os fatores que contribuem para essa baixa arrecadação pode-se destacar os seguintes:

- a reduzida alíquota incidente sobre os minerais destinados ao exterior em contraposição aos comercializados no mercado interno;
- as baixas alíquotas incidentes sobre os metais nobres, pedras preciosas e semipreciosas lapidáveis e carbonados;
- isenções do IUM concedidos ao fosfato e ao calcário;
- critérios de determinação dos preços de pautas no que se refere aos componentes desses preços e a periodicidade da atualização das informações básicas;
- vulnerabilidade na fiscalização e controle da produção mineral no País.

Algumas das sugestões que poderiam ser formuladas baseiam-se sem dúvida nesses problemas citados anteriormente. Entre elas pode-se destacar as seguintes:

- elevação da alíquota do IUM incidente sobre o ouro;
- uniformização e elevação das alíquotas incidentes sobre as operações de venda de minerais para o exterior;
- eliminação das isenções concedidas ao calcário e ao fosfato;
- reestruturação da sistemática de determinação dos preços de pauta a fim de que haja uma uniformização na periodicidade da correção dessas pautas bem como um mecanismo que impeça a deteriorização dos seus preços.

No caso específico de Minas Gerais, devido à sua vocação mineradora, há necessidade de que sejam tomadas algumas decisões ao nível do IUM, que permitam ao Estado repor parte dos recursos que lhes vêm sendo retirados gradativamente. Após vários anos de exploração mineral no Estado o retorno social tem sido extremamente questionável. Isto porque, a atividade mineradora não tem gerado recursos tributários que permitam ao Estado e aos Municípios mineradores recomporem suas atividades produtivas e suas estruturas urbanas que possam substituir o inevitável esgotamento das regiões mineradoras no Estado.

7 BIBLIOGRAFIA

- 1) ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE, v.32 a v. 44, 1971-83
- 2) ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO. Brasília, DNPM, v.7 a v.13, 1978-84.
- 3) BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto n. 55928 de 14 de abril de 1965: Lex Coletânea de Legislação; legislação federal e marginália; São Paulo, 29: 633-52, 2. sem. 1965. Aprova o regulamento do Imposto Único sobre os Minerais do País.
- 4) ———. Decreto n. 66 694 de 11 de junho de 1970. Lex Coletânea de Legislação; legislação federal e marginália, São Paulo, 34:471-88, abr./jun., 1970. Aprova o regulamento do Imposto sobre Minerais.
- 5) ———. Decreto Lei n. 334 de 12 de outubro de 1967. Lex: Coletânea de Legislação; legislação federal e marginália, 31: 1866-8, Dispõe sobre o imposto único sobre minerais do País, alterando, em parte, a Lei n. 4 424 de 8 de outubro de 1964, e dá outras providências.
- 6) ———. Decreto Lei n. 466 de 4 de junho de 1938. Lex: Coletânea de Legislação; legislação federal, São Paulo, 2: 245 - 57, 1938. Dispõe sobre a garimpagem e o comércio de pedras preciosas.
- 7) ———. Decreto Lei n. 1 038 de 21 de outubro de 1969. Lex: Coletânea de Legislação; legislação federal e marginália, São Paulo, 33:1693-701, jul./out. 1969. Estabelece normas relativas ao Imposto Único sobre Minerais e dá outras providências.
- 8) ———. Decreto Lei n. 1 083 de 6 de fevereiro de 1979. Lex: Coletânea de Legislação, São Paulo, 34: 78-9, 1970. Dispõe sobre a incidência e cobrança do imposto único sobre minerais, concede isenções, e dá outras providências.
- 9) ———. Decreto Lei n. 1 172 de 2 de junho de 1971. Lex: Coletânea de Legislação; legislação federal e marginália, São Paulo, 35: 834, abr./jun. 1971. Altera a legislação do Imposto Único sobre Minerais, e dá outras providências.
- 10) ———. Decreto Lei n. 1 985 de 29 de janeiro de 1939. Lex: Coletânea de Legislação; legislação federal e marginália, São Paulo, 4: 47, 1940, Código de Minas.
- 11) ———. Lei n. 4 423 de 8 de outubro de 1964. Lex: Coletânea de Legislação; legislação federal e marginália, São Paulo, 28: 855-9, 2.sem. 1964. Cria o Imposto Único sobre Minerais do País; dispõe sobre o produto de sua arrecadação; institui o "Fundo Nacional de Mineração" e dá outras providências.
- 12) ———. Portaria n. GB 49 de 17 de fevereiro de 1971. Lex: Coletânea de Legislação; legislação federal e marginália, São Paulo, 35: 522-3, 1971. Fixa, para vigorar até a data que menciona os preços médios FOB, por tonelada, dos minérios de ferro e de manganês.

- 13) ———. CADERNOS de dados. Revista de Finanças Públicas, Rio de Janeiro, 43 (354): 44-100, abr./jun, 1983.
- 14) Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte. Centro de Economia Aplicada. Imposto Único sobre Minerais (IUM). Belo Horizonte 1985.
- 15) OLIVEIRA, Fabrício Augusto de; OLIVEIRA, Flávio Lima; RIANI, Flávio. Imposto Único sobre Minerais (IUM) - análise e propostas. In: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Fazenda / FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Economia mineira e o financiamento do setor público; aspectos recentes da política tributária. Belo Horizonte, 1985, cap. 6, p.108-26.
- 16) RIANI, Flávio & WEITERSCHAN, Helga Magdalena. O papel das transferências governamentais na receita pública do Estado de Minas Gerais. MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Fazenda & FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Economia mineira e o financiamento do setor público; aspectos recentes da política tributária. Belo Horizonte, 1985, p.81-107
- 17) SUMÁRIO MINERAL BRASILEIRO. Brasília, MME/DNPM, 1980-84
- 18) TRANSFERÊNCIA de tributos federais às unidades federativas. Revista de Finanças Públicas, Rio de Janeiro, 41 (345): 6-28, jan./mar. 1981.

NOTAS SOBRE A SITUAÇÃO DAS FINANÇAS
PÚBLICAS EM MINAS GERAIS

Fabrício Augusto de Oliveira*
Flávio Riani**

- * Do Instituto de Economia da UNICAMP
** Da Fundação João Pinheiro
-

1 INTRODUÇÃO

A extraordinária taxa de crescimento de 9,2% registrada pela economia mineira em 1985 confirma, à semelhança do ocorrido para o Brasil, que o seu processo de recuperação iniciado em 1984 não somente é mais rigoroso do que inicialmente se pensava como se ampara em bases bem mais sólidas do que as que lhes eram atribuídas.

Com a consolidação do processo de retomada, a preocupação desloca-se, hoje, para o objetivo do crescimento auto-sustentado e para o enfrentamento de determinadas restrições e constrangimentos, como os relativos à dívida externa brasileira, que podem dificultá-lo. Todavia, enquanto a nível nacional os obstáculos vão sendo gradativamente removidos com as reformas realizadas na área econômica e com as que estão por realizar-se - reforma do sistema financeiro, por exemplo - resgatando a eficiência e o potencial dos instrumentos de política econômica, a nível regional, e para o que nos interessa ao nível da economia mineira, sérios pontos de estrangulamento poderão surgir caso não sejam adotadas medidas urgentes para correção de seus problemas. Para compreender a razão de situações tão dessemelhantes é necessário analisar a natureza do crescimento dessas economias, a forma de envolvimento do Estado neste processo, e o raio de manobra que governo federal e estadual possuem para a execução da política econômica e para o equacionamento de seus problemas.

Após três anos de severa recessão, a economia brasileira conheceu um crescimento de 4,5% em 1984 liderado principalmente pelo espetacular crescimento das exportações que, neste ano, mais que duplicou sua participação no PIB, passando de 6% para 13%. Tal "performance" do setor externo explica-se, principalmente, pela expressiva taxa de crescimento da economia norte-americana que atingiu 6,8% no ano, e que propiciou um aumento de 26% das exportações brasileiras para aquele país. Em 1985, a expansão da demanda interna propiciada pelo aumento do emprego e pelo crescimento dos salários reais, aliado à manutenção de elevados índices de exportações, permitiu à economia brasileira, sem a tutela do Fundo Monetário Internacional - FMI, alcançar a expressiva taxa de crescimento de 8,4%.

Os efeitos positivos do crescimento, aliados à reorientação da política econômica para o enfrentamento dos nós da economia - déficit público, inflação, dívida externa etc, - na gestão da Nova República, permitiriam que os entraves ao crescimento comesçassem a ser gradativamente removidos. Assim, através de uma sequência de reformas que têm marcado a segunda gestão da política econômica da Nova República - pacote tributário, congelamento da conta movimento, pacote creditício de janeiro de 1986, Programa de Estabilização etc. - procurou-se, por um lado, dar um melhor equacionamento à questão do déficit público e, por outro lado, afastar de forma mais definitiva o fantasma inflacionário, ponto nevrálgico na renegociação da dívida externa - que certamente constituirá um dos próximos passos a serem dados pelas autoridades econômicas - e inibidor da atividade produtiva.

Em Minas Gerais, entretanto, apesar da obtenção de taxas de crescimento mais elevadas nos dois anos em análise - 5,1% em 1984 e 9,2% em 1985 - o que aumentou a participação relativa do Estado na geração do produto nacional, estes resultados foram altamente desequilibradores das finanças estaduais, aprofundando as dificuldades do Estado e comprometendo a estratégia global de combate ao déficit público. Isto se explica não somente pela forma de envolvimento do Estado no processo de crescimento mas também pelo fato de o mesmo - assim como as demais esferas subnacionais -

não possuir autonomia para a execução de uma política tributária-contrariamente ao governo federal - que minore as suas dificuldades financeiras e viabilize o papel complementar do Estado no processo de acumulação. Explica-se a razão.

Em 1984, o crescimento de 5,1%, registrado pela economia mineira, foi fortemente liderado pela indústria de transformação - que tem na siderurgia seu principal setor - cuja taxa de expansão alcançou 9,5%. Essa "performance", fruto dos altos níveis de exportações do País neste ano, irradiou efeitos altamente positivos para os setores da extrativa mineral, dos minerais não-metálicos, da energia elétrica e dos transportes, cujo crescimento conjunto mais que compensou o declínio da atividade agropecuária (-8,5%) e do setor de construção (-33%). Como resultado desse crescimento, a receita do ICM em Minas Gerais expandiu-se 7,3%, em termos reais, e a sua receita total 16,3%. Essa expansão, aliada à contenção de gastos do Estado, mantendo-se inclusive a tendência declinante de seus investimentos iniciada em 1982, não impediu o crescimento expressivo de sua dívida global e o aumento da participação das Operações de Crédito na sua receita total de 22,2% em 1983 para 28,9% em 1984, nem o agravamento de todos os seus indicadores financeiros, conforme quadros 1, 2 e 3.

Em 1985, a situação se agravou ainda mais. A economia conheceu um crescimento de 9,2%, contando com a expressiva expansão de 14,8% do setor agrícola, impulsionado pelo crescimento da cafeicultura que chegou a 54,8% em relação à safra anterior. O setor de extração mineral cresceu 10% e a indústria de transformação, sem reeditar 1984, apenas 7,3%. Neste ano o Governo abandonaria a prudência e a austeriedade mantida nos anos anteriores, e se lançaria sofregamente na execução de uma infinidade de obras públicas sem ter equacionado seus problemas financeiros. Com isso, o setor de construção, conheceria uma expansão de 6,5%, em consequência de um aumento de 40% nos investimentos em obras públicas. Sobre essa questão e sobre as suas implicações para as finanças do Estado e as suas consequências para os objetivos de assegurar o crescimento auto-sustentado algumas colocações devem ser feitas.

3 AS CONSEQUÊNCIAS DO CRESCIMENTO EM MINAS GERAIS SOBRE AS FINANÇAS PÚBLICAS

Não constitui novidade o fato de que Estados e Municípios encontram-se, há muito tempo, mergulhados em sérias dificuldades financeiras. A dívida líquida dessas esferas, em conjunto, saltou de Cr\$ 8,4 trilhões em 1983, em valores correntes, para Cr\$ 97 trilhões em 1985, correspondentes a 7,2% do PIB, indicador da crescente dificuldade de sua administração. Os tímidos ganhos obtidos por essas esferas em termos de recursos fiscais para a solução de seus problemas à época do regime militar (Emenda Passos Porto, especialmente) não conheceram melhorias significativas com a Nova República (ver, como exemplo, a esvaziada Emenda Airton Sandoval) devido ao sempre utilizado pretexto de que as finanças do governo federal se encontravam, igualmente, deterioradas. Com isso, Estados e Municípios, pressionados por uma demanda crescentemente ampliada por infraestrutura econômica e social e sufocados com os crescentes encargos de sua dívida, não têm conseguido se desfazer, muito pelo contrário, do nó financeiro em que se enredaram, dada a dimensão assumida pelo mesmo e o estreito raio de manobras que possuem essas esferas em relação à política fiscal.

Minas Gerais constitui, a este respeito, um exemplo conspícuo. Sua dívida relativa à administração direta que em 1980 representava 72,8% da receita líquida do Estado, aumentou para 84,8% em 1981 e 99,4% em 1982, conforme se vê no quadro 3 em anexo. Em 1983 essa relação foi mais que duplicada passando para 202,8%, tendo alcançado 208,7% em 1984 e 191,6% em 1985, dada a expansão na arrecadação do ICM. Como percentagem deste tributo ela saltou de 106,1% em 1980 para 305,8% em 1984 declinando em 1985 para 293,2%. Grave, também, é o fato de que, do seu total, como mostra o quadro 1, cerca de 35% correspondem à dívida de origem externa, sujeita, portanto, às vicissitudes da política cambial e a eventuais choques dos juros externos.

Não é por outra razão que os representantes dos Estados e dos Municípios há muito reivindicam, pouco tendo conseguido até o momento, uma reforma do sistema tributário que promova uma melhor distribuição dos recursos atualmente concentrados no governo federal - entre as esferas da federação. Sem que essa o-

QUADRO 2
 DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIFETA
 MINAS GERAIS
 1980 - 85
 (Cr\$ milhões - preços constantes 1985)

ANOS	DESPESA TOTAL		DESPESA COM CUSTEIO		ENCARGOS DA DÍVIDA		AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA (6)		TOTAL (A + B)		INVESTIMENTOS	
	Cr\$	Índice de crescimento	Cr\$	Índice de crescimento	Cr\$	Índice de crescimento	Cr\$	Índice de crescimento	Cr\$	Índice de crescimento	Cr\$	Índice de crescimento
1980	9 307 873	100	3 515 041	100	476 896	100	362 794	100	839 690	100	1 250 981	100
1981	9 354 997	101	3 488 141	99	453 365	95	340 854	94	794 219	95	1 395 038	112
1982	10 296 008	111	4 019 563	114	535 359	112	473 557	131	1 008 916	120	1 303 232	104
1983	8 680 170	93	3 397 844	97	592 595	124	582 949	161	1 175 544	140	968 988	78
1984	9 359 279	101	2 927 685	83	785 590	165	921 729	254	1 707 319	203	863 814	69
1985	13 407 658	144	3 852 982	110	812 569	170	1 855 856	511	2 668 425	318	1 418 019	113

Fonte: Inspetoria Geral de Finanças - SEF/MG

tão significativo que o Estado necessitaria de 3 anos de arrecadação do ICM para eliminar o seu estoque de dívida, ao passo que em 1980 ICM e dívida total praticamente se equiparavam. Em termos das receitas líquidas, que incluem as transferências federais, haveria a necessidade de dois anos de arrecadação ao nível de 1985, para que a dívida do Estado fosse totalmente liquidada, quando em 1980 o estoque da dívida era bem inferior ao montante de receitas. Isso acarreta, como consequência encargos crescentes, conforme se vê no quadro 2 (anexo), comprometendo crescentemente os níveis de receitas com o seu pagamento e ampliando dramaticamente as operações de crédito como mecanismo sistemático de captação de recursos, apesar destas terem se reduzido em 1985 em termos relativos, dada a expressiva expansão do ICM conforme mestra o quadro 3.

Esta situação pode tornar-se ainda mais problemática em virtude dos efeitos, ainda não totalmente identificados, que o Programa de Estabilização, recentemente implantado pelo governo federal, poderá ter sobre as finanças governamentais. Alguns ganhos que o mesmo representa para os Estados e Municípios, podem ser apontados:

- defesa da arrecadação do ICM do processo inflacionário, evitando-se a erosão das receitas que ocorria no período correspondente à geração e recolhimento do imposto;

- desvalorização da dívida não mobiliária na qual esteja imbutida uma taxa de juros inferior a 14,4% a.m., que foi o índice utilizado no Programa de Estabilização para manter a desvalorização do cruzeiro face ao cruzado;

- defesa, em termos reais, das transferências de recursos do governo federal para as órbitas estadual e municipal, evitando, também, a sua corrosão pelo processo inflacionário.

Em contrapartida, algumas perdas também podem ser apontadas:

- aumento, em termos reais, da folha de salários do funcionalismo público, dado o abono de 8% do salário médio real estabelecido no Programa;

- maiores dificuldades, especialmente para os Estados, de rolagem da sua dívida mobiliária, com a extinção da correção

QUADRO 3
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DA ARRECADAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1980-85
(Cr\$ milhões -- preços constantes 1985)

ANOS	RECEITA TOTAL (A)		OPERACÕES DE CRÉDITO (B)		RECEITA LÍQUIDA (A-B)		I.C.M		TRANSFERÊNCIAS	
	Cr\$	Índice de crescimento	Cr\$	Índice de crescimento	Cr\$	Índice de crescimento	Cr\$	Índice de crescimento	Cr\$	Índice de crescimento
1980	10 110 728	100	1 154 643	100	8 956 085	100	6 140 042	100	1 686 247	100
1981	9 232 414	91	978 328	85	8 254 085	92	5 787 159	94	1 483 095	88
1982	9 644 564	95	1 245 734	108	8 398 830	94	5 989 595	98	1 589 842	94
1983	8 642 420	86	1 919 530	167	6 722 890	75	4 863 432	79	1 303 298	77
1984	11 005 469	109	3 182 852	275	7 822 617	87	5 338 853	87	1 414 884	84
1985	12 998 493	129	2 776 664	240	10 231 829	114	6 687 218	109	1 923 680	114

Fonte: Inspetoria Geral de Finanças. SEF/MG.

monetária. Isto porque o mercado de títulos públicos muito provavelmente deve ter se tornado menos atrativo para os investidores, o que poderá dificultar ao Estado a continuarem rolando-a a menos que ofereçam juros mais altos, o que não só compromete os objetivos do Programa, como eleva os encargos da sua dívida.

Ainda que não se conheçam os efeitos líquidos do Programa sobre as finanças estaduais e municipais, tudo indica, dado o quadro atual, que a alternativa que resta a estas esferas para equacionarem suas contas, é o reordenamento do sistema tributário brasileiro. A esse respeito, pressões devem ser feitas para que se promovam ajustes no curto prazo, exigindo que o governo federal libere maior volume de recursos para os cofres dessas esferas, como devem as mesmas organizar-se para que, no bojo da Assembléia Nacional Constituinte, suas propostas para o novo formato tributário do País elimine as distorções atuais da discriminação de rendas entre as esferas da federação, restitua a sua autonomia no tocante à gestão da política fiscal, e revitalize as bases do federalismo fiscal aumentando a sua arrecadação, reduzindo a sua dependência financeira, e recompondo a sua capacidade de financiamento. Sobre a estratégia a ser adotada para este desiderato algumas questões devem ser colocadas.

4 A ESTRATÉGIA DE CURTO E MÉDIO PRAZO PARA AS FINANÇAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

O equacionamento das contas públicas federais propiciado pela série de reformas realizadas a partir do pacote tributário de novembro de 1986, retira do governo federal o escudo para se negar a aumentar suas transferências de recursos para os Estados e Municípios. Tornam-se, assim, mais viáveis de materializarem-se as pressões e reivindicações por parte dos representantes dessas esferas, para aumentar, no curto prazo, sua participação no bolo tributário. Iniciativas como a das Emendas Passos Pôrte e Aírton Sandoval, devem, portanto, continuar sendo estimuladas, apoiadas, e apresentadas como propostas para amenizar a situação dramática em que atualmente se encontram essas esferas.

Para a reforma do sistema tributário, que deverá ocorrer com a Constituinte, enumeram-se as seguintes questões pelas quais devem bater-se os Estado e Municípios, em geral, e Minas Gerais, em particular para que o novo formato fiscal/tributário reflita a existência de um federalismo fortalecido e resolva, em termos mais definitivos, os seus problemas de financiamento:

- retirada do Poder Central de sua liberdade de conceder isenções e reduções dos impostos estaduais e municipais para incentivar programas de sua responsabilidade. O exemplo mais conspícuo sobre esta questão refere-se aos incentivos concedidos às exportações de manufaturados incluindo a isenção do ICM e, durante alguns anos, também o crédito-prêmio deste imposto, sem que o governo federal assumisse o ônus representado pelo programa no tocante às perdas de receita do imposto estadual;

- maior autonomia para os Estados e Municípios legislarem sobre seus impostos, especialmente sobre os incidentes nas atividades que são específicas de sua economia. Um bom exemplo a ser apontado é o do Imposto sobre Serviços - ISS, de competência municipal. Sujeito à legislação federal, tanto no tocante à determinação de suas alíquotas quanto na listagem dos serviços a serem tributados, o mesmo tratamento é concedido a Municípios com estruturas econômicas dessemelhantes, reduzindo o potencial do imposto, seja por desconsiderar serviços específicos daquela região, seja por delimitar a adequação das alíquotas às suas característi

cas econômicas;

- transferências para os Estados da competência tributária de impostos como o IUM, que, apesar de administrados pelo governo federal, têm seus recursos quase que na totalidade transferidos para as esferas subnacionais. Isto permitiria que fossem realizadas as reformas de sua sistemática de incidência ou sua transformação em ICM, o que aumentaria substancialmente as receitas estaduais e municipais;

- revisão do sistema de transferências constitucionais do Governo Federal para os Estados e Municípios, visando eliminar sua instabilidade às crises econômicas e os casuísmos que se tornaram uma prática habitual para reduzi-las, aumentando impostos que não compõem o sistema de transferência, ou criando artifícios para reduzi-las. A idéia que tem sido colocada é a de que deveria ser estabelecido um percentual sobre as receitas tributárias globais da União, a ser transferido aos Estados e Municípios, abandonando-se o sistema de quotas-partes de impostos específicos.

- revisão da forma de tutela das Autoridades Monetárias sobre o seu endividamento, redefinindo os limites intra e extra dívida ou mesmo eliminando-os. Isto porque esses limites colocam os Estados numa camisa de força, especialmente em períodos de crise econômica, quando a receita declina e as despesas se mantêm ou tendem a aumentar.

Essas medidas mínimas são indispensáveis para o equacionamento das cotas dos governos estaduais e municipais e para dar-lhes condições de integrarem-se à estratégia de crescimento auto-sustentado da Nova República, com ênfase nos gastos sociais. Sem resolvê-la, o crescimento poderá ocorrer de forma desequilibrada, do ponto de vista econômico e social, e os Estados e Municípios continuarem constituindo um obstáculo também aos objetivos de eliminação de déficit público e da inflação, além de não se avançar no rumo de edificação do federalismo brasileiro.

A N E X O S

QUADRO 1
INTERRELAÇÕES PERCENTUAIS ENTRE OS COMPONENTES DA ARRECADAÇÃO E DA AMOR-
TIZAÇÃO E DOS ENCARGOS DA DÍVIDA COM O ICM E AS RECEITAS LÍQUIDAS

MINAS GERAIS
1980 - 85

ANOS	Operações de Crédito	Operações de Crédito	Operações de Crédito	I.C.M	Transferências	Total A+B ⁽¹⁾	Total A+B
	Receita Total	I.C.M	Receita Líquida	Receita Líquida	Receita Líquida	I.C.M	Receita Líquida
1980	11,42	18,81	12,89	68,56	18,83	13,69	9,38
1981	10,60	16,91	11,85	70,11	17,97	13,73	9,62
1982	12,89	20,80	14,82	71,31	18,92	16,85	12,01
1983	22,21	39,47	28,55	72,30	19,38	24,17	17,50
1984	28,92	59,62	40,68	68,24	18,08	31,98	21,83
1985	21,28	41,37	27,04	65,36	18,80	39,90	18,14

Fonte: Quadros 1 e 2

(1) Amortizações mais os encargos

QUADRO 2
 ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS
 PRINCIPAIS COMPONENTES DE DESPESAS
 MINAS GERAIS
 1980 - 85

ANOS	D. CUSTEIO	TOTAL A+B ⁽¹⁾	INVESTIMENTOS
	D. TOTAL	D. TOTAL	D. TOTAL
1980	37,77	9,01	13,43
1981	37,29	8,49	14,91
1982	39,03	9,80	12,66
1983	39,13	13,54	11,16
1984	31,27	18,24	9,22
1985	28,74	19,90	10,58

Fonte: Quadros 1 e 2

(1) Encargos da dívida mais amortizações

QUADRO 3
 RELAÇÃO DA DÍVIDA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO COM O IMPOSTO
 SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS (ICM) E A RECEITA LÍQUIDA
 1980 - 85

ANOS	<u>D.Fu.T</u> RL	<u>D.Fu.T</u> ICM	<u>D.Fu.Int.</u> RL	<u>D.Fu.Int</u> ICM	<u>D.Fu.Ext.</u> RL	<u>D.Fu.Ext.</u> ICM	<u>D.Flut</u> RL	<u>D.Flut</u> ICM	<u>DT</u> RL	<u>DT</u> ICM
1980	62,54	91,22	35,91	52,37	26,64	38,85	10,24	14,94	72,78	106,15
1981	71,84	102,47	44,09	62,89	27,76	35,59	12,96	18,49	84,80	120,95
1982	82,88	116,21	53,98	75,69	40,52	16,61	23,29	99,48	99,48	139,49
1983	165,87	229,28	105,05	145,21	60,83	84,08	36,98	51,12	202,84	280,39
1984	180,49	264,45	109,72	160,76	70,79	103,70	28,25	41,39	208,74	305,84
1985	164,33	251,14	99,30	151,93	65,04	99,51	27,29	41,76	191,62	293,19

Fonte: Quadros 1 e 3

Obs.: D.Fu.T - dívida fundada total

D.Fu.Int - dívida fundada interna

D.Fu.Ext - dívida fundada externa

D.Flut. - dívida flutuante

D.T - dívida total

R.L - receita líquida (receita total menos operações de crédito)

ICM - Imposto sobre Circulação de Mercadorias

O IMPACTO DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO
NO MERCADO REGIONAL DE TRABALHO

Lêa Melo da Silva*

Sílvia Menezes Gama Pinheiro*

Helenice Carvalho Cruz da Silva*

* - DO CEDEPLAR/UFMG

O IMPACTO DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO
NO MERCADO REGIONAL DE TRABALHO

Lêa Melo da Silva*

Sílvia Menezes Gama Pinheiro*

Helenice Carvalho Cruz da Silva*

I - INTRODUÇÃO

O estado de Minas Gerais sempre se distinguiu por marcantes desequilíbrios regionais com relação ao padrão de distribuição espacial de sua população. Nas últimas décadas, apesar de se ter verificado algumas mudanças neste padrão, ocorrendo melhor redistribuição da população, grande parte desta ainda se concentra na região central do estado. Destaca-se também o êxodo rural em todas as regiões do estado sendo que algumas tiveram perda absoluta de população na década de 70.¹ Por outro lado, foi neste período que a economia mineira apresentou melhor desempenho com altas taxas de crescimento do PIB e grandes mudanças na composição setorial deste.

Porém o crescimento acelerado da economia mineira não foi acompanhado do desenvolvimento no campo social. Além disso verificou-se concentração das atividades econômicas em poucas regiões, destacando-se tanto a concentração espacial e pessoal da renda, quanto a concentração do capital industrial e da propriedade da terra. O êxodo rural é provocado por processos variados, entre os quais citam-se: modernização da agricultura, aliada à situação de pobreza e de marginalidade em que vive grande parte da população rural destituída dos seus meios de produção e condição de trabalhos compatíveis com a manutenção de um padrão de existência acima do de subsistência.

O setor industrial, por sua vez, não é capaz de absorver a mão-de-obra proveniente do campo, não só por ser intensivo

* - Do CEDEPLAR/UFGM

¹ - Este trabalho se fundamenta em dados levantados em duas pesquisas: "Mobilidade Espacial da População em Minas Gerais" e "As Regiões de Atração em Minas Gerais: Crise ou Crescimento"? Convênios CEDEPLAR/CNPq/FINEP.

de capital como também porque exige um grau de qualificação que o imigrante rural não possui. O setor serviço de atividades não básicas é que tem papel preponderante na absorção desta mão-de-obra. Contudo, nesse setor tem sido relevante a absorção de mão-de-obra em atividades de baixa produtividade e remuneração.

Os instrumentos de política, por sua vez, sempre estiveram voltados para setores prioritários da economia e poucos são os mecanismos de apoio aos problemas decorrentes da migração rural-urbana.

A questão do desenvolvimento espacial concentrado fica evidenciada quando se analisam os indicadores demográficos a nível desagregado, uma vez que a dinâmica demográfica regional se relaciona com o processo desigual de desenvolvimento sócio-econômico predominante no Estado. Essa heterogeneidade é captada através do estudo das microrregiões homogêneas (MRH) - unidade de análise deste trabalho. Essa escolha se justifica pela disponibilidade de dados; desde a década de 1960, através de tabulações especiais dos censos demográficos e, também, pela nova estratégia do governo estadual, manifestada no IV Plano de Desenvolvimento Econômico Social. Neste, o governo se propõe a canalizar esforços para o desenvolvimento de setores sociais e para gerar emprego em áreas mais carentes, priorizando o crescimento sócio-econômico dos municípios e interiorizando a política de desenvolvimento.

Neste sentido, foram calculadas as taxas de crescimento demográfico vegetativo e observado de cada microrregião homogênea (MRH) para o período de 1970/80 e projetada a sua população até 1990. Foi também estimada a oferta de mão-de-obra em cada região, o que dará subsídios para posterior discussão sobre a utilização e subutilização dos recursos humanos nos diversos contextos regionais.

II - O PERFIL DEMOGRÁFICO DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS (MRH) DE MINAS

A dinâmica demográfica do estado de Minas Gerais é marcada por um comportamento diferenciado entre as suas regiões: apesar de ter ocorrido queda de fecundidade e de mortalidade em todas as microrregiões nos últimos vinte anos, destacam-se as grandes variações nas taxas de crescimento observado de população e no volu-

me da migração intra-regional no mesmo período.¹ Na década de 70 um grande número de microrregiões (21% do total) tiveram perda absoluta de suas populações e somente 6 microrregiões conseguiram realizar seu crescimento vegetativo e obter um ganho líquido de população.² O mapa 1 apresenta essas microrregiões em destaque.

Essa dinâmica demográfica regional tem suas raízes no processo histórico de ocupação do Estado e nas características de seu desenvolvimento. O desenvolvimento de Minas, por sua vez, está associado ao maior desempenho da economia brasileira nos últimos trinta anos, à base de recursos naturais existentes no Estado e também está ligado à vigorosa ação do Governo Estadual na economia a partir dos anos 60. Tal ação desdobrou-senão apenas no aspecto fiscal, mas também na sustentação financeira de alguns grandes empreendimentos industriais e na criação de infra-estrutura para instalação dessas indústrias. Assim o Governo influenciou, em grande parte, a alocação dos investimentos e promoveu a instalação de indústrias pesadas, principalmente, na região Central do estado.

Como resultado, já na década de 60, a Região Metropolitana de Belo Horizonte - a terceira metrópole do Brasil - passa a coexistir com um grande número de pequenas cidades, sem capacidade de oferecer as condições básicas de bem-estar para as populações do interior do estado. Com a ausência de cidades capazes de dinamizar subespaços regionais, passa a existir uma grande dependência do interior do Estado em relação à capital e um grande fluxo de população se desloca para aquela área que oferece melhores oportunidades de emprego relativamente ao resto do Estado.³

¹ - Veja a pesquisa "Mobilidade espacial da população em Minas Gerais - 1960/80". CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1984.

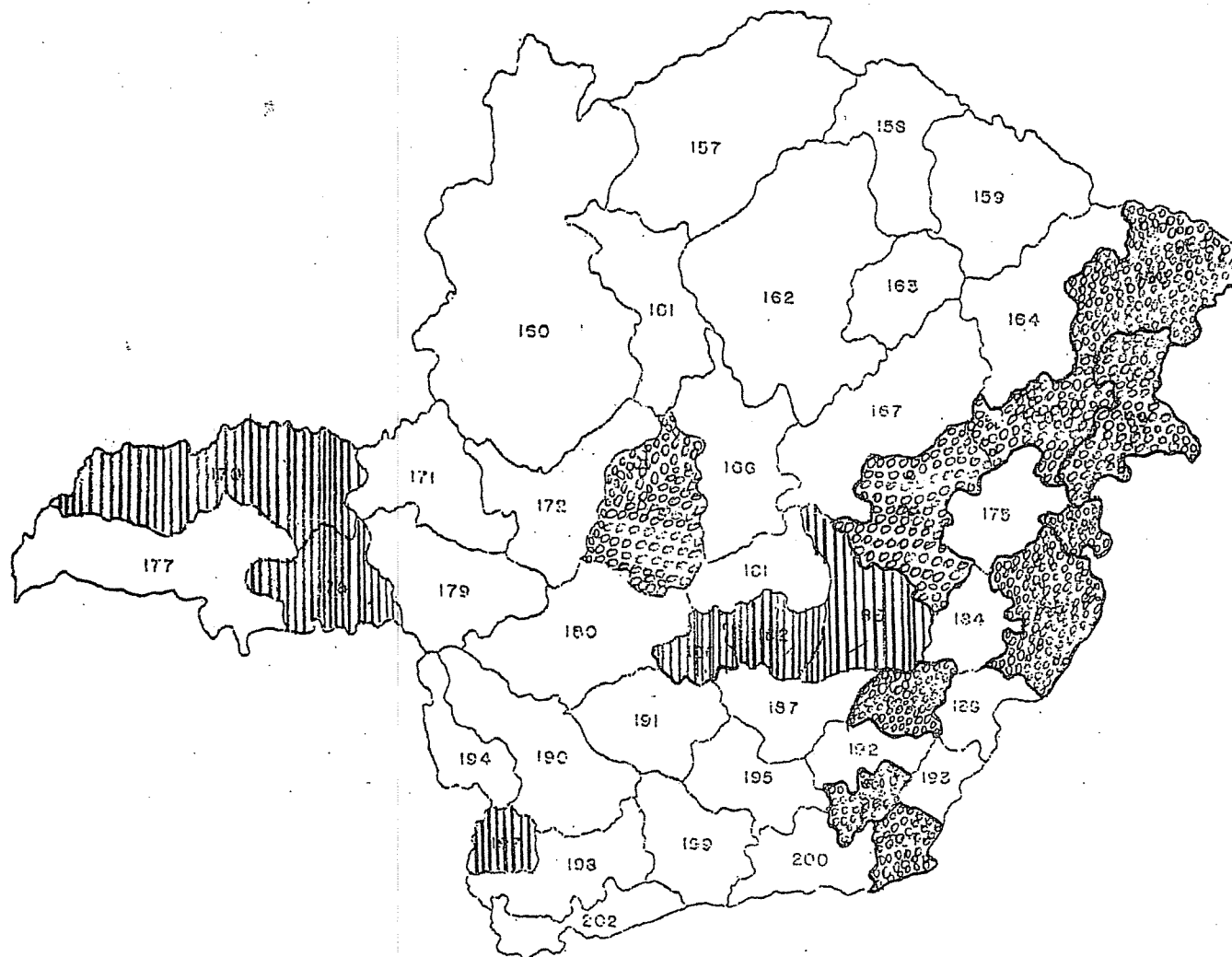
² - Dez MRHs perderam população em termos absolutos: 165-Pastoril de Almenara; 168-Teófilo Otoni; 169-Pastoril de Nanuque; 173-Três Marias; 174-Bacia do Suaçuí; 176-Mantena; 115-Bacia do Manhuaçu; 188-Mata de Ponte Nova; 196-Mata de Ubã; e 201-Mata de Cataguazes.

As seis MRHs com saldo líquido positivo de migração foram: 170-Uberlândia; 178-Uberaba; 182-Belo Horizonte; 183-Siderúrgica; 186-Divinópolis; e 197-Planalto de Poços de Caldas.

³ - Em 1980 a microrregião de Belo Horizonte apresentou um saldo de imigrantes da última década equivalente a 749.266 pessoas. Deste total, mais da metade, ou seja, 407.084 pessoas encontravam-se no município de Belo Horizonte. A microrregião de Belo Horizonte (182), corresponde à Área Metropolitana de BH mais os municípios de: Capim Branco, José de Melo, Matozinhos, Esmeraldas, Prudente de Moraes, Taquaraçu de Minas.

MAPA 1

MICRORREGIÕES (MRH's) COM PERDA ABSOLUTA DE POPULAÇÃO E AS MRH's RECEPTORAS DE POPULAÇÃO
MINAS GERAIS - 1970/80



-  MRHs receptoras de população - 1970/80
-  MRHs com perda absoluta de população - 1970/80

O êxodo rural ocorreu em todas as MRHs provocando uma re distribuição da população no sentido rural-urbano. A população urbana do estado cresceu a 4,01% a.a. no período 1970/80 enquanto que a rural teve um crescimento negativo de 2,08% a.a. no mesmo período. A população urbana do estado, em 1980, já representava 67,14% da população total.

Deve-se destacar que embora a tendência crescente de urbanização da população tenha se espalhado por todas as áreas, na década de 70, ainda persiste a tendência de convergência do fluxo de população para poucas regiões do Estado.

Segundo o recenseamento de 1980, Minas Gerais apresenta uma cidade de porte grande (Belo Horizonte) e oito cidades de porte médio.¹ Dessas oito cidades médias, cinco - Contagem, Divinópolis, Ipatinga, Uberaba e Uberlândia - fazem parte daquelas microrregiões que tiveram um ganho líquido de população, ou seja, que tiveram saldo líquido migratório positivo. Todas essas cidades tiveram taxas de crescimento urbano superiores ao crescimento urbano das microrregiões a que pertencem (exceção para a cidade de Divinópolis) sugerindo que essas cidades é que estariam atraindo esse contingente populacional.²

Os programas governamentais tentando reverter a tendência concentracionista regional são recentes e ainda não ocorreu um intervalo amplo para avaliar tais impactos (se houver algum). Assim, projetou-se a população das microrregiões para os próximos cinco anos mantendo-se as mesmas taxas de crescimento da década passada.³

¹ - São consideradas cidades de porte médio as cidades com mais de 100 mil habitantes que são: Contagem, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberaba e Uberlândia.

² - As taxas de crescimento geométrico anual observadas no período 1970/80 para as cidades médias foram: Contagem 9,92%; Divinópolis 4,48%; Ipatinga 12,81%; Uberaba 5,36%; e Uberlândia 7,59%.

³ - Projetou-se a população até 1990 tendo como ano-base 1980, utilizando-se as Taxas de crescimento observado e as Taxas de crescimento vegetativo (Taxa Bruta de Natalidade - Taxa Bruta de Mortalidade).

Foram elaboradas projeções para as populações residentes em zonas rurais e urbanas de cada microrregião, conforme os dados apresentados nas Tabelas 1 e 2. Caso os níveis de crescimento da população se mantenham constantes, a população rural diminuirá em termos absolutos, no total de 772.588 pessoas entre 1980/90. Por outro lado, a população urbana será acrescida de 4.757.446 pessoas no mesmo período mas, com grandes variações, a nível de microrregião.¹

A magnitude desse deslocamento da população rural para as zonas urbanas é surpreendente e deve gerar grandes impactos tanto nas regiões de origem quanto de destino relacionados principalmente aos mercados de trabalho regionais.

Neste sentido, procurou-se também estimar a oferta de mão-de-obra em cada microrregião para os próximos anos.

III - A OFERTA REGIONAL DE MÃO-DE-OBRA

Na década passada, enquanto a população total do estado cresceu a 1,54% a.a. a população economicamente ativa (PEA) atingiu 3% a.a.² Contudo, tanto as taxas de crescimento da PEA quanto seu montante variam muito a nível regional. Essa variação se deve à dinâmica demográfica de cada região e também às diferenças nas taxas brutas de atividade. Os grandes deslocamentos intra-regionais de

¹ - A título de exercício comparativo projetaram-se as populações rurais e urbanas das microrregiões supondo que o efeito da migração seria nulo; as populações cresceriam segundo as taxas de crescimento vegetativo. De acordo com esta hipótese, o crescimento relativo das populações rurais seria superior ao crescimento das populações urbanas. Em termos absolutos, a população rural do estado em 1990 estaria acrescida de 1.408.925 pessoas em relação a 1980, e a população urbana aumentaria em 2.175.827 pessoas. Assim, permanecendo-se constantes as taxas de crescimento vegetativo e observado, Minas teria uma perda líquida de população na zona rural na ordem de - 2.181.513 indivíduos e um ganho na zona urbana na ordem de 2.581.619 pessoas. Isto significa que Minas teria um saldo líquido positivo de aproximadamente 400.000 pessoas (Anexos I e II).

² - População economicamente ativa (PEA) definida como população de 10 anos e mais que exercia alguma atividade econômica nos últimos 12 meses que precederam ao censo e daqueles que tendo trabalhado ou não, estavam procurando emprego.

TAB.1 PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ZONA RURAL SEGUNDO A TAXA DE CRESCIMENTO OBSERVADO
MINAS GERAIS E MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS - 1980/90

Microrregiões	(1) r	(2) 1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990
157 - Sanfranciscana de Januária	-0,73	138373	133396	132422	131455	130495	129543	128597
158 - Serra Geral de Minas	-0,29	98216	96800	96519	96239	95960	95682	95405
159 - Alto Rio Pardo	-0,99	120874	115008	113869	112742	111626	110521	109427
160 - Chapadões do Paracatu	-0,56	155858	151543	150694	149850	149011	148176	147347
161 - Alto Médio São Francisco	-0,64	22120	21421	21284	21148	21013	20878	20744
162 - Montes Claros	-0,21	211517	209305	208866	208427	207990	207117	207117
163 - Mineradora do Alto Jequitinhonha	-0,22	36109	35714	35635	35557	35478	35400	35322
164 - Pastoril de Pedra Azul	-0,73	141281	136199	135205	134218	133238	132265	131300
165 - Pastoril de Almenara	-2,64	85472	74770	72796	70874	69003	67181	65408
166 - Médio Rio das Velhas	-1,44	54191	50400	49674	48959	48254	47559	46874
167 - Mineradora de Diamantina	-0,55	156702	152440	151601	150768	149938	149114	148294
168 - Teófilo Otoni	-2,89	118232	102107	99156	96290	93508	90805	88181
169 - Pastoril de Nanuque	-4,62	69446	54819	52287	49871	47567	45369	43273
170 - Uberlândia	-5,50	65870	49642	46911	44331	41893	39589	37412
171 - Alto Paranaíba	-2,87	46684	40358	39200	38075	36982	35921	34890
172 - Mata da Corda	-3,41	75105	63144	60990	58911	56902	54961	53087
173 - Três Marias	-4,28	33679	27063	25905	24796	23735	22719	21746
174 - Bacia do Suaçuí	-1,67	209250	192352	189139	185981	182875	179821	176818
175 - Governador Valadares	-4,66	81568	64253	61259	58404	55683	53088	50614
176 - Mantena	-4,28	44279	35580	34058	32600	31205	29869	28591
177 - Pontal do Triângulo Mineiro	-2,95	72732	62619	60771	58979	57239	55550	53911
178 - Uberaba	-1,68	30567	28084	27612	27149	26692	26244	25803
179 - Planalto de Araxá	-3,93	34859	28527	27406	26329	25294	24300	23345
180 - Alto São Francisco	-3,86	80010	65715	63178	60740	58395	56141	53974
181 - Calcários de Sete Lagoas	-2,18	51195	45853	44853	43875	42919	41983	41068
182 - Belo Horizonte	-2,26	101243	90308	88267	86272	84323	82417	80554
183 - Siderúrgica	-2,16	125994	112962	110522	108135	105799	103514	101278
184 - Mata de Caratinga	-2,98	143269	123157	119487	115926	112471	109120	105868
185 - Bacia do Manhuaçu	-4,87	111816	87115	82872	78836	74997	71345	67870
186 - Divinópolis	-0,78	44805	43085	42749	42415	42084	41756	41430
187 - Espinhaço Meridional	-1,08	107685	101994	100893	99803	98725	97659	96604
188 - Mata de Ponte Nova	-2,45	118335	104532	101971	99473	97036	94658	92339
189 - Vertente Ocidental do Caparaó ..	-0,06	130158	129768	129690	129612	129535	129457	129379
190 - Furnas	-3,78	163995	135256	130144	125224	120491	115936	111554
191 - Formiga	-1,69	114318	104979	103205	101461	99746	98060	96403
192 - Mata de Viçosa	-1,15	125016	117991	116634	115293	113967	112656	111361
193 - Mata do Muriaé	-2,34	68419	60780	59358	57969	56612	55288	53994
194 - Mogiana Mineira	-0,95	94606	90197	89340	88491	87651	86818	85993
195 - Campos da Mantiqueira	-0,75	105970	102055	101290	100530	99776	99028	98285
196 - Mata de Ubá	-3,54	75320	62899	60673	58525	56453	54455	52527
197 - Planalto de Poços de Caldas	-1,70	51517	47284	46481	45690	44914	44150	43400
198 - Planalto Mineiro	-1,37	161000	150270	148211	146180	144178	142202	140254
199 - Alto Rio Grande	-1,80	78578	71756	70464	69196	67951	66727	65526
200 - Juiz de Fora	-3,36	79746	67219	64961	62778	60669	58630	56660
201 - Mata de Cataguazes	-3,62	49543	41202	39710	38273	36887	35552	34265
202 - Alta Mantiqueira	-2,09	111124	99987	97897	95851	93848	91886	89966
Minas Gerais (3)		4396646	3981908	3906109	3832501	3761008	3691110	3624058

- (1) - Taxa de crescimento geométrico anual 1970/80 : $P_i = P_0 (1 + r)$
(2) - Dados do Censo Demográfico de Minas Gerais, 1980.
(3) - Somatório das 46 MRHs.

TAB.2 PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ZONA URBANA SEGUNDO A TAXA DE CRESCIMENTO OBSERVADO
MINAS GERAIS E MICRORREGIÕES HOMOGENEAS - 1980/90

Microrregiões	(1) r	(2) 1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990
157 - Sanfranciscana de Januária	6,05	63303	84914	90051	95499	101277	107404	113902
158 - Serra Geral de Minas	6,97	41301	57846	61877	66190	70804	75739	81018
159 - Alto Rio Pardo	6,98	39165	54880	58710	62808	67192	71882	76900
160 - Chapadões do Paracatu	7,34	112181	159855	171589	184183	197702	212214	227790
161 - Alto Médio São Francisco	5,61	44638	58645	61935	65409	69079	72954	77047
162 - Montes Claros	5,92	279870	373118	395207	418603	443384	469632	497435
163 - Mineradora do Alto Jequitinhonha	6,77	6673	9259	9886	10555	11270	12033	12847
164 - Pastoral de Pedra Azul	3,00	78065	90499	93214	96010	98890	101857	104913
165 - Pastoral de Almenara	1,68	78233	85029	86458	87910	89387	90889	92416
166 - Médio Rio das Velhas	2,41	86561	97507	99857	102263	104728	107252	109836
167 - Mineradora de Diamantina	3,61	81792	97661	101186	104839	108624	112545	116608
168 - Teófilo Otoni	2,57	113685	129064	132381	135783	139273	142852	146523
169 - Pastoral de Nanuque	0,76	86409	89743	90425	91112	91805	92502	93205
170 - Uberlândia	5,59	437603	574373	606481	640383	676180	713979	753890
171 - Alto Paranaíba	4,02	82307	100235	104265	108456	112816	117351	122069
172 - Mata da Corda	3,68	115878	138828	143936	149233	154725	160419	166322
173 - Três Marias	3,10	59200	68963	71101	73305	75577	77920	80336
174 - Bacia do Suaçuí	1,71	97067	105655	107462	109299	111168	113069	115003
175 - Governador Valadares	2,64	222744	253740	260439	267315	274372	281615	289050
176 - Mantena	1,25	28665	30502	30883	31269	31660	32056	32457
177 - Pontal do Triângulo Mineiro	4,80	87158	110183	115472	121014	126823	132910	139290
178 - Uberaba	5,21	199776	257530	270948	285064	299916	315542	331981
179 - Planalto de Araxá	3,87	96884	117139	121673	126381	131272	136353	141629
180 - Alto São Francisco	2,92	180443	208372	214456	220718	227163	233797	240623
181 - Calcários de Sete Lagoas	3,63	138293	165283	171283	177500	183943	190621	197540
182 - Belo Horizonte	5,06	2487965	3184427	3345559	3514844	3692695	3879545	4075850
183 - Siderúrgica	5,75	469635	621101	656814	694581	734520	776755	821418
184 - Mata de Caratinga	2,75	101663	116432	119634	122924	126304	129777	133346
185 - Bacia do Manhuaçu	0,87	94987	99191	100054	100925	101803	102689	103582
186 - Divinópolis	4,70	238028	299476	313551	328288	343717	359872	376786
187 - Espinhaço Meridional	3,30	217893	256298	264756	273493	282518	291841	301472
188 - Mata de Ponte Nova	1,52	92485	99731	101247	102786	104348	105934	107544
189 - Vertente Ocidental do Caparaó ..	3,12	77828	90751	93582	96502	99513	102618	105819
190 - Furnas	6,65	337573	465771	496744	529778	565008	602581	642653
191 - Formiga	2,80	186960	214642	220652	226830	233181	239710	246422
192 - Mata de Viçosa	3,35	71441	84236	87058	89975	92989	96104	99324
193 - Mata do Muriaé	2,56	103869	117863	120880	123974	127148	130403	133741
194 - Mogiana Mineira	3,56	122265	145634	150818	156188	161748	167506	173469
195 - Campos da Mantiqueira	2,46	212369	239808	245707	251751	257944	264290	270791
196 - Mata de Ubá	2,44	111577	125870	128941	132087	135310	138612	141994
197 - Planalto de Poços de Caldas	4,54	125848	157130	164264	171721	179517	187667	196187
198 - Planalto Mineiro	3,18	280150	327618	338037	348786	359878	371322	383130
199 - Alto Rio Grande	2,96	113314	131107	134988	138984	143097	147333	151694
200 - Juiz de Fora	2,70	411734	470402	483103	496146	509542	523300	537429
201 - Mata de Cataguazes	1,87	128078	140510	143137	145814	148541	151318	154148
202 - Alta Mantiqueira	2,75	139815	160126	164530	169054	173703	178480	183388
Minas Gerais (3)		8983371	11066947	11545231	12046532	12572054	13123044	13740817

(1) - Taxa de crescimento geométrico anual 1970/80 $P_i = P_0 (1 + r)$

(2) - Dados do Censo Demográfico de Minas Gerais, 1980.

(3) - Somatório das 46 MRHs.

população, aliados às quedas de fecundidade e de mortalidade têm provocado mudanças na estrutura etária da população de cada região. Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico, as mudanças na legislação trabalhista, na distribuição pessoal da renda, na composição setorial de atividade econômica e no comportamento da sociedade a nível regional, tem determinado o crescimento das taxas brutas de atividade. Neste sentido, torna-se complexa a projeção da PEA a nível regional. Por isso, adotou-se duas hipóteses simplificadoras:

- 1º) Supõe-se que as taxas de crescimento da PEA de cada região tenham permanecido nos mesmos níveis da década de 70 (colunas a, b, c, d, e, da Tabela 3).
- 2º) Supõe-se que as proporções da população total de cada região que está na PEA, permaneça a mesma de 1980 (colunas a, f, g, h, i, da mesma tabela).

Nesta última hipótese, estimam-se os valores mínimos da PEA, supondo-se que esta variará somente em função do tamanho da população total de cada região. Essa hipótese deve ser vista com ressalva, uma vez que as taxas brutas de atividade devem ter aumentado nesta última década.

Estas dependem das taxas de atividade específicas por idade e sexo e a taxa de atividade feminina tem aumentado muito desde a década de 60.¹ Dentro desses limites de crescimento da PEA, dois pontos se destacam: a) várias microrregiões, principalmente, Belo Horizonte, Siderúrgica e Uberlândia, terão grande pressão no mercado de trabalho, o que provocará a necessidade de gerar grande número de empregos; b) seis microrregiões: Bacia do Manhuaçu, Mata de Caratinga, Teófilo Otoni, Pastoril de Nanuque, Pastoril de Almenara e Mantena perderão parte de sua população economicamente ativa, o que poderá reforçar os fatores de estagnação já existentes naquelas áreas. Nessas já predominam altas taxas de dependên-

¹ - Além disso, a taxa de atividade feminina varia muito a nível regional entre 15 a 30%, enquanto a taxa de atividade masculina é quase constante. Ver: "A mulher no mercado de trabalho em Minas, trabalho em elaboração.

TAB.3

PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)
MINAS GERAIS E MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS - 1980/90

Microrregiões	1 PEA (a)	2 r (b)	3 1985 (c)	3 1986 (d)	3 1990 (e)	4 T.A (f)	5 1985 (g)	5 1986 (h)	5 1990 (i)
157 - Sanfranciscana de Januária ...	60677	1,306	64743	65588	69081	0,3009	65689	66942	72968
158 - Serra Geral de Minas	53187	3,981	64650	67224	78584	0,3812	58951	60381	67252
159 - Alto Rio Pardo	49226	0,405	50231	50434	51256	0,3076	52258	53085	57314
160 - Chapadões do Paracatu	87288	3,244	102395	105716	120116	0,3257	101422	104968	122182
161 - Alto Médio São Francisco	20821	4,240	25821	26713	31540	0,3119	24973	25956	30501
162 - Montes Claros	158282	2,344	177725	181892	199577	0,3221	187598	194572	226936
163 - Mineradora Alto Jequitinhonha.	13934	0,811	14853	13936	15106	0,3257	14648	14826	15689
164 - Pastoril de Pedra Azul	65693	0,286	66639	66830	67599	0,2995	67896	68411	70746
165 - Pastoril de Almenara	47566	-0,709	45903	45578	44299	0,2906	46438	46279	45864
166 - Médio Rio das Velhas	47305	1,947	52094	53108	57367	0,3361	49712	50257	52670
167 - Mineradora de Diamantina	72932	0,889	76233	76911	79684	0,3058	76481	77302	81007
168 - Teófilo Otoni	70753	-0,377	69430	69168	68132	0,3051	70530	70642	71608
169 - Pastoril de Manuque	47092	-1,328	44048	43463	41200	0,3022	43687	43128	41244
170 - Uberlândia	201525	5,446	262713	277021	342480	0,4003	249793	261553	316758
171 - Alto Paranaíba	48843	3,361	57621	59558	67977	0,3787	53243	54330	59440
172 - Mata da Corda	69210	2,523	78394	80372	88796	0,3624	73195	74265	79514
173 - Três Marias	32489	1,529	35050	35586	37814	0,3498	33590	33933	35708
174 - Bacia do Suaçuí	89521	-0,819	85913	85210	82451	0,2922	87078	86667	96958
175 - Governador Valadares	99088	1,699	107801	109634	117281	0,3256	103539	104745	110595
176 - Mantena	21861	-1,880	19882	19508	18082	0,2997	19805	19463	18296
177 - Pontal do Triângulo Mineiro ..	59309	1,855	65019	66226	71279	0,3709	64092	65369	71658
178 - Uberaba	89197	5,463	116373	122730	151828	0,3872	110590	115602	138534
179 - Planalto de Araxá	49693	3,023	57671	59414	66930	0,3772	54945	164974	62228
180 - Alto São Francisco	96554	2,393	108673	111273	122313	0,3707	101604	102919	109207
181 - Calciário de Sete Lagoas	66992	3,699	80337	83309	96340	0,3535	74637	76404	84348
182 - Belo Horizonte	1010353	6,659	1394621	1487486	1925038	0,3902	1277802	1339879	1621829
183 - Siderúrgica	194190	5,225	250512	263602	323170	0,3260	239305	250152	300799
184 - Mata de Caratinga	72955	-0,172	72330	72206	71711	0,2979	71374	71234	71262
185 - Bacia do Manhuaçu	61155	-2,179	54776	53582	49062	0,2957	55091	54091	50698
186 - Divinópolis	104217	5,989	139393	147741	186442	0,3685	126234	131297	154113
187 - Espinhaço Meridional	107621	3,417	127311	131662	150603	0,3306	118451	120884	131604
188 - Mata de Ponte Nova	72130	0,435	73713	74034	75331	0,3421	69878	69521	68380
189 - Vertente Ocidental do Caparaó.	71804	2,675	81934	84125	93492	0,3452	76123	77073	81190
190 - Furnas	192033	3,888	232386	241422	281218	0,3829	230133	240035	288786
191 - Formiga	108176	2,664	123374	126661	140707	0,3591	114776	116297	123108
192 - Mata de Viçosa	62944	1,643	68287	69408	74083	0,3204	64794	65263	67503
193 - Mata do Muriaé	63939	1,630	69324	70454	75162	0,3711	66294	66886	69668
194 - Mogiana Mineira	85351	3,224	100028	103253	117228	0,3936	92823	94526	102124
195 - Campos da Mantiqueira	104224	2,925	120386	123907	139054	0,3274	111926	113607	120835
196 - Mata de Ubá	64869	0,949	68007	68652	71296	0,3471	65522	65815	67518
197 - Planalto de Poços de Caldas ..	72054	3,777	86727	90003	104389	0,4062	83033	85605	97320
198 - Planalto Mineiro	166869	3,520	198386	205371	235857	0,3783	180783	183948	197996
199 - Alto Rio Grande	66803	2,563	75812	77755	86037	0,3481	70613	71518	75614
200 - Juiz de Fora	182542	3,494	216744	224317	257353	0,3714	199672	203551	220645
201 - Mata de Cataguazes	64220	1,500	69185	70223	74533	0,3616	65707	66117	68130
202 - Alta Mantiqueira	88703	1,910	97506	99369	107183	0,3535	91950	92768	96631
Minas Gerais (6)	4736190		5650954	5861633	6826041	0,3540	5358678	5617040	6214978

(1) - Dados obtidos do Censo Demográfico de 1980.

10

(2) - Taxa de crescimento observado 1970/80 - $PEA_{80} = PEA_{70} (1 + r)$

(3) - Projeções segundo a taxa de crescimento observado no período 1970/80.

(4) - Taxa bruta de atividade em 1980. $T.A = PEA/população\ total.$

(5) - Projeções segundo a taxa de atividade em 1980.

(6) - Dados obtidos pelo somatório das microrregiões homogêneas.

cia e o trabalho será, posteriormente, executado na sua maioria por velhos e crianças, dificultando a introdução de novas técnicas e aumento da produtividade do trabalho.¹ Porém os efeitos do crescimento ou decréscimo demográfico sobre a absorção da mão-de-obra não são isolados. Estes se relacionam à capacidade produtiva da área, dos níveis de renda da população, da produtividade do trabalho e do modo de utilização setorial da PEA em cada região.

Na seção anterior, mensurou-se a grande massa de população que se deslocará no sentido rural-urbano em todas as regiões. Assim as atividades não agrícolas é que serão responsáveis pela absorção de grande parte da mão-de-obra ofertada em 1990. Atualmente, verifica-se que apesar de o setor industrial ter se expandido muito, o montante da PEA absorvido é pequeno e os outros setores da economia oferecem, em grande parte, atividades de baixa remuneração. Por outro lado, um grande número de pessoas economicamente ativas não é absorvido de forma produtiva. Grande parte dos imigrantes das zonas urbanas fica na esperança de receber algum amparo do setor público ou de subempregar por alguns períodos do ano. Neste sentido é que sempre se relaciona a pobreza urbana com o crescimento da população urbana (em função da imigração) subestimando-se o lado da demanda da mão-de-obra.

No início desta década, verificou-se em todo Estado uma queda no nível de absorção de mão-de-obra creditada à implantação das políticas econômicas recessivas e às baixas taxas de crescimento do PIB, com grande redução no número de empregos ofertados no setor organizado da economia, principalmente o industrial.

Dados recentes de desemprego aberto não são disponíveis a nível de microrregiões mas somente para a Área Metropolitana de Belo Horizonte (AMBH). Segundo os dados da PME,² depois de um período recessivo de baixa absorção de mão-de-obra 1981/84, a economia vem se recuperando, caindo as taxas de desemprego aberto de 9,03% em janeiro de 1984 para 7,28% em janeiro de 1985 e 6,0% em junho

¹ - Taxa de dependência definida como a relação entre a soma da população de 0 a 14 anos e a população de 65 anos e mais, e o total da população de 15 a 64 anos. Nas MRHs acima, cada elemento economicamente ativo tem que sustentar grande número de dependentes.

² - PME - Pesquisa Mensal de Emprego da FIBGE.

do mesmo ano (Tabela 4). Esses dados são acalentadores na medida em que grande parte da PEA estadual se concentra naquela área.¹

TABELA 4

TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO PARA AMBH
1983/85

Meses	1983	1984	1985
Janeiro	7,73	9,03	7,28
Fevereiro	7,06	9,39	7,46
Março	8,03	8,64	7,78
Abril	8,25	9,00	6,47
Maio	7,86	7,79	6,18
Junho	7,83	8,87	6,00
Julho	7,65	8,17	-
Agosto	7,76	8,11	-
Setembro	8,09	7,74	-
Outubro	8,16	7,47	-
Novembro	7,85	7,52	-
Dezembro	7,55	6,46	-

FONTE: PME - Ministério do Trabalho e FIBGE.

Por outro lado, é surpreendente o montante de recursos humanos não utilizado, atingindo aproximadamente 83.677 pessoas em 1985. Se se mantiver constante a taxa de desemprego aberto, em torno de 6,0%, esse montante será de 115.502 pessoas em 1990, aproximadamente.² Esta subutilização dos recursos humanos torna-se uma perda econômica sensível, refletindo-se individualmente nos cidadãos e na sociedade por ausência de saúde, estado de esgotamento nervoso, explosões de violência, aumento da criminalidade, do alcoolismo,

¹ - Em 1980, a AMBH concentrava 21,3% da PEA estadual.

² - A AMBH é um pouco menor que a microrregião de Belo Horizonte.

das toxicomanias, da tensão social, entre outras consequências.¹

Com a instituição legal do auxílio social de desemprego haverá uma minorização desses problemas a curto prazo, muito embora persista a associação entre desemprego e pobreza. Isto porque há desigualdade no grau de desemprego (entre sexo, idade e ocupação) e quanto menor a qualificação dos trabalhadores tanto maior a parcela de desemprego entre eles. Soma-se ainda o fato de que o grosso da PEA não é absorvido em atividades bem remuneradas.²

Essa exposição e dados sugerem uma série de indagações (para as quais não temos respostas) e proposições, muitas das quais extravasam o próprio conteúdo deste trabalho, mas que são colocadas no final deste trabalho com objetivo de levantar algumas discussões específicas.

IV - CONCLUSÃO

A dinâmica demográfica de Minas Gerais se caracteriza pelo intenso fluxo de população rural-urbano, fato este que tem gerado grande pressão no mercado de trabalho urbano.

A pobreza urbana tem aumentado, se não em termos relativos, seguramente em termos absolutos do número de pessoas. Por outro lado, persiste a incapacidade da economia de absorver a totalidade de recursos humanos disponíveis, tanto no campo quanto na cidade. A população trabalhadora que consegue escapar ao desemprego aberto, na realidade exerce atividades de baixa remuneração e de relações de trabalhos irregulares.

A urgência de sobreviver impede o uso eficiente de escolas e não há rede hospitalar e de saúde capaz de curar doenças ad-

¹ - Pesquisas de países desenvolvidos indicam que "uma fração não pequena de jovens por não achar aplicação para suas forças e capacidades, se transformaram em geração supérflua" (GAUZNER, 212).

² - Em 1980, grande parte da PEA (37,2%) percebia menos que 1 salário mínimo e 77,8%, recebia até 3 salários mínimos e 5,2% da PEA não tinha rendimento.

quiridas devidas à carência nutricional ou de má formação.¹

Para mudar este contexto não é suficiente o aumento de atividades sociais pois, na verdade, persistem dois grandes desafios para o governo: erradicação da pobreza absoluta e redução das disparidades regionais (caso objetivo influenciar esse grande deslocamento de população mineira). Neste sentido, devem ser incentivadas políticas que não penalizem o crescimento do PIB e que objetivem uma maior distribuição espacial e pessoal dos benefícios do desenvolvimento.

Essas políticas, no médio e longo prazos, deve atingir "a integração espacial da economia em um sistema coeso e consolidar os níveis de eficiência - lato sensu - do sistema econômico". (LODDER, 192).

Com a integração espacial, todas as regiões do Estado terão possibilidade de acesso às técnicas modernas e ao seu uso. Tor-na-se também necessário fortalecer os centros intermediários, valorizar as agriculturas locais melhorando sua produtividade e desenvolvendo serviços de apoio.²

Além disso, há que se melhorar a qualidade de vida e a produtividade do trabalhador mineiro proporcionando-lhe melhor nível de instrução, de preparação profissional e de saúde. Cabe ao Estado resgatar sua dívida social: seja com a pobreza do campo ou da cidade, e principalmente com aquela parte da população que não está integrada nem à vida do campo, nem à da cidade.

Por outro lado, o agravamento da situação do mercado pode perdurar. Isto porque enquanto a oferta de mão-de-obra aumenta, a capacidade relativa da Economia de gerar novos empregos, no mesmo ritmo de crescimento da PEA, tende a diminuir. A tendência é que com o maior aperfeiçoamento qualitativo dos meios e da técnica de produção haverá ampla utilização de técnicas poupadoras de traba-

¹ - Formações congênitas em função de problemas nervosos, alcoolismo, má nutrição etc.

² - Dentre estes destacam-se: assistência técnica, crédito à comercialização, sistema de irrigação, estocagem, crédito de investimento, incentivos ao cooperativismo etc.

lho conduzindo a uma maior liberação da força de trabalho e profundas alterações na sua estrutura (GAUZNER, 274).

Pesquisas realizadas indicam que com o aumento da automação no setor industrial e o uso da microeletrônica no setor serviços haverá uma queda na demanda de mão-de-obra. Este último perderá parte do seu papel de absorvedor de força de trabalho.¹ Resta a indagação se hoje percebe-se uma crise na absorção da força de trabalho, como será na próxima década?

¹ - Nos USA prevê-se que em 1990 a automação afetará de 20-30 milhões de empregos de escritório. Na República Federativa Alemã estima-se que com automação de 40% das operações de escritório se reduzirão em 25 a 30% a necessidade de mão-de-obra naquele setor, Na França calcula-se que 2,5 milhões de empregados em escritório perderão emprego com a introdução da microeletrônica (GAUZNER, 269).

TAB.A1 PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ZONA RURAL SEGUNDO A TAXA DE CRESCIMENTO VEGETATIVO
MINAS GERAIS E MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS, 1980/90

Microrregiões	(1) TCV	(2) 1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990
157 - Sanfranciscana de Januária	3,37	138373	163314	168817	174507	180388	186467	192750
158 - Serra Geral de Minas	3,11	98216	114469	118029	121699	125484	129387	133411
159 - Alto Rio Pardo	3,39	120858	142780	147620	152625	157799	163148	168679
160 - Chapadões do Paracatu	3,35	155858	183773	189929	196292	202868	209664	216688
161 - Alto Médio São Francisco	3,65	22120	26463	27428	28429	29467	30543	31658
162 - Montes Claros	3,52	211517	251459	260310	269473	278958	288778	298943
163 - Mineradora do Alto Jequitinhonha	3,50	36109	42886	44387	45941	47549	49213	50935
164 - Pastoril de Pedra Azul	3,19	141281	165299	170573	176014	181629	187423	193401
165 - Pastoril de Almenara	3,39	85472	100976	104397	107938	111597	115380	119291
166 - Médio Rio das Velhas	3,10	54191	63127	65085	67103	69183	71327	73538
167 - Mineradora de Diamantina	3,15	156702	182987	188751	194697	200829	207156	213681
168 - Teófilo Otoni	3,09	118232	137663	141917	146302	150823	155483	160288
169 - Pastoril de Nanuque	3,26	69446	81528	84186	86930	89764	92691	95712
170 - Uberlândia	2,43	65870	74272	76077	77925	79819	81758	83745
171 - Alto Paranaíba	2,50	46684	52819	54139	55493	56879	58302	59759
172 - Mata da Corda	2,62	75105	85473	87712	90010	92368	94789	97272
173 - Três Marias	2,39	33679	37901	38806	39734	40684	41656	42651
174 - Bacia do Suaçuí	3,16	209250	244468	252193	260163	268384	276865	285614
175 - Governador Valadares	2,98	81568	94468	97283	100182	103168	106242	109408
176 - Mantena	3,34	44279	52184	53928	55728	57589	59513	61501
177 - Pontal do Triângulo Mineiro	2,66	72732	82934	85139	87405	89729	92116	94567
178 - Uberaba	2,29	30567	34230	35015	35817	36637	37476	38334
179 - Planalto de Araxá	2,28	34859	39229	40166	41126	42109	43115	44146
180 - Alto São Francisco	2,39	80010	90039	92191	94395	96651	98961	101326
181 - Calcários de Sete Lagoas	2,48	51195	57865	59302	60772	62279	63823	65406
182 - Belo Horizonte	3,05	101243	117653	121242	124939	128751	132677	136724
183 - Siderúrgica	2,42	125994	141995	145431	148951	152555	156247	160028
184 - Mata de Caratinga	3,05	143269	166492	171570	176802	182195	187752	193478
185 - Bacia do Manhuaçu	2,99	111816	129562	133436	137426	141535	145767	150126
186 - Divinópolis	2,19	44885	49931	51024	52142	53284	54451	55643
187 - Espinhaço Meridional	2,12	107685	119594	122129	124718	127363	130063	132820
188 - Mata de Ponte Nova	2,74	118335	135460	139172	142985	146903	150928	155063
189 - Vertente Ocidental do Caparaó ..	2,80	130158	149430	153614	157915	162336	166882	171554
190 - Furnas	2,70	163995	187363	192421	197617	202952	208432	214060
191 - Formiga	2,38	114318	128585	131645	134778	137986	141270	144632
192 - Mata de Viçosa	2,61	125016	142205	145916	149725	153633	157642	161757
193 - Mata do Muriaé	2,55	68419	77599	79578	81607	83688	85822	88010
194 - Mogiana Mineira	2,33	94606	106153	108627	111158	113748	116398	119110
195 - Campos da Mantiqueira	2,15	105970	117862	120396	122985	125629	128330	131089
196 - Mata de Ubá	2,34	75320	84555	86533	88558	90630	92751	94921
197 - Planalto de Poços de Caldas	1,93	51517	56684	57778	58893	60030	61188	62369
198 - Planalto Mineiro	2,49	161000	182068	186601	191248	196010	200890	205893
199 - Alto Rio Grande	2,11	78578	87225	89066	90945	92864	94823	96824
200 - Juiz de Fora	2,18	79746	88826	90762	92741	94762	96828	98939
201 - Mata de Cataguazes	2,35	49543	55644	56952	58290	59660	61062	62497
202 - Alta Mantiqueira	2,14	111124	123534	126178	128878	131636	134453	137330
Minas Gerais (3)		4396646	5051023	5193451	5340001	5490784	5645932	5805571

(1) - TCV = TBN - TBH onde TBN = Taxa Bruta de Natalidade e TBH = Taxa Bruta de Mortalidade.
TVC = Taxa de crescimento vegetativo.

(2) - Dados do Censo Demográfico de Minas Gerais, 1980.

(3) - Somatório das 46 MRHs.

TAB.A2 PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ZONA URBANA SEGUNDO A TAXA DE CRESCIMENTO VEGETATIVO
MINAS GERAIS E MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS - 1980/90

Microrregiões	(1) TCV	(2) 1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990
157 - Sanfranciscana de Januária.....	3,58	63303	75475	78177	80976	83875	86878	89988
158 - Serra Geral de Minas	2,82	41301	47462	48801	50177	51592	53047	54543
159 - Alto Rio Pardo	3,37	39165	46224	47782	49392	51057	52777	54556
160 - Chapadões do Paracatu	3,30	112181	131954	136308	140806	145453	150253	155211
161 - Alto Médio São Francisco	2,83	44638	51322	52774	54268	55804	57383	59007
162 - Montes Claros	2,89	279870	322714	332044	341640	351513	361672	372124
163 - Mineradora do Alto Jequitinhonha	2,51	6673	7554	7743	7938	8137	8341	8550
164 - Pedra Azul	2,72	78065	89275	91704	94198	96760	99392	102095
165 - Pastoril de Almenara	2,90	78233	90254	92871	95565	98336	101188	104122
166 - Médio Rio das Velhas	2,32	86561	97079	99331	101636	103994	106406	108875
167 - Mineradora de Diamantina	2,73	81792	93583	96138	98762	101459	104228	107074
168 - Teófilo Otoni	2,35	113685	127686	130686	133757	136901	140118	143411
169 - Pastoril de Nanuque	2,79	86409	99155	101921	104765	107688	110692	113780
170 - Uberlândia.....	2,09	437603	485284	495427	505781	516352	527144	538161
171 - Alto Paranaíba	2,19	82307	91723	93732	95785	97882	100026	102216
172 - Mata da Corda	2,23	115878	129388	132273	135223	138238	141321	144472
173 - Três Marias	2,35	59200	66491	68053	69652	71289	72965	74679
174 - Bacia do Suaçuí	2,51	97067	109876	112634	115461	118359	121330	124375
175 - Governador Valadares	2,44	222744	251278	257409	263690	270124	276715	283466
176 - Mantena	2,68	28665	32718	33594	34495	35419	36368	37343
177 - Pontal do Triângulo Mineiro	2,32	87158	97748	100016	102337	104711	107140	109626
178 - Uberaba	2,00	199776	220569	224980	229480	234069	238751	243526
179 - Planalto de Araxá	2,14	96884	107704	110009	112363	114767	117224	119732
180 - Alto São Francisco.....	2,10	180443	200202	204406	208699	213082	217556	222125
181 - Calcários de Sete Lagoas	2,16	138293	153888	157212	160608	164077	167621	171242
182 - Belo Horizonte	2,21	2487965	2775308	2836642	2899332	2963407	3028899	3095837
183 - Siderúrgica	2,54	469635	532386	545909	559775	573993	588573	603523
184 - Mata de Caratinga.....	2,42	101663	114574	117347	120187	123095	126074	129125
185 - Bacia do Manhuaçu	2,00	94987	104873	106971	109110	111292	113518	115789
186 - Divinópolis	2,14	238028	264611	270273	276057	281965	287999	294162
187 - Espinhaço Meridional	2,08	217893	241516	246540	251668	256903	262246	267701
188 - Mata de Ponte Nova	1,80	92485	101114	102934	104787	106673	108593	110548
189 - Vertente Ocidental do Caparaó ..	2,22	77828	86859	88787	90758	92773	94833	96938
190 - Furnas	2,05	337573	373622	381282	389098	397074	405214	413521
191 - Formiga	1,85	186960	204906	208696	212557	216490	220495	224574
192 - Mata de Viçosa	2,16	71441	79497	81214	82969	84761	86592	88462
193 - Mata do Muriaé	1,66	103869	112781	114653	116557	118491	120458	122458
194 - Mogiana Mineira	1,55	122265	132039	134085	136164	138274	140418	142594
195 - Campos da Mantiqueira	2,03	212369	234818	239584	244448	249410	254473	259637
196 - Mata de Ubá	1,44	111577	119845	121571	123322	125097	126899	128726
197 - Planalto de Poços de Caldas	1,76	125848	137319	139736	142196	144698	147245	149836
198 - Planalto Mineiro	1,70	200150	304786	309968	315237	320596	326046	331589
199 - Alto Rio Grande	1,92	113314	124618	127011	129449	131935	134468	137050
200 - Juiz de Fora	1,58	411734	455305	452341	459488	466748	474123	481614
201 - Mata de Cataguazes	1,69	128078	139273	141626	144020	146454	148929	151446
202 - Alta Mantiqueira	1,96	139815	154065	157084	160163	163302	166503	169767
Minas Gerais (3)		8983371	10010724	10230279	10454796	10684369	10919134	11159198

(1) - TCV = TBN - TBM onde TBN = Taxa de Natalidade e TBM = Taxa de Mortalidade.

TCV = Taxa de Crescimento Vegetativo.

(2) - Dados do Censo Demográfico de Minas Gerais, 1980.

(3) - Somatório das 46 HRHs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CIMINELLI, Rossana. Expansão Industrial e Estrutura do Mercado de Trabalho em Minas Gerais - 1970/1980. Tese de Mestrado, CEDEPLAR, inédita, 1984.
- DINIZ, Clélio Campolina. Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira, UFMG/PROED, Belo Horizonte, 1981.
- FIBGE. Censos Demográficos de Minas Gerais, 1960, 1970, 1980, Rio de Janeiro.
- _____. Tabulações Especiais dos Censos Demográficos, 1970, 1980.
- GAUZNER, N. "A crise na Esfera do Emprego: Particularidades, causas e conseqüências" in: Literatura Econômica, IPEA, 7(2):259 - 280, Rio de Janeiro, junho de 1985.
- LODDER, C.A. e SMOLKA, M.O. "Preliminares para a formulação de uma política nacional de localização da atividade econômica no Brasil" in: Haddad, P. Desequilíbrios regionais e descentralização industrial, IPEA/IPLAN, Rio de Janeiro, 165-205.
- RECHINI de Lattes e WAINERMAN, C. "Trabajo Feminino y Desarrollo Económico: Algunas Evidências" in: Desarrollo Económico, México, 16(66)1977.
- SILVA, Léa M. et alii. Mobilidade Espacial da População em Minas Gerais - 1960/80. Relatório de Pesquisa, CEDEPLAR/FINEP /CNPq, Belo Horizonte, mimeo., 1985.
- _____. Regiões de Atração em M.G.: Crise ou crescimento? trabalho em elaboração, CEDEPLAR, Belo Horizonte.
- SINGER, P. "Migrações Internas: considerações teóricas sobre seu estudo" in: Migrações Internas e Desenvolvimento, CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1973.

O SISTEMA FINANCEIRO DE MINAS GERAIS

Jacques Schwartzman*

* Prof. do Departamento de Ciências Econômicas da FACE/UFMG

Jacques Schwartzman

I - A SITUAÇÃO ATUAL DOS BANCOS MINEIROS

Até a primeira metade da década de 60, os Bancos Mineiros constituíam-se nos mais importantes estabelecimentos de crédito do país. Em 1964 o LAVOURA era o maior Banco privado brasileiro e da América Latina em volume de depósitos, o NACIONAL era o segundo, o MOREIRA SALLES o quinto e o COMÉRCIO E INDÚSTRIA, o oitavo.

Em trabalho anterior¹, examinamos as causas da decadência do Sistema Bancário de propriedade dos mineiros. As principais conclusões a que chegamos foram:

1 - O processo de fusões/incorporações colocado em prática pelas autoridades monetárias na segunda metade dos anos sessenta atingiu em cheio os bancos sediados no Estado. Não nos referimos aqui apenas à diminuição em si do número de "bancos mineiros", mas também ao fato de que no bojo desse processo desapareceram alguns dos mais tradicionais estabelecimentos do país sediados em Minas Gerais, tais como o Comércio e Indústria de Minas Gerais e o Banco de Minas Gerais.

2 - À exceção do BANCO NACIONAL, estabelecimento de grande porte e que mantém a sua sede jurídica no Estado por fatores de natureza política, o sistema bancário mineiro é hoje constituído por três instituições de pequeno porte (Agrimisa, Progresso, Interpart) e por um único estabelecimento de tamanho médio (Mercantil do Brasil). Por outro lado, verifica-se uma forte presença do Estado na rede bancária mineira, através do BEMGE, CRE-

* - Parte deste trabalho baseia-se em Relatório apresentado à FINEP denominado "O Impacto do Processo de Fusões e Incorporações na Rede Bancária do Estado de Minas Gerais", realizado em co-autoria com Ricardo Cançado Gonçalves de Souza e tendo contado com a colaboração de Sérgio Eustáquio Bastos Lins.

Para a viabilização das novas informações contidas neste texto foi imprescindível a colaboração de Raul Otavio Amaral do Valle, do Dr. Ronan Lasmar, de Laerte Isidoro, de Cid W. Dutra, de João Bosco Assunção Esteves e de Paulo Eduardo Rocha Brant. A todos eles o meu melhor agradecimento.

1 - SCHWARTZMAN, J. e SOUZA, Ricardo C. G. O esvaziamento bancário de Minas Gerais. Fundação JP, março/junho 1984, p.93-117.

DIREAL e Caixa Econômica que, no conjunto, sobrepujam os bancos privados mineiros em volume de depósitos. Registre-se inclusive o forte crescimento dos depósitos totais da Caixa Econômica que ultrapassam os depósitos do Banco Nacional já a partir de 1981.

3 - O "esvaziamento bancário mineiro" não pode ser explicado por uma suposta decadência da economia do Estado no período enfocado. De um lado, o crescimento do Produto Interno Bruto no Brasil e em Minas Gerais não apresenta diferenças significativas seja no período 1960/77, seja no período 1967/74, momento de auge das fusões/incorporações. E da mesma maneira comparando-se os dados disponíveis relativos ao desempenho do setor industrial, observamos que Minas Gerais apresenta índices de crescimento até superiores aos de São Paulo para os períodos 1959/70, 1970/75 e 1974/79.

4 - Uma explicação para o declínio dos bancos sediados no Estado baseada na "incompetência empresarial dos banqueiros mineiros" incapazes de adaptarem-se à nova realidade econômico-financeira que emerge com as reformas do período 1964/66 - deve ser vista com ressalvas. Ainda que talvez tenha faltado uma certa dose de agressividade a determinados estabelecimentos, devemos lembrar que parte dos banqueiros mineiros veio a tornar-se sócia de grandes empreendimentos financeiros de porte nacional. Por outro lado, essa perda de espaço dos bancos mineiros (em especial para os bancos sediados em São Paulo) correspondem a um esvaziamento mais geral dos bancos de caráter regional no país e que atinge também estabelecimentos de outros Estados como Bahia e Rio Grande do Sul, por exemplo.

5 - Os dados obtidos não apontam na direção de uma substituição dos bancos comerciais mineiros por outras instituições financeiras aqui sediadas ao longo do período analisado, tais como bancos de investimento e financeiras. Na verdade, a participação destas no movimento global de empréstimos das instituições mineiras é pouco significativa, situando-se na maior parte do período abaixo dos 10% do total.

6 - O ponto de partida para o entendimento do "esvaziamento bancário mineiro" reside, em nossa visão, na hipótese de que o processo de fusões e incorporações exerceu aí um papel relevante, na medida em que desembocou na formação de um pequeno número de grandes conglomerados, liderados por bancos comerciais com abrangência nacional, sendo natural que estas novas institui

ções se localizassem nos grandes centros financeiros do país: Rio de Janeiro e, em especial, São Paulo. A localização nesses Estados se faria mais em função do tamanho absoluto de sua economia do que de seu crescimento relativo; com efeito, a economia paulista era no final da década de 60 cerca de três vezes e meio o tamanho da economia de Minas Gerais e o seu peso financeiro no contexto nacional era muito mais do que proporcional ao seu peso econômico.

7 - A importância, hoje (1982), do Sistema Estadual de Crédito, Financiamento e Investimento, composto pelos conglomerados BEMGE e CREDIREAL, Caixa Econômica e o Banco de Desenvolvimento é marcante na rede bancária mineira. Segundo dados de 31 de dezembro de 1982, o volume de depósitos totais destas instituições atingia a cifra de 466 bilhões de cruzeiros e, para este ano, a soma das variações da conta "Operações de Crédito" de todos eles foi de 605 bilhões de cruzeiros, número esse que constitui num bom indicador da capacidade de empréstimos do sistema. Para termos uma ordem de grandeza desses números, podemos compará-los ao Orçamento Estadual de 1982. O total da receita subiu a 363 bilhões e o total da despesa foi de 387 bilhões, verificando-se, portanto, que o volume de recursos movimentado por essas instituições chega mesmo a superar o orçamento.

Em comparação, com os Bancos Comerciais privados, verifica-se que a capacidade de empréstimo do Sistema Financeiro Oficial é cerca de quatro vezes maior, atestando a sua preponderância nos negócios financeiros das instituições mineiras.

Além disto, o CREDIREAL e o BEMGE tornaram-se os maiores Bancos Comerciais com sede em Minas em volume de depósitos e a Caixa Econômica domina o setor de Cadernetas de Poupança, sendo também a segunda maior Caixa Estadual do país.

A situação presente (final de 1984) dos Bancos Mineiros mostra que acentuou-se a tendência anteriormente delineada.

O Sistema Estadual de Bancos Públicos aumenta com a compra do Banco Agrimisa pelo Governo Estadual no final de 1985. Este Banco vinha apresentando sérios problemas de liquidez e o governo mineiro resolveu adquiri-lo já que "mais uma perda no setor denotaria os reflexos do esvaziamento econômico do Estado"².

2 - Diário do Comércio, 30.11.1985.

De qualquer maneira o Banco não é de grande porte, possuindo apenas 27 agências (16 em Minas) e depósitos que correspondem a aproximadamente 4,2% do total do BEMGE e CREDIREAL.

Ainda no final de 85 surge mais um Banco privado mineiro, com a compra do INTERPART pelo Grupo BMG. O novo Banco que passa a denominar-se BMG - Banco Comercial S/A é de pequeno porte, possuindo apenas 2 agências sendo uma no Rio de Janeiro e outra em São Paulo e um reduzido volume de depósitos.

Ao rol dos Bancos com controle de capital mineiro poderia ser acrescentado o Banco Rural S/A. Apesar de ter a sua sede no Rio de Janeiro, ele faz parte do grupo Rural/Tratex que é dominado por empresários mineiros. O Banco Rural é também de pequeno porte, sendo seus depósitos pouco maiores do que um terço dos depósitos do Banco Mercantil do Brasil, que é o maior Banco privado mineiro.

Em síntese, pode-se concluir que o Sistema Bancário de propriedade de mineiros concentra-se fortemente em Bancos Estaduais. Apenas o Banco Mercantil do Brasil pode ser considerado um Banco de médio porte, mas já não se incluía entre os 30 maiores Bancos Comerciais Brasileiros no final de 1984 e estava em 18º lugar entre os vinte maiores bancos privados em Dezembro de 1985.

Além disto, o Mercantil vem perdendo posição relativa se comparado ao BEMGE e CREDIREAL. Em 1975 os depósitos do Mercantil equivaliam aos dos dois Bancos Estaduais, mas em 1984 tinha apenas um quarto dos depósitos do BEMGE e um terço do CREDIREAL.

O crescimento do Progresso tem sido expressivo, mas por partir de uma base diminuta. Atualmente seus depósitos representam apenas 5% dos depósitos do BEMGE.

Os restantes Bancos mineiros, PRODUÇÃO E BMG, são de porte muito pequeno.

TABELA I

BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS

DEPÓSITOS EM 31/12/84 - EM CR\$ 1.000

I. PRIVADOS

Mercantil do Brasil	205.070.268
Produção	250.892
Progresso	56.839.989
B.M.G. Banco Comercial	4.728.005
Banco Rural	<u>84.245.295</u>
TOTAL	351.134.449

II. ESTADUAIS

Agrimisa	78.880.203
BEMGE	817.451.410
Credireal	723.680.800
Minas Caixa - à vista	182.061,006
- Poupança	<u>1.814.178.300</u>
TOTAL	3.616.251.719

FONTE: REVISTA BANCÁRIA BRASILEIRA, vários números e MINASCAIXA

II - O SISTEMA FINANCEIRO MINEIRO

Além dos Bancos Comerciais, atuam no Estado outras instituições financeiras, tanto privadas quanto públicas. A seção abaixo recupera alguns traços de sua evolução nos últimos 20 anos. Em seguida, concentramos nossa atenção no Sistema Estadual de Crédito, Financiamento e Investimento, que passa a predominar no cenário das instituições financeiras mineiras.

A) OUTROS SEGMENTOS DO MERCADO FINANCEIRO NÃO BANCÁRIO

Em relação a outras instituições financeiras mineiras, o quadro é bastante similar ao ocorrido com os Bancos Comerciais. Muitas empresas mineiras foram absorvidas por instituições de fora do Estado e também neste segmento o Estado passa a predominar.

BANCOS DE INVESTIMENTO MINEIROS

Acompanhando as reformas financeiras pós-64, surge também em Minas uma nova instituição denominada Banco de Investimento, que tinha por finalidade oferecer crédito de longo prazo. Como se sabe estas instituições deveriam no seu projeto original trabalhar com captações de prazo mais longo e através da participação acionária em empresas.

Em Minas Gerais foram criados somente quatro bancos de investimento, todos eles ligados a Bancos Comerciais. Os dois primeiros a serem criados foram o ICI e o BMG. O primeiro, surgido em 1967, fazia parte do conglomerado do Banco Comércio e Indústria e o segundo, em 1969, do Banco de Minas Gerais. Ambos tiveram suas cartas-patente adquiridas diretamente do Banco Central. Em 1971, são criados os Bancos de Investimento Mineiro do Oeste e Mercantil do Brasil ligados aos Bancos Comerciais do mesmo nome. O Mineiro do Oeste foi resultado da fusão de cinco financeiras sediadas em Minas: Alterosa, Capital de Minas, Minas Oeste Financeira, Investimig e Economisa. O Mercantil do Brasil proveio também da fusão de cinco financeiras, sendo uma de Minas, a Mercaminas, e quatro de outros Estados. A importância destes grupos no cenário nacional pode ser examinada na tabela a seguir, onde se evidencia a sua colocação no quadro dos Bancos de Investimento Brasileiros.

TABELA II

COLOCAÇÃO DOS BANCOS DE INVESTIMENTO SEDIADOS EM MINAS GERAIS
EM RELAÇÃO AOS BANCOS DE INVESTIMENTO BRASILEIROS,
SEGUNDO SEUS FINANCIAMENTOS - 1968/1982

	ICI	BMG	MINEIRO DO OESTE	MERCANTIL DO BRASIL
1968	17	-	-	-
1969	19	10	-	-
1970	18	14	-	25
1971	23	11	12	26
1972	26	10	36	15
1973	32	-	-	22
1974	-	-	-	-
1975	-	-	-	19
1976	-	-	-	22
1977	-	-	-	20
1978	-	-	-	21
1979	-	-	-	28
1980	-	-	-	27
1981	-	-	-	28
1982	-	-	-	25

FONTE: Quem é Quem na Economia Brasileira - Edição especial da Revista Visão, vários números.

O processo de fusões e incorporações ocorrido no final da década de 60 e início da década de 70, atinge também os Bancos de Investimento Mineiros. Assim é que em 1974 o ICI foi incorporado pelo conglomerado Nacional, que veio a localizar o seu próprio Banco de Investimento fora de Minas. O BMG foi incorporado pelo Banco Maisonnaive do Rio Grande do Sul em 1974 e o Mineiro do Oeste pelo Bradesco, em 1972. Assim sendo, o Mercantil do Brasil passou a ser o único Banco de Investimento privado com sede em Minas Gerais e ocupando em 1982, um modesto 25º lugar entre os Bancos Brasileiros deste tipo. A Tabela II também demonstra a pouca importância deste estabelecimento no contexto estadual, já que em 1982 respondia por apenas 1,1% dos empréstimos das principais instituições financeiras de Minas Gerais. Em 1984, o volume estimado de empréstimos do Mercantil correspondia a apenas 10% do total liberado pelo BDMG naquele ano.

A EVOLUÇÃO DAS FINANCEIRAS MINEIRAS

O período de maior importância para as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento Mineiras, ocorreu no final

da década de 60 quando estas instituições respondiam por aproximadamente 10% do volume total dos financiamentos concedidos no país relativos à Conta "Devedores por Responsabilidades Cambiais". Nesta época, duas financeiras mineiras estavam entre as dez maiores do país: a do Mineiro do Oeste e a do BMG (Tabela III).

Com a formação dos grandes bancos comerciais de atuação nacional entre 1971 e 1974, várias financeiras são absorvidas juntamente com o processo de fusões e incorporações que tão fortemente atingiu os bancos mineiros. Esta situação leva ao rápido declínio relativo das instituições mineiras que passam a responder por apenas aproximadamente 4% dos financiamentos concedidos por este tipo de instituição no Brasil nos anos de 1974/1976 (Tabela XII).

Da mesma forma que ocorre com os Bancos Comerciais, o setor estatal deste segmento do mercado passa a ocupar uma posição relativa cada vez mais destacada. As financeiras ligadas aos conglomerados BEMGE e CREDIREAL respondem na atualidade por aproximadamente 50% dos financiamentos concedidos por instituições mineiras deste segmento do mercado financeiro (Tabela IV).

DISTRIBUIDORAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - DTVM

Da mesma forma que ocorre com os Bancos Comerciais e com as financeiras, o setor é também dominado pelo Governo Estadual, através do controle da DIMINAS (uma das maiores distribuidoras do país) e da BEMGE DTVM. As restantes, cerca de três dezenas de DTVMs, são de pequeno porte, com a exceção da PROGRESSO da Mil, BMG e Hércules. No entanto, estas quatro últimas somadas não obtiveram em 1984 a metade da Receita Operacional da DIMINAS³.

3 - As informações sobre as DTVM são encontradas nos Boletins Informativos da AMDIVAL.

TABELA III

"RANKING" NACIONAL DAS SOCIEDADES DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (SCFI)

SEDIADAS EM MINAS GERAIS, SEGUNDO A CONTA FINANCIAMENTOS AO FINAL DE CADA ANO

1969-1983

	MINEI DO OES TE	BMG	CGC	BRACIN VEST S/A	ALTE ROSA	MERCA MINAS S/A*	PREVI SA	JOIA	HÉRCU LES	CAPIT TAL DE MI NAS	COFIMIG **	MINAS INVES TIMEN TO	INCON FIDEN TES	ECONO MIA	ECONO MISA	ÂMBAR	RURAL	CREDI MINAS	AGRI MISA	BEMGE	PROGRES SO
1969	6º	9º	17º	35º	39º	45º	72º														
1970	7º	10º	56º	52º	45º	37º		51º	54º	64º	89º	97º									
1971		7º		44º			98º	43º	34º		70º		79º								
1972		9º					86º	37º	80º		56º	32º		130º							
1973		7º				69º		26º	83º		61º	48º				138º		153º			
1974		16º				55º		40º	88º		46º	49º				114º		118º			
1975																					
1976		36º				45º			92º		39º	58º				115º		113º		43º	
1977		39º				38º			76º		40º	50º				104º		99º		32º	
1978		21º				23º			54º		26º	42º				97º		94º		27º	
1979		22º				18º			44º		26º	46º				91º		86º	84º	29º	
1980		22º				34º			50º		29º	40º				86º			67º	21º	80º
1981		23º				33º			53º		26º	40º				93º			70º	20º	79º
1982		21º				38º			68º		20º	36º				78º	97º		69º	27º	86º
1983		34º				43º			69º		18º	56º			95º	77º	90º		67º	42º	92º

FONTE: Quem é Quem na Economia Brasileira - Anuário da Revista Visão - vários números

* - MERCAMINAS S/A - mudou a denominação social para MERCANTIL DO BRASIL CFI, em 1978

** - COFIMIG - mudou a denominação social para CREDIREAL CFI em 1975.

TABELA IV

MINAS GERAIS: FINANCEIRAS PRIVADAS E ESTATAIS

1969-1983

Em Cr\$ 10³

ACEITES CAMBIAIS					DEVEDORES POR RESPONSABILIDADES CAMBIAIS			
ANOS	ESTATAL*		PRIVADO		ESTATAL*		PRIVADO	
1969	15949	4,2	363792	95,8	16986	4,0	412244	96,0
1970	19807	2,8	695654	97,2	22050	3,0	717859	97,0
1971	42510	7,6	519687	92,4	47423	8,0	542065	92,0
1972	89240	7,2	1149147	92,0	102967	8,0	1180299	92,0
1973	146566	8,0	1690071	92,0	137131	7,1	1781176	92,0
1974	302198	18,9	1291409	81,1	339730	19,0	1385722	81,0
1975	811515	38,9	1276611	61,1	914116	38,2	1479286	61,8
1976	1079379	39,5	1655806	60,5	1214509	38,5	1943963	61,5
1977	1487910	34,1	2882050	65,9	2170429	37,5	3613565	62,5
1978	2473549	30,1	5508979	69,0	3679184	33,9	7175302	66,1
1979	3312062	34,1	6393001	65,0	4438536	36,5	7705984	63,5
1980	4514497	35,0	8367806	65,0	6029633	36,7	10414340	63,3
1981	7289292	34,0	14106716	66,0	10133838	37,0	17287801	63,0
1982	24563387	41,8	34156599	58,2	34600336	45,0	42297865	55,0
1983	72957051	57,9	53141984	42,1	80923795	50,4	79498442	49,6

FONTE: Boletim da ACREFI - vários números

* - De 1969 até 1974 a única financeira estatal era a COFIMIG, tendo sido absorvida pelo CREDIREAL. De 1975 a 1983, adiciona-se a financeira do BEMGE.

B) O SISTEMA ESTADUAL DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

O Sistema é composto atualmente por três Bancos Comerciais, o BEMGE, o CREDIREAL e a partir do final de 1985 o AGRIMISA, um banco de desenvolvimento, o BDMG, a Caixa Econômica Estadual, Financeiras e Seguradoras.

Os dois grandes Bancos Comerciais, BEMGE e CREDIREAL e a Caixa Econômica Estadual têm papel preponderante nas atividades de financiamento, seja no âmbito dos Bancos sediados em Minas Gerais, seja dentro do próprio Sistema Estadual.

Em 1982 estes três Bancos realizaram 60,1% dos empréstimos efetuados por todas as instituições financeiras mineiras. No âmbito do Sistema Estadual, foram responsáveis por aproximadamente 75% de todos os empréstimos em 1984⁴.

Um quadro mais geral das atividades de empréstimo de instituições financeiras mineiras pode ser visualizado na Tabela abaixo. Nela incluem-se os Bancos Privados, inclusive o único Banco de Investimento, e o BDMG.

TABELA V
OPERAÇÕES DE CRÉDITO DOS BANCOS MINEIROS
A CURTO E A LONGO PRAZO - EM Cr\$ 1.000

	1982	1983	1984
I. PRIVADOS			
Mercantil do Brasil	48.866.265	98.810.825	191.463.394
Progresso	10.484.524	20.142.382	72.833.471
Agrimisa	9.818.845	22.684.294	55.769.075
Rural	5.493.506	12.138.648	61.153.444
Produção	480.462	54.331	596.971
Total	75.143.602	153.830.480	381.816.355
Mercantil de Investimento	16.750.663	34.704.338	87.020.654
II. ESTADUAIS			
CREDIREAL	326.774.000	1.086.358.000	3.356.465.400
BEMGE	114.388.900	340.060.400	1.121.146.100
MINASCAIXA	342.322.400	901.077.052	2.734.473.480
BDMG*	99.134.800	150.600.000	412.200.000

* Liberações no ano.

FONTE: Revista Bancária Brasileira, vários números, Relatórios anuais do BDMG e MINASCAIXA.

4 - Ver Relatório da Secretaria da Fazenda. Minas Gerais, 1984, p. 118.

Uma vez que os dados sobre empréstimos são apresentados sob a forma de saldos da carteira de empréstimos no final do período, com exceção do BDMG, é necessário utilizar um procedimento que estime o volume de empréstimos realizados no ano. Para tanto, optamos por adotar o fluxo de empréstimos, que é calculado subtraindo-se o saldo da conta "Operações de Crédito" no final de um ano pelo saldo do ano anterior.

Assim, teremos que o volume de empréstimos estimado é o seguinte:

ANOS	BANCOS ESTADUAIS (BEMGE E CREDIREAL)	MINASCAIXA	BDMG	BANCOS PRIVADOS	MERCANTIL BANCO DE INVESTIMENTO
1983	985.256.400	558.754.600	150.600.000	78.686.878	17.953.675
1984	3.051.192.200	1.833.396.400	412.200.000	227.985.875	52.316.316

Tanto o crédito de curto prazo fornecido pelos Bancos Comerciais, como o de longo prazo oferecido pela MINASCAIXA (cerca de 80% dos empréstimos são da carteira imobiliária) BDMG e pelo único Banco de Investimento Mineiro, é maciçamente oriundo do setor estadual. O setor privado tem uma participação de apenas aproximadamente 5,3% do total de empréstimos. Ainda que acrescentássemos os créditos efetuados pelas financeiras o quadro não se alteraria. Em trabalho anterior, estimamos que em 1982 apenas 6,6% dos empréstimos das instituições financeiras mineiras eram feitos por aquele tipo de instituição. Mesmo assim, atualmente, com a compra do AGRIMISA, mais de 50% do setor é dominado pelas financeiras estatais (Tabela IV).

Enquanto o BDMG e a Caixa Econômica Estadual só operam em território mineiro, os dois grandes conglomerados estaduais atuam em todo o país como verdadeiros Bancos Comerciais. A sua rede de agências foi constituída no período de expansão dos Bancos mineiros, só tendo estancado o seu crescimento a nível nacional, no início da década de 70, com a proibição da abertura de novas agências fora do âmbito estadual para os bancos pertencentes aos governos estaduais.

Atualmente, as duas instituições possuem 460 agências, sendo 279 em Minas e 181 em outros Estados.

No entanto, o que se verifica é uma progressiva perda da importância na captação de recursos em outros Estados. Em

1975, o BEMGE tinha 50,1% dos seus depósitos em Minas e em 1984 passa a ter 73% (BEMGE E CREDIREAL) (Tabela VI).

Por outro lado, as aplicações concentram-se fortemente em território mineiro. Em 1975 o BEMGE aplicava 56,0% do total dos seus empréstimos em Minas, mas em 1984 os dois Bancos aplicavam 93,5% dos empréstimos no próprio Estado (Tabela VII).

Esta situação contrasta com a de um Banco privado, como o Mercantil, que tem uma distribuição de depósitos e empréstimos bem mais equilibrada. Aquele Banco, em 1983, tinha em Minas 31,8% dos seus depósitos e 38,5% de suas aplicações.

No conjunto, pode-se afirmar que os Bancos Mineiros perderam a característica que ostentavam nas décadas de 40, 50 e 60 de terem abrangência nacional, fazendo a grande maioria de suas captações e aplicações fora do Estado.

A nível nacional os dois Bancos Estaduais vem perdendo sua posição relativa no "ranking" dos maiores Bancos Comerciais Brasileiros, em volume de depósitos, situando-se em torno do 20º lugar nos anos de 1983 e 1984. Esta posição representa uma acentuada queda em relação aos níveis de 1969/70, quando situaram-se entre a 13a. e 14a. colocação entre todos os Bancos Comerciais Brasileiros.

O Sistema Estadual de Crédito, Financiamento e Investimento, vem apresentando sérios problemas nos últimos anos em virtude de seus fracos resultados operacionais e de sua precária capitalização se comparada aos maiores Bancos Comerciais Brasileiros. Entre 1980 e 1984 o Patrimônio Líquido do BEMGE decresce 5% em termos reais, e o do CREDIREAL decresce de 31,9%⁵.

Alguns esforços vem sendo realizados recentemente para capitalizar aqueles Bancos através de empréstimos externos, aumentar a integração de serviços comuns, remanejamento de agências e aumento da automação dos serviços bancários.

Em síntese, pode-se dizer que verifica-se:

- a) o enfraquecimento dos dois grandes bancos comerciais estaduais a nível nacional;
- b) uma clara tendência à concentração de todos os seus negócios no interior do próprio Estado;
- c) a diminuta participação do setor financeiro privado mineiro nas operações de financiamento.

5 - Relatório da Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, op. cit., p.120-1.

TABELA VI

DEPÓSITOS POR REGIÕES - 1975/1984

EM %

BEMGE E CREDIREAL

ANO	MINAS GERAIS	OUTROS ESTADOS
1975*	50,1	49,0
1980	56,0	44,0
1981	59,1	40,9
1982	57,0	43,0
1983	52,4	47,6
1984	73,0	27,0
1985	66,0	34,0

* - Somente BEMGE

FONTE: Conselho de Política Financeira e BEMGE

TABELA VII

EMPRÉSTIMOS POR REGIÕES - 1975/1984

EM %

BEMGE E CREDIREAL

ANO	MINAS GERAIS	OUTRAS REGIÕES
1975*	56,0	44,0
1980	83,7	16,3
1981	88,7	11,3
1982	91,0	9,0
1983	90,8	9,2
1984	93,5	6,5
1985	90,9	9,1

* - Somente BEMGE

FONTE: Conselho de Política Financeira e BEMGE

III - MINAS NO CONTEXTO FINANCEIRO NACIONAL

Ao encerrar-se o ciclo de fusões e incorporações bancárias no início da década de 70, Minas já tinha passado para um plano bastante secundário no contexto financeiro nacional. Como evidência, constata-se que os bancos sediados em Minas que detinham 17,4% dos depósitos brasileiros em 1966, passa para apenas 8,4% em 1982 (inclusive o Nacional). Além disto, nota-se que a praça de Minas Gerais cresce mais lentamente no que se refere à captação de depósitos. Entre 1960 e 1980, os depósitos crescem no Brasil por um fator de 2.471, em São Paulo por 2.487 e em Minas por apenas 1.704⁶.

Como o processo de fusões e incorporações criou alguns grandes conglomerados que vieram a localizar-se no Rio e São Paulo, a preponderância financeira destes dois Estados, mas principalmente a de São Paulo, acentuou-se no cenário nacional. Estes conglomerados passaram a atuar em diferentes faixas do mercado, além da tradicional captação de depósitos à vista, atraindo para si uma acentuada concentração de atividades financeiras dos mais diversos tipos.

É fato conhecido que o peso financeiro de São Paulo e do Rio é mais do que proporcional à sua participação nas atividades produtivas, mesmo antes do processo de concentração bancária. Em 1968, São Paulo detinha 28% do PIB brasileiro, mas possuía 51,6% dos aceites cambiais, 53,8% dos financiamentos concedidos por Bancos de Investimento, 67,8% dos depósitos com correção monetária, 38,4% dos empréstimos bancários e detinha 42,5% dos depósitos do sistema bancário brasileiro.

No final da década de 70 e início da década de 80 esta tendência havia se acentuado. São Paulo detinha 44,7% dos depósitos bancários, concedia 47,2% dos empréstimos bancários, 63,7% dos depósitos com correção monetária, concedia 72,6% dos financiamentos de Finanças e 60,4% dos Bancos de Investimento, concentrava 72,1% dos aceites cambiais, movimentava 63,9% do volume negociado em Bolsas de Valores do país e possuía aproximadamente 39% dos depósitos em poupança do país.

6 - Ver SCHWARTZMAN e SOUZA, op. cit., p. 106.

Este processo de concentração foi concomitante à perda da importância de Minas, mas também a do Rio de Janeiro como importante centro financeiro. Por outro lado, aumenta a importância relativa de alguns estados do Sul do país, especialmente o Paraná e o Rio Grande do Sul, mas com valores absolutos ainda muto baixos quando comparados à São Paulo.

TABELA VIII

DEPÓSITOS TOTAIS DO SISTEMA BANCÁRIO NOS PRINCIPAIS ESTADOS E A SUA PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DOS
DEPÓSITOS DO BRASIL - 1966-1980 (SALDOS EM FIM DE PERÍODO)

Em milhões de cruzeiros Cr\$10⁶

Estados Anos	São Paulo	%	Rio de Janeiro	%	Minas Gerais	%	Rio Grande do Sul	%	Paraná	%	Outros	%	Brasil	%
1966	2.884	41,4	1.486	21,3	480	6,9	331	4,8	420	6,0	1.372	19,6	6.973	100
1967	4.795	43,9	2.194	20,1	703	6,4	515	4,7	506	4,6	2.215	20,3	10.928	100
1968	6.578	42,5	3.523	22,8	983	6,4	741	4,8	720	4,7	2.920	18,8	15.465	100
1969	8.645	43,1	3.969	19,9	1.209	6,1	1.064	5,3	1.019	5,1	4.093	20,4	19.999	100
1970	11.670	45,2	4.934	19,1	1.624	6,3	1.367	5,3	1.129	4,4	5.103	19,7	25.827	100
1971	16.338	46,5	6.632	18,9	1.991	5,7	1.903	5,4	1.903	5,4	6.394	18,1	35.161	100
1972	24.139	47,2	9.389	18,4	2.791	5,5	2.758	5,4	2.897	5,7	9.124	17,8	51.098	100
1973	34.919	48,6	12.731	17,7	3.784	5,3	3.595	5,0	4.172	5,8	12.640	17,6	71.841	100
1974	47.609	49,7	17.004	17,8	4.982	5,2	4.542	4,7	5.374	5,6	16.274	17,0	95.785	100
1975	63.454	46,6	26.088	19,2	7.589	5,6	6.972	5,1	8.177	6,0	23.783	17,5	136.063	100
1976	87.595	46,8	34.790	18,6	10.634	5,7	9.462	5,1	11.079	5,9	33.521	17,9	187.081	100
1977	133.338	47,6	50.388	18,0	16.842	6,0	14.626	5,2	14.192	5,1	51.028	18,1	280.414	100
1978	212.304	48,4	77.257	17,6	26.468	6,0	22.375	5,1	23.134	5,3	77.066	17,6	438.604	100
1979	352.224	45,5	120.556	15,6	42.834	5,5	41.228	5,3	36.582	4,7	179.920	23,4	773.344	100
1980	537.132	44,7	201.655	16,8	73.436	6,1	67.999	5,7	57.715	4,8	262.972	21,9	1.200.909	100

FONTE: Boletim do Banco Central do Brasil - vários números.

OBS.: Exclusive Banco do Brasil.

TABELA IX

EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA BANCÁRIO NOS PRINCIPAIS ESTADOS E A SUA PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DOS
EMPRÉSTIMOS DO BRASIL - 1966-1980 (SALDOS EM FIM DE PERÍODO)

Em milhões de cruzeiros Cr\$10⁶

Anos	Estados													
	São Paulo	%	Rio de Janeiro	%	Minas Gerais	%	Rio Grande do Sul	%	Paraná	%	Outro	%	Brasil	%
1966	2.076	39,9	1.052	20,2	466	9,0	283	5,5	269	5,2	1.051	20,2	5.197	100
1967	3.420	39,7	1.582	18,4	736	8,5	456	5,3	434	5,0	1.988	23,1	8.616	100
1968	5.472	39,4	2.594	18,7	1.124	8,1	790	5,7	605	4,4	3.287	23,7	13.872	100
1969	7.729	39,7	3.710	19,0	1.440	7,4	1.058	5,4	1.007	5,2	4.540	23,3	19.484	100
1970	10.495	40,1	4.809	18,4	2.005	7,6	1.468	5,6	1.177	4,5	6.241	23,8	26.195	100
1971	16.346	43,3	6.280	16,6	2.682	7,1	2.252	6,0	2.249	5,9	7.953	21,1	37.762	100
1972	23.592	43,0	8.705	15,9	3.824	6,9	3.423	6,2	3.575	6,5	11.785	21,5	54.904	100
1973	35.381	44,9	11.110	14,1	4.689	6,0	4.637	5,9	5.639	7,2	17.311	21,9	78.767	100
1974	53.345	46,5	14.384	12,5	7.008	6,1	6.962	6,1	8.529	7,4	24.470	21,4	114.698	100
1975	77.554	44,7	21.589	12,4	10.775	6,2	11.044	6,4	14.209	8,2	38.381	22,1	173.552	100
1976	118.064	44,7	35.691	13,5	16.296	6,2	17.167	6,5	16.733	6,3	60.051	22,8	264.002	100
1977	191.485	46,7	52.312	12,8	28.189	6,9	27.161	6,6	22.599	5,5	88.071	21,5	409.817	100
1978	305.523	46,8	82.616	12,8	44.614	6,8	43.199	6,6	33.660	5,2	142.560	21,8	652.172	100
1979	524.904	47,0	137.505	12,3	79.482	7,1	68.127	6,1	57.331	5,1	250.217	22,4	1.117.566	100
1980	917.711	47,2	234.483	12,1	143.371	7,5	131.665	6,8	94.522	4,9	418.276	21,3	1.942.028	100

FONTE: Boletim do Banco Central do Brasil - vários números.

OBS.: Exclusive Banco do Brasil.

TABELA X

DEPÓSITOS DE POUPANÇA E LETRAS IMOBILIÁRIAS REFERENTE ÀS PRINCIPAIS REGIÕES DO PAÍS, SEGUNDO O CRITÉRIO DO BNH - 1973 A 1983

Em mil cruzeiros Cr\$10³

Anos	Regiões	5ª Região		6ª Região		7ª Região		8ª Região	
			%		%		%		%
1973		940.000	6,7	3.326.000	23,6	6.032.000	42,8	1.616.000	11,5
1974		2.017.000	7,0	7.171.000	24,8	12.350.000	42,8	3.028.000	10,5
1975		3.769.000	6,8	13.838.000	25,1	23.628.000	42,8	5.589.000	10,1
1976		7.807.000	7,1	26.916.000	24,6	47.365.000	43,3	10.759.000	9,8
1977		13.624.000	7,7	44.604.000	25,2	74.672.000	42,1	17.081.000	9,6
1978		23.320.000	7,8	71.879.000	25,0	120.608.000	42,0	28.404.000	9,9
1979		40.232.000	7,7	125.093.000	24,1	220.804.000	42,5	52.051.000	10,0
1980		77.969.000	7,9	231.194.000	23,6	413.851.000	42,2	95.823.000	9,8
1981		203.375.000	8,2	545.886.000	22,1	1.027.015.000	41,6	243.423.000	9,9
1982		481.657.321	8,5	1.240.071.124	22,0	2.325.496.203	41,2	573.764.691	10,2
1983 ^a		1.519.720.184	9,0	3.577.783.860	21,2	6.630.290.643	39,3	1.696.157.098	10,1

LETRAS IMOBILIÁRIAS

Em mil cruzeiros Cr\$10³

Anos	Regiões	5ª Região		6ª Região		7ª Região		8ª Região	
			%		%		%		%
1973		248.000	3,9	1.576.000	25,1	2.735.000	43,5	301.000	4,8
1974		453.000	5,7	1.867.000	23,3	3.671.000	45,9	387.000	4,8
1975		412.000	4,8	1.850.000	21,5	4.800.000	55,8	483.000	5,6
1976		572.000	6,1	1.775.000	19,0	5.191.000	55,6	570.000	6,1
1977		791.000	7,7	1.554.000	15,2	5.802.000	56,7	811.000	7,9
1978		1.252.000	12,3	1.699.000	16,7	5.114.000	50,3	946.000	9,3
1979		2.145.000	18,0	2.469.000	20,7	5.223.000	43,9	945.000	7,9
1980		3.845.000	26,5	3.516.000	24,3	5.101.000	35,2	949.000	6,6
1982		13.427.371	35,3	7.807.888	20,5	12.229.043	32,1	2.500.682	6,6
1983 ^a		35.042.809	44,3	11.777.055	14,9	16.554.449	20,9	11.898.534	15,1

FONTE: BMG - Setor de planejamento econômico e financeiro.

OBS.: Exclusive Caixa Econômica Federal (CEF).

Classificação do BNH: 5ª Região - Minas Gerais. 6ª Região - Espírito Santo, Rio de Janeiro. 7ª Região - São Paulo, Mato Grosso do Sul. 8ª Região - Rio Grande do Sul.

a - Dados de novembro de 1983.

TABELA XI^a
 ACEITES CAMBIAIS DAS FINANCEIRAS POR ESTADO - 1968-1983 (SALDOS EM FIM DE PERÍODO)

Em mil cruzeiros Cr\$10 ³												
Estados Anos	São Paulo	%	Rio de Janeiro	%	Minas Gerais	%	Rio Grande do Sul	%	Paraná	%	Outros Estados	%
1968	1.695.240	51,6	861.459	26,2	417.730	12,7	152.201	4,6	64.277	1,9	97.816	3,0
1969	2.445.941	55,8	1.047.614	23,9	379.741	8,7	229.940	5,2	136.879	3,1	146.683	3,3
1970	4.124.998	54,6	1.666.715	20,5	715.461	9,5	541.211	7,2	227.333	3,0	280.237	5,3
1971	6.676.206	60,1	2.323.261	20,9	562.197	5,1	952.106	8,6	230.344	2,1	358.940	3,2
1972	11.201.574	56,6	4.291.903	21,7	1.238.387	6,3	1.645.725	8,3	576.419	2,9	822.525	4,1
1973	20.368.003	59,5	7.528.528	22,0	1.836.637	5,4	1.851.540	5,4	1.132.873	3,3	1.516.718	4,4
1974	25.908.902	63,4	8.273.757	20,2	1.593.607	3,9	1.805.727	4,4	1.483.808	3,6	1.802.575	4,5
1975	36.948.366	66,9	9.844.579	17,8	2.088.126	3,8	2.266.727	4,1	1.564.025	2,8	2.488.109	4,5
1976	48.138.874	69,1	11.031.417	15,8	2.735.185	3,9	2.627.664	3,8	2.012.827	2,9	3.107.952	4,3
1977	56.660.829	67,8	12.651.580	15,1	4.369.960	5,2	2.763.564	3,3	2.401.348	2,9	4.769.400	5,7
1978*	84.920.081	66,4	20.439.430	15,9	7.982.528	6,2	3.879.286	3,0	4.059.059	3,2	6.650.004	5,2
1979	104.612.442	65,2	25.733.235	16,0	9.705.063	6,1	4.769.360	2,9	7.234.620	4,5	8.410.655	5,3
1980	147.360.135	65,7	36.590.431	16,3	12.882.303	5,7	6.268.581	2,8	9.922.017	4,4	11.363.852	5,1
1981	242.973.750	64,6	65.227.289	17,3	21.393.008	5,7	16.667.398	4,4	11.626.027	3,1	18.521.445	4,9
1982	854.033.188	64,1	263.851.478	19,8	58.719.986	4,4	69.328.272	5,2	26.240.343	2,0	59.964.442	4,5
1983	2.313.554.718	72,1	343.405.829	10,7	126.099.035	3,9	81.256.542	2,5	187.411.435	5,8	157.649.980	5,0

FONTE: Boletim da ACREFI - vários números.

* Dados de 29/12 de 1978.

TABELA XII

VOLUME TOTAL DOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS PELAS FINANCEIRAS "SEDIADAS" POR ESTADOS - DEVEDORES POR
RESPONSABILIDADES CAMBIAIS - 1969-1983 (SALDOS EM FIM DE PERÍODO)

Em mil cruzeiros Cr\$10³

Estados Anos	São Paulo	%	Rio de Janeiro ^a	%	Minas Gerais	%	Rio Grande do Sul	%	Paraná	%	Outros Estados	%
1969	2.526.124	55,7	1.080.638	23,8	429.230	9,5	231.916	5,1	131.970	2,9	134.499	3,0
1970	4.225.286	54,7	1.704.340	22,1	739.909	9,6	545.828	7,1	224.626	2,9	280.551	3,6
1971	6.941.535	60,5	2.362.351	20,6	589.488	5,1	995.473	8,7	222.912	1,9	368.539	3,2
1972	11.702.855	56,8	4.359.362	21,1	1.283.266	6,2	1.826.778	8,9	584.441	2,8	855.433	4,2
1973	21.026.743	59,2	7.852.227	22,1	1.918.307	5,4	2.017.478	5,7	1.161.421	3,3	1.548.990	4,3
1974	26.827.799	63,1	8.659.884	20,4	1.785.452	4,2	1.782.944	4,2	1.552.626	3,6	1.916.173	4,5
1975	38.443.675	66,6	10.314.330	17,9	2.393.402	4,1	2.377.313	4,1	1.691.948	2,9	2.557.681	4,4
1976	51.241.403	68,5	12.143.949	16,2	3.208.615	4,3	2.734.259	3,7	2.116.780	2,8	3.386.950	4,5
1977	63.252.389	66,7	14.784.262	15,6	5.783.994	6,1	2.891.573	3,0	2.862.777	3,0	5.279.396	5,6
1978	95.252.187	65,6	23.652.782	16,3	10.854.686	7,5	3.718.512	2,6	4.761.303	3,3	6.824.673	4,7
1979	133.291.963	67,0	30.055.002	15,1	12.144.520	6,1	5.978.457	3,0	7.829.366	3,9	9.668.495	4,9
1980	163.155.328	65,6	39.019.833	15,7	16.443.973	6,6	7.930.520	3,2	10.624.643	4,3	11.427.178	4,6
1981	290.405.927	66,1	66.167.034	15,1	27.421.639	6,3	14.656.657	3,3	20.136.502	4,6	20.343.152	4,6
1982	967.296.278	65,6	250.553.482	17,0	76.898.201	5,2	29.174.766	2,0	83.964.475	5,7	66.848.866	4,5
1983	2.800.223.466	72,6	402.875.367	10,4	160.422.237	4,2	99.507.501	2,6	227.011.539	5,9	166.829.111	4,3

FONTE: Boletim Informativo ACREFI, vários números.

OBS.: Financiamentos-Devedores por responsabilidades cambiais: Crédito ao consumidor, capital de giro, não discriminados.
Vendas a prestação, consumidor final.

NO ano de 1971-financiamentos no Estado do Rio de Janeiro inclui somente os financiamentos da Guanabara, excluindo o antigo Estado do Rio de Janeiro.

TABELA XIII

FINANCIAMENTOS TOTAIS CONCEDIDOS PELOS BANCOS DE INVESTIMENTOS SEDIADOS NOS RESPECTIVOS ESTADOS
1969-1983 (SALDOS EM FIM DE PERÍODO)

Em mil cruzeiros Cr\$10³

Estados Anos	São Paulo	%	Rio de Janeiro	%	Minas Gerais	%	Rio Grande do Sul	%	Paraná	%	Bahia	%	Outros Estados	%
1969	1.698.478	53,8	818.420	25,9	200.213	6,4	323.255	10,2	47.347	1,5	46.761	1,5	20.927	0,7
1970	2.515.757	51,0	1.277.336	25,9	299.562	6,1	588.142	11,9	88.975	1,8	95.924	1,9	69.367	1,4
1971	3.818.930	45,9	2.138.089	25,7	906.689	10,9	827.466	10,0	228.557	2,7	140.553	1,7	255.166	3,1
1972	6.490.343	42,8	4.283.766	28,3	2.044.504	13,5	891.687	5,9	541.468	3,6	290.185	1,9	604.237	4,0
1973	11.632.740	50,5	5.799.329	25,2	1.616.770	7,0	1.019.492	4,4	708.134	3,1	1.031.323	4,5	1.222.542	5,3
1974	14.227.978	48,0	8.473.544	28,6	686.313	2,3	2.071.988	7,0	1.245.583	4,2	1.441.028	4,8	1.515.255	5,1
1975	20.723.453	43,6	15.453.210	32,5	972.639	2,0	3.272.777	6,9	1.755.104	3,7	3.097.095	6,5	2.283.441	4,8
1976	33.230.953	47,2	22.537.796	32,0	1.219.897	1,7	4.003.498	5,7	2.565.646	3,6	3.909.879	5,6	2.998.125	4,2
1977	58.116.741	52,2	31.968.293	28,7	2.090.053	1,9	4.730.456	4,2	5.101.966	4,6	6.806.130	6,1	2.585.839	2,3
1978	89.272.304	57,5	39.312.850	25,3	2.373.192	1,5	5.993.863	3,9	4.950.311	3,2	9.300.285	6,0	4.022.871	2,6
1979	161.952.049	53,8	92.632.669	30,7	3.480.908	1,2	12.459.474	4,1	11.904.459	4,0	13.878.221	4,6	4.969.662	1,6
1980	252.812.436	54,5	142.727.974	30,7	4.783.063	1,0	15.103.092	3,3	19.866.006	4,3	22.462.620	4,8	6.478.364	1,4
1981	460.216.325	52,7	272.195.329	31,2	8.808.353	1,0	38.454.509	4,4	35.588.900	4,1	47.213.197	5,4	10.903.424	1,2
1982	850.597.486	54,5	485.714.120	31,1	16.859.906	1,1	64.026.086	4,1	64.162.214	4,1	87.441.448	5,6	19.913.070	1,3
1983	2.201.560.648	60,4	873.379.590	23,9	32.931.915	0,9	187.404.226	5,1	119.435.232	3,3	198.024.094	5,4	35.933.460	1,0

FONTE: Boletim Informativo - ACREFI - vários anos.

OBS.: Financiamentos Totais (Ao Capital Fixo e Ao Capital de Giro).

TABELA XIV

TOTAL DOS DEPÓSITOS A PRAZO COM CORREÇÃO MONETÁRIA CAPTADOS PELOS BANCOS DE INVESTIMENTOS SEDIADOS POR
ESTADO - 1969-1983 (SALDOS EM FIM DE PERÍODO)

Estados Anos	Em mil cruzeiros Cr\$10 ³													
	São Paulo	%	Rio de Janeiro	%	Minas Gerais	%	Rio Grande do Sul	%	Paraná	%	Bahia	%	Outros Estados	%
1969	761.989	67,8	252.157	22,4	14.826	1,3	89.327	8,0	1.133	0,1	2.403	0,2	1.966	0,2
1970	1.787.567	63,3	545.952	19,3	163.361	5,8	264.306	9,4	34.128	1,2	11.848	0,4	15.388	0,6
1971	3.075.681	53,0	1.373.627	23,7	460.712	7,9	639.650	11,0	102.306	1,8	58.696	1,0	95.410	1,6
1972	5.109.246	49,2	2.645.749	25,5	974.751	9,4	690.734	6,6	289.797	2,8	196.359	1,9	476.454	4,6
1973	8.992.946	49,4	4.433.238	24,3	1.029.344	5,7	1.409.059	7,7	616.243	3,4	749.303	4,1	984.738	5,4
1974	10.439.894	46,9	6.582.816	29,5	637.551	2,9	1.369.132	6,1	976.891	4,4	1.174.988	5,3	1.101.883	4,9
1975	15.908.879	45,1	10.899.365	30,9	912.563	2,6	1.781.195	5,1	1.477.560	4,2	2.571.631	7,3	1.685.290	4,8
1976	24.932.948	47,9	15.492.307	29,8	1.115.859	2,1	2.573.479	4,9	2.184.542	4,2	3.472.997	6,7	2.272.123	4,4
1977	44.154.943	52,6	21.243.956	25,3	1.816.745	2,2	3.625.644	4,3	4.831.939	5,8	5.711.967	6,8	2.492.311	3,0
1978	77.239.877	58,1	32.169.468	24,2	2.049.781	1,6	5.182.002	3,9	4.556.203	3,4	9.268.949	7,0	2.429.996	1,8
1979	121.779.981	54,4	63.217.598	28,2	2.940.726	1,3	9.800.526	4,4	9.121.123	4,1	13.252.477	5,9	3.893.323	1,7
1980	209.470.073	56,6	103.661.170	28,0	3.782.158	1,0	11.730.358	3,2	14.451.940	3,9	22.053.401	6,0	4.646.460	1,3
1981	436.133.308	56,6	217.032.535	28,2	6.286.910	0,8	33.994.270	4,4	24.134.057	3,1	42.266.118	5,5	10.246.210	1,4
1982	911.998.834	57,9	447.190.206	28,4	10.988.660	0,7	67.771.701	4,3	51.009.063	3,2	70.982.456	4,5	15.543.898	1,0
1983	2.675.540.943	63,7	876.050.929	20,8	20.442.152	0,5	261.082.327	6,2	124.599.240	3,0	209.919.827	5,0	34.388.606	0,8

FONTE: Boletim Informativo - ACREFI - vários números.

OBS.: Outros: 1969-1970 Distrito Federal. 1971-1977 Distrito Federal e Pernambuco. 1978-1983 Pernambuco.

TABELA XV

QUANTIDADE DE AÇÕES NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES DO BRASIL - 1973-1983

Anos	Em milhões de ações											
	B V S P (1)	%	B V R J (2)	%	B O V M E s B (3)	%	B V E S (4)	%	B V P r	%	Outros B V (s) (5)	%
1973	4.270	66,3	1.928	29,9	138	2,1	53	0,8	26	0,4	20	0,5
1974	3.149	57,2	2.114	38,4	145	2,6	53	1,0	19	0,4	19	0,4
1975	3.973	49,1	3.852	47,6	151	1,8	64	0,8	22	0,3	33	0,4
1976	4.796	48,3	4.678	47,1	175	1,8	143	1,4	35	0,4	101	1,0
1977	7.069	45,6	7.611	49,1	366	2,4	174	1,1	63	0,4	225	1,4
1978	11.195	47,9	10.971	46,9	606	2,6	291	1,2	125	0,5	167	0,9
1979	19.939	53,9	14.989	40,5	1.146	3,1	398	1,1	128	0,3	358	1,1
1980	34.333	60,5	19.653	34,6	1.483	2,6	895	1,6	215	0,4	117	0,4
1981	32.528	58,8	19.356	34,9	1.717	3,1	1.467	2,7	178	0,3	93	0,2
1982	56.398	61,8	27.157	29,8	3.371	3,7	3.810	4,2	255	0,3	223	0,2
1983	195.883	67,1	78.360	26,8	8.139	2,8	8.594	2,9	492	0,2	582	0,2

FONTE: Relatórios da CNBV - Bolsas de Valores.

OBS.: (1) Corresponde à quantidade de ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (BVSP) e Santos (BVST).

(2) A quantidade de ações negociadas na BVRJ, até 1979, foi obtida pela soma da quantidade de ações negociadas nas Bolsas de Valores da Guanabara e do Rio de Janeiro. - No ano de 1980 as BVGB e BVRJ se fundiram e passaram a constituir a BVRJ.

(3) BOVMESB - Bolsa de Valores de Minas Gerais, Espírito Santo e Brasília. - Em 1975 - fusão BVMG com BVES permanecendo sob a denominação social Bolsa de Valores de Minas Gerais (BVMG) - Em 1977 - fusão BVMG com a BVBr. Nesta coluna os dados referem-se à quantidade de ações negociadas nas BVMG, BVBr e BVES para o período de 1973 a 1977.

(4) Bolsa de Valores do Extremo Sul (BVES). - No ano de 1978 ocorreu a fusão da BVRS com a BVSC surgindo a BVES. Nesta coluna, até 1978, encontramos a soma da quantidade de ações negociadas nas Bolsas de Valores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

(5) Outras Bolsas. - BVBA - Bolsa de Valores da Bahia que se estende aos estados da Bahia, Alagoas e Sergipe. - BVRG - Bolsa de Valores Regional - antiga Bolsa de Valores do Ceará (BVCE) que se estende aos estados: RN, CE, AM, PA, PI, MA. - BVPE - Bolsa de Valores de Pernambuco - antiga Bolsa de Valores de Recife (BVRE).

TABELA XVI
VOLUME NEGOCIADO NAS PRINCIPAIS BOLSAS DE VALORES DO BRASIL - 1973-1983

Em milhões de cruzeiros Cr\$10 ⁶												
Bolsas Anos	B V S P (1)	%	B V R J (2)	%	B O V M E S B (3)	%	B V E S (4)	%	B V P r	%	Outras B V s (5)	%
1973	9.675	59,7	6.024	37,2	270	1,7	88	0,5	111	0,7	41	0,2
1974	6.393	51,8	5.596	45,2	237	1,9	50	0,4	26	0,2	44	0,5
1975	9.373	40,9	12.992	56,7	363	1,6	86	0,4	32	0,1	60	0,3
1976	9.451	39,7	13.501	56,7	430	1,8	203	0,9	48	0,2	172	0,7
1977	13.223	39,8	18.419	55,4	863	2,6	293	0,9	75	0,2	381	1,1
1978	20.759	45,3	23.160	50,5	1.003	2,2	550	1,2	136	0,3	283	0,5
1979	38.178	55,5	26.939	39,1	1.948	2,8	895	1,3	171	0,2	691	1,1
1980	84.736	57,3	56.608	38,3	3.142	2,1	2.721	1,8	434	0,3	276	0,2
1981	76.150	50,3	67.338	44,5	4.160	2,7	3.159	2,1	342	0,2	279	0,2
1982	208.633	53,0	167.880	42,7	8.811	2,2	6.672	1,7	904	0,2	603	0,2
1983	1.003.484	63,9	486.011	30,9	33.323	2,1	36.941	2,4	9.705	0,6	2.233	0,1

FONTE: CNEV/Bolsas de Valores.

OBS.: (1) Corresponde ao volume negociado nas bolsas de valores de São Paulo (BVsP) e Santos (BVST).

(2) O volume negociado da BVRJ até 1979 foi obtido pela soma do volume negociado nas Bolsas de Valores da Guanabara e do Rio de Janeiro. No ano de 1980 as Bolsas de Valores do Rio de Janeiro e Guanabara se fundiram e passaram a constituir a BVRJ.

(3) BOVMESB - Em 1975 - fusão da BVMG com a Bolsa de Valores do Espírito Santo (BVES) permanecendo sob a denominação social Bolsa de Valores de Minas Gerais. Em 1977 - fusão BVMG com a BVBr surgindo a BOVMESB. Nesta coluna, os dados referem-se ao volume negociado nas BVMG, BVBr e BVES para o período de 1973 a 1977.

(4) Bolsa de Valores do Extremo Sul (BVES) - No ano de 1978 ocorreu a fusão da BVRS com a BVSC surgindo a BVES. Nesta coluna até 1978, encontramos a soma do volume negociado nas Bolsas de Valores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

(5) As mesmas observações do item (5) da Tabela II.

Além de Minas ter perdido importância no contexto financeiro nacional, vem perdendo participação nos negócios financeiros no seu próprio espaço geográfico. Um bom indicador desta tendência seria a diminuição da captação de depósitos por instituições mineiras em favor dos grandes bancos nacionais e dos bancos de propriedade do Governo Federal.

A Tabela XVII apresenta os depósitos das agências dos principais Bancos Brasileiros em território mineiro. Embora não tenhamos informação sobre os outros bancos mineiros, pode-se afirmar que a sua inclusão não alteraria significativamente os resultados aqui apresentados, por serem todos eles de pequeno porte.

Os cinco grandes conglomerados (Bradesco, Real, Itaú, Nacional e Unibanco) aumentam paulatinamente sua participação no mercado mineiro, passando de 41,5% dos depósitos, em junho de 1983, para 43,6% e 44,6% nos dois últimos períodos analisados. Enquanto isto, os bancos mineiros apresentam uma ligeira tendência à queda, diminuindo sua participação de 44,8% para 41,6% e 43,7% nos mesmos períodos acima considerados. Note-se que a participação do BEMGE é crescente, enquanto diminui a dos três outros bancos. A inclusão do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal alteraria substancialmente este quadro. Em junho de 1983, o Banco do Brasil possuía aproximadamente um quarto dos depósitos em território mineiro, não incluindo a Caixa Econômica Federal. Assim sendo, é certo que a participação dos Bancos mineiros em seu próprio território é bastante reduzida, predominando os dois grandes bancos federais, Caixa e Banco do Brasil e os cinco grandes conglomerados.

TABELA XVII

DEPÓSITOS DOS PRINCIPAIS BANCOS EM MINAS GERAIS
JUNHO/83-DEZEMBRO/85 - EM %

BANCOS	JUNHO/83	JUNHO/85	BEZEMBRO/85
BEMGE	13,3	15,5	18,4
CREDIREAL	9,1	6,9	7,0
MERCANTIL	6,0	4,8	4,5
MINASCAIXA*	16,4	14,4	13,8
BRADESCO	11,1	13,8	14,1
ITAÚ	6,5	7,6	8,0
REAL	12,8	11,3	11,0
UNIBANCO	3,2	2,7	3,0
NACIONAL	7,0	8,2	8,5
OUTROS**	13,7	14,8	11,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0

* - Exclusive Poupança

** - Exclusive Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal

FONTE: SERASA

IV - RESUMO DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES

As principais conclusões deste trabalho são:

1. A tendência ao desaparecimento do sistema bancário privado de propriedade de mineiros parece ser irreversível. O único banco de porte médio deste tipo vem perdendo importância a nível nacional e mesmo em Minas Gerais. Os outros, de pequeno porte, continuam a ser absorvidos por bancos maiores ou pelo próprio Estado, como aconteceu recentemente com o Agrimisa.

2. O Sistema Estadual de Crédito, Financiamento e Investimento também tem perdido importância no "ranking" nacional e os seus dois bancos líderes vêm apresentando sérios problemas de capitalização e fracos resultados operacionais nos últimos anos. A sua área de atuação é cada vez mais o próprio Estado, seja para depósitos, seja para empréstimos, perdendo assim a sua antiga influência nacional (caso do BEMGE e CREDIREAL). O Sistema Estadual domina amplamente todos os negócios financeiros de estabelecimentos sediados em Minas Gerais em todos os segmentos do mercado, tais como crédito de curto prazo, bancos de investimento, financiamentos imobiliários, distribuição de títulos, etc.

3. O processo de fusões e incorporações que atingiu mais fortemente os bancos comerciais, impediu também a manutenção e o posterior surgimento de outras importantes instituições financeiras mineiras. Ao formarem os grandes conglomerados nacionais, os grandes bancos nacionais passaram a contar também com suas próprias financeiras, distribuidoras, companhias de seguro e bancos de investimento. Atualmente, só existe um pequeno banco de investimento privado mineiro e as maiores financeiras e distribuidoras de títulos são de propriedade do governo mineiro.

4. As atividades financeiras privadas do país tendem a concentrar-se em São Paulo, com a perda da importância de quase todos os outros Estados, inclusive Minas Gerais e Rio de Janeiro.

5. O Sistema Bancário em Minas Gerais é hoje fortemente influenciado pelos dois grandes bancos federais e pelos cinco grandes conglomerados brasileiros, que captam a maior parte dos depósitos e certamente também realizam a maioria dos negócios financeiros.

O FUTURO DO SISTEMA BANCÁRIO MINEIRO

Duas grandes questões devem ser enfrentadas daqui por di ante. Em primeiro lugar, indaga-se qual deverá ser o papel dos bancos mineiros no contexto da reforma bancária que se anuncia. Em segundo, coloca-se a questão do saneamento financeiro dos dois grandes bancos estaduais e o próprio futuro do sistema estadual de bancos comerciais, recentemente acrescido pela compra do Agrimisa.

A Reforma Bancária tem como seus pontos principais, as seguintes propostas.⁷

a) Criação de Multibancos no lugar dos atuais conglomerados. Neste caso, haverá maior intercomunicação dos ativos das várias instituições que hora compõem o conglomerado, permitindo maior flexibilidade operacional.

b) Manutenção de apenas cinco ou seis bancos atuando a nível nacional e que seriam capazes de mobilizar grandes massas de recursos para aplicações de médio e longo prazos.

c) Regionalização dos demais bancos, pela permuta de suas agências atuando fora dos respectivos estados.

d) Racionalização do Sistema Bancário, especialmente dos Sistemas Estaduais com vistas à eliminação dos excessos e estruturas superpostas. Este é o caso de São Paulo que conta com o Banespa e a Caixa Econômica Estadual e certamente o caso de Minas que conta com três bancos comerciais além da sua própria Caixa Econômica Estadual.

Diante deste quadro, pode-se esperar:

a) a transformação do único banco privado mineiro de porte médio, o Mercantil do Brasil, em banco regional;

b) uma radical reforma do sistema bancário oficial com a possível fusão do Credireal e BEMGE e a venda ou fusão do Agrimisa com os dois primeiros. No bojo desta fusão, haveria a necessidade de "enxugamento" do sistema, com a eliminação de agências superpostas, inclusive com as da Caixa Econômica Estadual, além de

7 - Revista Senhor, 8/4/86, p. 26-28.

uma política de saneamento financeiro que implicaria na necessidade de maior capitalização dos dois grandes bancos e medidas visando ao aumento de sua rentabilidade.

Haveria também a necessidade de definir a vocação do sistema financeiro estadual. A concorrência com os grandes conglomerados nacionais atuando em território mineiro, apontaria para o aumento das funções de fomento a serem exercidas pelo sistema, como sugere o atual presidente do BEMGE.⁸ Além disto, é de se prever a criação de um único Banco Regional oficial, com a exclusão da Caixa Econômica que se especializaria em atividades de captação de poupança e financiamentos habitacionais. Como já apontamos anteriormente, os dois grandes Bancos oficiais já fazem a maior parte de suas captações e aplicações no território mineiro e a venda de parte de suas agências de fora do estado poderia auxiliar no processo de capitalização dos referidos Bancos.

8 - Diário do Comércio, 10/4/86.

O PARADOXO MINEIRO: FORTALECIMENTO ECONÔMICO E
ENFRAQUECIMENTO POLÍTICO

Clélio Campolina Diniz*

* Do Departamento de Ciências Econômicas e do CEDEPLAR/UFMG.

O PARADOXO MINEIRO: FORTALECIMENTO ECONÔMICO E
ENFRAQUECIMENTO POLÍTICO

Clélio Campolina Diniz^{*}

1 - INTRODUÇÃO

O presente texto procura explorar alguns aspectos da passagem do fraco poder econômico e o forte poder político mineiro do passado, para o fortalecimento econômico e o enfraquecimento político recente. Aparentemente, trata-se de um paradoxo. No passado, o poder político dos mineiros junto ao governo federal baseava-se, em grande medida, na sua dimensão populacional e, conseqüentemente no tamanho de sua bancada no Congresso. Dada a pequena dimensão de sua economia, dispersa geograficamente e com baixo grau de mercantilização, estabeleceu-se uma política clientelista, através da aliança entre a oligarquia burocrática e urbana e a aristocracia rural. A nível federal, selou-se um pacto com São Paulo, conhecido como "política do café com leite", o qual conjugava os interesses econômicos de São Paulo, com os interesses clientelistas de Minas Gerais.

No entanto, as transformações econômicas recentes, sustentadas em grande parte em capitais públicos federais, estrangeiros ou de outras regiões do país provocaram dois efeitos. Em primeiro lugar, Minas vem expandindo e modernizando sua economia, aumentando sua participação relativa na produção nacional. Em segundo lugar, o próprio processo de modernização econômica nacional e de urbanização impõem que a sustentação e a legitimidade política se façam, em função dos interesses das classes sociais em uma economia capitalista que se moderniza: o capital e o trabalho. Ora, em Minas Gerais a propriedade do capital é forânea, portanto a classe empresarial local é fraca. A classe trabalhadora não dispõe do mesmo nível de organização e de consciência política da paulista, além de ser numericamente menor. Somando-se a isto, com a abertura democrática, esvazia-se o poder da tecnocracia. Estas seriam pois as razões do enfraquecimento político de Minas Gerais.

^{*} Do Departamento de Ciências Econômicas e do CEDEPLAR/UFMG.

Agradeço as críticas e sugestões de Afonso Henriques Borges Ferreira, Maurício Borges Lemos e Alda Maria Palhares Campolina, embora o texto seja de minha inteira responsabilidade.

Trata-se de investigação exploratória, que apesar de sua aparente pretensão, tem como objetivo, unicamente, suscitar o debate e balizar o caminho para futuras investigações.

2 - O DESEMPENHO DA ECONOMIA MINEIRA APÓS 1970

Como procuramos analisar em trabalhos anteriores, a perda da posição relativa da economia mineira no contexto nacional foi invertida, a partir da década de 1970. Vários elementos contribuíram para esta mudança: a disponibilidade de recursos naturais; o preparo da infra-estrutura; a posição geográfica do Estado, próximo aos grandes mercados; o aparato institucional de apoio à industrialização, inclusive o sistema de incentivos fiscais; a base industrial existente, ligada à mineração e à metalurgia; as mudanças tecnológicas na agricultura, permitindo a incorporação produtiva dos cerrados e; por fim, do próprio "lobby" mineiro junto ao governo federal e ao capital estrangeiro.¹ Obviamente estas eram pré-condições que serviram de atração do investimento produtivo, quando o país ingressava em novo ciclo expansivo a partir do final da década de 1960.

A nível setorial, algumas considerações devem ser feitas. Em primeiro lugar, na fase expansiva da economia brasileira, a partir de 1967/68, quando esgotou-se a capacidade ociosa do parque industrial e ampliaram-se as unidades produtivas existentes, até se atingirem escalas técnicas e econômicas compatíveis com o atual estágio da economia brasileira, a manutenção do crescimento impunha o lançamento de um novo pacote de projetos, o que ocorreu por volta de 1969/70. Dadas as condições mineiras, antes apontadas, o Estado atraiu uma massa de investimentos industriais que, ao se materializarem e maturarem, sustentariam o crescimento industrial do estado com elevadíssimas taxas no período 1971-80 (Tabela 1). Por outro lado, este crescimento permitira, também, alterar a estrutura produtiva da indústria, reforçando a participação dos ramos produtores de bens intermediários (metalurgia, minerais não-metálicos), mas também com grande crescimento da indústria de bens de capital, articulada com a indústria básica e da indústria de bens de consumo durável - no caso, fundamentalmen-

¹ - DINIZ, Clélio Campolina. Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira, UFMG/PROED, 1981.

TABELA 1
TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB EM MINAS GERAIS, POR CLASSES DE ATIVIDADE ECONÔMICA
MÉDIA ANUAL

Grande Divisão	1970-75	1975-80	1981	1982	1983	1984	1985
Agropecuária, silvicultura, caça e pesca	4,3	2,3	28,7	- 21,9	24,1	- 15,1	14,8
Extrativa mineral	21,0	10,0	- 4,5	- 7,7	- 4,4	22,7	10,0
Indústria de transformação	14,1	12,8	- 12,8	13,2	- 4,7	7,5	7,3
Eletricidade, gás e água	14,9	16,3	2,2	3,6	4,6	19,4	9,7
Construção	24,8	8,7	- 6,8	1,5	- 21,7	21,1	6,5
Comércio, restaurantes e hotéis	17,0	3,2	- 16,0	4,7	- 9,8	- 2,3	9,5
Transportes, armazenamento e comunicações	20,2	9,2	- 8,8	- 0,3	- 1,3	5,2	7,8
Estabelecimentos financeiros, seguros, bens imóveis e serviços prestados às empresas	12,9	10,6	6,2	5,0	- 0,8	4,5	7,8
Serviços comunitários, sociais e pessoais	13,9	9,5	3,9	8,8	3,7	1,1	14,3
Total	14,2	8,8	- 4,7	3,1	- 1,8	2,2	9,2

FONTE: Superintendência de Estatística e informações/SEPLAN/MG.

te com a instalação da FIAT. Isto reforçaria uma característica da indústria mineira: ampliação do DI (Departamento Produtor de Bens de Produção). Esta característica estrutural, se por um lado criticada por se tratar de indústria de bens intermediários e de bens de capital a ela ligada, com pequena sofisticação, comparativamente à fronteira da expansão tecnológica (microeletrônica, microbiologia por exemplo), por outro lado assegura vantagens à indústria mineira, qualquer que seja a orientação estrutural da política econômica brasileira, por se tratar de indústria básica. Assim, na hipótese de se manter o padrão de desenvolvimento até então prevalecente o parque industrial mineiro sairia beneficiado, como comprova a experiência dos últimos anos. Por outro lado, na suposição de que a democratização do país privilegie o crescimento, por exemplo, da construção civil, do saneamento e mesmo da infra-estrutura, assim também a indústria mineira se beneficiaria, ao contrário do que seria se o parque produtivo fosse forte em bens duráveis de consumo.

No entanto, na década de 1980, não só investimentos foram drasticamente reduzidos, como houve queda da produção industrial nos anos de 1981 e 1983, coerentemente com o mesmo fenômeno que ocorreu a nível nacional. Especialmente em 1981, com a crise do setor siderúrgico (a produção de aço em lingotes caiu de 5.759 mil t em 1980 para 4.691 mil t em 1981) e de cimento. Houve, também, queda no volume físico da produção de automóveis, cigarros, geração de energia elétrica, produção de minério de ferro, indicando retração econômica. O resultado foi que a produção industrial que cresceu a taxas médias anuais de 14,1%, no período 1970-75, e 12,8%, no período 1975-80, tenha tido uma queda de 12,8% em 1981, recuperando-se em 1982 e voltando a cair em 1983 (Tabela 1).

No entanto, a partir de 1984, ocorreu um processo de recuperação industrial, liderado pela expansão da produção siderúrgica, parte voltada para exportação; das indústrias têxtil e de confecções, voltadas para o mercado interno e, também, para exportações; da indústria de material de transporte, também voltada para exportação e posteriormente para o mercado interno e; em 1985, a indústria de material elétrico, articulada com o programa de expansão da CEMIG, especialmente da eletrificação rural.

Neste sentido, os indicadores, antes apontados, e a avaliação quantitativa do desempenho do setor industrial mineiro per

mitem concluir que a participação relativa da produção industrial mineira, em relação à produção nacional, que vem crescendo (Tabela 3), tende a ampliar-se nos próximos anos.

Com relação à produção agrícola, Minas Gerais vinha, historicamente, perdendo posição relativa, desde a decadência da cafeicultura, o que se acelerou com a abertura das grandes fronteiras agrícolas do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás e mesmo de vários estados nordestinos, a partir da década de 1930 e 1940. A este respeito a área de lavouras em Minas Gerais praticamente estagnou entre 1940 e 1970 e a participação relativa de Minas Gerais, no valor da produção agropecuária brasileira, caiu de 15,8%, em 1940, para 8,9% em 1970 (Tabela 3).

No entanto, a partir de inícios da década de 1970, ocorreria uma forte mudança deste quadro. A queda na produção nacional de café ao longo da década de 1960, decorrente da política oficial de erradicação de cafezais (GERCA - Grupo Executivo de Erradicação de Cafezais) e o estímulo do mercado externo, levaram o governo federal a definir um novo programa de expansão da cafeicultura, através do IBC. Considerada a influência climática na qualidade do café, o IBC adotou inicialmente, para aquele programa que somente financiaria a formação de cafezais em uma cotamínima de 600 m de altitude. Por outro lado, as geadas do sul desestimularam a expansão da cafeicultura no Paraná e mesmo em São Paulo. Simultaneamente, ocorriam grandes transformações tecnológicas na agricultura, permitindo a incorporação dos cerrados à produção agrícola, inclusive para o café. Assim, Minas passou a liderar o plantio nacional de café, sendo hoje o maior estado produtor do país. Este foi pois o elemento mais importante em termos de recuperação da agricultura mineira, embora a ele tenham-se somado vários outros, conforme adiante se verá.

A incorporação dos cerrados resultou de um longo processo de pesquisas e se conjugou com as transformações tecnológicas na agricultura brasileira que traziam em seu bojo a intensificação da mecanização e do uso de insumos modernos (químicos), coe

rentemente com a ideologia da "Revolução Verde"².

Em que pese os custos sociais desta alternativa tecnológica, por ser intensiva em capital, altamente mecanizada e com alta exigência de insumos químicos - parte importada - em um país com grandes contingentes populacionais desempregados, com baixo nível de renda e que ainda dispõe de amplas reservas de alta fertilidade ainda não exploradas, o resultado foi uma contínua e bem sucedida (empresarialmente) ampliação da área agrícola nos cerrados.³ Esta ocupação efetiva e sistemática iniciou-se por volta de 1971, com o Programa de Crédito Integrado à Agricultura, implementado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e posteriormente pela PADAP - Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba. Para a implementação deste último, desapropriou-se uma área inexplorada na região do Alto Paranaíba, convidou-se a Cooperativa Agrícola de Cotia e montou-se um aparato institucional através de órgãos estaduais que se encarregaram do financiamento, da assistência técnica, da construção da infraestrutura, além de superação de obstáculos políticos ou legais. Posteriormente, o governo federal criou o POLOCENTRO, através do qual se encarregou da construção da infra-estrutura, numa ampla faixa de cerrados na região central do Brasil, e concedeu generosos créditos aos agricultores, que numa economia inflacionária significou uma verdadeira doação (juros nominais de 0% a 15%, dependendo da aplicação, sem correção monetária e com 12 anos de prazo, sendo 6 de carência). Posteriormente, um "pool" de instituições, lideradas pelo governo mineiro promoveria um acordo com o governo japonês, através da JICA: Japan International Coopera-

² - A Ideologia da Revolução Verde partiu dos Estados Unidos: em síntese, ela considera que a superação da pobreza somente poderia ser obtida, através de um intensivo processo de modernização da agricultura, através da mecanização e do uso de insumos modernos. Na prática, ela generalizava a tecnologia americana à escala mundial, atendendo aos interesses das multinacionais produtoras de equipamentos e insumos e induzindo a produção daqueles produtos, cujo comércio mundial poderia ser ampliado (a exemplo da soja). Veja, entre outros:

SCHULTZ, Theodore W. A transformação da agricultura tradicional, Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

³ - O Brasil possui uma área de 310 milhões de ha de terras classificadas nas classes 1 e 2, com boa aptidão agrícola, enquanto a área atual ocupada com lavouras não alcança 60 milhões de ha. Por outro lado, a incorporação de terras de pior qualidade, através de uma sofisticada tecnologia ou dos anunciados programas de irrigação tem sido uma saída política que posterga a verdadeira discussão do problema da posse e do uso da terra no Brasil e da Reforma Agrária. Isto porque a saída socialmente mais lógica seria fazer primeiro agricultura nas melhores terras para depois partir então para a incorporação de terras de menor aptidão para a agricultura.

tion Agency, criando a empresa CAMPO para exploração conjunta dos cerrados, montando o PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados.

Ademais, articulações entre os governos federal e estaduais de Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás, a Cia. Vale do Rio Doce e a Rede Ferroviária Federal, levaram à criação do Corredor de Exportação ES-MG-GO, através da melhoria do sistema de transportes (especialmente da ferrovia) e da adequação portuária, com vistas a facilitar as exportações.⁴

O resultado tem sido a crescente ampliação da área cultivada nos cerrados, através de várias cooperativas, parte das quais de outros estados (a exemplo da COTIA e da Encantado), dos programas de assentamento do PRODECER, de um grande número de agricultores e empresas vindas de fora do estado, especialmente paulistas, gaúchos e catarinenses e de cooperativas e agricultores mineiros. Neste sentido, agem, por um lado, os incentivos e o apoio proporcionados pelos programas de ocupação dos cerrados e, por outro lado, pela elevação do preço da terra nos estados do Sul. Estima-se que, desde o seu início, a área de lavouras em cerrados mineiros tenha ultrapassado 1 milhão de hectares.

Assim, considerado o crescimento do programa, o sucesso empresarial, a proximidade da região aos mercados nacionais e aos portos de exportação, a base de infra-estrutura existente e a organização produtiva e empresarial, aliado ao "lobby" dos interesses de exploração dos cerrados, e a avaliação qualitativa do programa indicam que o mesmo parece ser irreversível e tende a ampliar-se. Neste sentido, já dizia França "O cerrado potencialmente harmonizava os diversos interesses em pauta, com a expansão industrial, através da produção de máquinas e insumos modernos; a transformação tecnológica na agricultura; o desenvolvimento da agricultura moderna, em bases empresariais; as exportações de produtos agrícolas não tradicionais e a combinação de produção para o mercado interno e para exportação".⁵

⁴ - Para uma visão detalhada da incorporação produtiva dos cerrados mineiros veja:

FRANÇA, Múcio. O Cerrado e a evolução recente da agricultura capitalista: a experiência de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1984 (Tese de Mestrado apresentada ao CEDEPLAR/MG).

⁵ - FRANÇA, Múcio. O Cerrado op. cit., p. 99.

Além dos cerrados, duas outras frentes de expansão da agricultura mineira devem ser mencionadas. A ampliação do reflorestamento, através das empresas siderúrgicas, de cimento e cerâmica e de empresas ou agricultores independentes. Estima-se, também, que a área reflorestada em Minas Gerais já tenha atingido 1,5 milhões de hectares. Em segundo lugar, o programa de várzeas (PROVÁRZEAS), iniciado em Minas Gerais e ampliado para outros estados do país, vem obtendo sucesso e tende a aumentar sua importância.

Em que pese certo efeito propagandístico do governo de Minas Gerais e do próprio "lobby" de ocupação dos cerrados, uma avaliação cuidadosa não deixa de indicar que realmente Minas Gerais vem ampliando sua participação na produção agrícola nacional.

Simultânea e articulada à expansão industrial e agropecuária, houve ampliação da produção mineral (parte para exportação), da construção civil e do gasto público em investimentos. A ampliação do nível de emprego e o efeito intersetorial provocado sobre os demais setores econômicos permitiu que o crescimento se generalizasse e se auto-alimentasse.

Como resultado desta expansão acelerada da economia mineira, ao longo da década de 1970, Minas Gerais ampliou sua participação no PIB nacional de 8,1% em 1971, para 11%, em 1980, participação esta que se manteve até 1985 (Tabela 2). A rigor, há certa dificuldade metodológica em comparar os índices do PIB do Brasil e de Minas Gerais, por serem elaborados por instituições diferentes (FGV para o Brasil e SEI-SEPLAN para Minas Gerais). A este respeito parece haver certa inconsistência dos dados, pois, tomada a participação de Minas Gerais no Valor de Transformação Industrial, no Valor da Produção Agropecuária e do Comércio e dos Serviços, como uma "proxi" da participação no PIB, estas cifras variam entre 7,7 e 9,2% para 1980. No entanto, mesmo assim a participação de Minas na produção, a nível setorial, vem crescendo, (Tabela 3), o que comprova o sentido dos resultados da Tabela 2. Ademais, o cálculo das taxas de crescimento do PIB brasileiro para a década de 1980 encontram-se em revisão, especialmente para o ano de 1981, devendo reduzir a taxa estimada para o Brasil, o que melhorará, ainda mais, a posição relativa de Minas Gerais.

3 - AS MUDANÇAS NA DIVISÃO INTER-REGIONAL DO TRABALHO NO BRASIL E A POSIÇÃO DE MINAS GERAIS

Os resultados apontados permitem concluir que Minas Gerais vem ampliando sua participação na produção nacional, ao longo de um período relativamente extenso (aproximadamente 15 anos), demonstrando não se tratar de desempenho conjuntural ou ocasional, mas, sim de transformações mais profundas nos quadros da organização espacial da economia brasileira.

Neste sentido, temos entendido que o processo de concentração econômica no Estado de São Paulo, iniciado na segunda metade do Século XIX, atingiu o máximo por volta de 1970.⁶ A partir daí, a lógica da acumulação e a própria intencionalidade política apontariam no sentido de uma inversão da tendência. Aliás, do ponto de vista da produção agropecuária, São Paulo já começava a perder posição relativa desde a década de 1950, com a dinâmica das fronteiras agropecuárias dos estados do Sul, Centro-Oeste e mesmo Nordeste. No entanto, a verdadeira mudança no padrão regional brasileiro, no sentido de mudança global da tendência da distribuição espacial da produção e da população no país, iniciase na década de 1970, quando, pela primeira vez na história do país, São Paulo perde, também, posição relativa na produção industrial brasileira.

Vejamos, então, que elementos lógicos, políticos e estruturais indicariam estas mudanças. Em primeiro lugar, pela necessidade produtiva de se ocupar paulatinamente a fronteira de recursos naturais, como atestam a dinâmica geográfica da produção agrícola e, mais recentemente, da exploração mineral, além de outros recursos naturais; em segundo lugar, pela própria natureza da concorrência intercapitalista, fazendo com que o capital se mova no espaço, visando apropriar-se antecipadamente das fronteiras de recursos naturais, criar barreiras à entrada de outros concorrentes e mesmo ampliar o mercado, se necessário, destruindo as atividades tradicionais; em terceiro lugar, pela própria intencionalidade geopolítica de ocupar os espaços vazios, levando à criação de vários mecanismos de incentivo à ocupação do interior

⁶ - Uma análise detalhada deste processo encontra-se em CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo, Difel, 1977. —. De equilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930/70. Global Editora, 1985.

TABELA 2

ÍNDICES DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB DO BRASIL E DE
MINAS GERAIS 1970-85 E PARTICIPAÇÃO RELATIVA PIB/MG
PIB DO BRASIL

Anos	Índices de Crescimento do PIB		PIB MG/PIB BRASIL
	Brasil	Minas Gerais	
1971	12,0	7,2	8,1
1972	11,1	14,6	8,4
1973	13,6	13,9	8,4
1974	9,7	19,5	9,1
1975	5,4	16,4	10,1
1976	9,7	15,7	10,6
1977	5,7	10,6	11,1
1978	5,0	4,5	11,1
1979	6,4	10,2	11,5
1980	7,2	3,3	11,0
1981	- 1,6	- 4,7	10,7
1982	0,9	3,1	10,9
1983	- 3,2	- 1,8	11,1
1984	4,5	2,2	10,8
1985	7,4	9,2	11,0

FONTE: Superintendência de Estatística e Informações/SEPLAN-MG.

do Brasil, destacando-se a construção de Brasília, da infraestrutura de comunicações, da criação da Zona Franca de Manaus entre outras medidas; em quarto lugar, pelo desenvolvimento das comunicações em geral, especialmente o sistema rodoviário e as telecomunicações, o que permitiu unificar e globalizar o mercado brasileiro, caminho lógico da expansão capitalista. Em quinto lugar, pela pressão demográfica decorrente dos excedentes populacionais nas áreas de ocupação antiga (Nordeste e Minas Gerais), forçando e reforçando os movimentos migratórios em direção às áreas vazias, na medida em que os centros dinâmicos da economia nacional não sejam capazes de absorver produtivamente esta população.

Dadas estas condicionantes e condições, a tendência lógica da dinâmica da acumulação brasileira se daria no sentido de extrapolarem as fronteiras geográficas de São Paulo, mesmo que sob o comando do capital sediado no "pólo".

Neste sentido, os dados da Tabela 3 permitem visualizar as transformações iniciadas. Inicialmente, deve-se analisar o comportamento da produção industrial. Tomando a ordem geográfica da tabela, observa-se que a região Norte vem ganhando importância, na última década fundamentalmente em função do pólo industrial de Manaus e, mais recentemente, com vários projetos ligados a recursos minerais no Pará, como por exemplo alumínio e caulim. A região Nordeste, que historicamente vinha perdendo posição relativa, recuperou-se na última década, mas isto graças, praticamente, à expansão industrial do Estado da Bahia. Neste caso, a decisão política de construção do pólo petroquímico em Camaçari, e a construção do centro industrial de Aratu, permitiram que a Bahia tivesse grande expansão industrial. Por outro lado, o complexo minero-metalúrgico de Carajás, o projeto de alumínio de São Luiz e as pequenas indústrias siderúrgicas em vias de implantação ao longo da ferrovia São Luiz-Carajás poderão permitir a construção de metalurgia naquela região. A região Leste, como um todo, vem em constante perda de posição relativa, especialmente em função da estagnação e mesmo decadência da indústria do Rio de Janeiro. Minas Gerais, com posição flutuante ao longo do tempo, começa a recuperar-se ou expandir-se, a partir da década de 1960. Isto pela sua base de recursos naturais e proximidade geográfica com os grandes mercados nacionais, que levou primeiro à expansão da indústria de bens intermediários. Num segundo momento, um conjunto de outras facilidades contribuiu para expandir a indústria mineira, conforme

TABELA 3

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS REGIÕES E ESTADOS SELECIONADOS NA
PRODUÇÃO INDUSTRIAL, AGRÍCOLA, NO VALOR DO COMÉRCIO E DOS
SERVIÇOS E NA POPULAÇÃO NACIONAIS, 1940-80

	1940	1950	1960	1970	1980
% DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL					
Região Norte	1,1	0,6	1,0	1,0	2,5
Região Nordeste	10,2	9,3	7,7	5,7	8,0
Bahia	1,4	1,5	2,4	1,5	3,5
Região Leste	31,0	28,9	23,7	22,7	19,2
Rio de Janeiro	23,9	21,1	17,3	15,7	10,6
Minas Gerais	6,7	7,1	6,1	6,5	7,7
São Paulo	43,5	46,6	54,5	58,1	53,4
Região Sul	13,7	14,0	12,5	12,0	15,7
Região Centro-Oeste	0,5	0,6	0,7	0,5	1,2
% DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA					
Região Norte	1,1	0,6	1,2	2,7	3,2
Região Nordeste	20,6	20,1	22,2	21,4	19,8
Região Leste	23,6	21,1	17,2	13,4	12,8
Minas Gerais	15,8	15,5	10,0	8,9	9,2
São Paulo	35,0	34,1	24,0	21,9	20,6
Região Sul	16,8	21,3	30,3	34,7	35,9
Região Centro-Oeste	2,9	2,8	5,1	5,9	7,7
% DA POPULAÇÃO					
Região Norte	3,6	3,5	3,5	3,0	4,6
Região Nordeste	35,0	34,0	31,7	30,3	29,3
Região Leste	27,1	25,8	25,4	23,7	22,4
Minas Gerais	16,4	15,0	14,3	12,3	11,2
São Paulo	17,4	17,6	18,3	19,1	21,0
Região Sul	13,9	15,1	16,8	17,6	15,9
Região Centro-Oeste	3,0	3,4	4,3	5,6	6,8
% DO VALOR DO COMÉRCIO E SERVIÇOS					
Região Norte				1,9	2,4
Região Nordeste				11,1	12,1
Região Leste				26,3	25,0
Minas Gerais				7,8	8,2
São Paulo				39,5	36,2
Região Sul				18,0	18,7
Região Centro-Oeste				3,2	5,0

FONTE: Censos Industriais, Agropecuários, Comerciais e dos Serviços, 1940-80 para efeitos deste Trabalho: Região Norte (AC, AM, RO, PA, AP). Região Nordeste (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA). Leste (ES, RJ, MG). Sul (PR, SC, RS). Centro Oeste (GO, MS, MT, RO, DF).

analisado no item anterior. São Paulo, com crescimento da sua posição relativa até 1970, teve uma forte queda na última década, perdendo quase 5% de sua participação relativa, indicando uma forte alteração da dinâmica espacial da indústria brasileira. O Sul, que vinha em posição flutuante, com perdas entre 1950 e 1970, recuperou-se na última década. Isto, em função do processo geral de desconcentração e das características da economia regional, permitindo uma integração da indústria produtora de equipamentos e insumos para agricultura e da indústria processadora de insumos agropecuários, com a própria agricultura. Por fim, o Centro-Oeste, embora com pequena participação, teve crescimento significativo na última década, especialmente Goiás, com algumas indústrias ligadas à base de recursos minerais e da própria agroindústria processadora de insumos agrícolas.

A conclusão a tirar é que, do ponto de vista da produção industrial, além do Estado do Rio de Janeiro - que vem em um processo de perda relativa permanente - na última década, São Paulo, o grande centro industrial do país, também começou a perder posição relativa. Ganham as demais regiões ou estados do Brasil, devendo-se destacar o Amazonas, a Bahia, Minas Gerais e os três estados do Sul.

Do ponto de vista da produção agropecuária, os dados da Tabela 3 indicam comportamento semelhante. Gostaríamos de destacar, no entanto dois fatos. O primeiro é que, embora o Sul do país tenha expandido sua agricultura de maneira permanente, já na década de 1970, cai o seu ritmo relativo. Isto pela redução de terras disponíveis, pela elevação do seu preço em termos absolutos e relativos e inclusive por questões ecológicas no caso do café. Neste sentido, uma avaliação qualitativa indica que os três estados do Sul terão dificuldades em continuar expandindo sua agricultura no ritmo histórico, fato conjunturalmente agravado pelas recentes secas naquela região. O segundo ponto se relaciona com a fronteira do Centro-Oeste, na qual se poderia incluir a região dos cerrados mineiros e mesmo do Oeste da Bahia, Piauí e Maranhão. Esta grande faixa central parece se apresentar como a fronteira agropecuária do país nos próximos anos. Tudo indica que a agricultura de São Paulo, a mais moderna e intensiva, deverá seguir o caminho da intensificação, alterando a estrutura produtiva cada vez mais em prol de culturas de maior valor de produção por área.

Do ponto de vista populacional, se por um lado possa recer que o processo de urbanização se faça com autonomia relativa (como é o caso da urbanização e pobreza de várias cidades brasileiras), há uma forte correlação entre a distribuição espacial das atividades econômicas e da população. Em outras palavras, os fluxos migratórios se orientam em função da dinâmica produtiva das regiões. A análise da Tabela 3 mostra que a grande expansão da participação relativa da população está nas Regiões Norte e Centro-Oeste. No entanto o Estado de São Paulo, sozinho, registrou na última década um aumento, na participação relativa da população brasileira, de 1,9%, enquanto toda a Região Norte, de 1,6%, e o Centro-Oeste, de 1,2%. O caso de São Paulo é, em parte, explicado pelo fluxo migratório de retorno, proveniente dos três estados do Sul, especialmente do Paraná, na última década. Esta expulsão se deveu à elevação do preço da terra, à intensa mecanização e à mudança na estrutura da produção agrícola, com a redução do café e de outros alimentos em função da soja. Os três estados do Sul perderam 1,8% da sua participação relativa na população brasileira. Por outro lado, a crise recente, reduzindo a oferta de empregos em São Paulo, a perda da posição relativa na produção industrial e agropecuária, parecem reduzir o estímulo migratório para São Paulo. Do ponto de vista do Nordeste e de Minas Gerais, tradicionais regiões expulsoras de população para São Paulo, parece que seus fluxos estão sendo parcialmente reorientados no sentido do Centro-Oeste e Norte do país. Além disso, no caso do Nordeste o comportamento da fronteira agrícola do Oeste da Bahia, Piauí e Maranhão e o próprio programa de Carajás, poderão atrair população, bem como o anunciado programa de irrigação. No caso mineiro, estudos recentes mostram que o crescimento econômico em geral e a expansão agrícola em particular têm implicado na redução dos fluxos migratórios para fora do estado.

Por fim, os dados da participação relativa do comércio e dos serviços confirmam a mesma tendência de alteração espacial da produção brasileira. Este resultado é coerente com a idéia de que a dinâmica das atividades terciárias, em geral, é dependente do comportamento dos setores produtores de bens. Esta concepção é reforçada pelo progresso técnico e pela modernização econômica, que fortalece as relações intersetoriais indústria-agricultura - serviços, aumentando sua interdependência.

Da análise anterior, pode-se concluir que está havendo

uma forte mudança na tendência da organização espacial das atividades econômicas e da população no Brasil. Esta mudança trará, necessariamente, alterações na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. No entanto, é ilusório pensar que outras regiões ou estados poderão repetir a experiência histórica de São Paulo, em termos de constituição de uma estrutura econômica integrada. São Paulo industrializou-se primeiro e sozinho, já que o Rio de Janeiro não constituía ameaça à expansão de São Paulo.⁷ As demais regiões ou estados se industrializam depois e simultaneamente. E mais ainda, quando o mercado brasileiro já se encontra integrado geograficamente. Assim, nossa hipótese é que cada região terá, como única alternativa, especializar-se naquelas linhas de produção para as quais tenha vantagem comparativa, integrando-se ao mercado nacional. Em outras palavras, especialização regional com integração nacional.

Assim sendo, São Paulo é e continuará sendo o principal centro econômico do país, não só pelo seu peso relativo, pela integração da sua estrutura produtiva como, também, pelo fato de que parcela da expansão econômica que se faz nas demais regiões do país é de propriedade de capitais paulistas. Isto indica que São Paulo reforçará sua posição de sede do capital financeiro nacional, através do qual controlará parcela significativa da produção nacional.⁸ A isto se acrescenta o fato de que, embora esteja reduzindo sua participação na produção industrial e agropecuária, São Paulo está aumentando sua participação no controle do sistema financeiro privado nacional. A este respeito conclui Schwartzman, após fazer a análise do sistema financeiro de Minas Gerais "As atividades financeiras privadas do país tendem a concentrar-se em São Paulo, com a perda da importância de quase todos os outros estados, inclusive Minas Gerais e Rio de Janeiro".⁹

⁷ - Ver CANO, Wilson. Raízes ... op. cit.

⁸ - Uso aqui o termo "Capital Financeiro" no sentido da fusão dos capitais de distintos setores ou atividades (indústria, bancos, comércio, atividades agropecuárias, serviços etc) sob o controle de um mesmo grupo ou empresa "holding". Para uma visão detalhada do sentido teórico e histórico do conceito, veja:

HILFERDING, Rudolf. El Capital Financeiro. Tecnos, Madrid, 1973.

⁹ - SCHWARTZMAN, Jacques. O Sistema Financeiro de Minas Gerais, mimeografado, p. 29.

Caberia perguntar, então, como ficaria a posição de Minas Gerais. Pelas análises anteriores parece que poderíamos concluir que a produção, geograficamente localizada em Minas Gerais, continuará ampliando sua participação na produção nacional. No entanto, as características estruturais da economia mineira indicam que o estado deverá manter suas linhas de especialização. Do ponto de vista industrial, ampliará a produção metalúrgica e das indústrias de bens de capital a ela vinculadas. Deverá perder posição relativa na produção mineral nacional, em função da desconcentração dos investimentos para outros estados, especialmente Pará, Bahia e Goiás. No entanto, considerada a base mineral atual e a força das relações intersetoriais da mineração com a indústria, já estabelecidas em Minas Gerais, pode-se esperar que o processo de perda relativa seja atenuado. Do ponto de vista agrícola, Minas ampliará sua participação na produção de grãos, especialmente com a recente experiência dos cerrados. Não é de se esperar, assim, nem a montagem de segmentos industriais modernos que se encontram na fronteira tecnológica (microeletrônica, química fina), nem tampouco agricultura de hortaliças e fruticultura. No entanto, a expansão da fronteira agrícola do Centro-Oeste poderá facilitar a instalação de indústrias ligadas ao complexo agropecuário na região do Triângulo Mineiro, que vem exercendo posição de ponto avançado para a penetração para a região central do Brasil.

4 - A PERDA DO PODER POLÍTICO MINEIRO

Por ocasião da instalação da República, Minas Gerais possuía aproximadamente 20% da população nacional, fruto da herança ocupacional da exploração aurífera do século XVIII. Este Estado passou a ter maior representação política no Congresso, que se manteve estável entre 1891 e 1937 (37 para MG, 22 para SP, 22 para BA, 16 para o RS etc)¹⁰. Selou-se então uma aliança entre as oligarquias de Minas e São Paulo, a qual conjugava a força política do primeiro com a força econômica do segundo, e através desta aliança se controlava o Governo Federal, conhecida como "política do café com leite". Neste sentido, ao contrário da

¹⁰ - WIRTH, John. Minas e a nação; um estudo de poder e dependência regional 1889-1937. In: FAUSTO, Boris. dir. História geral da civilização brasileira; o Brasil republicano. São Paulo, DIFEL, 1975.v.1,T.3. p. 89.

visão até recentemente aceita de que aquela aliança correspondia a interesses econômicos mútuos, Martins demonstra que o pacto só foi possível, porque não havia interesses econômicos comuns. A este respeito diz "fica clara, assim, a diferença fundamental que separava os objetivos das oligarquias de Minas e de São Paulo, em sua procura de controle do Governo Federal. Enquanto a oligarquia paulista, organicamente vinculada à uma poderosa economia estadual, poderia abrir mão da sinecura federal e concentrar suas reivindicações em torno da defesa dos interesses econômicos que representava, a oligarquia mineira, por outro lado, estava fundamentalmente empenhada em manter, quase que a qualquer preço, como já vimos, sua posição de cliente preferencial da União".¹¹

Por outro lado, a debilidade da sua economia, dispersa geograficamente e com baixo nível de mercantilização, conduzia ao fato de que os interesses econômicos "stricto sensu" não tinham a devida força junto às representações políticas. Estas se sustentavam, através de uma política clientelista, de busca de favores, empregos, instalação de repartições públicas, verbas etc. Disto derivava o fato de que, ao contrário de São Paulo, onde a oligarquia política estava vinculada aos interesses econômicos, a mineira se vinculava à precária classe urbana de funcionários públicos e profissionais liberais, em aliança com a aristocracia agrária ou o coronelismo.¹² Desta situação decorre também, a gênese de uma forte burocracia pública em Minas Gerais, assumindo, também, importantes cargos no controle da máquina federal, o que era coerente com a manutenção de uma política clientelista e com a manutenção do poder mineiro.

Embora concordemos com a análise geral de Martins não se pode desprezar, também, que a expansão econômica de São Paulo permitia ganhos para a economia mineira, especialmente para as regiões limítrofes, graças a sua localização e à sua base de recursos naturais. Assim, Minas fortaleceu seus laços com a economia paulista como fornecedora de alimentos, matérias-primas e, poste

¹¹ - MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. A Economia Política do Café com Leite (1900-1930). Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981, p.113.

¹² - Veja MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. op. cit. especialmente cap. 2, LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. Editora Alfa Omega, São Paulo, 1976.

riormente, produtos intermediários. Esta foi a razão pela qual, à exceção de São Paulo, Minas Gerais foi o único estado brasileiro que ampliou sua participação na produção industrial do país, subindo de 4,4% em 1907 para 5,6% em 1919 e 6,5% em 1939.

Após o fim da República Velha, vários elementos contribuíram para a manutenção do poder político mineiro. Em primeiro lugar, a dimensão geográfica do estado e a falta de comunicações impediam que houvesse uma economia articulada. Isto, aliado ao peso da população rural, permitia manter uma política clientelista, com a representação no Congresso unida em torno do Governador, agindo de forma compacta, solidária e mantendo seu poder junto ao Governo Federal¹³. Em segundo lugar, embora houvesse uma grande reação em Minas Gerais com relação à perda de seu poder econômico, este era mais com relação ao setor agrário, em função das fronteiras agrícolas do Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul. Com relação à produção industrial Minas ainda continuava se beneficiando da proximidade com São Paulo. No entanto, a perda do Projeto Siderúrgico para Volta Redonda exacerbou o ânimo dos mineiros e reforçou seu poder de "lobby" junto ao Governo Federal na sua política clientelista.

A isto deve-se acrescentar a habilidade política dos mineiros, adquirida através de um longo processo de aprendizagem, o que lhes permitia continuar manejando a máquina pública e estabelecer as articulações políticas a nível nacional, mesmo numa época em que ocorreram rápidas transformações econômicas e sociais, cujo exemplo mais marcante pode ser entendido na análise do Governo Federal de Juscelino Kubitschek.¹⁴ Estas transformações devem, também, ser levadas em conta para se entender a crise política subsequente, quando o crescimento das massas urbanas e do proletariado, por um lado e da elite modernizante¹⁵ por outro, co

¹³ - WIRTH John, op. cit. p.77

¹⁴ - Veja a este respeito BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. O Governo Kubitschek - Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política. Paz e Terra, São Paulo, 1976. Veja também LEAL, Vitor Nunes. op. cit.

¹⁵ - A elite modernizante a nível de Minas Gerais ganhou força a partir da década de 1930 com a emergência de uma tecnocracia defendendo um projeto de industrialização. Orientou o governo para a construção da Cidade Industrial de Contagem (1940), do PREFP (1946), do Plano de Eletrificação (1949) da criação da CEMIG (1952), entre outras medidas. Ganharia força e seria reaglutinada após o golpe de 1964.

meçavam a colocar em choque a viabilidade da manutenção daquele estilo político ou daquelas alianças.

O golpe político de 1964 levou a profundas alterações nas regras do jogo político. Recolocaram-se as bases para a expansão da economia brasileira nos quadros do sistema capitalista. Se bem que a política econômica privilegiasse os interesses do capital, o poder político e decisório, autoritário e concentrado, passou a ser exercido, através de uma aliança entre militares e da burocracia pública, esta última livre de qualquer comprometimento ideológico popular e revigorada pela ascensão de uma elite tecnocrática até então nunca vista na história do país. Paradoxalmente, as representações burguesas ou empresariais, embora tivessem seus interesses definidos, não tinham uma representação política compatível. Considerado ademais o caráter autoritário do regime esvaziou-se o parlamento e fortaleceu-se o executivo. Segundo Cardoso "Houve uma base de acordo possível entre o Estado e a Burguesia. Esta abriu mão momentaneamente de parte dos controles políticos tradicionais Por outro lado, os militares assumiram implicitamente os interesses econômicos do empresariado como se eles fossem os da Nação ...¹⁶. No que se refere à classe trabalhadora, esta fora totalmente alijada do poder.

No caso de Minas Gerais, quando as forças políticas tradicionais, representadas pela oligarquia urbana clientelista, em aliança com a aristocracia agrária, pareciam perder espaço frente à modernização econômica do país e à urbanização, revigoraram-se, temporariamente, através de uma aliança com a elite "modernizante", na luta contra o populismo e o comunismo, que levou ao Golpe de 1964.¹⁷ No entanto, essa aliança teria curta duração por seus interesses conflitantes. Nos marcos de um projeto, politicamente conservador e economicamente modernizante, não haveria espaço para a manutenção de uma política clientelista, pois o Estado tinha novas funções a cumprir, frente aos interesses econômicos de um capitalismo em franca expansão. Ademais, num governo autoritário e centralizado, a chamada "classe política" mineira iria, gradativamente, perdendo representatividade, ao mesmo tempo que ascendia com uma velocidade espantosa o poder da burocracia pú-

¹⁶ - CARDOSO, Fernando Henrique. O Modelo Político Brasileiro. Difel, São Paulo, 1973. p.67.

¹⁷ - Veja a este respeito STARLING, Heloisa Maria Murgel. Os Senhores das Gerais. Os Novos Inconfidentes e o Golpe de 1964. Vozes, Belo Horizonte, 1986.

blica, transfigurada em uma forte tecnocracia, com um ambicioso projeto de industrialização. A máquina pública mineira seria rapidamente adequada de forma a se criarem as bases institucionais e operativas para a promoção do desenvolvimento econômico dentro da orientação de oferecerem-se todas as facilidades para a penetração do capital estrangeiro e ao mesmo tempo fazer "lobby" junto ao governo federal, com vistas a atrair investimentos públicos federais para o Estado, mediante a justificativa que Minas Gerais fora sempre prejudicada no contexto nacional.¹⁸

Desta forma, à medida que ocorria sucesso na frente de expansão econômica, especialmente com a maciça entrada de capital estrangeiro e dos investimentos públicos federais, aumentava-se o poder da tecnocracia legitimada pelo "milagre econômico" e pela "racionalidade técnica" e enfraquecia-se o poder das elites políticas tradicionais, desfazendo a aliança selada por ocasião do Golpe de 1964. Nos dizeres de Starling "Assim, ultrapassada março de 1964, a consolidação do projeto de "modernização capitalista" se fez acompanhar em Minas da desagregação da articulação IPES-'Novos Inconfidentes', ao mesmo tempo que relegou as elites 'tradicionais' a um segundo plano no cenário político nacional, excluindo-se da formulação das diretrizes econômicas e políticas do novo Estado. Restava-lhes um preço elevado a ser pago: do ponto de vista das elites político-partidárias, o centralismo autoritário do novo regime atingiu em cheio o antigo prestígio que desfrutavam no plano nacional. A adoção da 'racionalidade tecnocrática', como véu ideológico que encobria as restrições impostas sobre a vida política, assegurava por definição a ausência das elites 'tradicionais' na elaboração das diretrizes do Estado, excluindo-as de representação junto à cúpula do poder".¹⁹ Sobrariam, é óbvio, velhas lideranças políticas pela sua dimensão nacional, pelo seu carisma, pela sua habilidade, mas que certamente perderiam representatividade inclusive pelo seu próprio desaparecimento.

18 - Neste sentido, a elaboração do Diagnóstico da Economia Mineira representou uma nova sistematização, mais bem elaborada, dos argumentos de que Minas vinha sendo prejudicada desde a fase da exploração do Ouro, prevenindo-se perspectivas sombrias para o futuro da economia mineira. Ver: BDMG. Diagnóstico da Economia Mineira, 1968, especialmente V.1.

19 - STARLING, op. cit. p. 325.

Por outro lado, a expansão econômica mineira se centrou, do ponto de vista industrial, fundamentalmente nos investimentos públicos federais e estrangeiros, sendo reduzida a participação do investimento privado nacional. Na década de 1970, do total de investimentos industriais decididos para Minas Gerais, 57,2% eram públicos, 20,1% estrangeiros e 22,7% privados nacionais. Neste último caso, parcela dos capitais veio de outros estados, especialmente de São Paulo, cujo exemplo mais marcante foi o conjunto de indústrias instaladas no Sul de Minas e no Triângulo Mineiro como prolongamento do parque industrial paulista.²⁰ Do ponto de vista da agricultura moderna, especialmente dos cerrados vem ocorrendo uma grande penetração de capitais de outros estados, como paulistas, catarinenses, gaúchos, destacando-se os exemplos das Cooperativas de Cotia e de Suinocultores de Encantado, como se viu anteriormente. A isto se acrescentava o processo de transferência da sede de vários bancos mineiros para o Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, não se poderia esperar o fortalecimento da "classe empresarial" mineira.

Vejamos, então o que acontece com a modernização da economia brasileira e com o processo de abertura democrática.

Em primeiro lugar a legitimidade da representação política deveria, necessariamente, ser assumida, em função dos interesses de classes. A representação dos interesses do capital, vale dizer, do segmento empresarial, por um lado, e dos interesses da classe trabalhadora, por outro lado. A modernização econômica e a urbanização já não mais ofereciam espaço à sustentação de oligarquias agrárias ou do clientelismo urbano tradicionais. Ora, a expansão econômica mineira, feita com capitais forâneos, não tinha a contrapartida de uma "classe empresarial" forte. Esta localiza-se, principalmente, em São Paulo e, mais uma vez, São Paulo assumiria sua força política.

Do ponto de vista da classe trabalhadora as melhores organizações, os sindicatos mais fortes e a maior massa quantitativa e conscientizada estava também em São Paulo. Mais uma vez o poder político tenderia para aquele estado. Comparativamente Minas Gerais estava despreparada para esta nova etapa e perde poder político. O que tem havido é a tentativa de revigorar as elites tradicionais mediante a modernização das lideranças urbanas.

²⁰ - Veja DINIZ, op. cit. p. 223 e 229 e seguintes.

Não resta dúvida que este é um fenômeno novo e que merece a maior atenção. O crescimento da parcela da população urbana vinculada ao "setor serviços" formal ou a um conjunto amplo de atividades não formais, amplia o debate para além das classes sociais clássicas no capitalismo. Exige portanto reinterpretar a organicidade entre a representação política e a inorganicidade destas camadas urbanas. De imediato dá origem a novas lideranças urbanas, de viabilidade política duvidosa, mas que de qualquer forma são insuficientes para manter o destaque que Minas possuía a nível nacional, mesmo porque caso este tipo de liderança se fortaleça no Brasil, ele tenderia logicamente a ser mais forte nos maiores centros urbanos, a saber São Paulo e Rio de Janeiro²¹.

Em segundo lugar, ocorreu também, por contraditório que possa parecer, um esvaziamento do parlamento, instância na qual Minas sempre foi forte. Aliás, a perda de poder político dos parlamentos é um fenômeno mundial contemporâneo. Isto porque com a modernização econômica, os conflitos militares e sua estratégia, a necessidade de tomada de decisões rápidas e muitas vezes sigilosas, reforçam o poder da instância executiva dos governos. No caso do Brasil, além deste movimento geral ocorre também que os partidos políticos não têm uma coloração ideológica clara, deixando seus membros desorientados com a abertura democrática e a redução da coerção sobre o voto. Em outras palavras, embora os partidos políticos tenham uma plataforma política formal ela não corresponde aos legítimos interesses dos seus membros nem tampouco seu compromisso ideológico.

Em terceiro lugar, com a abertura democrática, a tecnocracia que assumira um altíssimo peso político em Minas Gerais e no país em geral, perde paulatina e irremediavelmente seu poder político. Embora o executivo continue tão ou mais forte, a composição ministerial passou a ser feita em função do arranjo com os partidos políticos e com as representações dos interesses dos empresários e porque não, também, dos trabalhadores. Em outras palavras, os cargos técnicos do Governo deixam de ser tão "técnicos" e passam a ser mais políticos. Exigem legitimidade da representação. Aqui também Minas via reduzida sua força junto ao Governo Federal.

²¹ - Para uma visão acerca da representatividade política do proletariado clássico veja:
GORZ, André. Adeus ao proletariado, para além do socialismo. Forense Universitária, Rio, 1982.

Por fim, não mais poderia ser sustentada a histórica argumentação dos mineiros, desde a Inconfidência, pela defesa dos recursos minerais e luta pela instalação da siderurgia (minério não dá duas safras), pela reação contra São Paulo (Minas não pode ser a caixa d'água do Brasil), e da sistematização feita pelo próprio Diagnóstico da Economia Mineira (Os profetas da Catástrofe - Pior que o diagnóstico somente as perspectivas), que tanta força deram aos mineiros na montagem de seu "lobby" junto ao governo federal para conseguir recursos. Minas havia ganhado muito na última fase. Arrebatara parcela significativa dos investimentos industriais da década de 1970, tivera grandes investimentos públicos federais, expandira sua agricultura e, por fim, tivera taxas de crescimento superiores à média nacional. Perdeu assim o "charme da pobreza", regional que por uma questão de coerência e dignidade deve pertencer a partir de então somente ao Nordeste.

Desta forma, por paradoxal que possa parecer, quando Minas Gerais tinha uma economia fraca, tinha uma representação política forte. À medida que sua economia se fortalece seu poder político se enfraquece. Ironia da História. O palco político numa economia que se modernizou deve ser ocupado por novos atores. Minas não está preparada.

